

*João Guimarães Salustia Neves
Faculdade de Filosofia*

REVISTA
DO
Instituto Geográfico e Histórico
DA BAHIA

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade pública pela
Lei n. 110, de 13 de Agosto de 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In praesens validusque in veniens stimulus.



N.º 73

1946

GRAMMATICA

DA

Lingua Geral dos Indios do Brasil

Grammatica da Lingua Geral dos Indios do Brasil

REIMPRESSA PELA PRIMEIRA VEZ NESTE CONTINENTE DEPOIS
DE TÃO LONGO TEMPO DE SUA PUBLICAÇÃO EM LISBOA,
OFFERECIDA Á

S. M. IMPERIAL

ATTENTA A SUA AUGUSTA VONTADE

MANIFESTADA NO

Instituto Historico e Geographico

EM TESTEMUNHO DE RESPEITO, GRATIDÃO E SUBMISSÃO

POR

João Joaquim da Silva Guimarães

Natural da Bahia



BAHIA

TIPOGRAPHIA DE MANOEL FELICIANO SEPULVEDA
Ao Largo do Pilar Casa n. 96

—
1851

Fortunes sim'les are presárious:
Emulação produces miràculous actions

Do inglez

TRADUCÇÃO

Da fortuna os sorrisos são precários;
Emulação produz actos milagrosos.

A velhice procura o Mundo velho,
Sagaz espreitador indaga o novo
Ambos absortos ficão, porque encontrarão
Outre tracto, outros uzos, outro povo.

M. Costa.

SENHOR.

Eu venho render á VOSSA Magestade Imperial o tributo da Homenagem do meu mais profundo respeito, e submissão, pelo Beneficio, que faz VOSSA Magestade Imperial ao Pais, vulgarizando a GRAMMATICA DA LINGUA DOS INDIOS DO BRASIL; e a estes com fazer navegar o seo batel no Mar do Mundo. Nestas poucas palavras SENHOR, exprimo o dever da minha obediencia ao Mandato de VOSSA Magestade Imperial.

De V. M. I.

Subdito o mais humilde, e submisso.

João Joaquim da Silva Guibarães.

A VOZ DO POVO INDIGENA

Encaminhada submissamente ao

Mui alto defensor perpetuo do paiz commum

OH VÓS, que dos VARÕES sôis o primeiro
A quem compete nossa protecção
Lançai as vistas em nossas desgraças,
E no desprezo, em que stamos vivendo.
Vinde de pressa com o vosso auxillio
Sobre nós derramar a luz humana,
E estender sobre esta nossa terra
A Direcção do VOSSO bom Dominio,
Já que até hoje nós temos vivido
Privados de gozar a VOSSA estima;
He justo que agora a suplicando
Nos seja dada a concessão de um bem
Que nesta nossa vida mais prezamos;
Ficando sempre em nossa lembrança
O summo zêlo que de nós Tomar-deis
Como o monumento o mais perpetuo,
Da eterna gratidão, e puro affecto
Que vos consagra o submisso povo
Indigena infeliz, assim chamado
Em quanto não tiver VOSSO SOCORRO.

OFFERENDA A' PATRIA.

AMADA Patria minha clara mãe
Chégou a quadra, quadra dezejada
Que o filho obediente vai mostrar-te
A eterna gratidão, que te consagra,
E disvello que tem sempre empregado,
Atim de dar-te uma pequena prova
De que aspira todos teus progressos:
Attende, attende minha mãe querida;
Recbe de teu filho esta offerenda.
É como mlie perdoa a grande audacia
De um objecto não mui valioso;
Mas procedente da grande vontade
Que na minha alma existe á teu augmento;
E praza a DEOS que esse meu intento
Se realize em prosperidade.
Embora não goze eu essa fortuna,
Mas teos vindouros filhos acharão
Em tí as bellas lettras florecer,
E se acaso de mim se recordarem
Dirão que para ti sempre fui grato:
E para mim grande louvor será
Pois neste mundo nada aspiro tanto
Como mostrar que amo a minha patria
Inda para mim sendo ella ingrata,
Mas este meo prazer he de tal sorte
Que só terá fim com a minha morte.

AOS LEITORES

O MEU pensar quanto ás impressões he justo; mas as paixões e as presumpções não calam, nem se moldam á razão; pelo menos, mui bem se mostra pelo nenhum apreço que se dá aos escriptos, e ao respeito que se nega ás noticias que nos transmite a antiguidade. Mas esta guerra não me inquieta, pois teimoso em meu modo de pensar, seguirei sempre o systema de aprender, por que depois que fiz esta alliança muitas justificações tenho em favor de mim mesmo; e posso dizer que este he o unico termo de minha fortuna, e que me tem reduzido, de certo tempo em diante, a não me ver já reduzido a cinzas. A occasião de uma derrota pecuniaria he bem má para fazer pazes com o espirito; todavia eu julgo que nenhuma ha mais apropriada; e offereço em abono d'este dizer a mediação das reflexões, esse santélmo das irreflexões, e das angustias. A sorte do mundo está dependente de prosperidade, e de azares, pois não sabemos que haja plano organizado a tal respeito; logo quem se apartar d'esta recordação me'e'se em uma luta com a qual não pode: eis o de que me quero livrar, para de todo apagarem-se as faiscas de um fogo abrazador. Isto cuido que basta para mostrar a linha de conduta que espero dos meus leitores, a cerca do acolhimento desta obra.

DECLARAÇÃO

O editor e author declara que tanto a Grammatica, como o Dictionario, a Historia dos Indios, e a sua Medicina — vão todos os volumes assignados de sua propria lettra, a fim de evitar publicações apocriphas, como muitas vezes acontece.

Prologo do Re-Impressor.

Se ao editor, ou re-impressor de uma obra não cabe a mesma gloria que cabe ao seo auctor, o mesmo acontece ao traductor; mas em ambos os casos as luzes se espalham, e o publico ganha nas noticias que ellas dão. (1)

Eu sigo a Tucidides: diz elle: *He vergonhoso não ousar confessar sua pobreza; muito mais vergonhoso, porem, he não procurar livrar-se della pelos meios honestos, e bem entendidos.*

Eu applico a lição a mim mesmo: vergonhoso me sinto por não ter os principios litterarios que desejava; e mais vergonhoso me sentiria, se não ousasse procurar mitigar o meu mal pelo meio da leitura (2); quanto mais que he um dever o saber a linguagem do Povo, entre o qual se vive, e he um outro dever legar á posteridade algum trabalho. Além, pois, destas para mim tão doces lembranças, outras mais fortes me aguilhoaram: 1.^a obedecer submissivamente a SUA Magestade Imperial; 2.^a o cumprir, trabalhando, com o que dispõe a imperiosa mão do Destino ao nascer o homem, pois que desde então, ao meu ver, fica prescripto o seo futuro, e por isso differentes

(1) A este quadro ajunte-se o outro de se livrar o re-impressor, ou editor, da languidez, que he a fonte dos vicios.

(2) Se o contrario eu fizesse, necessitaria talvez dos suffragios de Millisso, quando disse, fallando de Balista, mestre de Gladiadores; *De pedras taes montões cobre a Balista; vai noite e dia viandandi a salvo.*

Vid. Poem Affons. African.

Visto que o homem, que não faz por apprender, só serve para conduzir pedras de uns para outros lugares afim de attiral-as a seo salvo.

mudanças apparecem na digressão da vida; 3.^a fazer aos meos jovens patricios, e aos degradados nas brenhas, não por crimes, o serviço de lhes dar a conhecer o Dictionario e Grammatica da sua Lingua explicadas na portugueza, do que lhes poderá resultar civilização; e he de esperar, como pede a razão que se mande ensinar nas primeiras aulas, como cousas precisas: 4.^a lembrar com as ditas publicações o quanto interessa a domesticação dos Indios em proveito commum, até para suprir, os braços africanos, que nos tem acarretado graves males. Concluo, portanto, fazendo sincéros vótos, a fim de que seja bem acceito o meu presente embora limitado; e que uma excepção benefica a respeito do meu merito, como escriptor o apadrinhe; e unindo a isto o desejo de que os Indios, ora vexados, e opprimidos pelo pezo, e dissabor de uma vida tritonha, e inculta, quando melhorados, bem digam e transmittam com as suas bençams, como canticos aos futuros seculos, o HEROE BRASILEIRO O SENHOR D. PEDRO II, o Despertado das luzes, e das artes: Foi Quem Solicitou, e Decretou a impressão do nosso Dictionario, e Grammatica, ha tanto tempo em abandono.—Graças lhe sejam dadas (3); pois que por este seu desvelo um dia poderá também dizer, como o maior dos Czares—

*Em cidades tornei fetidos brejos,
E fiz dos charcos resurgir o imperio.*

Pois não bastava só o serviço do Meo Augusto Pai na fundação do imperio; necessario tão bem se faz, que elle prospere debaixo dos Meus Auspicios. (4)

(3) Nos dous Epitomes, que igualmente dou ao prelo; um da Historia dos Indios, contendo os vocabulários de diferentes nações, os nomes delas e de muitas tribus; e outro de Medicina Pativa, de que usão os mesmos Indios; já approvados por muitos facultativos, entrando no numero destes o senhor doutor lente de botanica, da escola desta cidade, e o primeiro além de já ter firmíssimos apoios dos honrosos do Brazil como se verá de suas cartas; com a approvação por parte do governo, do Dr. director dos estudos, e dos Indios, e do meu secretario do mesmo governo mostro quanto imperiosa fôra a Augusta Vontade do nosso Monarcha para mim.

(4) Confessar devo, que em vão recorri á assemblea legislativa provincial, para que coadjuvasse a bem de tão louvaveis impressões,

Sua Magestade com um tal beneficio busca a civilisação dos Indios da mesma forma que o pontifice Paulo 3.^o no anno de 1536 por sua bulla buscou dissolver a druida, em que estavam os hespanhoes de serem os americanos homens, ou Ouráng-outángos. Quanto póde o erro, ou a malvadeza!! Quanto póde a obscuridade dos seculos, e a imbecilidade dos homens !!!

maximé sendo solicitadas por SUA Magestade, por que a decizão foi pela negativa; mas como cabia em seo direito decidir por qualquer fórma, tive de conformar-me; ãão podendo deixar de louvar o seu zelo pela economia dos dinheiros publicos. Feliz a nação, e mais feliz ainda a minha provincia por trabalhar com tanto affêrro para livrar o império Diamantino de um *deficit* que por tal dispendio talvez lhe pudesse sobrevir. — Alguns dos Srs. deputados provinciaes promettem fazer que se espalhem as obras pelas aulas de primeiras letras: Deos queira que assim o façam para gloria dos povos, que os tem escolhido, na esperanza de encontrarem Protecção pelos seus discursos parlamen-

Prologo do autor o Padre Luiz Figueira

Não he facil, pio leitor, aos que aprendem alguma lingua estrangeira, de idade já crescida, alcançar todos os segredos, e delicadeza dellas, principalmente não havendo arte, nem mestres que por arte a ensinem. E por estas razões se podem desculpar as faltas que nesta obrazinha se acharem.

O gosto, e desejo, que sempre tive de saber esta lingua, para ajudar a estes pobres Brasil; e a falta, que havia de arte, para ella se aprender me obrigaram a querel-a saber, e aprender de raiz por fundamento, e regras que busquei, consultando-as, e dando-as a examinar a indios naturais, a poucos grandes linguas nascidos, e criados entre os mesmos indios do Brasil. E as mesmas razões acima ditas me obrigaram, e alguns padres, e irmãos curiosos de nossa Companhia, que tiveram noticia deste meu trabalho, me estimularam, e animaram a tomar atrevimento para sahir á luz com elle. E ainda que a obra seja imperfeita, a muitos será proveitosa; e tambem a quem quizer fazer outra perfeitissima, porque *Facile est inventis addere.*

Vale.

Grammatica da Lingua Geral dos Indios do Brasil

Das letras que se usão nesta Lingua

As letras, de que se usa nesta Lingua, são as seguintes: A, B, C, D, E, H, I, Y, K, M, N, O, P, Q, R, T, V, X, til. Ficam excluidas, F, L, S, Z. Tambem se não usa do rr dobrado, ou aspero.

O i, — jota — serve como no Latim, ora de vogal, ora de consoante. Constatam os antigos linguas usar deste mesmo i, jota com dois pontos, um na cabeça, e outro no pé, e lhe chamavam — i — grosso, porque a pronunciação he como entre u, e i. Donde nasce que alguns o fazem u, e outros o fazem i, e forma-se na garganta, como *ig*; mas porque na impressão não se pode metter este i com os dois pontos, em lugar delle se por y; o qual todas as vezes que se achar no meio, ou no fim de alguma dicção, se pronunciará como grosso no modo sobredito.

A letra u, nesta lingua sempre he vogal, e nunca consoante.

Assim que nesta lingua são seis letras vogaes *a, e, i, y, o, u*.

Destas seis letras se formam onze diphtongos, nos quaes de duas letras vogaes se faz uma só syllaba, e são os seguintes: *ai, éi, yj, ôi, ûi, âo, éu, áu, iû, ôu, ûu*. Cujos exemplos se pódem ver nos verbos seguintes. *A-cal*, queimo-me *a-jucei* desejo comer alguma coiza; *acepyj*, borrito, *a-yopdi*, convido; *ai-mongûi*, desfazo; *ai-mongararaò*, desconjuncto; *Yjucaû*, terceira pessoa relativa do verbo *a-iucà*, elle o mata; *y-èu*, elle chora, *ynhemomècuù* elle se confessa.

Acerca da letra K, se advirta, que os antigos linguas não fizeram caso della, com tudo ha muitas dicções nesta lingua, que não se podem

bem escrever sem ella: seja exemplo o conjuntivo do verbo, *ayo-çoc*, que he *çoc-eme*. No qual conjuntivo não seria natural a mudança da letra derradeira C, em Q, dizendo, *çoqueme*, porque não ha razão boa para se fazer a tal mudança. Nem tambem se pode conservar a tal letra C, ajuntando-lhe a dicção *eme*, que he necessario ajuntar-se-lhe: porque então sôaria a letra C, como S, por causa da letra E, que se segue, *çoceme*; e he necessario soar como Q. E se escrevermos o conjuntivo com a letra K, soará bem, e fica a mudança natural do C, em K, porque a letra K, he dobrada, e composta do *ch*, e o som fica tambem *çokeme*. Podém quem o escrever com a letra Q, *çoqueme*, tambem se entenderá, e quem quizer o póde fazer.

Tambem nesta lingua não ha conjuncção de duas letras, muta, e liquida, *bla, cla, tra*, etc.

Na composição de syllabas ha muitas mudanças, que aqui não pomos, por evitar confusão, o *yzoo, ara*.

Declinação dos nomes por numeros, e casos.

Os nomes nesta lingua, communmente não tem distincção de numeros, singular, e plural, nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, e em todos os casos, v. g. *oca*, casa, ou casas: *apyaba*, homem, ou homens.

Os numeros porém se distinguem com alguns nomes adjectivos, que servem somente de singular, ou do plural; ou não havendo estes se entende do modo de fallar. E os casos se conhecem por algumas preposições, ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos.

Nomes adjectivos do singular, e plural.

Os nomes adjectivos, que significam coisas singulares, ou do plural somente, são numeracs: e os que não são numeracs, não tem distincção de plural, e singular.

Os numeracs do singular são os seguintes. *Oyepé*, hum; *ymocōya*, o segundo; *ymocopyra*, o terceiro. *Oyepé-umbe*, hum e hum. *Oyepê-yepê*, dois hums por si.

Os numeraes do plural são os seguintes. *Maçõi*, dous. *Maçapyr*, tres. *Monherundic*, quatro. *Ambò*, cinco: ou huma mão, que tem cinco dedos. *Opacombò*, dez, ou ambas as mãos.

Xe-po xe-pyg, meus pés, e mãos, que são vinte. *Amo amó*, alguns. *Ceta, ceta, ete*, muitos. *Ceyj*, muitos. *Mobyr* alguns ou quantos? *Mobyriô*, muitos. *Opa opa-benhe, opa-catù*, todas. *Oyepe-guaçu*, todos juntos em hum corpo.

Oyepe, junto com verbo no plural. Todos juntos. *Na*, mostrando os dedos. Tantos, *Cic, Pabë*, todos. *Yabiô*, cada hum, 1. singuli.

Com os ditos nomes adjectivos juntos aos substantivos, significamos a multidão.

Ahe, he o mesmo que *hic*, este, he singular. *Aõa*, he o mesmo que *hi*, estes, he plural. *Teya*, significa multidão de gente, he colectivo.

Não ha mais distincção de humeros.

Da diffinição dos casos.

Assim como na lingua portugueza em lugar de caso ajuntamos algumas preposições aos nomes, v. g. Pedro, de Pedro, a Pedro, para Pedro, com Pedro, etc. Assim tambem nesta lingua qualquer nome substantivo he governado, e varia com preposições.

Do Nominativo.

Qualquer nome substantivo posto só, ou com o adjectivo, serve de nominativo ao verbo v. g. *Boya o-poroçuù*, a cobra morde a gente.

Do Genitivo.

Qualquer nome substantivo posto com outro tambem substantivo, se estiver no primeiro lugar, fica sendo genitivo. v. g. *itá coára*, buraco da pedra; o nome *itã*, he o genitivo.

Do Dativo

Para pormos o nome em dativo ajuntamos-lhe a preposição *pe*, ou *çupé*. v. g. *Enheeng de-r-uba-pe, Enheeng-derûba-çupè*. Falla a teu pai.

Os pronomes seguintes tem dativos proprios e particulares.

Yxe, Ego, no dativo tem *yxe-be*, ou *yxe-bo* mihi.

Nde, Tu, no dativo faz *nd-ebe*, ou *nde-bo*, tibi.

Ore, Nós outros; *oro-be*, ou *ore-bo*, Nobis.

Yande, nós todos; no dativo, *yande-be*, ou *yand-bo*; nobis omnibus.

Feê, vos outros, no dativo. *Peê-me*, ou *peêmo* ou vobis omnibus.

A estes se ajunta este *ace*, que significa homem neste sentido, diz homeni faz homem, e no dativo tem *acê-be*, ou *ace-bo*.

Do Accusativo.

O accusativo se significa de varios modos seguintes. 1. Por accusativo do verbo activo se põe o nome simplesmente junto do mesmo verbo, ut *A-juca boyá*, matei huma cobra; *ai-moete Tupã*, honro a Deos. O 2, accusativo com verbos de movimentos para ir ter com alguma pessoa, a algum lugar, a tal pessoa se denota com a preposição, *pyri*, isto he, *Ad*. E o lugar se denota com a preposição *pz*, isto he, *Ad*, ou com a preposição *rupi*, isto he, *per*, ou com a preposição *bo*, isto he, *per*, ut *a-co xe-r-uba pyri*, *com-pe-nhum rupi*, isto he, vou ter com meu pai á roça, e vou pelo campo.

A preposição *bo*, significa extensão de lugares, v. g. *a-ço-caa-bo*, vou pelos matos, como os que vão á caça, *a-ço-ôca-bo*, vou pelas casas. *Aico xe-r-a muya recô-bo*, vivo pelos costumes de meus avós.

Outras preposições tambem pedem accusativo, como diremos tratando dellas.

Quando o verbo activo está entre dois nomes terceiras pessoas, fica duvidoso qual dos nomes he accusativo, e qual nominativo, como se vê nesta oração: *Boya o-juca cunhã*. Não se entende bem se a cobra matou a mulher, ou a mulher a cobra; he necessario declarar com outro nome qual foi a morta ou *boya y-juca pyra*, isto he, a cobra foi a morta.

Mas com tudo nos modos, em que os verbos perdem os artigos, que são o conjunctivo, infinitivo, e dahi por diante, como veremos, devese atentar os dois nomes terceiras pessoas estar antes do verbo, e o nome que lhe ficar immediatamente, elle será o accusativo; *boya cunhã* *juca*, se a cobra matar a mulher; *cunhã* he o accusativo.

Estas duas palavras *oró*, *opô*, são dois accusativos do singular, e plural da segunda pessoa; *orô*, he o mesmo que *Te*: *opô*, he o mesmo que *vós* no accusativo. Mas somente se usa quando a primeira pessoa do singular *Ego*: ou no plural *Nos*, se põe por nominativo do verbo activo; e somente nos modos, que tem artigos, que são o indicativo, e optativo (não entra nesta conta o imperativo, porque ainda que tenha artigos, com tudo tem outro modo de fallar))v. g. *Exe oro-jucâ*, eu te mato. *Opo-jucâ*, vos mato. *Ore oro-jucâ*, nós outros te matamos. *Ore opo-jucâ* nós outros vos matamos.

Do Vocativo

O Vocativo só tem distincção do nominativo, nos nomes acabados em letra vogal com acento na penultima: e a distincção he perderem a ultima vogal no vocativo. v. g. Este nome *Morubixâba*, o governador, ou superior; no vocativo *Morubixab*.

Todos os mais vocativos, e estes tambem se denotam com esta particula *guí*, ou *gue*, que he o mesmo, que *Oh*, no portuguez; e assim como *diancia*, *xe-rub-guê*, as mulheres devem em lugar de *guí*, ou *gue*, dizer *is*, ou *is*. *Xe-cyg-ja*, oh minha mãe.

Do Ablativo

O Ablativo se distingue com a preposição *cul*, que significa com o *De*, ou *ex*. *A-jur-ae co cul*, venho da minha roça.

Das Conjugações dos Verbos

Duas são somente as conjugações affirmativas de todos os verbos; salvo algumas irregulares, que poremos em particular. A estas conjugações affirmativas, respondem outras duas negativas.

E havemos logo de advertir, que os verbos huns se começam por artigos, outros se começam por pronomes; e pelos artigos, e pronomes se conhecem, e distinguem as pessoas, e numeros dos verbos; porque a voz nua dos taes verbos é sempre á mesma sem distincção alguma.

Mas os artigos, e os pronomes respondem igualmente aos pronomes latinos, *Ego, Tu Ille, Plur. Nós, Vós. Illi.*

O primeiro artigo de A, singello serve a quase todos os verbos neutros, e alguns activos. O 2. artigo *ai* somente serve a muitos activos, e a estes dois neutros, *ai-cò, ai-que*. Assim os artigos, como o pronome, tem duas terminações, ou fórmulas na primeira pessoa do plural, como vemos. A primeira fórmula inclue em si a pessoa, ou pessoas, com que fallamos; ut *ya-jucá*, nós matamos ou nós, e vós também conosco. A 2. fórmula exclue a pessoa, ou pessoas, com que fallamos: ut *oro-jucá* nós outros matamos, não entrando vós nisso. E isto se deve notar, e ter diante dos olhos.

1. Art. A, Ege, O. Plur. Ya, Oro, Pe, O.
2. Art. Ai, Ege, O. Plur. Yac, Oròt, Pét, O.
Pronome. Xe, Néd, Y. Plur. Yande, Ore, Pe, Y.

PRIMEIRA CONJUGAÇÃO GERAL DOS VERBOS

DO ARTIGO A.

Modo Indicativo.

Tempos. Presente. Imperfeito. Preterito.

Plusquamperfeit.

A-jucá. *Eu mato, matava, matei, matára, ou tinha morto.*

Ere-jucá. *Tu matas, matavas, etc.*

O-jucá. *Elle mata, matava, etc.*

Plural.

Ya-jucá. *Nós, e vós matamos, etc.*

Oro-jucá. *Nós sem vós matamos, etc.*

Pe-jucá. *Vós matais, mataveis, etc.*

O-jucá. *Elles matão, matavão, etc.*

Advertencia 1.

Para denotarmos mais claramente, que fallamos por imperfeito, juntamos muitas vezes esta particula, *Aèreme*, que significa, então; ut *A-jucá-aèreme*, então matava eu.

Imperfeito.

Y-jucá-aèreme. *Eu matava.*

Ere-jucá-aèreme. *Tu matavas.*

O-jucá-aèreme. *Elle matava.*

Plural.

Ya-jucá-aèreme. *Nós e Vós matavamos.*

Oro-jucá-aèreme. *Nós, sem Vós matavamos.*

Pe-jucá-aèreme. *Vós mataveis.*

Oro-jucá-aèreme. *Elles matavam.*

Advertencia 2.

Ao preterito perfeito tambem se ajunta muitas vezes esta particula *uman*, ou *umoan*, que significa o mesmo que *Ià*: *ut a-juca-uman*, já matei, ainda que esta mesma particula *uman*, tambem póde servir n'outros modos de fallar; como no imperativo; *t-ia jucá-uman*, matemos já, ou no presente, *a-jur-uman*, já venho, ou já vou.

Numero singular.

A-jucà-uman. Eu matei. O-juca-uman. Elle matou.

Ere-jucà-uman. Tu mataste. Numero plur. etc.

Advertencia 3.

E para denotarmos mais claramente o Plusquam perf. podemos ajuntar ambas as sobreditas particulas, *uman-ae-reme*: *ut a-juca-uman-aereme*. Já eu então tinha morto.

Preterito plusq. perfeito.

Numero sing.

A-juca-uman-aereme. Já eu então tinha morto.

Ere-juca-uman-aereme. Já tu então tinhas morto.

O-juca-uman-aereme. Já elle então tinha morta.

Numero Plural, etc.

Excepção 1.

Os verbos, que depois do artigo *A*, immediatamente tiverem algumas destas quatro syllabas *ra*, *re*, *ro*, *ru*, entremeterão esta syllaba *gué*, entre o artigo, e a tal syllaba, mas isto na terceira pessoa somente; *ut aração*, eu levo, *ere-raço*, tu levas: *o-gue-raço*, elle leva, *areco* eu tenho: *ere-reco*, *o-gue-reco*. *A-ro-quer*, *ere-ro-quer*, *o-gue-ro-quer*. *A-rur*, *e-re-rur*, *o-gue-rur*, etc.

Excepção 2.

Os verbos, que depois do artigo, immediatamente tem algumas destas syllabas, *yo, nho*; na terceira pessoa perdem a tal syllaba: ut *a-yo-çoc, ere yo-çoc, o-çoc*, dar de ponta com algum páo. *A-nho-tim, ere-nho-tim tim*; enterrar, ou plantar

Futuro

A-juca-ne. Eu matarei. O-juca-ne. Elle matará.
Ere-juca-ne. Tu matarás.

Plural.

Ya-juca-ne. Nós, e vós mataremos.
Oro-juca-ne. Nós sem vós mataremos.
Pe-juca-ne. Vós outros matareis.
O-juca-ne. Elles matarão.

Modo Imperativo.

Tempo presente

E-juca. Mata tu. T-o-juca. Mate elle.

Plural.

T-ya-ju-cã. Matemos nós, e vós.
Pe-juca. Matai vós.
T-o-juca. Matem elles.

Futuro, modo mandativo

T-ere-juca-ne. Mataras tu.

Plural.

T-e-pe-juca-ne. Matareis vós outros.

Modo Optativo.

Tempo presente, e imperfecto.

A-juca-temomã. *Oxalá matasse eu, ou matara.*

Ere-juca-temomã. *Matasses tu, ou etc.*

O-juca-temomã. *Matasse elle, etc.*

Plural.

Ya-juca-, ou oro-juca-temomã. *Oxalá matassemos nós, etc.*

Pe-juca-temomã. *Matasseis vós, etc.*

O-juca-temomã. *Matassem elles, etc.*

Preterito perfeito, e plusq. perf.

A-juca-meimã ou meimomã. *Oxalá tivera eu morto, ou matára.*

Ere-juca-meimã, ou meimomã. *Tiveras tu morto, ou matáras*

O-juca-meimã, ou meimomã. *Tivera elle.*

Plural.

Ya-jucá ou oro-jucá meimã, ou meimomã. *Oxalá tivéramos nós morto.*

Pe-jucá-meimã, ou meimomã. *Tivesseis vós.*

O-juca-meimã, ou meimomã. *Tiveram elles.*

Futuro

A-juca-momã. *Oxalá mate eu.*

Ere-juca-momã. *Mates tu.* O-juca-momã. *Mate elle.*

Plural.

Ya-juca-momã, ou oro-juca-momã. *Matemos nós.*

Pe-juca-momã. *Mateis vós.*

O-juca-momã. *Matem elles.*

Modo Permissivo. Presente.

T-ajúcà. *Mate eu, mas que mate.*

T-ere-jucà. *Mas que mates tu.*

T-o-jucá. *Mate elle embora.*

Plural.

T-ya-jucà, ou toro-juca. *Mas que matemns*

T-ape-juca. *Mas que mateis vós.*

T-o-juca. *Matem elles mas que matem.*

Imperfeito

A-juca-mo. *Eu matara, ou mataria.*

Ere-juca-mo. *Tu matarias.*

O-juca-mo. *Elle matara ou mataria.*

Plural.

Ya-juca-mo, ou um-juca-mo. *Nós mataríamos.*

Pe-juca-mo. *Vós mataríeis.* O-juca-mo. *Elles matariam.*

Preterito perf. e pluzq. Perf.

A-juca-uman-mo, ou a-juca-uman-beemo. *Já eu teria morto.*

Ere-juca-uman-mo. *Já tu, etc.*

O-juca-uman-mo. *Já elle então teria morto.*

Plural

Y-juca, ou oro-juca-uman-beemo. *Já nós então teríamos morto.*

Pe-juca-uman-mo. *Já vós outros, etc.*

O-juca-uman-mo. *Já elles, etc.*

Futuro

T-a-juca-ne. *Matarei eu embora.*

T-ere-juca-ne. *Matarás tu.*

T-o-juca-ne. *Matara elle.*

Plural

T-oro-juca-ne. *Mataremos nós.*

T-ape-juca-ne. *Matareis vós.*

T-o-juca-ne. *Matarão elles.*

Chama-se este modo permissivo; porque o seu significar he como permittindo, que se fação as coizas ou como pedindo licença para as fazer. E ainda que no artigo tenha similhança com o imperativo; com tudo não significa mandando fazer.

Nos modos, e tempos seguintes, se perdem os artigos, o que se deve muito notar.

Modo Conjunctivo.

Presente, Imperfeito, Preterito, Plusquam perfeito, Futuro

Iucareme.) Quando, porque, como se,) Eu mato, matava, matei
matára, matasse, matar, Tu matas, matavas, mataste, ma-
taras, matares, Elle mata, matava, matou, matára, matar.
Nós matamos, matavamos, matámos, mataremos, matarmos,
Vós, etc. Elles, etc.

Modo Infinitivo.

Presente, Imperfeito.

Iucá. Matar, ou que mato, e matava; mata; e matavas. matamos, e
matavamos; matais, e mataveis; matam, e matavam.

Preterito, e Plusquam perfeito.

Iuca-golra. Que matei, e matára, matastes, e matarás, matou, e ma-
tára; matamos, e Mataramos; matastes, e matareis; ma-
tarão, e tinham morto.

Futuro perf., e Supino em Tum.

Íuca-ãoama. Para haver de matar, ou que hei, hás, hã; havemos, haveis, hão de matar.

Futuro imperfeito.

Íuca-ramboéra. Que houvera eu de matar, mas não matei; que houvera tu; houvera; houveramos; houvereis; houverão elles de matar; mas não aconteceo.

Supino passivo, ou particípio passivo.

Y-juca-pyrana. Para se matar; coisa que hade ser morta; digna de ser morta.

Gerundio, e Supino.

Íuca-bo. A matar; para matar, e matado.

Toda conjugação activa passa se conjugam todos os verbos do artigo *A*, em *Á*. Os sejam activos, ou passivos, ou neutros, absolutos, simples, ou compostos, que toda esta variedade ha de verbos. Só tem duas differenças os activos, de todos os mais nomeados, a que chamamos não activos. A primeira differença he, que só dos activos nasce o supino passivo, ou particípio em *ya*, com sua variedade de tempos; como do verbo a *juca*. *yjuca-pyra*, o que he morto. *Y-juca-pyroéra*, o que foi morto. *Y-juca-pyráma*, o que ha de ser morto. *Y-ju-ca pyramboéra*, o que houvera de ser morto, mas não foi.

A segunda differença he, que os gerundios dos activos tem uma só terminação para todas as pessoas, e ambos os numeros sem artigo, e todos os mais gerundios tem varios artigos para as pessoas, e numeros. E os verbos de pronome, *xe*, tem tambem sua variedade de pronomes no principio. Os artigos do gerundio dos verbos não activos, são os seguintes. *Gui*, *E*, *O*. Plur. *Ya*, ou *oró*. *Pe*, *O*. Sejanos exemplo o gerundio do verbo neutro *a-pac*, que significa acordar.

Gui-paca. *Acordando eu.* O-paca *Acordando elle.*
E-paca. *Acordando tú.*

Plural.

Ya-paca, ou oro-paca. *Acordando nós.*
Pe-paca. *Acordando vós.* O-paca. *Acordando elles.*

Da ultima letra, em que se acabão os gerundios de todos os verbos, diremos adiante nas advertências geraes.

Conjugação do verbo negativo.

Para negarmos qualquer coiza nesta lingua, se usa de varios modos de negações, todas annexas ao verbo, compondo-se com ellas, e com o verbo affirmativo outro verbo negativo, com sua variedade de modos, e tempos, como iremos vendo. E todos os verbos se negão da mesma maneira. E note-se que as negações começam pela letra *N*. E tambem admittem a letra *D*, depois do *N*, ut *n-a-juca-i* ou *n-da-juca-i*, ou com o *D* sómente. *Da-iuca-i*.

Modo indicativo do verbo negativo.

Presente. Imperfeito. Preterito. Plusq. perf.

N-a-juca-i. *Eu não mato, matava, etc.*

N-dere-juca-i. *Tu não matas, etc.*

N-do-juca-i. *Ele não mata, matava, etc.*

Plural

N-dya-juca-i. ou *n-oro-juca-i.* *Nós não matamos.*

N-ape-juca-i. *Vós não mataes.*

N-o-juca-i. *Elles não matão.*

Advertencia.

Quando negamos com esta negação (ainda não) que denota haver, se ainda de fazer a coiza, que não se fez, usa-se este modo de fallar (*li-mi-rand*), e tem sua variedade de pessoas da maneira seguinte.

N-d-aei-ranhe. *Ainda eu não.*
 N-d-erei-ranhe. *Ainda tu não.*
 N-d-ei-ranhe. *Ainda elle não.*
 N-d-iaei-ranhe, ou n-d-oro-ei-ranhe. *Ainda nós não.*
 Na-pe-jei-ranhe. *Ainda vós não.*
 N-d-ei-ranhe. *Ainda elles não.*

Com o qual modo de fallar se poem necessariamente o verbo no gerundio entremettido no meio destas duas particulas. *N-d-a-ei-ranhe*: ut,

N-d-a-ei-gui-paca-ranhe. *Ainda eu não acordei.*
 N-d-erei-paca-ranhe. *Ainda tu não acordaste.*
 N-d-ei-paca-ranhe. *Ainda elle não.*
 N-d-iaei-paca-ranhe. *Ainda nós não ou N-d-o-roei-oro-paca-ranhe.*
 Na-pe-jei-paca-ranhe. *Ainda vós não acordastes.*
 N-d-ei-paca-ranhe. *Ainda elles não, etc.*

Futuro negativo

N-a-jucá-xoene. *Eu não matarei.*
 N-d-oro-jucá-xoene. *Tu não matares.*
 N-o-jucá-xoene. *Elle não matará.*

Plural

N-d-ai-jucá-xoene, ou N-d'oro-jucá-xoene. *Nós não mataremos.*
 N-a-pe-jucá-xoene. *Vós não matareis.*
 N-o-jucá-xoene. *Elles não matarão.*

Modo imperativo negado.

Presente.

E-jucá-ume. *Não mates tu.* To-jucáume. *Não mate elle.*

Plural.

T-ia-juca-ume. *Não matemos nós, e vós.*

Pe-juca-ume. *Não mateis vós.*

T-o-juca-ume. *Não matem elles.*

Futuro, ou modo mandativo.

T-ere-juca-umene. *Tu não matarás.*

Plural.

T-a-pe-juca-umene. *Vós não matareis.*

Modo Optativo negativo.

Presente. Imperfeito.

N-a-jucai-xoete-momã. *Oxalá não matará ou, ou matasse*

N-d-ere-jucai-xoete-momã. *Não matáras tu.*

N-o-jucai-xoete-momã. *Não matasse elle.*

Plural.

D-ia-jucai, ou d-oro-jucai-xoete-momã. *Não matassemos nós.*

N-e-pe-jucai-xoete-momã. *Não matarcis vós.*

N-o-jucai-xoete-momã. *Não matassem elles.*

Preterito, e plusq. perf.

N-a-jucai-xoe-meimã, ou meimomã. *Oxalá não tivera eu, ou tivesse morto.*

N-d-crê-jucai-xoe-meimã, ou meimomã. *Não tivera tu morto.*

N-o-jucai-xoe-meimã, ou meimomã. *Não tiveras tu morto.*

Plural.

N-ia-juca-i-xoe, ou n-d-oro-juca-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Não tivéssemos nós.*

N-a-pe-juca-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Não tivésseis vós morto.*

N-o-juca-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Oxalá não tivessm elles morto, etc.*

Fallando pelos tempos, Imperfeito, Pretérito, e Plusquamperfeito, pode-se metter a particula. *aêreme*, isto he, então.

Futuro

N-ia-juca-i-xoe-meimã. *Prana a Deos que não mate eu.*

N-a-pe-juca-i-xoe-meimã. *Que não mates tu.*

N-o-juca-i-xoe-meimã. *Que não mate elle.*

Plural

N-ia-juca-i-xoe-meimã, ou n-d-oro-juca-i-xoe-meimã. *Prana a Deos que não matem nós.*

N-a-pe-juca-i-xoe-meimã. *Que não mateis vós.*

N-o-juca-i-xoe-meimã. *Que não matem elles.*

Modo permittivo negativo.

Presente.

T-a-juca-ume. *Não mate eu.*

T-e-re-juca-ume. *Não mates tu.*

T-o-juca-ume. *Não mate elle.*

Plural

T-ia-juca-ume ou t-oro-juca-ume. *Não matemos.*

T-a-pe-juca-ume. *Não mateis vós.*

T-o-juca-ume. *Não matem elles.*

Imperfeito, Preterito, e plusq. perf.

N-d-a-juca-i-xoe-mo, ou n-d-a-jucai-xoe-beemo. *Eu não matara, ou tivera morto.*

N-d-ere-juca-i-xoe-mo, ou xoe-beemo. *Tu não mataras, ou terias morto.*

N-d-o-jucai-xoe-mo, ou xoe-beemo. *Elle, &c.*

Plural

D-ia-juca-i-xoe-mo, ou n-d-oro-jucai-xoe-mo, ou xoe-beemo. *Nós não matáramos.*

N-a-pe-juca-i-xoe-mo, ou xoe-beemo. *Vós não.*

N-o-juca-i-xoe-mo, ou xoe-beemo. *Elles não.*

Aqui se pódem também ajuntar as particulas *uman, umoan, aere-me*: u-n-juca-i-xoe-uman-beemo aereme. *Não tivera eu ainda então morto, etc.*

Futuro

T-a-juca-umene. *Não matarei eu.*

T-ere-juca-umene. *Não matarás tu.*

T-o-juca-umene. *Não matará elle.*

Plural

T-ia-juca-umene, ou t-oro-juca-umene. *Não mataremos nós.*

T-ape-juca-umene. *Não matareis vós.*

T-o-juca-umene. *Não matarão elles.*

Modo conjunctivo negativo.

Presente, Imperfeito, Preterito, Plusq. perf.

Indicativo. (Quando, porque, como, &c.) *Eu não mato, matava, matei, mato, matava, matei. Tu, elle, nós, vós, elles.*

Modo Infinitivo negativo.

Preterito. Imperfeito.

Iuca-cynie. *Não matar, ou que não mato, não matava; não matas, não matavas; não mata, não matava; não matamos, não matávamos; não matais, não matareis; não matão, não matarão.*

Preterito. Plusquamperfeito.

Iuca-cynie-gora, ou Iuca-gor-cyma. *Não ter morto, ou que não matei, não matara; não mataste, etc.*

Futuro perfeito, e Supino.

Iuca-cynie-buma, ou Iuca-bum-cyma. *Fara não haver de matar; a não matar, para não matar. Eu, tu, elle, nós, etc.*

Supino passivo, e Participio passivo.

V-pua-pua-mubuma, ou V-pua-quã-muzma. *Cóisa que não ha de ser morto, digno de se não matar.*

Gerundio, e Supino activo.

Iuca-cyma. *A não matar; para não matar.*

Gerundios dos verbos não activos.

Tudo se gerundio dos verbos, que não são activos se negão com auzi dinda (Eyma) no fim: ut.

Iuca-pac-cyma. *Não acordando eu.*

E-pac-cyma. *Tu.*

O-pac-cyma. *Elle.*

Plural

V-pua-cyma, ou O-pac-cyma. *Nós.*

Pi-pac-cyma. *Vós.*

O-pac-cyma. *Elle.*

Advertencia sobre estas negações.

Bem se deixa ver a variedade destas negações. O indicativo no Presente, Imperfeito, Preterito, e Plusquam perfeito se nega pondo no principio antes do artitgo algumas das letras *N*, *D*, ou ambas juntas *N-d*. E no fim, a letra *i*, ut *a-juca*. *N-a-juca-i*, ou *n-d-juca-i*. *N-d-ere-juca-i*, etc.

E se ajuntarmos no fim do verbo esta dicção, *eymi*, serão duas negações, que affirmarão: ut *a-juca*, eu mato. *N-a-juca-i*, não mato. *N-a-juca-eymi*, não deixo de matar. *Ai-monhang*, eu faço. *Nai-monhang-i* não faço. *Nai-monhang-eymi*, não deixo de fazer.

O futuro deste indicativo se nega metendo esta syllaba *xo*, ou *xoe*, antes da syllaba *ne*: ut *a-juca-ne* matarei: *N-a-juca-i-xoe-ne*, não matares, ou *na-iuca-xo-ne*; outros dizem, *na-juca-xoe-i-rine*, mettendo tambem a syllaba *ri*.

O imperativo naga-se com a dicção *umes* ut e *iuca-umê*, não mates tu.

O conjuntivo se nega com a dicção, *eyme*, no fim. depois se ajunta esta dicção *xoe*, ou *xoer*, antes da dicção, *temomã*, ou *meimã*, ou *meimomã*: ut *n-a-juca-i-xoe-temomã*.

O permissivo nega-se com a dição, *vme*, e no futuro *vmene*.

O conjuntivo se nega com a dicção, *eyme*, no fim.

O infinitivo, e mais tempos seguintes, se negão com a dicção *cyma* no fim.

As letras *N*, *D*, *Nd*, quando no principio do verbo achão letra consoante, tomão consigo a letra *A*; ut *nape-jucai*, etc.

SEGUNDA CONJUGAÇÃO GERAL DOS VERBOS

QUE COMEÇÃO POR PRONOME, *Xe*.

Modo Indicativo affirmativo.

Tempo presente, Imperfeito, Preterito, Plusquam perfeito.

Xe-maenduar. *Eu me lembro.*

De-maenduar. *Tu te lembras.*

Y-maenduar. *Elle se lembra.*

Plural

Yande-maenduar, ou *ore*-maenduar. *Nós nos lembramos.*

Pe-maenduar. *Vós vos lembrais.*

Y-maenduar. *Elles se lembrão.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-*i*. *Eu não me lembro.*

N-a-de-maenduar-*i*. *Tu não te lembras.*

N-y-maenduar-*i*. *Elles não se lembra.*

Plural

D-ian-de-maenduar-*i*. ou *d-ore*-maenduar-*i*. *Nós não nos lembramos.*

N-ape-maenduar-*i*. *Vós não vos lembrais.*

N-y-maenduar-*i*. *Elles não, etc.*

Aqui entra também o que dissemos na primeira conjugação das particulas, *zman*, *zmoan*, *aeremé*, e da negação *d-aei-ranhe*, derivada pelas pessoas, e com o verbo no gerundio; *ut d-aei-xe-maenduar-amorranhe*; ainda me não lembro, ou lembrei. *D-erei-de-maenduar-amorranhe*; ainda tu não, etc.

Advertencia 1.

Sobre as terceiras pessoas destes verbos de pronomes se ha de notar, que o commum das taes terceiras Pessoas, he começarem pela letra *Y*: ut *xe-maenduar-ar*, *n-de-maen-duar*; *y-maenduar*. *Xe-angatu-ram*, *de-angatu-ram*, *y-angaturam*, etc.

Exceptuando-se porém desta regra os verbos, que depois do pronome *Xe*, tiverem a letra *R*, immediatamente, a qual letra *R*, se muda em *ç*, com zeura na terceira pessoa: ut *xe-ro-par*, *n-de-ro-par*, *ç-opar*, andar perdido. *Xe-ro-çang*, *n-de-roçang*, *ç-o-çang*, ser socegado, etc.

Sinco verbos com tudo, que tem *R*, immediatamente depois do pronome *xe*, na terceira pessoa, não tomão *ç*, mas guardão a regra geral, tomando *y*; e são os seguintes. *Xe-rob*, sou amargoso *xe-rò*, sou vesgo; *xe-rurù* estou inchado. *Xe-ryir*, tenho sobrinhos por parte de minhas irmãs; *xe-ro-ygçung*, estou frio. Cujas tres pessoas são as seguintes. *Y-rob-*, *y-rò*, *yrurù*, *y-ir*, *y-royg-çang*.

Tambem se exceptuão daquella primeira, e da segunda regra, os verbos compostos de nomes, cuja primeira letra *T*, fica na terceira pessoa, ainda que na primeira, e segunda pessoa se mude em *R*, immediato ao artigo, ut, deste nome *Tuba*, se forma, e compõe este verbo: *xerub*, que quer significar, eu tenho pai. E ainda que nas primeiras pessoas tenha *R*, immediato ao pronome *xe*, *xerub*, *n-detub*, na terceira pessoa faz *tub*, elle tem pai, etc.

Futuro.

Xe-maenduar-i-ne. *Eu me lembrarci.*

N-d-e-maenduar-i-ne. *Tu*, *Y-maenduar-i-ne*. *Elle.*

Plural

Yande-maenduar-i-ne, ou *ore-maenduar-i-ne*.

Pe-maenduar-i-ne. *Vós*. *Y-maen-duarine*. *Elles.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-i-xoe-ne. *Eu não me*, etc.

N-a-d-e-maenduar-i-xoe-ne. *Tu não.*

N-y-maenduar-i-xoe-ne. *Elle não.*

Plural

N-d-lande-maenduar-i-xoe-ne, ou- n-d-ore-maenduar-i-xoe-ne. *Nós*
não.

N-apa-maenduar-i-xoe-ne *Vós não.*

Ny-maenduar-i-xoe-ne. *Elles não se lembraraõ.*

Modo Imperativo.

Presente.

D-e-maenduar. *Lembra-te tu.*

T-i-maenduar. *Lembre-se elle.*

Plural

T-lande-maenduar. *Lembramo-nos.*

Pe-maenduar. *Lembrai-vos vós.*

T-i-maenduar. *Lembrem-se elles.*

Negative.

D-e-maenduar-umê. *Não te lembraes tu.*

T-i-maenduar-umê. *Não se lembre elle.*

Plural

T-lande-maenduar-ume. *Não nos lembremos.*

T-a-pe-maenduar-ume. *Não vos lembreis.*

T-i-maenduar-ume. *Não se lembrem elles.*

Futuro.

T-lande-maenduar-i-ne. *Lembrar-te-hás.*

Plural

T-a-pe-maenduar-i-ne. *Lembrai-vos-heis vós.*

Negativo.

T-ande-maenduar-umene. *Não te lembrarás.*

Plural

T-a-pe-maenduar-umene. *Não vos lembrareis.*

Modo Optativo.

Presente. Imperfeito.

Xe-maenduar-temomã. *Oxalá me lembrara eu, ou me lembrasse.*
N-d'e-maenduar-temomã. *Te lembráras tu.*
Y-maenduar-temomã. *Se lembrára elle.*

Plural

Yande-maenduar, *ou ore maenduar-temomã. Oxalá nos lem-*
braramos, ou lembrassemos.
Pe-maenduar-temomã. *Vos lembrareis vós.*
Y-maenduar-temomã. *Se lembrarão elles.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-i-xoe-temomã. *Oxalá me não lembrara eu, ou me*
lembrasse.
N-ande-maenduar-i-xoe-temomã. *Não te lembraras.*
N-i-maenduar-i-xoe-temomã. *Não se lembrara ella.*

Plural

D-i-ande-maenduar-i-xoe-temomã, *ou d-ore-maenduar-i-xoe-temomã.*
Oxalá nós não nos.
N-a-pe-maenduar-i-xoe-temomã. *Vos não lembrareis.*
N-i-maenduar-i-xoe-temomã. *Se não lembrarão.*

Preterito, Plusquam Perfeito.

Xe-maenduar-meimã, ou meimomã. *Oxalá me tivera eu, ou me tivesse lembrado.*
De-maenduar-meimã, ou meimomã.. *Tu.*
Y-maenduar-meimã, ou meimomã. *Elle.*

Plural.

Yande-maenduar-meimã, ou meimomã, ou ore-maenduar-meimã, ou meimomã. *Nós.*
meimã, ou meimomã. *Nós.*
Pe-maenduar-meimã, ou meimomã. *Vós.*
Y-maenduar-meimã, ou meimomã. *Elles.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-i-xoe-meim, ou meimomã. *Oxalá me não tivera eu, ou tivesse lembrado.*
N-ande-i-maenduar-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Tu.*
N-y-maenduar-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Elle.*

Plural.

D-yande-maenduar-i-xoe, ou D-ore-maenduar-i-xoe meimã, ou meimomã. *Nós.*
N-a-pe-maenduar-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Vós.*
N-y-maenduar-i-xoe-meimã, ou meimomã. *Elles.*

Futuro.

Xe-maenduar-momã. *Prasa a Deos que me lembre.*
N-a-e-maenduar-momã. *Que te lembres tu.*
Y-maenduar-momã. *Que se lembre elle.*

Plural.

Y-ande-maenduar, ou Ore-maenduar-momã. *Prasa a Deos que nos lembremos nós.*

Pe-maenduar-momã. *Que vos lembreis.*

Y-maenduar-momã. *Que se lembrem.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-i-xoe-momã. *Prasa a Deos que não me lembre eu.*

N-ande-maenduar-i-xoe-momã. *Que não vos.*

N-y-maenduar-i-xoe-momã. *Elle.*

Plural.

N-d-iande-maenduar-i-xoe-momã, ou D-ore-maenduar-i-xoe-momã.
Que não nos lembremos.

N-a-pe-maenduar-i-xoe-momã. *Vós.*

N-y-maenduar-i-xoe-momã. *Elles.*

Modo Permissivo.

T-a-xe-maenduar. *Lembre-me eu.*

T-ande-maenduar. *Tu.*

T-y-maenduar. *Elle.*

Plural

T-iand-maenduar, ou T-ore-maenduar. *Nós.*

T-a-pe-maenduar. *Vós.*

T-y-maenduar. *Elles.*

Negativo

T-a-xe-maenduar-ume. *Não me lembre eu.*

T-ande-maenduar-ume. *Tu.*

T-y-maenduar-ume. *Elle.*

Plural

T-iande, ou Tore-maenduar-ume. *Nós.*

T-a-pe-maenduar-ume. *Vos.*

T-y-maenduar-ume. *Elles.*

Imperfeito, Preterito, plusquam perfeito

Xe-maenduar-mo, ou Xe-maenduar umanmo, ou Xe-maenduar-beemo.

Já eu me lembraria, ou me teria lembrado.

De-maenduar-mo, &c. *Tu.*

Y-maenduar-mo, &c. *Elle.*

Plural

Yande-maenduar-mo, ou Ore-maenduar-mo. *Nós.*

Y-maenduar-mo, &c. *Elles.*

Negativo.

N-a-xe-maenduar-i-xoe-mo, ou Na-xe-maenduar-i-xoe-uranmo, ou N-a-xe-maenduar-i-xoe-beemo. *Não me lembraria eu, ou não me teria eu lembrado.*

N-ande-maenduar-i-xoe-mo, &c. *Tu.*

N-y-maenduar-i-xoe-mo, &c. *Elle.*

Plural

N-d-iande-maenduar-i-xoe-mo, ou d-ore-maenduar-i-xoe-mo, &c. *Nós.*

N-a-pe-maenduar-i-xoe-mo, &c. *Vos.*

N-y-maenduar-i-xoe-mo, &c. *Elles.*

Futuro

T-a-xe-maenduar-i-ne. *Lembre-me eu.*

T-a-de-maenduar-i-ne. *Lembreste tu.*

T-y-maenduar-i-ne. *Lembre-se elle.*

Plural

T-yande-maenduar-i-ne, ou Toremæduari-ne. *Lembre-mo-nos, nós*
T-a-pe-maenduar-i-ne. *Lembrai-vos vós.*
T-y-maenduar-i-ne. *Lembrem-se elles.*

Negativo

T-a-xe-maenduar-umene. *Não me lembre eu.*
T-ande-maenduar-umene. *Não te lembres tu.*
T-y-maenduar-umene. *Não se lembre elle.*

Plural

T-yande-maenduar-umene, ou T-ore-maenduar-umene. *Não nos lembremos.*
T-a-pe-maenduar-umene. *Não vos lembreis.*
T-y-maenduar-umene. *Não se lembrem elles.*

Modo Conjunctivo

Presente, Imperfeito, Preterito, Plusquam, perf. Futuro.

Xe-maenduar-eme. (*Quando, Como, Porque, Sz.*) *Me lembro, lembrava, lembrei, lembrara, lembrasse, ou me lembrar.*
De-maenduar-eme. *Vós.*
Y-maenduar-eme. *Elle.*

Plural

Yande, ou Ore-maenduar-eme. *Nos.*
Pe-maenduar-eme. *Vos.*
Y-maenduar-eme. *Elles.*

Negativo

Xe-maenduar-eyme. *Se me não lembro.*
D-e-maenduar-eyme. *Se tu.*
Y-maenduar-eyme. *Se elles.*

Plural

Yande, ou Ore-maenduar-eyme. *Nós.*

Pe-maenduar-eyme. *Vós.*

Y-maenduar-eyme. *Elles.*

Modo Infinitivo.

Presente, Imperfeito.

Xe-maenduar-a. *Lembrar-me, ou que me lembro, e lembrava.*

N-d-e-maenduar-a. *Lembrares-te, etc.*

Y-maenduar-a. *Lembrar-se, etc.*

Plural

Yande, ou Ore-maenduar-a. *Lembrarmo-nos.*

Pe-maenduar-a. *Lembrardes-vos.*

Y-maenduar-a. *Lembrarem-se.*

Negativo

Xe-maenduar-eyma. *Não me lembrar, ou que não me lembro, nem lembrava.*

N-d-e-maenduar-eyma. *Não te lembrares.*

Y-maenduar-eyma. *Não se lembrar.*

Plural

Yande-maenduar-eyma, ou Ore-maenduar-cyma. *Não nos lembrarmos.*

Pe-maenduar-eyma. *Não vos lembrardes.*

Y-maenduar-eyma. *Não se lembrarem.*

Preterito Plusquam perf.

Xe-maenduar-agoera. *Ter me lembrado, ou que me lembrei, e lembrara.*

N-de-maenduar-agoera. *Tu.*

Y-maenduar-agoera. *Elle.*

Plural

Yande, ou Ore-maenduar-agoera. *Nos.*

Pe-maenduar-agoera. *Vos.*

Y-maenduar-agoera. *Elles.*

Negativo

X-maenduar-agoer-eyyma, ou Xe-maenduareyym-agoera. *Não me ter lembrado, ou que me não lembre, nem lembrara.*

N-d-e-maenduar-agoer-eyma, ou De-maenduar-eym-agoera. *Tu.*

Y-maenduar-agoer-eyma, ou Y-maenduar-eym-agoera. *Elle*

Plural

Yande, ou Ore-maenduar-agoer-eyma, ou Ore-maenduar-eym-agoera. *Nos.*

Pe-maenduar-agoer-eyma, ou Pe-maenduar-eym-agoera. *Vos.*

Y-maenduar-agoer-eyma, ou Y-maenduar-eym-agoera. *Elles não se terem lembrado, &c.*

Futuro perf.

Xe-maenduar-aõama. *Para me haver de lembrar.*

N-d-e-maenduar-aõama. *Para te haveres.*

Y-maenduar-aõama. *Para elle se.*

Plural

Yande-maenduar-aõama, ou Ore-maenduar-aõama.

Pe-maenduar-aõama.

Y-maenduar-aõama.

Negativo

Xe-maenduar-eym-aõama, ou Xe-maenduar-aõam-eyma. *Para me não haver de lembrar.*

N-d-e-maenduar-eym-aõama, &c.

Futuro. imperf.

Xe-maenduar-amboera. *Que me houvera eu de lembrar, &c.*

Negativo.

Xe-maenduar-amboer-eyma. *Que me não houvera de lembrar, &c.*

Gerundio, e Supino.

Xe maenduar-amo. *Lembrando-me eu, a me lembrar e para me lembrar.*

N-de-maenduar-amo. *Lembrando-te tu, &c.*

O-maenduar-amo. *Lembrando-se elle, &c.*

Plural

Yande maenduar-amo, ou Oce-maenduar-amo *Nós.*

Pe-maenduar-amo. *Lembrando-vos vós, &c.*

O-maenduar-amo. *Lembrando-se elle, &c.*

Negativo.

Xe-maenduar-eym-amo. *Não me lembrando eu, ou a me não lembrar. Para me não lembrar.*

N-d-e-maenduar-eym-amo. *Não te lembrando tu.*

O-maenduar-eym-amo. *Não se lembrando elle.*

Plural

Yand-maenduar-eym-amo, ou Ore-maenduar-eym-amo.

Pe-maenduar-eym-amo, &c.

O-maenduar-eym-amo, &c.

Note-se que nos gerundios o pronome nas terceiras pessoas sempre he. O; assim nestes verbos de pronome, como nos verbos neutros de artigo.

Da Conjugação de alguns verbos irregulares.

De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; o por que se não usão mais que em alguns tempos, numeros, ou pessoas; &c. estes melhor se chamão Defectivos, por que tem faltas nas taes cousas; mas nos tempos, que tem, guardam a ordem das conjugações geraes. Outros são propriamente irregulares, por que tendo tudo o que os outros tem, não fasem suas formações da mesma maneira.

E ha de se notar, que as irregularidades destes verbos commumente são nas terceiras pessoas do presente do indicativo; e por consequente nos modos, e tempos que se formão das taes terceiras pessoas: como são o Conjunctivo, Infinitivo, Gerundios, Supinos, e verbaes como veremos, de cuja formação trataremos adiante em seu lugar. Aqui conjugaremos em particular os verbos irregulares.

Do Verbo A-e. Dizer.

Presente.

A-e. *Eu digo.*

Ere. *Tu dizes.*

E-i. *Elle diz.*

Plural.

Yae, ou Oro-é. *Nos.*

Pe-jé. *Vos diseis.*

E-i. *Elles disem.*

Terceira pessoa relativa Y-eú.

Desta terceira pessoa relativa se dá rasão adiante na terceira advertencia geral, das que se dão sobre alguns tempos, e formações dos verbos.

Imperativo.

Presente.

Ere. *Dise tu.*

T-e-i. *Diga elle.*

Plural.

Tia-é. *Digamos.*
Pe-jé. *Dizei vos.*
T-e-i. *Digão elles.*

Conjunctivo. E-reme.

Infinitivo. E. E agoèra. Erama.
E-ramboéra. E-aóáma.

Gerundio, e Supino.

Guy- ja-bo. P-ia-bo. Oya-bo.

Plural.

Ya-ia-bo, ou Oro-ya-bo. Pe-ya-bo. O-ya-bo.

<i>Verbaes.</i> Ei-ára.	<i>O que diz, ou dizia.</i>
I-aba.	<i>O que se diz.</i>
E-çába,	<i>O lugar em que se diz</i>

No mais guarda a conjugação geral, e seus compostos em tudo o seguem.

Do verbo, A-jur. Vir.

Presente.

A-jur. *Venho.*
Ere-jur, *Vens.*
O-ur. *Elle vem.*

Plural.

Ya-jur, ou Oro-jur. *Nos.*
Pe-jur. *Vos vindes.*
O-ur. *Elles vem.*

Terceira pessoa relativa. Túri.

Imperativo.

Pres. Iori, ou E-jor, E-jori. *Vem tu.*
T-our, *Venha elle.*

Plural.

Tia-jur.	<i>Venhamos nós.</i>
Pe-jor, ou Pe-jorì.	<i>Vinde vós.</i>
T-o-ur.	<i>Venhão elles.</i>

Conjunctivo.

	T-u-reme.
<i>Infin.</i>	T-ur-a. T-ur-agoéra. T-ur-áma. T-ur-amboéra.
<i>Sup.</i>	T-ur-aõáma.
<i>Gerundio.</i>	Guy-tú. E-iû. O-û.

Plural.

	Ya-jû, ou Oro-jú. Pe-jú. O-ú.
<i>Verbal.</i>	T-u-çaba. <i>Tempo, ou caminho por onde se vem.</i>

Do verbo A-jub. Estar deitado.

<i>Ind. Pres.</i>	A-jub. <i>Eu estou deitado.</i> Ere-jub. O-ub.
-------------------	---

Plural.

Yàjub, ou Oro jub. Pe-jub. O-u-b.

Terceira pessoa relativa Túi.

<i>Imper.</i>	E-jub. To-ub. Tia-jub. Pe-jub. To-ub.
<i>Conjunct.</i>	T-u-me.
<i>Infinit.</i>	T-ub-a. T-ub-agaéra. T-ub-amboéra. T-ub-ão-ámãa.
<i>Gerund.</i>	Guy-tup-a. E-ju-pa. O-up-a. Y-a-jup-a, ou Oro-jup-á. O-úp-a.
<i>Verbss.</i>	E-up-aba. <i>O lugar, ou tempo a modo de estar deitado.</i>
<i>Verbal.</i>	E-up-aba. <i>O lugar, ou tempo a modo de estar deitado.</i>

Do verbo A-in. Estar deitado.

Indicat. A-in. Ere-in. O-in.
Ya-in, ou Oro-in. Pe-in. O-in.

Terceira pessoa relativa Ceni, ou Nènimas sò no plural.

Conjunct. C-en-eme.
Infinit. C-en-a-. C-en-agoéra.
C-en-áboera. C-ena-õama.
Gerund. Guy-tèn-a. E-in-a-. O-in-a. Ya-in-a, ou Oro-in-a. Pe-in-a. O-in-a.
Verbal. T-en-daba. *Lugar, tempo, ou modo.*

Do verbo Amano. Morrer.

Indicat. A-mano. Ere-mano. O-mano. Ya-mano, ou Oro-mano.
Pe-mano. O-mano.

Terceira pessoa relativa. C-eõ-u.

Conjunct. C-eõn-eme.
Infinit. C'eõ-. C-eõ-agoera. C-eõ-ráboera. C'eõ-aõama.
Gerund. Guy-mano-mo. E-mano-mo. O-mano-mo. Ya-mano-mo,
ou Oro-mano-mo.
Verbal. T-eõ-çaba. *Lugar, tempo, instrumento com que se morre.*

Fallando-se absolutamente, morrendo-se, T-eõn-eme, morrer, T-eõ.

Do verbo Aico. Estou, ou tenho ser.

indicat. A-ico. *Eu tenho ser, ou estou.*
Ere-ico. O-ico. Plur. Ya-ico, ou Oro-ico. Pe-ico. O-ico.

Terceira pessoa relativa C-e-co-u.

Conjunct. Fallando absolutamente.
T-eco-reme, ou Estando-se.
Relativamente. C-ecor-eme.

<i>Infinit.</i>	T-eco. C-eco. C-eco-agoera. C-eco-rama. C-eco-rãboera. C-eco-aõama.
<i>Gerund.</i>	Guy-t-eco-bo. E-ico-bo. O-ico-bo. Ya-ico-bo, ou Oro-ico-bo. Pe-ico-bo. O-ico-bo.
<i>Verbaes.</i>	T-eco-ara. <i>O que está.</i> T-eco-ába. <i>O lugar.</i>

Composto deste he A-ico-bè. *Estou bem.*

Guarda as regras do seu simples.

Do verbo Aique. Entrar

<i>Indicat.</i>	A-ique. <i>Eu entro.</i> Ero-ique. O-ique. Ya-ique, ou Oro-ique. Pe-ique. O-ique.
-----------------	---

Terceira pessoa relativa. C-e-ique-u.

<i>Conj. abs.</i>	T-e-ique-reme.
<i>Relativo.</i>	C-e-ique-reme.
<i>Infinit.</i>	T-e-ique. C-e-ique. C-e-ique-agoera. Ce-ique-ràma. Ce-ique-ramboera. C-e-ique-aõama.
<i>Gerund.</i>	Gui-que-abo. E-ique-abo. O-ique-abo, ou Oro-ique-abo. Pe-ique-abo. O-ique-abo.
<i>Verbaes.</i>	T-e-ique-ara. <i>O que entra.</i> T-e-ique-aba. <i>O lugar ou porta.</i>

Do verbo Aitic. Derribar. Activo.

<i>Indicat.</i>	A-itic. <i>Eu derribo.</i> Erei-tic. O-itic. Ya-itic, ou Oro-tic. Pe-itic. O-itic.
-----------------	---

Terceira pessoa relativa. Ceitiki.

<i>Conjunct.</i>	C-e-itik-eme.
<i>Infinit.</i>	C-e-itic-a. C-e-itic-agoera. C-e-itic-arama. C-e-itic-aõama.
<i>Gerund.</i>	C-e-itic-a.
<i>Verbaes.</i>	C-e-itic-ara. <i>O que derriba.</i> C-e-itic-aba. <i>O lugar.</i>

Do verbo A-jar. Tomar, Activo.

Indicat. A-jar. *Eu tomo.* Ere-jar. O-goar. Ya-jar, ou Oro-goar.
Pe-jar. O-goar.

Terceira pessoa relativa. Tari.

Imperat. E-jar. T-o-goar. Ti-a-jar. Pe-jar. T-o-goar.

Conjunct. T-ar-eme.

Infinit. T-ar-a. T-ar-agoera. T-ar-amboera.

Supl. T-ar-aõama.

Gerund. T-A.

Verbaes. T-a-çara. *O que toma.*
T-a-çabá. *O com que, &c.*

Outro verbo A-jar. *Estou pegado,* he neutro, não é irregular.

A-jar. Ere-jar. O-jar. Ya-jar, ou Oro-jar. Pe-jar. O-jar, &c.

Do verbo A-pygnó, significa o mesmo que o verbo Latino Pedro

Indicat. A-pygnó. Ere-pygnó. O-pygnó. Ya-pygnó, ou Oro-pygnó. Pe-pygnó. O-pygnó, ou O goe-pygnó.

Terceira pessoa relativa C-e-pygno-u.

Imperat. E-pygnó. T-o-goe-pygnó. Ta-pygnó. Pe-pygnó. T-o-gue-pygnó.

Conj. abs. T-e-pygno-reme.

Relativo. C-e-pygno-reme.

Infinit. T-e-pygnô. C-e-pygnô. C-e-pygno-rama. C-e-pygnô-ramboera. C-e-pygno-aõama.

Gerund. Guy-pygno-mo. E-pygno-mo. O-pygno-mo. &s.

Verbaes. Pygno-çara. Pygno-çaba.

Do verbo Apotí.

A-potí. Ere-potí. O-gue-potí, ou O-potí, &c.

Terceira pessoa relativa. C-e-poti.

<i>Imperat.</i>	E-poti. T-ogue-poti.
<i>Conjunct.</i>	T-e-poti-reme. C-e-poti-reme.
<i>Infinit.</i>	T-e-poti. C-e-poti. C-e-poti-agoera, &c.
<i>Gerund.</i>	Gui-poti-abo. E-poti-abo. O-poti-abo, &c.
<i>Verbaes.</i>	Poti-ara. Poti-aba.

Do verbo Aço. Eu vou.

Aço. Ere-ço. O-ço, &c.

Terceira pessoa relativa. Çou.

<i>Imperat.</i>	E-co-ãi, ou E-coã. T-o-ço. Pe-co-ãi, ou Pe-co-ú.
<i>Conjunct.</i>	Ço-reme.
<i>Infinit.</i>	Ço.
<i>Gerund.</i>	Guy-xo-bo. E-co-bo-. O-ço-bo, &c.
<i>Verbaes.</i>	Ço-ara. Ço-ába.

A razão da variedade das letras das terceiras pessoas relativas, que combinão com as do Conjunctivo, e Infinitivo, se verá melhor adiante nas advertencias geraes que pomos sobre os verbos.

Da irregularidade de alguns verbos activos, que depois do artigo tem immediatamente algumas destas syllabas Ra, Re, Ro, Ri, ou A-raço, A-reço, A-roquer, A-rur.

Desta sorte de verbos faremos menção adiante; mas porque são também irregulares, ainda que guardão entre si a mesma ordem, porremos aqui huma conjugação delles, fasendo somente menção de suas irregularidades nos modos, e tempos em que as tem.

Do verbo A-raço. Eu levo.

<i>Indicat.</i>	A-raço. Ere-raço. O-gue-raço. Ya-raço, ou O-ro-gue-rano. Pe-raço. O-gue-raço.
<i>Imperat.</i>	E-raço. T-o-gue-raço.

<i>Conjunct.</i>	C-e-raço-reme.
<i>Infinit.</i>	C-e-raço. C-e-raço-agoera. C-e-raço-rama. C-e-raço-ramboera. C-e-raço-aõama.
<i>Gerund.</i>	C-e-raço-bo.
<i>Verbaes.</i>	C-e-raço-ara. O que leva, ou C-e-raço-çara.
<i>Part. passa.</i>	C-e-raço-pira. Causa levada. C-e-raço-pyroera. C-e-raço-pyrama. C-e-raço-pyramboera.

Do verbo Sum, es, fui.

Não ha nesta lingua verbo algum particular, que propriamente responda ao verbo *Sum es fui*, Latino; mas esta falta se suppre bem com o pronome *Xe*.

Tres são as significações do verbo *Sum*, ou *Ser*, *Es'ar*, *Ter*, ou *Sum*, eu, sou, ou estou, e tambem *Est mihi pater*, eu tenho pai. Para a significação de estar, temos nesta lingua o verbo *Al-cò*, de que fizemos menção entre 'os irregulares; o qual tambem significa *Ser*, e principalmente o seu composto *Al-cobê*, que significa *Estou vivo*, *Estou são*, *Estou presente*, *Tenho ser*, &c.

Acerca do pronome *Xe*, se ha de saber que elle primeiramente significa o mesmo que no latim *Ego*; e ass'm he o mesmo dizer *Xe*, *nde*, *y*, Plur. *Yand*, ou *Ore*, *Pe*. *Y*, quer dizer *Ego*, tu, *ille*, Plur. *Nos*, *vos*, *illi*.

Secundariamente o mesmo pronome *Xe*, significa tambem o possessivo *Meus*, *mea*, *meum*. *Nde* *Tuus*, tua, *tuum*, *Y*, significa *Illius*. *Yande*, ou *Ore*, *Noster*, *nostra*, *nostrum*. *Pe*, *Vaster*, *vestra*, *vestrum*. *Y*, *Illorum*, *Illarum*, *Illorum*.

Na primeira significação em que o pronome *Xe*, responde a *Ego*, ajuntando-lhe qualquer nome adjectivo, forma o verbo *Sum*, ex *Catu*, significa coisa boa, *Xe-catu*, eu sou bom. *Pochi*, significa coisa má, ou feia, ou suja. *Xe pochi*, eu sou máo, ou feio. *Angaturama*, virtude. *Xe-angaturam*, sou virtuoso. *N-d-e-angaturam*, tu és virtuoso. *Y-angaturam*, elle he virtuoso. *Y-ande angaturam*, nós. *P-y-angaturam*, vós sois virtuosos. *Y-angaturam*, elles, &c.

Na segunda significação em que o pronome *Xe* significa o mesmo que *Meus, mea, meum*, ajuntando-lhe qualquer nome substantivo de coisa possuída, fôrma o mesmo verbo *Sum* em est'outro sentido de ter, ou possuir alguma coisa, ex. *Cig*, mãe, *Xe-cig*, tenho mãe, *Corossa*, *Xe-co*, tenho rossa. *Tuba*, pai, *Xe-rub*, tenho pai, mudado o T, em R. na composição; cuja razão se entenderá depois, quando tratarmos dos relativos, e conjugaremos um verbo, como os outros desta maneira. *Xe-co*, eu tenho rossa *Yande co*, ou *Ore-co*, nós temos rossa. *Pe-co*, vós tendes rossa. *Ycò*, elles a tem, etc.

Note-se com tudo nesta composição, e formação deste verbo, que quando o nome que se ajunta com o pronome *Xe* tem o assento na penultima, então na composição perderá a ultima em todos os tempos salvo o infinitivo, ou este nome *Angaturáma*, tem o assento na penultima, formando o verbo *Sum*, ha de dizer, *Xe-angaturam*, e perde a ultima letra A. *N-d-e-angaturam*, *Yande angaturam*, &c. no infinitivo *Angaturam-a*.

DAS OITO PARTES DA ORAÇÃO

*Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição,
Adverbio, Interjeição, Ccnjunção.*

Havendo de tratar de cada uma das oito partes da oração tem primeiro lugar o tratado da

Divisão do nome em commum.

Todos os nomes nesta lingua se resumem em Substantivos, Adjectivos Absolutos, Verbaes, Possessivos. Relativos, Comparativos, e Superlativos.

Substantivos são os que podem estar na oração só por si com o verbo, ex. *Abâ omano*, um homem morreo.

Adjectivos são os que não podem estar na oração sem substantivos, clara, ou occultamente, ex. *Tinga*, coisa branca.

Absolutos são os que não nascem de algum verbo, ex: *Oca*, casa, *Ybyrá* pao.

Verbaes são os que nascem de alguns verbos, ex. *Iuca-ara*, o matador, do verbo *Ajúca*, matar *Iucaçaba*, o instrumento de matar.

Estes verbaes são communmente em trez maneiras, huns acabados em *Ara*, ou *Ana*; outros acabados em *Aba*. Os terceiros em *Yra*. Assim como do verbo *Ajúca* *Iucaçara*, o matador *Iucaçaba*, o instrumento ou lugar ou tempo, ou modo de matar. *Y-juca-pyra*, a cousa morta.

E estes verbaes em *Yra* sempre são passivos, e nascem sómente de verbos activos, e não d'outros. E tem differentes tempos presente, preterito, e futuro; ex. *Yjuca-pyra*, o que he, ou era morto. *Y-juca-pyroera*, o que ha de ser morto, ou digno de o ser *Y-juca-pyramboera*, o que havia de ser morto, mas não foi. Todos estes verbaes tem suas regras do modo com que se formão, como diremos adiante.

Possessivos são aquelles pronomes *Xe*, *Nde*, *Y*. Plural. *Yande*, *Ore*, *Pe*, *Y*, *Id*, *est*, *Meus*, *Auns*. *Suus*, *Noster*, *Vester*, *Illorum*. O, responde ao reciproco *Suus*, como veremos.

Tambem são possessivos estes, *Xe-remi*, *N-d-e-remi*, *Cemi*, *Yande-remi*, *Ore-remi*, *Pe-remi*, *Ce-mi*.

Os primeiros possessivos se ajuntão com todos os nomes de cousas, que podem vir à possessão de alguem, ex. *Xe-é*, minha rossa *Xe-ru-ba*, meu pai.

Tambem se ajuntão com os infinitivos de todos os verbos, que não forem activos, e significão possessão da acção dos taes verbos, ou por melhor diser, significão que se exercita a significação dos taes verbos, ex. *Xe-quera*, o meu dormir, *Xe-paca*, o meu acordar.

Tambem se ajuntão os mesmos possessivos com os infinitivos dos verbos activos, com condição que levem consigo o seu accusativo, ex. *Xe-tu-parauçuba*, o meu amor a Deos, *N-d-e-xe-amotarçima*, o vosso odio que me tendes.

Os segundos possessivos só se ajuntão com os infinitivos dos verbos activos sem accusativo e significão a acção, ou significação dos mesmos verbos activos; mas a cousa sobre que cabe sua acção, ex. *Xe-remi-jucá*, a cousa que eu matei *Xe-remi-mondo*, a cousa que eu mando, ou o presente, ou o pagem, *D-e-remi-mondo*, o que tu man-

daste. *C-e-mi-mondo*, o que elle mandou, Pedro *re-mi-mondo*, o que Pedro mandou; e no reciproco. O *que-mi-mondo* mas o que pertence a isto, abaixo diremos nos reciprocos.

Do nome Relativo.

Relativos são os seguintes: *Ae*, *Ae-aè*, *Ae-bae*, significão esse mesmo, esse, esse de que fallamos.

Servem tambem de relativos em lugar de *Qui quæ, quod*, estas tres letras *Y, C, T*. A letra *C*, ha de ter zeura, cada uma dellas se ajunta com seu genero de nomes, que iremos vendo por algumas regras.

Primeira regra.

Todos os nomes que começam por *ç*, com zeura, sendo relativos conservão o mesmo *ç*, ex. *çaba*, a penujem ou Penna miuda do passaro, *Xe-çaba*, minha penna, *N-d-çaba*, tua penna, *çaba*, sua penna. Se o nome que havia de ser relatado, está presente immediato antes do *ç*, muda-se em *R*, como vemos. *Guira-r-aba*, a penna do passaro, *çaba*, a sua penna.

Segunda regra..

Todos os verbos activos, e não outros que se começam por *ç*, com zeura, conservão o tal *ç*, quando ficão relativamente ou quando o accusativo não fica immediatamente antes, ex. *Bae-catu ace Tapa-r-auçuba*, *Baecatú Tupã ace çauçuba*. Sendo accusativo do verbo *caunuba*, é nome *Tupã*, na primeira oração fica immediato ao verbo, e muda-se o *ç*, do verbo em *R*; e na segunda oração por não estar o accusativo, *Tupã*, immediato ao verbo, fallase por relativo, e por isso fica o *ç*, *çauçuba* por relativo.

Primeira excepção das duas regras sobreditas.

Exceptuão-se destas regras os nomes seguintes, que começando por *ç*, com zeura, fallando-se dellas relativamente, mudão o *ç* em *X*, e não em *R*, tomando *Y* por relativo.

Cebae, *mantimento*, Y-x⁻ebae, *o seu mantimento*.

Çumara, *inimigo*, Y-x-umàra, *o seu inimigo*.

Cig, *mãe*, Y-x-ig, *sua mãe*.

Çyjra, *tia materna*, Y-x⁻yjra *sua tia materna*.

Cibà, *testa*, Y-x-ibà, *sua testa*.

Cira, *enxada*, Y-x-ira, *sua enxada*.

Çama, *corda*, Y-x⁻ama, *sua corda*.

Çugaragig, *o namorado*, Y-xu-guaragig.

Segunda excepção

Tirão-se também daquellas duas regras os infinitivos dos seguintes seis verbos activos; os quaes nunca mudão o ç em R, ainda que lhe fique o accusativo immediato, e fallando-se relativamente, mudão o ç em X, tomando Y por relativo.

A-y-o-cib, *alimpar*, infinitivo, Ciba, *Nhaê-ciba*, *alimpar o prato*, Y-xi-ba *alimpalo*.

A-y-o-çoe, *picar ou dar de ponta*, Çoca., Y-xoc⁻a, *pical-o*.

A-y-o⁻çub, *visitar*, Çuba, Y-xuba, *visital-o*.

Alxoò, *convidar á banquetes*, Çoó, Y-xoó, *convidal-o*.

Ai-xuú, *morder*, Çuú, Y-xuú, *mordel-o*.

Ai-xuban, *chupar*, Çubana, Y-xubana, *chupal-o*.

A estes imitam todos os verbos neutros que se começam por ç, com zeura, que nunca mudão e oç, em R; e quando se põe relativamente, tomão Y, por relativo, e mudão o ç em X, ou Aço, vou, ço, ir, Y-ro, a sua ida o seu ir.

Tambem as preposições seguintes tomão Y por relativo dos nomes que regem, e mudão o ç, em X, çui, de Y-xui, delle çoce, em cima, Y-ro-ce, em cima delle.

Çupe, *rege dativo*, Y-xupe, *a elle*.

Advirta-se aqui, que quando Y se antepõe á letra ç com zeura, o tal ç se muda sempre em X na mesma dicção, ou seja simples, ou composta; e ainda que seja Y, relativo, Aço, ço., y-ro..

Terceira regra por ordem

Todos os nomes começados por *T*, quando se põe relativamente mudão o *T* em *ç*, com zeura *Teté*, corpo *Pedro-r-ete*, corpo de Pedro. *C-ete*, seu corpo o *T* ou *ç* se mudão em *R*, ficando-lhe atrás immediato o nome que havião de relatar, ou possessivo, ou *Xe-r-ete*, meu corpo, *Pedro-r-ete*.

Primeira excepção desta terceira regra.

Tirão-se desta regra os seguintes, começados pela letra *T*, os quaes conservão o *T*, por relativo.

Tûba.	<i>Pai e seu pai.</i>
Tamuya.	<i>Avô, seu avô.</i>
Tayra.	<i>Filho.</i>
Tagíra.	<i>Filha.</i>
Tiquyra.	<i>Irmão mais velho.</i>
Tybyra.	<i>Irmão mais môço.</i>
Tequéra.	<i>Irmã mais velha.</i>
Tubixába.	<i>Cousa grande.</i>
Tenicem.	<i>Cousa cheia.</i>
Tyg.	<i>Licor, caldo, fummo.</i>
Tycù.	<i>Cousa liquida.</i>
Táya.	<i>O queimar da pimenta.</i>
Turuçú.	<i>Cousa grande.</i>
Tinga.	<i>Cousa branca.</i>

Estes tres derradeiros não mudão o *T* em *R*, ainda que lhe fique atrás immediato o nome que havião de relatar, ex. *Xe-taya*, *Curumî-turuçu*, *O-tinga*. Os precedentes mudão o *ç* em *R*, como *Pedro-r-uba*.

Segunda excepção da terceira regra.

Os seguintes se começam todos pela letra *T*, e relativamente postos, conservão o *T*, e tomão *Y* por relativo, como *Tecocuaba*, entendimento, *Y-lecocuaba*, o seu entendimento.

Tyg.	<i>Ourina.</i>
Taba.	<i>Aldêa.</i>
Tapera.	<i>Aldêa destruida.</i>
Tapyiya.	<i>O barbaro.</i>
Tapuya.	<i>A choupana</i>
Tyba.	<i>Frequencia de alguma cousa.</i>
Tubyra.	<i>Pó de alguma cousa.</i>
Teinnhea.	<i>Fabulas.</i>
Tuibaê.	<i>O velho.</i>
Tagoayba.	<i>Fantasma.</i>
Tupã.	<i>Deos.</i>
Tyra.	<i>O conducto.</i>
Tirá.	<i>Arrepiamento dos cabellos.</i>
Tatâca.	<i>Huma rã.</i>
Titica.	<i>O palpitar.</i>
Tutûca.	<i>Palpitar ou cahir a fructa.</i>
Tybytaba.	<i>As sobranceiras.</i>
Téna.	<i>Estar fixa a cousa.</i>
Tecoáraibôra.	<i>O medroso fugitivo.</i>
Tunga.	<i>O bicho do pé.</i>
Tebíra.	<i>O nefando.</i>
Tutira.	<i>O tio materno.</i>
Tinga.	<i>Cousa fastienta. Este ficar-se com o T por relativo, não toma Y, nem ç.</i>
Tyapita.	<i>Mel liquido. Este muda o T em R; mas no relativo conserva o T, e toma Y, Y-tyapra.</i>

Ajuntão-se a estes todos os nomes de animaes, de fructas, de herbas, de materiais; os quaes todos, quando começam por T, o não mudão, e tomão Y por relativo, ex. *Tapijra*, a anta *Tagoa* o barro vermelho, *Tayaóba*, a couve.

Advirta-se aqui, que não se diz *Xe tapijra*, minha vacca, *Pedro Tuyacu*, porco de Pedro; mas *Xe-reimbaba Tapijra*, *Tayaçu*, minha criação, vacca, porco, &c.

Quarta regra por ordem.

Todos os nomes começados por estas letras, *A, B, C*, sem zeura, &c. tomão *Y*, por relativo, como *Angaturama*; a bondade, *Y-angaturama*, *Có* rossa, *Y-có*, sua rossa, &c.

Excepção desta quarta regra.

Desta quarta regra se tirão os seguintes nomes, os quaes começam por outras letras, e tomão *ç* como zeura por relativo, as syllabas *ça* ou *ce* inteiras, e o *ç* se muda em *r*, ficando-lhe atrás o nome, ou pro nome, que havião de relatar, ex.

Ocá, casa Xe-rôca, relativamente, *Çóça, sua casa*.

Vûba, flexa, Çuûba, sua flexa.

P., caminho, Xe-r-a-pé, Ç-pê.

Nhaé, prato, Xe-r-e-nhaé, C-e-nhaé, seu prato.

Nhañûma, barro, Xe-r-enhaüûma, C-e-nhaüûma, seu barro.

Nimbo, fio, Xe-r-enimbô, C-e-nimbô, seu fio.

Cúya, cabaço, Xe-r-e-cuya, C-e-cuya.

Cujá, canteiro, Xe-r-e-cuja, C-e-cujá.

Panacú, cesto comprido, Xe-r-e-panacú, C-e-panacú.

Moéma, ou T-e-moéma, Xe-r-e-moema, C-émo.

Metâra, pedra do beijo Xe-r-e-metâra, C-e-metâra.

Miapé, pão, Xe-r-e-miapé, C-e-miapé.

Mimôya, Cossa cosida, Xe-r-e-mimôva, C-e-mimôva.

Biara, a cousa que se mata para comer, caça, ou pescado, C-e-in-biara.

Mingáu, papas rallas, Xen-e-mingáu, C-e-mingáu.

Mindypyrô, papas grossas, Xe-r-e-mindypyrô, C-e-mindypyrô.

Mixira, assadura, Xe-r-e-mixira, C-emixira.

Viú, vasilha, em respeito de quem a traz, se diz Xe-r-e-purú, C-e-purú. Em respeito da cousa que está dentro da vasilha, Xe-rurú, C-uru.

A vasilha da agua em respeito de quem bebe por ella, Xe-yguaburu. A vasilha em que se come, ou prato, ou tigella, em respeito de quem come nella, Xe-r-e-miurú C-é-miurú.

Dos comparativos, e superlativos.

Todos os nomes de sua natureza são positivos; mas com algumas particulas juntas se fazem comparativos, ou superlativos, v. g. *Turuçú*, cousa grande. *Xe-r-ocaturuçú*, minha casa he grande; para dizermos he maior que a tua, dizemos assim, *Xe-r-oca-turuçu etè d-e-roçaçoce*, ou *De-r-oca-çui*; e para superlativo diremos *Xe-r-oca turuçu etc. nhe opacatu oca çoçe* he muito grande sobre todas as casas.

Do Reciproco.

O reciproco acha-se em nomes, e pronomes, e verbos. Reciproco, chamamos ao modo de fallar, em que as pessoas tornão sobre si mesmas, ou sobre suas cousas de que já fallarão, como iremos vendo.

E são notas de reciproco as seguintes syllabas *Nho, Yo, Nhe, Ye, O*.

As duas primeiras *Nho, Yo*, quando compõe, ou se ajuntão a algum verbo activo, sempre denotão numero plural, e comunicação de uns com outros, ex. *Aimongueta*, fallar. *O-nho-mongueta*, fallão uns sem outros; ou um com outro. *Pe-yo-lucá*, vós outros vos matais uns aos outros.

E com alguns adverbios juntos significão a mesma comunicação, *Aõ-o-yo-iruamo cec-co-u*, aquelles estão juntos uns com os outros.

Esta syllaba *Yo*, se usa quando alguma pessoa ou primeira, ou segunda, ou terceira, torna sobre si mesma: *A-tupã mongueta xe yo-ece*, eu rogo por mim a Deos: *E-i-mongueta-nde de-yo-ece*, Pedro t-oimongueta o-yo-ece, eu rogo a Deos por mim, tu roga por ti, e Pedro rogue por si: A frase he, *A-tupã-mongueta aba rece*, rogo a Deos por alguém; e quando se falla reciprocamente, mette-se a syllaba *Yo* junto da proposição *Rece*, a qual deixa e perde o *R* e fica *Yo-ece*.

Assim mesmo se ajunta com preposições de Dativo, ou Ablativo, ex. *A-reco Tupã xe-yo-pupe*, tenho a Deos comigo. *A imocem anhangá xe-yo-çui*, anço fóra o demonio de mim: *Ay-monhirõ Tupã xe-yo-*

upe, aplaco a Deos para mim: *N-de eimonhira Tupã, de-yo-pe, xe-yo-vos* o Deos para vós: *Pedro t-oimonhira Tupã o-yo-upe, T-oimoc-e urupari o-yo-çui*, Pedro aplaque a Deos para si, lance de si o demônio, &c.

E não se diz, *Ai monhirõ Tupã xebe*, nem também *xe-çupes* Dir-se-ha, porém, *Eimonhirõ Tupã y-xebe*, aplacai a Deos para mim, por que cahe uma pessoa sobre outra, e não he reciproco.

As duas particulas *Nhe, ye*, compondo verbos activos, tanto servem para singular, como plural; e denotão cahir a acção de cada pessoa sobre si mesma, ou *xe-a-ya-iuca*, eu me mato a mim mesmo *Oro oro-ye-iuca*, nós outros nos matamos a nó smesmos, isto he, cada um is mata a si mesmo.

E se o verbo a que qualquer destas syllabas *Nho, Yo, Nhe, Ye*, se ajuntão começar por *ç* com zeura, o tal *ç* se perde, ex. *A-çauçub, A-y-eauçub*.

Note-se que alguns verbos tem de sua natureza alguma destas duas syllabas *Nho, Yo*, ex. *Ayo-çoc*, dar de ponta: *Anhoçui*, queimar. Pois estes verbos fazendo-se reciprocos com as syllabas *nhe, ye*, mudarão somente *nho*, ou *yo*, em *nhe*, ex. *ye*, e perderão o *ç*, ex. *Anhoçui*, eu queimo, *A-nhe-ui*, eu me queimo: *Ayoçoc*, eu pico. *A-ey çoc*, eu me pico.

E fazendo-se reciprocos do primeiro modo, só se perde o *ç*, ex. *Anhoçui*, eu queimo *Y-a-nho-ui*, nós nos queimamos uns aos outros.

Não perde com tudo o *ç*, os seis verbos de que já fizemos menção: *Ayoçoc, Ayocib, Ayoçub, Auxuñ Auxoo, Ayxuban*, ou *xeauçoc*, reciprocamente, *A-yeçoc*, picou-me *Pe-yo-çoc*, vós picais uns aos outros, *O-yo-çoc*, picão-se uns aos outros. &c.

A letra *O* também dissemos que servia de reciproco. e põe-se em lugar do nome *Suus^a* sua, suum; &c. *Sui, sibi, se*: Pelas regras seguintes se saberá o uso della.

1. Regra. Usamos da letra *O* por reciproco, quando a terceira pessoa torna sobre cousa sua, como Pedro está na sua rossa, *Pedro O-co-pe, ceco-u*, tem sua mãi comsigo. *O-cig-o-guereco- o iunamo*.

2. Regra Usamos mais do reciproco *O*, quando a terceira pessoa cahe sobre si mesma, com alguma das preposições seguintes, ou outras semelhantes: *Irunamo, Pyri, Aribó, Tenonde, Ybyri, Cupepe, Guyr-pe*, ex. Pedro te leva consigo: *Pedro de-r-eraco oirunamo*, diante de si, *O-guenonde*, &c.

Tambem usamos do reciproco *O*, nos modos de fallar seguintes, e outros semelhantes: Pedro vai porque o mandão. *Pedro o-ço*, *O-mondoreme*, morre porque matão. *O-mano ó-incareme*: vai aonde o mandão. *O-có, ó-mondoape*: Vem aonde o chamão. *O-ur, o gue-noin-dape*, &c.

Depois do reciproco *O*, se mete muitas vezes a dicção *Gá*, sendo a letra *V*, liquida communmente, quando os nomes começão por *R*, ou por *ç* com zeura, ou *T*, ex. *Xerauçupara; reciprocamente, O-qu-auçu-para Tuba, O-g-uba*: De modo que as letras *T, ç*, se mudão em *G*, salvo nos seus verbos assima apontados: *Ayo-çoc, A-oycib, Aoycub, A-y-roo, A-y-ruá, A-y-ruban*; os quaes nunca perdem o *ç*, nem o mudão, salvo em *X*, precedendo *Y*. E assim fallando reciprocamente, dissemos, Pedro não quer que o piquem, alimpem, visitem, &c. *Pedro n-o-ipotar-io-çoc-a, o-çib-a, o-çu-ba, o-çuban-a, o-çoo, oçuá*: O mesmo modo tem os verbos neutros que tem *ç* com zeura depois do artigo, ou *Aço*, &c. ex. *Pedro n-o-ipota-ri oço*, não quer o seu ir, ou não quer ir.

Do Pronome.

Pr nome he quelle se põe em lugar de nome de qualquer cousa: Estes são contados *Xe, Yxe*, em lugar da primeira pessoa, ou *Nde, ende* em lugar da segunda pessoa Tú: *Ae, Ahé*, em lugar da terceira. pessoa Elle: Plur. *Yande, Nós* com vosco juntamente *Ore*, *Nós* sem vós: *Pee*, Vós outros: *Aõa*, Elles, ou aquelles.

Ae, Aéac, Aememe, elle ou elles: *Cô*, ou *Ycó*, este, ou estes: *Co-boe, Ang, Yang, Anga, Ui, Ebuí Ebuinga*, Esse ou esses: *Aquei, Aqueay, boquei, Eboqueya, Aipo, Aipobac*, esse, ou este, ou estes &c. Estes, e alguns mais que se acharem, servem a ambos os numeros, e a todos os generos.

DO VERBO.

Da variedade, e composição dos verbos.

Todos os verbos desta lingua se dividem em dous generos, ou activos, e não activos: Os activos são os que pedem seu caso direito sem preposição alguma, ao qual caso chamamos accusativo.

Os verbos não activos comprehendem neutros verdadeiros; e outros a que podemos chamar de alguma maneira passivos; e a outros podemos chamar absolutos.

Os neutros não podem em caso algum; salvo por virtude de alguma preposição como *A quer*, dormir: *A-gu-apue*, estar assentado.

Os passivos se fazem dos activos entremettendo-lhe alguma destas syllabas, *Nhe*, *Ye*, ex. *Aiucâ*, eu mato: *A-ye-iuca*, eu me mato, ou sou morto: *Aimonhang*, eu faço: *A-nhe-monhang*, eu me faço, ou sou feito.

Os absolutos são os que significão absolutamente alguma cousa, não tendo caso expresso; mas em seu modo de significar o levão consigo; e este se fazem tambem dos activos, entremettendo esta dicção *Poro*, v. gr. deste verbo *A-iucá*, formamos este *A-poro-iucá* e significa matar gente: Deste *Ai-mondo*, mandar, formamos *A-poromonde*, mandar gentes *A-û*, comer: *A-pu-rú*, comer gente. Em alguns verbos não entra toda a dicção *Poro*, como no verbo *A-yo-çub*, visitar: *A-po-çub*, visito gente, e não se diz *A-poro-çub*.

A toda esta variedade de verbos chamamos não activos; porque posto que na significação tenham a variedade sobredita; com tudo no modo de conjugar todos guardão as regras dos neutros; e assim por isso, como por não terem casos algum expresso, se podem chamar neutros.

Afóra esta variedade de neutros, que começam por artigo, ha outros verdadeiramente neutros, que são todos os que começam por pronomes, *Xe*, *Nde*, *Y*, &c.

Toda esta multidão de verbos se divide em simples, e composto; e na composição ha muita variedade.

De dous verbos ás vezes se compõe um, v. g. *Au-monhang*, faço: *Ayçuab*, sei: *Au-monhang-uab*, sei fazer.

Outras vezes do verbo activo, e do seu accusativo, se compõe um verbo neutro, ex. *Aimongueta Tupã*; *A tupãmongueta*; e então se conjuga como neutro.

Outras vezes entre o artigo do verbo activo se mette uma das tres letras que servem de relativos, *Y*, *ç*, com zeura, *T*, e juntamente o nome que havia de ser accusativo do verbo; e de tudo se forma um só verbo activo; e fóra isso tem outro accusativo, ex. *Ay-co-monhang-xe-r-uba*, faço a roça de meu pai. *A* he o artigo, *Y* he relativo, *Co*, roça, he accusativo; *Monhang*, he o verbo activo, em direitura, faço a sua roça a meu pai.

A-ce-co-monhang Pedro, dou ordem de vida a Pedro; *A-tú-jucá Francisco*, matei o pai de Francisco.

Semelhantes são os verbos seguintes:

A-ço-pati xe-r-ub, armo a rede em que se deita meu pai; *A-ça-pe monhang amana*, faço caminho para correr a agua da chuva; *A-y-tapûi mongatur õxe-cig*, concerto a choupana a minha mãe; *Ay-acongo-c-boia*, corto a cabeça á cobra; *A-y-iuru mopen nhaeng ixoera*, quebro a boca a um bacharel; *A tayg-nupã xe atuaçaba*, açoitou o filho de meu compadre, &c.

Aqui devemos advertir com attenção, que dos verbos neutros se podem fazer activos, e dos activos neutros, para o que poremos algumas regras.

Primeira regra.

Dos verbos activos se fazem absolutos, com entremetter a dicção *Poro*, como atrás tocámos. *Aiuca*, matar; *A-poro-iuca*; e se o verbo activo começar pela letra *c* com zeura, perde o *ç*, *Açaucub*, *A-poro-aucub*.

E se o verbo activo tiver a syllaba *Nho*, ou *Yo*, tambem se perde a tal syllaba *Anhotim*, enterrar, *A-porotim*, enterrar gente e se tiverem a syllaba *Nho*, ou *Yo*, e depois della, *ç* com zeura, ambas as cousas se perdem, *Anhoçui*, queimo. *A poro ui*, queimo gente.

Os seis verbos activos, *Ayoçc*, *Ayocib*, *Ayoçub*, *Ayxoo*, *Ayxuban*, *Ayxuu*, não perdem o *ç* com zeura: *A-poroçoc*, *A-porocib*, *A-poçub*, *A-poro-çoo*, *A-poroçú*, *A-poro-çuban*.

A letra natural destes tres ultimos verbos, he ç com zeura; mas por terem por artigo *Aí*, muda-se o ç em *X*, o que acontece todas as vezes que se encontra *I* com ç, com zeura na mesma dicção, como já tocámos; e assim os tres verbos sobreditos nos modos que não tem antigos; tem a letra ç com zeura, e não tem *X*, como no conjunctivo, *çuba-neme*, *çuù-reme*, *çoo-reme*.

Os verbos activos que depois do artigo tem alguma destas syllabas, *Ra*, *Re*, *Ro*, *Ru*, nas terceiras pessoas, mettem a syllaba *Gue*, ex. *Araço*, *O-gue-raço*; e se os fizermos absolutos com a dicção *Poro*, mettem-se a syllaba *Gue* em todas as pessoas, ex. *A-poro queraço*, levo gente; *A-poro que reco*, tenho gente; algumas vezes se comem por syncopa a duas primeiras letras *gu*, *A-poro-eraço*, por *A-poro-gue-raço*.

Os verbos compostos com a dicção *Poro*, algumas vezes em lugar do artigo *A*, tomão o pronome *Xe*; e então significão o mesmo que dantes; mas com mais extensão, e continuação ;ex. *A-poro iuca*, mato gente; *Xe-poro-iucâ*, tenho em costume matar gente.

Segunda regra por ordem.

Os verbos activos se fazem de algum modo passivos com as syllabas *Nhe*, *Ye*, ex. *A-u* eu como; *A-ye-u*, eu me como a mim mesmo, ou sou comido d'outra cousa. E se o verbo activo for dos que naturalmente tem as syllabas *Nho*, *Yo*; essas se mudão em *Nhe*, *Ye*, para serem passivos, ex. *A-nho tim*, enterrar; *A-nhe-tim*, enterro-me, ou sou enterrado. E se tiverem ç com zeura depois das sobreditas syllabas; perdem o tal ç fazendo-se passivos, ex. *A-nho-çüi*, queimo: *A-nhe-çüi*, queimo-me, ou sou queimado.

Terceira regra.

Dos verbos já feitos passivos com as syllabas, *Nhe*, *Ye*, se fasem ás vezes alguns outros activos, mettendo-lhes a syllaba *Mo*, antes das syllabas *Nhe*, *Ye*, ex. deste verbo *A-ou-pin*, tosquiavar, se faz este passivo, *A-ue-opin* tosquiavar-se; e deste est'outro activo, *Au-me-ye-apin*, faser tosquiavar outro; ex. *Au-mo-ye-apin* Pedro Diogo çupe, faço que Pedro seja tosquiado de Diogo.

Quarta regra.

De todo o verbo neutro que começa por pronome *Xe*, se pode formar um activo, mudando o artigo *A* em *Ai*, e logo a syllaba *Mo*, ex. *Xeangaturam*, sou bom; *Ai-moangaturam*, faço bom a alguém. E se o verbo tiver a letra *R*, depois do pronome *Xe*, perde-se o *R*, na tal composição, ex. *Xe-ropar*, eu me perco, *Aimoo-par*, faço perder a outro.

Quinta regra.

De qualquer verbo neutro começado por artigo *A*, se podem formar dous verbos activos: Hum delles entremettendo a syllaba *Mo* depois do artigo *A* outro entremettendo alguma destas syllabas *Ra*, *Rc*, *Ro*, *Ku*, ex. Deste verbo neutro *A poán*, levando-me este, *A-ro-po-am*, levanto alguma cousa comigo juntamente. *A-in*, estou quedo; *Ai-mo-in*, ponho alguma cousa; *A-ro-in*, tenho comigo alguma cousa.

Note-se ultimamente que nestas composições algumas vezes ha mudanças de letras por evitar asperesa, ex. *A-ço*, vou, havendo de dizer, *Aimo-ço*, dissemos; *Ai-mondo*, mando; *Ai-co*, estou; e não dissemos *Ai-moco*; mas *Ai-mo-ingo*, ponho; *A-iur*, venho; não dizemos, *Ai-mo-iur*, mas *Ai-mbo-ur*, mando vir.

Alguns, mas poucos, são os neutros que não tenham estas duas composições: *A-mano*, morro, não admite *Ay-mo-mano* mas sómente *A-ro-mano*, faço morrer comigo, ex. *A-ro-mano xe-anguturama*, morre comigo minha bondade, ou até a morte persevera comigo.

Isto baste da composição dos verbos; outras miudezas se deixão, por evitar confusão, que o uso ensinará.

ADVERTENCIAS GERAES

SOBRE ALGUNS TEMPOS, E FORMAÇÕES DOS VERBOS.

Advertencia I.

Note-se que de duas maneiras mandamos a alguém que não faça alguma cousa pelo Imperativo, *Eimonhang-ume*, não faças; ou pela segunda pessoa do presente do indicativo, *A-d-ere-monhung-i*; e este

segundo modo tem força de ameaça, ou grande cautela, significando haver grande perigo na cousa que se prohibe, ex. guarde não faças; *N-d-ere-monhang-i N-d-ere-ar-i*, guarde não caias.

Advertencia II.

Todas as terceiras pessoas do indicativo, acrescentando-lhe esta dicção *Bae*, servem de participios em *Ans*, e *Ens*; ou de relativo *Qui*, *quae*, *quod*, ex. *Oiuca-bae*, o que mata, ou o qua mata; e todas se conjugão por presente imperfeito. Preterito, Futuro &c. ex. *Oin-cabae*, *O-iuca-bae-poera*, *O-iuca-bae-ramboera*, *O-iuca-baerama*; e tambem se negão com a dicção *Eim* antes da dicção *Bae*; ex. *Oço-eim-bae*, o que não vai &c.

Advertencia III.

Nas conjugações fizemos muitas vezes menção da terceira pessoa relativa, agora se deve advertir, que cousa seja, e he de muita importancia esta advertencia.

Todas as terceiras pessoas de qualquer verbo, quando antes dellas fica algum adverbio, ou preposição, ou gerundio, ou se relatamos a cousa de que já fallamos pertencendo tal verbo (sendo neutro, como nominativo: e sendo activo, como accusativo) nos taes casos as terceiras pessoas se formão d'outro modo, ex. *Eboquei Pero çou*, eis la vai Pedro: *Coriteim uxou*, agora vai, ou foi: *N-d-aerojai y-maenduar-i*, nem por isso se lembra.

E para se saber usar deste modo de fallar, se põe as seguintes regras, ácerca da formação desta terceira pessoa relativo.

Primeira regra.

Se o verbo he de artigo, tira-se-lhe o artigo naquella pessoa; e se he de pronome, tendo na terceira pessoa *y*, fica-lhe esse *y*, não estando o nome presente; e se tem *ç* com zeura, ou *T*, tambem lhe ficão, e estando o nome presente, se mudão em *R*. Exemplos sejam os seguintes.

Quece Pedro çou, hontem Pedro foi: a terceira pessoa *O-ço*, perde o artigo *ó*: *Quece Pedro nde-rece y-maenduar-i*, ontem Pedro de ti se lembrou. A terceira pessoal tem *y* relativo; mas se Pedro estivera

imediatamente antes do verbo escúsaria o *v* relativo desta maneira: *Quece nde rece Pedro maenduar-i: Quece caâ rupi Pedro oguatabo çopar-i*, se Pedro estivera immediato ao verbo, mudaria o *ç* em *R*, ex. *Quece caâ rupi oguatabo Pedro r-opar-i*.

Com os verbos activos tirando-lhe o artigo *O*, necessariamente se lhe ha de pôr antes d'elle o accusativo nome, ou seu relativo, ex. *Coritei Pedro xe-ruba monguetau*, agora Pedro com meu pai fallou. (*Xe-r-uba*) he accusativo immediato ao verbo (*Mongueta-u*. E não estando immediato, havia de estar o relativo *u*, ex. *Xe-r-uba coriteim Pedro y-mongueta-u*. Sempre o relativo refere o nome que fica mais longe: *Bacteiruã ace çauaub--a coce*, *ace Tupã r-auçub*, ama homem a Deos mais do que ama' a todas as cousas; *Baeteriruã*, he accusativo do verbo *cauçub-a*, que por ficar longe tem o verbo seu relativo *ç*; e no segundo lugar por ficar o accusativo *Tupã*, immediato ao verbo, muda-se o *ç* em *R*, *Tupã r-auçub-i*.

Os seis verbos, *A-yo-çoc*, *A-yo-cib*, *A-yo-çub*, *At-xubaú*, *Ay xoo*, *Ay xuú*; não perdem o *ç*, nem o mudão em *R*, como tambem os verbos neutros, começados por *ç* com zeura; mas se lhe ficar *v* relativo immediato, mudarão o *ç* em *X*, como já temos dito, ex. *Quece paie baeacibora çuban-i*, hontem o feiticeiro chupou o enfermo. *Baeacibora*, he accusativo do verbo activo *çuban-i* e se o accusativo ficára longe diriamos, *v-xuban-i*, ex. *Quece baeacibora paie y-xuban-i*.

Até agora temos dito nesta primeira regra, e seus appendices, do principio, ou primeira letra da terceira pessoa a que chamamos relativa. Agora tratamos das letras em que ella se acaba, seja pois por ordem segunda.

Segunda regra.

Todo o verbo acabado em consoante, acrescenta no fim a letra *j* jota, ex. *A por*, faltar: *v-por-i*; *A-evc*, chegar: *y-xi-k-i*.

Terceira regra.

Todo o verbo acabado em vogal singela, com til, ou sem, accrescenta a letra *u*: *Au-mondó*, *mondo-u*.

Quarta regra.

Todos os acabados em algum ditongo com til ou sem til, não tira, nem accrescenta nada no fim. *A-cái, Cai, Ai moçãi, moçai.*

Para se negar esta terceira pessoa, os verbos que tomão *u*, ou *j* jota, mudão estas letras em esta dicção, *Eimi*, ex. *mondo-u, mondo-eymi*: Os acabados em ditongo, não mudão nada, mas accrescentão a mesma dicção, *Eymi*: *Cúi, Cáieymi*.

He muito para advertir que á estas terceiras pessoas relativas, não só lhe servem de nominativos as terceiras pessoas; mas também a primeira serve: ex. *Eboquei Pedro ço-u*, eis que vai Pedro: *Eboquei-xeço-u*, eis que eu vou: *Marápe-xeço-u-eymi*, não se por que não fui.

Todos os verbos activos, que depois do artigo tem algumas das syllabas *Ra, Re, Ro, Ru*, dos quaes dissemos, metterem nas terceiras pessoas a syllaba *Gue*, nas terceiras pessoas relativas mudão a tal syllaba *Gue*, em *Ce*, ex. *A-raço, O-gueraço*, e na relativa *C-eraço-u*.

Advertência IV.

Ainda que o commum das linguas seja concordar o nome singular com o verbo no singular: e o de multidão com o verbo no plural, com tudo nesta lingua todas as vezes que se ajuntão dois nomes terceiras pessoas, hum dos quaes haja de ser nominativo e outro accusativo, o que he nominativo do singular pode ter o verbo na primeira pessoa inclusiva do plural; mas isto somente nos modos que tem artigo ou Indicativo, e Apelativo, ou para disermos, Pedro matou huma cobra, podemos dizer de duas maneiras, *Pedro Boua o-jucá* ou *Pedro boia, Y-a-jucá*. Oxalá levasse Deos cedo a meu pai para o Ceo: podemos dizer, *O gu-eraço-temo çapyá ibacupe Tupana xe-ruba mã*, ou melhor, *Yaraçotemo çapua*, &c. Parecerá barbaridade, concordar terceira pessoa no singular, com a primeira do plural; mas não he de estranhar, pois também na lingua Grega, elegantissima temos exemplo semelhante, porque commummente os nomes neutros no plural, pedem o verbo no singular: ex. *Zóa treki, Animalia currit*; são modos de fallar de varias linguas.

Advertencia V.

Acerca do imperativo, e permissivo dos verbos, se ha de advertir, que nestes dois modos se ajunta ordinariamente a letra *T* ao artigo do indicativo; e o modo de se ajuntar he o seguinte.

Todas as vezes que o tal *T*, acha diante de si letra vogal, faz com ella syllaba, ou essa letra vogal seja do artigo, ou seja do pronome, nos verbos de pronome, ou seja do accusativo dos verbos activos, quando o tiverem immediato a si. E todas as vezes que o sobredito *T*, acha letra consoante, toma a letra *A*, para faser syllaba antes da tal consoante. Exemplos. *A-iucá*, *T-a-iucá*, *T-ere-iucá*, &c. *T-y-maenduar*, *T-ore-maenduar*. Com accusativo do verbo activo, ex *T-yande-iucó*, *T-ore-iuca*, mate-nos. Nestes exemplos vemos como o *T*, faz syllaba com as letras vogaes que acha. Nos seguintes toma *A*. *T-a-pe-jucá*, *T-a-xe-maenduar*, *T-a-xe-jucá*, &c.

O mesmo que dissemos do *T*, se ha de entender das letras seguintes, *N*, *D*, *Nd*, nas negações dos verbos, ex. *N-aiucai*, *N-d-ere-iucai*, *D-o-iucai*. *N-a-xe-maenduar-i*, &c.

Advertencia VI.

Acerca do Conjunctivo se ha de notar primeiramente que nelle, e nos mais modos que se seguem se perde o artigo dos verbos que o tem (ainda que os gerundios dos verbos neutros tem seus artigos.)

Segundariamente se ha de notar, que todos estes mesmos modos se formam da terceira pessoa do indicativo. E advirta-se que na formação destes modos da terceira pessoa consistem as principaes difficuldades da grammatica desta lingua, e para as vencer facilmente, poremos aqui regras certas e claras.

Da formação dos verbos

O principio do Conjunctivo, Infinitivo, Gerundio, ou Supino, se forma da terceira pessoa do Indicativo, tirando-se-lhe o artigo. D'onde vem, que os verbos que depois do artigo tem alguma destas syllabas *Nho*, *Yo*, a perdem no Conjunctivo, e dahi por diante, pela perderem a terceira pessoa. *A-nho-tim*, *Ere nho-tim*. *O-tim*. Conjunctivo, *Tim* e, Infinitivo., *Tim-a*, &c.

Aqui se advirta a differença que ha entre os verbos que começam por *A-y-o*, e os que começam por *A-y-a*, ex. *A-oy-poi*, *Aya-çuc*, que nos primeiro só a letra *A*, he artigo, e a syllaba *Yo*, he de persi. E nos segundos a syllaba *Ay*, he o artigo; e a letra segunda, he a primeira letra do verbo que nunca se muda; a qual podemos chamar letra característica, como os Gregos, chamão a huma primeira letra dos seus verbos, que se não muda, mudando-se outras antecedentes. E assim vemos no verbo *Ay-ápin*, tosquiar *Ere-iajin*. Conjunctivo. *Apin-e-me*. Infinitivo. *Apin-a*. Donde se vê ser o artigo *Ai*, o qual se perde nos modos sobreditos.

Com tudo alguns neutros (ainda que raro) se acharão, que começando por *Rjá*, só a letra *A*, lhe serve de artigo, é a letra *I*, he a característica, ou a primeira que não se muda: ex. *A-jaçuc*, levar-se, *Jaçuc-a*. &c. *A-jaceó*, chorar; *A-jar*, estar pegado; *A-jaoc*, apartar-se: a letra *I* he consoante nestes quatro neutros.

Os verbos activos, que depois do artigo no presente do Indicativo tem alguma das syllabas *Ra*, *Re*, *Ro*. *Ru*. Na terceira pessoa ajuntão a syllaba *Gue*; e no Conjunctivo, mudão a syllaba *Gue* em *Ce*, e nos mais modos. E isto he o que toca aos principios dos taes modos, que se formão da terceira pessoa. Para sabermos, os fins e letras em que se acabão, podemos algumas regras.

Mas he necessario sabermos em que letras se podem acabar os verbos desta lingua, que se verá na sseguintes series:

Vogaes singellas.	A, E, I, O, U.
Vogaes com til.	ã, e, i, õ, , u.
Ditongos singellos.	âi, éi, ij, òi, ùi, âo.
Ditongos com til.	ãi, ei, ij, õi, ui
Letras consoantes.	b, c, ng, m, n, R.

Não ha verbo algum, que no presente do Indicativo acabe em outra letra, ou letras em sua direita pronunciação, ainda que na terceira pessoa relativa tenham outras, que não servem a este propozito. Alguns linguas, e os Indios trocão ás vezes, algumas letras por mais delicadesa, como para dizer *A-iur*, disem *A-iut*; em lugar de *Coyg*, dizem *Coug*; mas isto não he natural.

I. regra

Todo o verbo acabado no indicativo em qualquer vogal singella da primeira serie acima, accrescenta ao Indicativo esta dicção *Reme*, para formar o conjunctivo, ex. *A-iuca*, *Iuca-reme*.

II. regra

Todo o verbo acabado no Indicativo em alguma das vogaes com til da segunda serie, accrescenta esta dicção *Neme*, para formar o Conjunctivo, ex. *Ai-nupã*, *Nupã-neme*.

III. regra.

Todo o verbo acabado em algum ditongo sem til, ou com til, da terceira e quarta serie, accrescenta a syllaba *Me* para formar o conjunctivo, ex. *A-cai*, *Cai-me*, *A-cenõi*, *Cenõi-me*. A estes, se ajuntão os acabados na letra consoante *B*, ex. *Ai-mondeb*, *Mondeb-me*.

IV. regra.

Todos os verbos acabados na letra *M* accrescentão um *E*, *Anho-tim*, *Tim-e*.

V. regra

Todos os verbos acabados em alguma das duas letras consoantes *C*, *Ng*, *N*, *R*, accrescenta esta dicção *Emé*, para formar o Conjunctivo, ex. *A-puc*, *Pak-eme*. *Ai-monhang*, *Monhang eme*, *Ava-iuban*, *Iuban-eme*. *Ai-potar*, *Potar-eme*.

DA NEGAÇÃO DO CONJUNTIVO

VI. regra.

Todos estes verbos no Conjunctivo se negão com se mudar o que accrescentão nesta dicção *Eyme*, ex. *Iuca-reme*, *Iuca-evme*, *Cai-me*, *Cai-eyme*, &c.

Da formação do Infinitivo

Todos os Infinitivos se formão da terceira pessoa do presente do Indicativo, como dissemos acima. Os verbos absolutos (que são os que tem depois do artigo a dicção *Poro*) no infinitivo mudando o *P* em *M*, fassam *Moro*. *A-poro jucâ*, ou mato gente. Infinitivo *M-oro-juca*, matar gente, ou mantança. Assim também no Conjunctivo, quando se falla absolutamente. Para os fins de infinitivo se notam as regras seguintes.

Primeira regra.

Todo o verbo acabado em vogal singella, ou tenha til, ou o não tenha, assim mesmo acaba, e se fica no infinitivo, ex. *Aiuca*, *Iuca*. *Ainupã*, *Nupã*, &c.

Segunda regra.

Todo o verbo acabado em algum ditongo, ou tenha til ou não; e todos os acabados em alguma consoante, uns e outros accrescentão a letra *A* no infinitivo. ex. *A-cái*, *Cái*. *A-cenõi*, *Cenõi-a*. *A-quer*, *Quer-a*.

Da negação do Infinitivo.

Para se negarem estes infinitivos, os verbos da primeira regra tomão esta dicção *Eyma*, e os da segunda regra mudão a letra *A* na mesma dicção *Eyma*. *Iuca*, *Iuca-eyma*. *Quer-a*, *Quer-eyma*.

Da formação dos mais tempos.

Os seguintes tempos se formão do infinitivo o preterito accrescenta *Agoera*. O futuro perfeito, accrescenta *Aõama*. O imperfeito accrescenta *Ramboera*. E os verbos acabados em consoantes, *Ambõera*. O supino passivo, ou participio passivo accrescenta no principio a letra *Y*, e no fim a dicção, *Yrâma*. Mas antes da tal dicção, entremettem alguma letra, ou letras consoantes. Os acabados em vogal, ou ditongo, sem til, entremettem *P*. *Y-iuca-pyrama*. Os que tiverem entremettem *B*, *Y-nupã-b-urama*. Os acabados em *Ng*, *M*, *N*, entremettem estas letras, *Imb*. *Y-monhang-imb-iarama*. Os acabados em *B*, *C*, *R*, accrescentão

estas duas letras, *Ip. Y-mombeb-ip-ura*. E todos estes se negão trocando a letra *A* ultima em *Euma*, *Y-iuca-pur-cy-ma*, &c.

Da formação dos Gerundios.

Huma das cousas mais importantes para saber fallar he entender a ordem, e formação dos Gerundios dos verbos; e assim se deve muito advertir.

Os principios dos Gerundios se tomão da terceira pessoa do indicativo, tirando o artigo, nos de artigo; e as syllabas *Nho*, *Yo*, nos que as tyerem.

Os activos que no presente tem depois do artigo, alguma das syllabas *Ra*, *Re*, *Ro*, *Ru*, tomão no Gerundio a syllaba *Ce*.

Os neutros de artigo tomão no Gerundio outros artigos, ou *Gui*, *E*, *O*. Plur. *Vai*, *Oro*, *Pe*, *O*.

Os neutros que começam pelos pronome *Xe*, *Nde*, &c. no gerundio conservão os taes pronomes; mas na terceira pessoa sempre tem a letra *O*; e os que tem a letra *R* no presente, depois do artigo, tomão em lugar do *R*, na terceira pessoa do gerundio a letra *G*, em *Xe-r-o-çang*, *Xe-r-o-çang-amo*, *N-d-e-r-o-çang-amo*, *O-g-o-çang-amo*.

Dos fins dos Gerundios

Note-se que chamamos aqui, humas vogaes, puras, e outras não puras. Vogal pura hé aquella que não he ferida com alguma consoante, como nesta palavra, *A ja-ce-ô*, aquelle *O* do cabo he puro; e nesta *Ai-mand-o* aquelle *O* do fim he não puro por ser ferido com a letra *D*. Seja pois a primeira regra acerca dos fins dos gerundios.

Todos os verbos de artigo acabados nas letras vogaes *A*, *E*, *O*, não puro, accrescentão *Bo*, para formarem o gerundio. ex. *A-iuca*, *Iuca-bo*. *A-ceê*, *Cee-bo*. *Ai-mondo*, *Mondo-bo*.

Excepção.

Tirão-se desta regra os verbos acabados nas syllabas *Mo*, *No*, os quaes accrescentão outra syllaba *Mo*, ex. *Ai-amó*, molhar, *Ama-mo*. *Ai-manô*, morrer, *Gui-mano-mo*. Tirão-se tambem *A-ique*, com seus

Incitativos.

Nei Plur. *Pei, Penei.* Hora sus, applicai-vos.
Keremé. Depressa fasei.
Coritei. Depressa, logo, ainda agora.
Neibé. Outra vez tornai a fazer.

Prohibitivos.

Aujè. Aujeranhè. Basta já.
Nanho. Nanhoranhé. Basta.
Aani, Aaniã. Isso não.
Aanume. Não seja assim.
Eteumé. Quarte não façás.
Peteume, ou Petepeume. Plur. Não façais vós.
Touneranhe. Esperemos mais. Ex. *Toune aba, ruriranhe.* Esperemos que venha o homem.
Eitenheume, ou Teitenheume. Para que não aconteça.
Eitenhemo. Para que não acontecesse.
Theine. Deixe isso, cessa de faser.

Permissivos.

Nei, Aujebète. Seja embora.
Yepê. Seja mas de balde. *Yepe aço.* Irei de balde.
Teínhe. Deixa-o fazer.

Laudativos.

Ycatú, Ycatueté. Muito bem.
Matuetè, Ymantutenhe. Está muito bem feito.
Yâ, Yamutù. Folgo que lhe aconteceo mal.
Aeboê. Mui a proposito,
Çup, çupicatù. Muito bem
Mametei, marangatù. Muito bem.
Naetè, naetenhé. Grandemente.
Muruangaba. Muito bem. *Oçõ muru angâba.*

Adverbios diversos.

Irô. Pois, vedes já.

Coité. Denique. Então, depois disso.

Yandú. Se vem a mão. *Oçò yandú.*

Ypò. Por ventura, na verdade.

Naçaubi. Não sem causa.

Cocotyg. E por outra parte.

Ndaerojái. E nem por isso.

Maetepe, Maetacò, Maeteranhe. Hora vede agora.

Ame. Assim he, as vezes he ironia.

Memé, Meméte Memétipo, Memètenc. Quanto mais.

Brã. Mas de balde.

Abrã. Ainda ca, quanto mais la. *Yque ābiā, Memétipo Ebapò.*

Tenhé. De balde. *Oçò tenhè.* Foi de balde.

Anjehné. Bem está assim.

Anjetêramo. Anjebetemo. Ainda bem que assim seja, ou fosse.

Nande. Mas antes assim.

Marande. Mal, e como não devia.

Aêmo. E com tudo isso. *Aêmo ereço.* E com tudo isso vas.

Amô. Ainda agora. *Aiuramo.* Ainda agora venho.

Aande. Mas não foi, ou não he assim.

Coricoriaub, ou Coriauaub. Muito depressa.

De algumas dicções, que só per si não significão; mas juntas a outras partes da oração, lhe dão sentido differente.

A, com til, *ã*, dá energia a algumas palavras. *Ex. A-ço-ã.* Eis-me vou. *Aāni-ã, Aāti-ã.* Isso não. Guarda.

Aib. Esta dicção tem varios sentidos *in malam partem.* *A-ico-aib,* diz a mulher que anda com sua regra; ou tambem vivo mal. *Ai-mon-do-aib,* Mandar alguém affrontado. *A-reco-aib,* Tratar mal a outro. *Xeang e-co-aib,* Estou affligido. *Ai-co-aib-i,* Se diz das almas que apparecem, e dos homisiados que apparecem ás furtadellas.

Aúb. Significa defeito, ou má vontade na acção. *A-ço-aub,* vou, mas de má vontade. *A-cepiac-aub,* desejo ver, tenho saudades de alguém. Verbo activo. *A-cepiac-aub Xe-r-ub,* tenho saudades de meu pai. E

se o verbo atraz se repete, tem mais força: ex. *Aço aço-aub*, folgo que vou. *A-raço raço-aub*, folgo que levo comigo. Os negativos destes são assim. *N-a-ço-eim-aub-i*, peza-me que não fui. *N-a-i-monhangeim-aub-i*, peza-me que não faço, ou fiz. Quando se repete a dicção, significa grande desejo. *A-ço-au-abu*, vou com desejo, e pressa.

Cà. Dos homens somente.

Quig. Das mulheres somente. Estas duas syllabas denotão resolução, ou determinação de fazer alguma cousa. *Acò ca*, quero-me ir. Commummente se lhe ajunta dantes *Ne*, ou *Pe*. *A-ço-ne-ca*, *A-ço-pe-có*. Diz o homem. *A-ço-ne-quig*, diz a mulher. *Pe*, não he interrogação aqui.

Coára, Ndoára, Xoára: São a mesma cousa estas tres palavras. A letra *C* com zeura, he a natural. O *X* toma, quando atraz lhe fica *Y*, como fica dito atraz. O *Nd* toma em outras concurrências de letras. Com esta palavra se denota frequencia, ou continuação de alguma acção, ex. *Bae yby boendoara*, cousa que costuma estar no chão. *Xe-vbv-rixoara*, o que está junto de mim, á minha ilharga.

Çoer, Ndoer, Xoer: Tambem estas são a mesma dicção, pela mesma razão ao de cima; e tambem significão a mesma frequencia na acção de alguma pessoa, ex. *Nheeng-i-xoer-a*, o palreiro. *Ata-çoer-a*, o andejo. A estas se ajunta tambem ás vezes *Ya*, ou *Yabi*; e significão com muito mais efficacia. Ex. *De-nhe-moiron-doer-yabi*, sois muito pichoso, e rabugente. Tambem *Amano-çuer*, quasi que havia de morrer. *Aára-ixuer*, havia de cahir quasi.

E esta letra *E* tem força de fazer com que o verbo signifique fazer-se a cousa independente de outra cousa, ou pessoa. Ex. *A-ço-è*, eu mesmo vou, ou sem me levarem nem m emandarem, &c. *Anhande*, corro e não somente ando. *Corije*, hoje, e não n'outro dia. Nestes ultimos exemplos vemos que se lhe antepõe alguma letra para fazer bôa pronunciação.

Y. A letra *Y* posta no principios do verbo, serve de relativo, como fica dito nos relativos; posto no fim do nome, serve de nominativo. Ex. *Comandá*, fava. *Comanda-i*, faya pequenina, ou feijão. *I*, a mesma letra com til, tem a mesma força. *Pitanga*, o menino. *Pitangu-i*, o menino muito pequenino; e juntos aos verbos fazem significar fazer-se a cousa acaso, e sem força. Ex. *Aimonhã-go-i*, faço acaso por me recrear, ou sem me obrigar alguem. *Acepiac-i*, vejo, mais não impido,

eu vejo por me recrear. *Acepiac-i de angaipaba*, vejo vossa ruindade, e não entendo com vosco, nem vos reprehendo.

Ya, Yamurû. São o mesmo que dizer: Ainda bem, por vingança, folgando com o mal de alguém; mas a primeira *Ya*, junta aos verbos neutros, significa costume na acção, ex. *A-ço-ya*, costume a ir. Também se lhe ajunta a syllaba *Bi*, *Xe-poro-nupã-ya-bi*, costume açoutar muito. E também a particula *Ya*, se usa muito com o sverbos de comer, e beber. *E-rur-i-t-a-u-ne-ya*, traze cá comerei disso. *E-rur-üa*, traze-meu quinhão. Algumas vezes se lhe acrescenta a syllaba *Ra*, ex. *Iorî üi-ya-ra goabo*, vem comer farinha.

Icò. Esta dicção he o mesmo que o nome *Hic, hæc, hoc*. Ou também he demonstração de alguma cousa que se faz. *A-iur-ico*, eis que me vou. *Ai-monhang-ico*, eis que já faço.

Yepe. Esta dicção se ajunta sempre ao verbo activo, quando a primeira pessoa falla com a segunda, sendo a primeira accusativo, e a segunda nominativo; mas isto somente nos modos que tem artigo, ex. *N-d-e-xe-iuca-yepe*, tu me matas. *Xe-iuca-ume-yepe*, Não me mates. E sendo a segunda pessoa do plural, se diz: *Pe-yepê, xe-iuca-pe-yepe*, vós outros me mataes. Também *Yepe*, significa difficuldade em escapar de algum perigo. Ex. *A-iur-yepe*, escapei vindo-me. *Oço Yepe guirâ*, escapou-me o passaro. Também significa de balde. Ex. *A-cecar-yepe*, busquei de balde. *Yepe a-ço*, hora embora vou, vá eu embora. *Yepê-mo a-ço*, ou *Yepe-mo xe-ço-u*, que seria se eu hora fosse?

Aujebêtemo, Aujeberamo, Aujêmo, Aujebeêmo, A-ço ou xe-ço-u. Que seria se eu hora fosse?

Mã. Com esta particula *Mã*, significamos desejos, ou saudades. *A-ço-mo Tupan-a pyri mã*, oh quem fôra para Deos! E ajunta-se communmente com estas particulas *Temo, Mey Mey-mo*. E desta maneira se forma o modo Optativo dos verbos. Ex. *A-ço-te-momã, A-ço-mey-mã. A-ço-mey-momã*: Oh si hora fosse! *Xe-ieg-mã*: Oh minha mãe!

Ne, he nota de futuro. Ex. *A-uica-ne*, matarei. Também se ajunta com estas particulas *Te, Mo, Temo*. Ex. *Tene, Mo-ne, Te-mo-ne*, e e significa, mas antes. Ex. *Xe-Tene-aço*, mas antes eu vou. *Nde-mo-ne*, Mas vós. *Te-mo-ne xe-gui-xo-bo*, Se eu agora fôra.

Moànga, significa cousa ficticia, ou imaginada não mais: *Vem do verbo Ai-moang*, Imaginar, ou fingir. *Aço-moang*, Finjo que vou, ou

vou por de mais, ou baldamente. *A-caa-mandò-moang*, fui á caça de balde sem proveito.

Memè, significa o mesmo, ou da mesma maneira. Ex. *A-ço-memè*, eu sempre vou. *Tupã, Tuba, Tupã, Tayg-ra, Tupã*. Espirito Santo. *Oyepe-memé Tupã*. Deos Padre, Deos Filho, Deos Espírito Santo, o mesmo Deos. *Memetipo*, quanto mais. *Memetipoi-xe, ai-monhang-mo*, quanto mais eu faria isso.

Nã Ruã. Estas duas sempre andão juntas; mas não immediatamente; porem mettendo-se entre ambas alguma outra palavra, ou palavras; e significão. Mas, não, ex. *Nã xe ruã a-ço*, mas não sou eu o que foi. Tambem algumas vezes em lugar do *ruã*, se põe *Xuemo, Nãe-mona, ni-xuemo, xe-ço-rememo*, não fora assim se eu lá fora.

Niã, he uma confirmação do que se diz, ex. *A-ço-niã, Vado igitu*.

Nhe, Acaso. *A-ço-nhe*, Fui acaso sem necessidade, ou sem me mandarem.

Nhote, Significa sómente, ou não mais, ex. *A-ço nho-te*, Fui não mais, ou não fiz nada mais que ir. *E-ico-nhote*, Estai quedo. *E-cepiac-nhote xer-aura*. Não entendaes com meu filho, não lhe façaes mal.

Pe, he nota de interrogação. *Aba pe*, quem? *Ere-ço-pe*, vas-te? Outras vezes se ajunta com a syllaba *Ca*, de que já fica dito acima.

Ranhe, Significa pressa, ou adiantar-se! ex. *Ta-ço-ne-ranhe*, Quero-me já ir. *Xe-ranhe*, eu primeiro farei, eu irei. *Maete-ranhe*, Olhai primeiro o que vos digo. *Maete-pe-ranhe*, adverti vós outros.

Junto ao verbo *Ae* negado, significa, Ainda não, ex. *Da-ei-ranhe*. Ainda eu não. *Der-ei-ranhe*, Ainda tu não, *D-ei-rahne*, ainda elle não. E desta maneira demandão qualquer outro verbo no Gerundio, ex. *Da-ei-gui-mano-mo ranhe*. Ainda eu não morri. *Der-ei-pe-e-ço-b-ranhe*, Ainda tu não foste.

Rung, Rung-a, Rung-eme. Isto he como verbo defectivo, que não tem mais que estas terminações; e a sua propria significação he ordenar, ou principiar. Ex. *Ai-co-rung-xe-r-uba*, Faço a roça a meu pai. *Tia-ço-monde-runga*, Vamos fazer armadilhas para matar caça. De modo que com o artigo *Ai*, e qualquer nome junto, e no cabo a dicção *Rung*, se faz um verbo activo, que pede accusativo, ex. *Ai co-rung xe r-uba*, Faço a roça a meu pai. Conjunctivo, *Co rung-eme*. Infinitivo, *Co-rung-a*. *Ai-epu-rung*, Começar. *A-ceci-rung*, Pôr em fileira.

Ab. Esta dicção tambem por si não significa nada; mas com ella

se formão alguns verbos, ex. *A-ybira-ab*, corto madeira. *A-yby-ab*, Abro a terra. Daqui se forma este verbo, *A-jab*, *Ere-jab*, *O-jab*, Abrir-se, neutro, e se accomoda ás cousas que naturalmente abrem, como a flor, a manhã, o ovo, a ostra, &c. Mas para significar o abrir das cousas a que não he natural, como fender o páo, abrir-se a terra, ou a vasilha, ou gretar a carne do animal, ou couro com algum inchaço, faz-se outro verbo semelhante: *A-ieab*, *Ere-jeab*, *O-jeab*, &c. Ex. *O-jeab-oça*, Abre, ou fende a casa. *O-jab-botyra*, Abre a flor.

Angai, Negação, como dizermos, de Nenhuma maneira. Ajunta-se sempre com est'outra *Aàni*, ex. *Aan-angai*. De nenhumo modo, por nenhuma via. Ajunta-se tambem a qualquer verbo negativo, ex. *No-ço-angai*, Nunca elle foi, ou não foi ninguem, *N-ai-potar-angai*, De nenhuma maneira quero.

Ucár. Esta dicção tambem per si não significa; mas ajunta-se primeiramente com verbos activos, e significa constrangimento na execução de seu significado, ex. *Ai-monhang-ucar Pedro çupe*, Faço fazer a Pedro. *A-juca-ucar iaguara Pedro çupe*, Fiz matar uma onça a Pedro, ou fiz com que Pedro a matasse. Tambem se ajunta com os verbos que dos activos se fazem passivos com a particulas *Ye*, *Nhe*, ex. *A-ve-iuca-ucar Pedro çupe*, Fiz-me matar a Pedro. *A-ve-apin-ucar*, Fiz-me tosquiar. Tambem se ajunta com os verbos compostos dos activos com a particula *Poro*, a que chamamos absolutos, ex. *A-poro-mboe-ucar Pedro çupe*, Faço com que Pedro seja mestre, e ensine a gente; mas não se ajunte a dicção *Ucar*, com verbos de pronome *Xe*, nem com os de mais neutros.

DA INTERJEIÇÃO.

Setima parte da oração.

Interjeição he huma parte da oração, com que significamos os affectos do animo, como tristeza, alegria, dor, saudades, &c.

Desta setima parte da oração não ha mais que apontar algumas interjeições particulares.

Acai, *Acaigui*, Diz o que se dôe.

Hai, Diz o que sente d'outro.

Ya, Yamurú, Diz o que gosta com o dezaestre d'outro.
Temomã, Diz o que deseja.
Mã, Diz o que deseja, ou se lastima.
Quyg, Diz o que vê a cousa longe, ou fóra de proposito.
Coa, Diz o que se compadece.
Apagué, Diz o que festeja graças, ou novidades.
Thó, Diz o que se espanta, ou cahe na cousa.
Hé, Diz o que está angustiado, &c.

DA CONJUNÇÃO

Oitava parte da oração.

Muitas conjuncções se acharão atraz com nome de adverbios, porque, muitas vezes se põe adverbialmente; nem vai muito em confundir nomes de pouca entidade, com tanto que conste de sua propria significação.

Tc, Tenc, Mas antes, finalmente.
Temo, Temone, Oh! se hora acontecesse.
Aujé, Hora basta.
Be, Abè, Tambem, ou.
Aeybè, Logo, da mesma maneira.
Eymete, Eymetemaç, Sendo assim como he.
Yaramé.
Yarameté.
Yaçoaramonaé.
Ceramonaç.
Yaçoaramonaemo.
Ceramonaemo.
Rõ, Igítur, ou *Yrõ*, Vedes isto. } Não sendo assim, como não he.
Teipo, Finalmente.
Erombyg, Finamente.
Ya, Yabè, Yabenhé, Yacatú, Yacatunhé, Do mesmo modo.
Çupicatú, Çupibè, Da mesma maneira.
Coule, Então, depois disto.
No, Tambem outra vez.

Nho, Nhonhe, Nhote, Sómente.

Anke, Assim he.

Emonanamo, E por isso, e portanto.

Ramei, Beramei, Berametei, Semelhantemente, &c.

DA SYNTAXE.

Ou construção das partes da oração

Como nesta lingua não ha variedade de casos, nem de generos, mais que o que se tem visto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes, como se verá.

Dous generos de verbos somente puzemos assima, ou activos, e não activos; e a todos os não activos podemos chamar neutros, como lá explicamos.

Os verbos activos se ajuntão com qualquer nome posto absolutamente, sem proposição alguma. Ex. *A-iuca-ia-guara*, matei uma onça. *A-çauçub Tupã*, Amo a Deus.

Os negativos destes como não mudão a natureza de activos, tem o mesmimo modo. Ex. *N-a-juca-i-ia-guara*, &c. *Na-çauçub-i Tupã*, &c.

Da mesma maneira os mais tempos, e modos variando-se o modo de faltar conforme a elles.

Na conjuncção, o concurso de algumas pessoas com outras, quando uma he nominativo, e outra accusativo de algum verbo activo, se hão de advertir as seguintes regras.

Primeira regra.

Quando a primeira pessoa ou a segunda são nominativos de algum verbo activo, e a terceira pessoa lhe ficar accusativo, nos tempos de artigo; o tal verbo terá seu artigo; expresso. Ex. *A-iuca-ia-guara*, *Ere-iuca-ia-guâra*; e assim nos mais modos de artigo.

Segunda regra.

Quando a terceira pessoa he nominativo, e a primeira, ou segunda são accusativo; em tal caso a terceira pessoa não tem o artigo claro. Ex. *Pedro xe-juca*, Pedro me mata; e não diz *O-iuca*, *Nde iuca*. Te.

mata. *Tande-iuca*. Nos mata. *Pe-iuca*, Vos mata a vós outros. E se o verbo activo for dos que começam pelas syllabas *Yo*, *Nhe*, perde a tal syllaba. Ex. *Pedro de-çoc*, Pedro te pica. O verbo *çoc*, he *A-uo-çoc*. E os verbos activos que se começam por *ç* com zeura, mudão o *ç* em *R*, Ex. *Pedro de r-auçub*, Pedro te ama.

Terceira regra.

Quando a tal terceira pessoa em nominativos e ajunta com o verbo no Permissivo modo, ou no Imperativo, os quaes tem por artigo *Té*, ex. *To-iuca*, mata elle; havendo de ter accusativo a primeira ou segunda pessoa, por-se-ha da maneira seguinte: *T-a-xe-iuca Pedro*, *Tande-jucá*. Mate-me Pedro, e matarei a ti.. *T-iande iucá*, Mate-nos a nós. *T-a-pe-iuca*, mate-vos a vós outros. *T-ande-r-a uçub*, Ame-te; A letra *T* persevera, e faz syllaba com a primeira vogal do nome seguinte; e se o nome seguinte se começar por consoante, o artigo *To*, se muda em *Ta*, ex. *T-ande-çoc*, Piquete, &c. De modo que nestes modos Imperativo, e Permissivo, conserva-se a letra *T* ao artigo; e porque se entremettem os accusativos, *Xe*, *Nde*, que se começam por letras consoantes, ajunta-se a letra *A* ao *T* para fazer syllaba com elle.

Quarta regra.

Quando a terceira pessoa he nominativo, e tem outra terceira pessoa por accusativo, em tal caso leva o verbo o seu artigo nos tempos que tem artigo. *Pedro o-iuca-iaguara*, *To-iuca-iaguara*, &c. *Pedro o-çauçub Tupana*, Pedro ama a Deos, *Pedro o-çoc iaguara*, &c.

Quinta regra.

Quando a segunda pessoa he nominativo; e tem por accusativo a primeira, não leva o verbo artigo, com dissemos; mas sempre leva consigo esta dição *Yepê*, ex. *De-xe-iuca yepe*, Tu me matas. *Nde-xe-çoc-yepe*. Tu me picas. *Xe-iucá-yepe*, Mata-me tu. *Xe-rauçub-yepe*, ama-me tu.

Sexta regra.

Quando a primeira pessoa he nominativo, e a segunda he accusativo, não se põe artigo no verbo, e serve de accusativo da segunda pessoa esta palavra *Orò*, que he o mesmo que *Te* no singular ; e no plural estoutra palavra *O-po*, que he o mesmo que vós. Ex. *Xe oro-iuca*, Eu te mato. *O-po-iuca*, Eu vos mato a vós outros. *Ore oro-iuca*, Nós te matamos. *Ore-opo-uicá*. Nós vos matamos a vós. Os verbos que se começam por *ç* com zeura perdem o *ç*. Ex. *Xe oro-auçub*; e não se diz *Oro çauçub*. *Xe-opo-auçub*, e não *O-opo-çauçub*. Os verbos que começam pelas syllabas *Nho*, *Yo*, tambem as perdem, ex. *Xe-pro-tim*, eu te enterro. *Oro-çoc*, Eu te pico. Os seis verbos activos de que temos feito menção atrás nunca perdem a letra *ç* com zeura, nem a mudão em *R* em nenhum caso dos sobreditos, como tambem os verbos neutros, que se começam pela mesma letra *ç* com zeura. Huns, e outros pore[m] a mudão em *X*, quando antes de si tiverem concorrência da letra *Y*, como fica dito algumas vezes.

Tudo o que se contém nas seis regras precedentes se usa assim nos tempos, e modos que tem artigos, que são todos até o conjunctivo exclusivamente. Mas para os modos que não recebem artigos, que são o conjunctivo, e mais que se seguem, seja por ordem.

Setima regra.

Pondo-se quaesquer duas pessoas juntas, qualquer verbo activo, a que estiver immediatamente antes do verbo que lhe sendo accusativo. Ex. *Nde xe-iuca-reme*. Se vós me matardes a mim *Yxe de iuca-reme*, Se eu vos matar a vós. *Xe Pedro iuca-reme*, Se eu matar a Pedro *Pedro iaguara iuca-reme*, Se a onça matar a Pedro. Da mesma maneira no infinitivo, e gerundios, *Nai-po-tarinde xe-iuca*, não quero que me mates. *Oço Pedro iaguara iuca-bo*, foi Pedro a matar a onça. etc. Os verbos activos que começam por *ç* com zeura (tirando os seis de que fizemos menção assim na sexta regra) guardão o que temos dito assim acerca da mudança, ou perdimento do tal *ç*. E quando o accusativo fica atrás longe do verbo, o tal *ç* com zeura não se perde, nem muda; mas serve de relativo, ex. *Tupã ace çauçub-mé*, amando

homem a Deos. *Tupã* he accusativo do verbo *A-çaucub*, mas não está immediato ao verbo, porque se entromette o nome *Ace*.

Todo o verbo activo alem do seu caso direito, a que chamamos accusativo, pode ter outro algum nome com alguma preposição. Ex. *Ai-mon-gueta Tupã nde rece*, Fallo com Deos de vós, ou rogo a Deos por vós.

Os verbos neutros todos tem preposições com seus casos.

Quando dous verbos se ajuntão na oração para se saber em que modos se hão de por; se hão de advertir as regras seguintes.

Primeira regra.

Ajuntando-se dous verbos com um *Que* no meio. O segundo se põe no infinitivo, ex. Quero que vas, *Ai-potar de cô*. E se o segundo for activo, irá ao infinitivo levando consigo seu caso expresso. *N-ai-potar-i de xe-r-uba-iucâ*, Não quero que tu mates a meu pai. E se for esse segundo neutro, poderá ter seu caso com sua preposição, ex. *Ai-cua-i xe-rece de maenduar-a*. Bem sei que vos lembrais de mim. E se o primeiro for neutro, o activo com seu caso lhe servirão de caso com alguma preposição; ex. *Xe-maenduar de xe-r-auçuba-rece*, Lembrome de que me amais.

Segunda regra.

Ajuntando-se dous verbos sem terem *Que* no meio, ordinariamente se compõe um verbo com outro, fazendo-se de dous um só verbo: ex. Quero ir, *A-ço-potar*. Quero matar, *A-iuca-potar* Sei faser, *Ai-monhang-aub*. Faço matar, *A-iuca-ucar*, &c.

Terceira regra.

Todo o verbo posto no infinitivo pôde servir de caso ao outro verbo, ou com seu caso, sendo activo, como fica dito; ou não sendo activo, sem caso, não significando por modo de acção. Ex. Este verbo *ço*, estando no infinitivo, significa *ir* por modo de acção; ou significa *ida* por modo de nome; desta segunda maneira põe-se como nome, e rege-se d'outro verbo, ou de preposição. Ex. *N-a-i-potar-i do ço*, Não

quero tua ida. *Xe maenduar de rura rece*. Bem me lembro de vossa vinda.

Desta regra havemos de inferir, que todas as vezes que virmos algum verbo reger-se doutro, ou de preposição, que o tal verbo está no infinitivo, ainda que hora não tenha a ultima letra em que se deva acabar, conforme as regras dos infinitivos; porque as vezes as ultimas letras se mudão, por respeito de fazer boa consonancia. E assim se ouvirmos dizer *Xe-rur-i-ré*, saibamos que he o mesmo que dizer *Xe-rur-a-re*, ou depois de minha vinda. *Xe-jebyr-i uanonde*, ou *xe-jebyr-a yanonde*. Antes de minha tornada. E só no infinitivo os verbos tem este uso em todos os tempos, e juntamente no supino *Aõama*.

Quarta regra.

O verbo se põe no supino, quando a linguagem falla do supino, ex. *A, ver, Pera ver, Aço xe-ruba r-epiac-aõama*, Vou a ver meu pai, este supino tambem recebe preposição, porque tambem serve como os infinitivos, ex. *A-lur- r-epiac aõama rece*.

Quinta regra

O verbo se põe no gerundio, quando a linguagem falla delle; o qual tambem serve de supino; mas não admittê ser nome, nem se rege de verbos, nem de preposições. *Al-co Tupã mongeta-b o*, Estou falando com Deos.

De algumas partes da oração, que mandão os verbos ao gerundio.

Muitos verbos, e outras partes da oração ha, que ajuntando-se com alguns verbos, os fazem ir ao gerundio, dos quaes poremos aqui os mais communs, e frequentes; os quaes só por se ajuntarem com o gerundio muitas vezes mudão a significação.

Aé, he verbo, significa liser: junto com este gerundio *Cepiac-a*, significa ver querendo, ou querer vendo. *Ere cepiac-a-ne*, Vereis, e quereis.

Aé catù, composto, e significa o mesmo que o verbo *Possum potes*. Eu posso; se pede gerundio em qualquer outro verbo com que se

ajunta, ex. *Ae-catù bae monhang-a*, Posso fazer qualquer cousa. E negando-se, *Dae-catu-i gui-xo-bo*, Não posso ir. *Pedro ei-catù o-ço-bo*, Pedro póde ir.

Aeumanî, Hei-me muito devagar. *Ere-umanã bae-monhang-a*, Tu te dás a vagares em faser isso. *Daei-umanî bae gua-bo ranhe*, ou *Daei-uman-î bae-u-eyma*, Ainda não acabo de comer, em começar me hei de vagar.

Aememenhé, he o mesmo que o de cima. *Aememenhe gui-xo-bo*, Hei-me de vagar em ir.

Aenhè, he o contrario dos de cima lá me apresso. *Aenhe gui-xo-bo*, Já vou. *Pejenhe pe-ço-bo*, Já vos apressais.

Aeuman, he o mesmo que o de cima, *Aeuman-quixobo*, Já vou.

Toene ranhe, Eu primeiro. *Taeneranhe quixobo*, Eu irei diante. Não se diz na segunda pessoa *Terene*; mas dir-se-ha *Tei deranhe e-ço-bo*, Vai tu. Na terceira pessoa se diz *Téinhe a-ço-bo, ranhe*, deixa-o ir primeiro, ou *Teinhe, Toço*, Deixa-o ir. *Teinhe to-ro-çone*, Iremos nós primeiro. *Pei po-ço-bo ranhe*, ide vós outros primeiro.

Aeje, Ereje, Eije, ajuntão-se com gerundio: Ainda continuo fazendo, ex. *Aexeguixo-bo*, ainda vou. *Ereje mbæ g-ua-bo*, Ainda estás comendo. No plural, *Yae*, ou *Oroej, Peëjé, Eijé*.

Aetenhe, Eretenhe, Eitenhé, Plural. *Yatenhe*, ou *Oroetenhe, Pejetenhe, Eitenhe*, significa de balde ou faser, ou dizer alguma cousa baldamente. Ex. *Eetenhe guijabo*, Digo de balde, ou vamente. *Ere tenhe euabo, Eitenhe, oiabo, &c.* *Aetenhe derançup-a*, De balde vos amo, com gerundio.

Acbiter, Erebiter, Eibiter, &c. Ainda persevero em faser, ou diser, com gerundio. *Aebiter de-r-auçup-a*, Ainda persevero em vos amar.

Ndaeiteé, Dereitee, Deitee, &c. com gerundio. Por essa causa, ou rasão faço, ou digo, &c. *Dacitee gui-xa-bo*. Por isso vou. *Deitee-o-mano-mo*, Por essa causa morreo.

Daeique, Dereique, Deique, &c. com gerundio. Não fora elle, ou não fisera, e não lhe acontecera isso. *Deique ò angaypaba-mo*, Não fora elle ruim. *Deique ò goata-bo*, Não andará elle. *Deique ogoata pytuna*, Não andara elle de noite, &c.

Daeiranhe, Dereiranhe, Deiranhe. Plur. &c. com gerundio Ainda não faço, ou digo. *D-ae-i guixo-bo-ranhe*, ainda não vou. Entremette-se sempre o verbo. *Dereiþe bae monhang-a-ranhe*, ainda não fizeste nada?

Todos estes precedente são compostos do verbo *Acé*; mas todos são verbos defectivos, porque não se usão communmente mais que no presente, e todos tem outra significação, como se vê, e todos mandão ao gerundio os verbos com que se ajuntão.

Todos os verbos de movimento levão o seguinte verbo gerundio, ou ao supino *Aõama*, ex. *A-ço caa mondo-bo*, vou acassar, *A-iur de-repiac-aõama*, vou a ver meu pai, &c.

Outras palavras ha tambem que mandão os verbos ao gerundio, como são as seguintes.

Teinhé, palavra da terceira pessoa, e essa leva ao gerundio, *Teinhé o-ço-bo*, deixallo ir, vá embora.
guarte não vás.

Tueme, ou *Etueme*. Plur. *Potcume*, ou *Petepeume*, são segundas pessoas; e só a segunda pessoa mandão ao gerundio, *Tueme e-ço-bo*, cousa.

Nei, ou *Enei*. Plur. *Pei*, ou *P'enei*, ora sus, depressa palavras da segunda pessoa tambem. *Nei bac monhang-a* hora faz já alguma
Mamete, *Memetene*, *Memetipo*, quanto mais? *Tupã omanô*, *memetipo*, *ace o-mano-me*. Se Deos morreo, quanto mais nós morremos.

Auge, *Te*, *Teipo*, *Erombyg*, ou sendo quando, ou finalmente. Todos levão ao gerundio, *Auge-re-gai-xo-bo*, finalmente fui, &c.

Ya, Ainda bem, com gerundio, *Ya-o-mano-mo*, ainda bem que morresse.

Aeibê, *Acibemo*, logo então com gerundio. *Acibe o-ço-bo*, logo então foi *Acibemo o-ço-bo*, logo então havia de ir. A syllaba *Mo*, faz imperfeito; ou esteja ntes do verbo, ou depois do verbo; ex. *Acibe-o-ço-bo-mo*.

Temone, para bem ser, como gerundio, *Tetema*, *Teraùmo*, *Te-rautê o-ço-bo*. O' se elle hora fosse, ou para bem havia de ir.

Compara-se o Gerundio com o Conjunctivo.

E alguns modos de fallar he duvidoso se havemos de usar de Gerundios, se de Conjunctivo, por serem semelhantes as linguagens, v. gr. nestes modos. Indo eu encontrei vosso irmão; morrendo vosso pai fiquei desamparado. He duvida sobre aquellas palavras, Indo eu, e

morrendo vosso pai, se hão de estar no Gerundio, se no Conjuntivo. Seja pois esta regra.

Quando a mesma pessoa do mesmo numero, he a que faz em ambos os verbos, devemos usar do Gerundio como na primeira oração, *tr-do eu, encontrei eu mesmo. Gui-xo-bo a-ço-buiti dere-quijra*; mas quando a pessoa se varia, ou pelo menos no numero, usamos de Conjuntivo como se vê na segunda oração. *De-r-uba r-eô-nere xe-po-r-eauçub*: Da mesma maneira sendo a segunda pessoa do singular, e do plural, ex. *De-r-uba reô-neme, pe-po-cauçub*.

Da collocação das partes da oração entre si.

O uso ensinará a boa collocação das partes da oração entre si; mas apontaremos aqui algumas que pedem certos lugares, assim como vemos no latim, que esta preposição *Tenus*, sempre se põe depois do nome que rege; e seria erro intoleravel mudar-lhe o sitio, pondo-a antes do nome como as outras.

Primeiramente o nome, ou pronome em respeito do verbo podem estar antes ou depois, ex. *O-ço Pedro, Pedro o-ço, Yxe ai-co, Aico yxe*.

Na terceira pessoa relativa communmente o nome, ou pronome precede o verbo, ex. *Coritei Pedro ruri, Eboquei xe ço-u*.

Os relativos sempre se collocão depois do nome que relatão, como a ordem pede; mas se o nome, ou pronome que ha de ser referido, estiver junto do relativo, o relativo precederá, ex. *Ae-abá oçóme*. Esse mesmo homem irá.

O adverbio em quando tal, pode preceder, ou pospor-se communmente. *Coriteim a-ço, ou A-ço cori-teim*.

A preposição em quanto tal, sempre se pos-põe; e por isso se disse, que melhor se chamarião posposições, que preposições. *Tupana rece ai-ço, A-ço de çui, &c.*

Das interjeições algumas sempre se pospõe, ex. *Mã, Temomã, Açoma mã, &c.* Outras são varias na collocação.

Das conjunções algumas se antepõe, ex. *Acibe, Memete, Mebe-tipo, Temone, Teipo*; mas sempre fica já alguma oração atraz, que se ata com a de diante.

Pe. Esta nota de interrogação *Pe*, sempre se pospõe; mas com a advertência, que se na oração houver adverbio, sempre se põe depois

delle immediatamente, ex. *Marape ore-ico?* Que faseis? *Erimbaepe ere-
iur?* Quando vieste? E não havendo adverbio por-se-ha junto do nome,
ou do verbo, sobre cujo significado cahe a duvida v. gr. nesta per-
gunta *Xe-pe a-cope?* A duvida he, se he de ser eu o que ha de ir, ou
outro. E por isso se põe a dicção *Pe* junto ao pronome *Xe*; mas se a
duvida fora sobre haver de ir, ou não haver de ir, disseramos: *A-ço-pe
xe-me?* hei de eu ir, ou não.

3 DA SYLLABA

Todos os verbos desta lingua, ou se acabem em vogal, ou conso-
ante, na sua vóz direita do indicativo, tem o acento na ultima, ex.,
A-icá, A-quér, &c.

Nos mais modos, ou tempos, em que tem incrementos, não mudão
o assento da mesma syllaba, e as mais syllabas que cressem, se sahem
ante, na sua vóz direita do indicativo, tem o acento na ultima, ex.,
Iucá, Iuca-bo, Iucâbo, Iucá-reme.

Nos nomes ha muita variedade; mas não difficuldade, pelo que
escusamos fazer grande volume.

Fim da Grammatica.

Sendo certo que a duvida he grande constrangimento para o animo; eu porque me sentisse sem columna, adiantei-me a recorrer a doutos que ma pudessem franquear; foi escudado por elles, como verão os leitores, que me atrevi a apparecer em publico e por isso tambem refiro as muitas lições que, por tantas vezes me ha dado por suas obrigantes cartas o Exm. Sr. visconde da Pedra-branca; das quaes cada duas linhas, ou seja em prosa ou em verso, são sentenças.

Disse esse sabio. "A experiência he a guia do prudente ella he o conhecimento do passado: recordar o passado he prever o futuro, escrever o passado he apresentar a experiência..."

"Cada idade tem suas vantagens; a da velhice o desengano senão a unica, he a meu pensar a melhor"...

"De balde passam os annos, o mais que podem he adormecer a dôr por intervallos; no coração paterno a miséria que deixa a perda do filho, he incuravel... Eu que o diga, nas dolorosas situações em que me acho..."

Guardo, pois, eu por lições taes; como não procurarei sanar as dôres? Continua o mesmo sabio.

"Velho, doente e cansado, mui limitadas são minhas relações com os vivos, grandes são porém com os mortos em saudades, e no mimio que nos deixaram em suas obras"...

CARTAS A QUE SE REFERE A NOTA A CIMA.

III. Sr. João Joaquim da Silva Guimarães. — Os louvaveis desejos manifestados por V. S. em prol da litteratura do nosso paiz mostram que V. S. comprehende perfeitamente o espirito da epoca actual, particularmente empenhada na restauração e cultura dos estudos archeologicos, e ethnograficos. O ultimo seculo, divorelando-se das idades que o precederam, e chamando para seu lado o genio da destruição lançou por terra tudo que fôra outr'ora objeto do orgulho e desvanecimento das nações mais cultas e civilizadas. Crenças, tradições e monumentos de todo o genero, foram victimas do seu vandalismo, e a mesma lingua da sciencia, a lingua dos Ciceros e Virgilios, não escapou ao furor abolicionista, apagando-a nas inscrições das proprias moedas, e substituindo por outras em lingua vulgar as que ornavam em elegantissimo latim os pedestaes das estatuas, os epitafios &c.; o que um celebre escriptor justamente indignado qualifica como um delicto commetido ao mesmo tempo contra o bom senso, contra o gosto, e contra a religião. E o que foi que se dêo em troca desta magnifica herança, que nos legaram os seculos precedentes? Uma sociedade improvisada e mui analoga à que, se bem me lembro imaginára

o famoso Rabelais, onde reinava a rainha Entelechia, cuja mesa, em vez de iguarias, era servida de idéas e abstrações elaboradas por homens semelhantes a esses, a quem Napoleão dava o nome de **Ideologos**.

E ainda, pelo que respeita ás linguas denominadas mortas, seria menos censuravel o seu abandono ou desprezo, se as vivas merecessem mais alguma atenção. Mas onde estão hoje os imitadores da pureza e das graças da bella linguagem dos Camões, dos Sousas, e Vieiras? Em verdade, a não serem os escriptos e os protestos de alguns espiritos esclarecidos e de um gosto são e depurado contra essa ridicula fraudulage de gallecismos, que tanto a tem desfigurado não se poderia mais reconhecê-la.

Felizmente este vergonhoso sacrificio de uma das linguas mais ricas e numerosas á uma das mais pobres e menos harmoniosas, como confissão os seus melhores escriptores, vae pouco a pouco acabando, e os nossos mais abalisados classicos surgindo do pó, em que jazião sepultados, recobráo seu antigo renome, e os foros de cidadão, de que a ignorancia ou o pedantismo os haviam despojado. Quanto a outros ramos de conhecimentos observa-se a mesma feliz reacção. As missões catholicas que o philosophismo tinha feito extinguir, privando a religião das conquistas da Cruz, e as sciencias de immensas descobertas de grande interesse, devidas ás investigações de ilustrados missionarios, reapareceram e continuam em maior escala, graças aos desvelos da prodigiosa Associação da Propagação da Fé, não havendo quasi ponto no Globo que não tenha sido percorrido e devastado por esses intrepidos soldados da Fé.

Por outra parte organisam-se corpos scientificos com o intento de colligir as antiguidades de diversos povos e resolver importantissimos problemas acerca da sua origem, idioma, costumes &c. E sem fallar na vasta sociedade dos **Antiquarios do Norte**, fundada em Dinamarca, que hoje se occupa com tanta gloria e proveito na discussão d'estes e outros iguaes objectos, sendo a America um dos que ella tem de tal sorte em vista, que instituiu para o exame dos seus monumentos uma secção especial, com denominação de **arte colombiana**, tocarei só no que nos he proprio e domestico, isto he o estabelecimento do Instituto Historico e Geografico do Brasil, a quem de certo não se podem recusar os maiores elogios pelo zelo, com que tem procurado criar uma litteratura nacinal, já reunindo e publicando antigos e preciosos manuscriptos, ou re-imprimindo obras, que por sua arridade eram quasi desconhecidas, e já enriquecendo-a com interessantes memorias sobre assumptos peculiares á este nosso solo tão fértil em maravilhas. Muitos dos socios dessa illustre associação se hão distinguido por excellentes trabalhos, e entre elles não posso deixar de mencionar o nosso benemerito concidadão o Sr. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, como uma homenagem que folgo de repetir, sempre que se offerece oportunidade, ás luzes e infatigavel peserverança, com que elle tem eficazmente contribuido para que o nosso paiz seja mais bem conhecido, e apreciado, poupando-nos o opprobrio de irmos mendigar noticias de suas antiguidades, topografia, e admiraveis productos nos escriptos de viaúantes estrangeiros, pela maior parte tão superficiaes ou inexactos, que um delles fez da capital de Belem do Gram-Pará duas cidades distinctas, a saber, cidade de Santa Maria de Belem, e cidade do Gram-Pará.

Animado de igual enthusiasmo pelas cousas da patria V. S. emprehendeo a mesma nobre carreira, em que já tem offerecido mui valioso contingente, e vai offerecer ainda maior com a publicação de uma historia dos Indios e da sua medicina pratica, e a re-impressão da Grammatica e Dicionario da lingua indiana compostos pelos jesuitas. Esta obra faz de certo muita honra ao zelo apostolico dessa famosa sociedade, cujas fadigas (para o dizer de passagem) deve o nosso Brasil os promeiros e mais largos passos sua civilização, e cuja supressão deixou um vasio, que ainda se não pôde encher. Causa pasmosa! Banidos de Portugal, e de outros reinos catholicos, elles encontraram generoso asilo na Prussia protestante e na Russia seismatica, e agora mesmo que na Europa catholica elles são ou exterminados, ou objectos de profunda desconfiança, os Estados Unidos da America lhes abrem os braços e lá existem exercendo o seu apostolado e rodeados do respeito publico mais de seis centos religiosos da Companhia.

Ora se um dia o nosso governo tomar a peito, como he tanto para desejar, a conversão dessas hordas nomades e selvagens, que ainda povoam em avultado numero os nossos bosques, não serão essa Arte e Dicionario um grande auxilio para os encarregados desta sublime empresa? O dom das linguas tão frequente na primitiva Igreja tornou-se ao depois mui raro, e o mesmo grande Apostolo das Indias S. Francisco Xavier, bem que algumas vezes favorecido desta graça extraordinaria, sentio a necessidade de aprender, como fez, as difficeis linguas Malabar e Japonesa, a fim de traduzir nellas para uso dos Indigenas a oração Dominical, o Symbolo, o Decalogo, e enfim todo o Cothecismo. Este tyrocínio dos missionarios he considerado de tanta vantagem, que quase todos tem nas regiões, que lhes são assignadas, estabelecimentos privativos, onde se preparam pelo estudo da lingua e usos do paiz. E' assim que na China os padres das missões estrangeira tem para este fim uma casa (*Procure*) da sua ordem em Hong Kong, e os lasaristas em Macão.

Debaixo pois desta relação he inegavel a utilidade, que da Arte e Dicionario, que V. S. pretende reproduzir, deve resultar á obra das missões, quando o Governo lhes quizer dar o impulso e apoio, de que tanto precisam; não sendo menos digno de apreço debaixo da relação litteraria o conhecimento de um idioma mui notavel por sua originalidade, copia e energia.

Concluo dirigindo a V. S. os merecidos louvores pela sua dedicação a este genero de estudos e pedindo lhe desculpa da demora desta resposta causada unicamente pelo incommodo que nestes ultimos dias tenho soffrido em minha saude.

Sou com sincera estima,

De V. S.

Attento venerador e obrigado servo —

ROMUALDO, Arcebispo da Bahia.

Bahia, 9 de Novembro de 1850.

Illm. Sr. João Joaquim da Silva Guimarães. — Vi o Diccionario, e a Grammatica da Lingua Geral, que V. S. forceja por dar á re-impressão, e importando isso um pensamento interessante, um trabalho apreciabilissimo na actualidade, he de esperar da illustração que caracteriza o nosso governo não deixe de animar a publicação de taes impressos, despertando assim outros a seguirem os louvaveis esforços de V. S.

Ainda mal posso commigo desde fins de fevereiro; mas de qual-quer forma conte que sou

De V. S.

amig oattencioso e cert ocariado:

IGNACIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E SILVA

Bahia, 2 de novembro de 1850.

Illm. Sr. João Joaquim da Silva Guimarães. — Vi as obras que V. S. pretende mandar re-imprimir; e como sobre ellas pede-me V. S. meu voto, com quanto pouco valiozo seja elle, com tudo por com-prazer-lhe, direi francamente o que sinto, e o que entendo; porque com o Lyrico Romano somente possa dizer: "

Grammaticas ambire tribus, et pulpita lignor'.

Assim do epitome nada direi; he evidente a incompetencia do juiz n'estas materias. Sobre o Diccionario, e a Grammatica da lingua geral Indigena direi pouco, e este pouco se encerra nisto.

1.º — Q'essa Grammatica, e esse Diccionario he de indubitavel utilidade para a philologia, e para o estudo da Grammatica geral. Nã ha quem ignore, quantos termos indigenas estão hoje introduzidos na nossa lingua, e para cuja intelligencia he mister este Diccionario. As Grammaticas nos ensinando as formas, porque se revellava o pensamento entre os indigenas, a sua comparação com a dos outros povos, enriquece mais o cultivo da Grammatica philosophica.

2.º Que he de grande necessidade agora talvez inda não, algum dia, e este dia não está longe. Os trabalhos de cathecheses tomarão o desenvolviment oãue exige de nós a Religião, e a civilização. O Cathechista apreciará então estes livros, que lhe facilitarão a comunicação com os nossos selvagens; porque differentes he fazer por si um vocabulario, e uma Grammatica do que achar já tudo isto feito.

3.º He ainda de utilidade para a litteratura. Todos sabem, como já são hoje raros estes livros, e como cada vez mais se vão escaciando em modo, que ha receio, que um dia se percam, como já se tem perdido muitos por falta de re-impressão. Eis ahi o que eu penso. Agora o que dezejo he que me tenha no rol de seus amigos: que eu já tenho á satisfação de ser.

De V. S.

ariado obrigado e affectuozo

GUILHERME BALDUINO EMBIRASSU CAMACAN.

S. C. 30 de agosto de 1850.

Declarações do Re-Impressor.

Eu não conheço nada entre os homens tão capaz de produzir a felicidade dos mesmos homens, como o fazerem elles por abater as paixões desordenadas, e afugentar o horror da odiosidade, prevenção, e vícios, com abraçarem os doces sentimentos da humanidade, que só se adquirem pelos enlaces das sympathias, e ligações, ou pela cultura dos espiritos; por tanto isto só basta para fazer conhecer o quanto interessa o nobre trabalho de se consultar os livros, momento quando na idade própria falharão os mestres, o que não he culpa do individuo. Uma razão tão recta e clara já mais pôde ser deamentida. Consultemos por um momento, a Cícero: diz elle — "Eu confessarei sem pêjo, que devo o quanto possuo as lições que tive de meus mestres." —

Pelo que, como me faltou a fortuna que teve Cícero, busco um mentor nos livros, e eis tambem a causa por que dezejo chamar os índios ao gremio social, para vêr se coopero para que adquirão alguma lição pedindo a communicação com gentes mais civilizadas.

Declaro mais que faltando no original da Grammatica que acabo de fazer re-imprimir, em muitos lugares, assentos agudos sobre os — nós, e vós, — eu, não obstante reconhecer taes faltas, ouzei de não alterar o original, por ser este o dever que incumbe guardar quem dá ao prelo obras alheias; salvo nos lugares em que vi escripto o antiquario dizer de — pulo conseguinte — em vez de — por conseguinte, — o que julgei de acerto mudar. Tambem me cumpre o dever de, pelo Sr. typographo que escolhi, pedir ao publico desculpa pelas erratas, cujas faltas são involuntarias, por serem devidas a falibilidade das vistas humanas, igualmente direi, que sendo a melhor compensação da velhice, a lembrança das suas boas accões; como eu não tenha nenhuma a recordar, quero sempre apadrinhar-me com os pequenos serviços

que projectei ,e que dou agora, e ainda hei de dar ao prélo: elles vem tarde; maz o cumprimento de um dever tem lugar a todo tempo.

Permitta-se-me tambem o occupar-me a meu mesmo respeito; he tal a minha má estrella, que em lugar de incumbir as impressões ao Sr. Vicente Ribeiro Moreira, habilissimo typographo de éra antiga e moderna, grande periodiqueiro, e litterato estadista, a encarreguei ao de que já fallei; e por isso tive o desgosto de vêr que o Sr. Moreira sendo encarregado pelo Exm. Sr. presidente da provincia de dar valor aos volumes, os avaliasse a 500 rs. porque só teve em vista as duas despesas do custo do papel, e paga da impressão, esquecendo-se das outras, e do merecimento e raridade das obras; de maneira que julgou mais inferiores as obras litterarias, que as de pedra e cal, por que a estas, por occasião das suas avaliações, se olha para o gosto e para o sitio em que foram fabricadas, o que lhes augmenta o valor!! Bem disse aquelle author a quem certo grande lhe mandára pagar uma pensão em recompensa das obras que havia feito; perguntando-lhe o thezoureiro, por modo e que qualidade erão ás suas obras; respondeo — “de pedra e cal, meu senhor:” por tanto sirva-me isto de consôio, visto que já vem de remota idade a preeminencia das obras de pedra e cal. Igual sorte tive com o Sr. official da contadoria da thezouraria provincial João Antonio Chaves, quando oppondo tantas duvidas a 75\$ rs. que a presidencia da provincia me mandou dar por exemplares que subcreveo por aquella repartição; parecia-lhe que zelava as grandes riquezas dos cofres de Creso, por motivo dos seus conhecimentos grammaticaes como com ufania se gabou de os ter, com vóz não uzual; mas para gloria minha, neste caso vi, que a mesma prezidencia, disse por seu ultim o despacho. — “A verdadeira intelligencia do despacho he a que dá o supplicante; por tanto &c. &c.; e pelo que me foi então entregue a dita somma, contra a opinião do dito Sr. official, que a julgava sobre a maneira quantiosa e cãpaz de empobrecer o estado.

Resta-me ainda dizer, que trato destas duas ultimas declarações, porque conhecendo que a occultação do louvor alheio, he furto manifesto; não quero furtar os louvores que merece todo o cidadão que pugna pelos dinheiros publicos, a fim de que não sejam despendidos com futilidades, qual seja ade se escrever a cêrca de gentios! Eu louvo a Deos, não tanto por mim, como por não ver mergulhada no Lettès a memoria do meo finado amigo José Francisco Cardozo de Moraes,

mestre de tantos como grammatico; que não triunfasse como tal, o Sr. Chaves em negocio que me dizia respeito.

Ainda duas palavras: o que he hoje mais uzual entre aquelles, que se querem fazer singulares; he blazonarem dos seus principios e opiniões. Elles para sustentarem quanto dizem, seja acertado, ou não, concluem — taes são meus principios, e tal he minha opinião; e com o que finalizão as contestações mais sizudas, tanto sobre negocios publicos, como particulares, sem que lhes fique remorsos de haverem desacertado. Eis a aureóla da móda; e eis o eclipse extraordinario que faz afugentar a razão.

Se Lock vivesse, quanto se não admiraria de ver nova forma com que hoje se trabalha para aperfeiçoar o entendimento humano, visto ter consistido nesse louvavel exercicio a maior parte do seu trabalho litterario; mas quer Deos que á testa do governo estão sabidos que o sabem imitar.

Mais direi, que a falta que ha na provincia de typos proprios para se poder finalizar a impressão do Deccionario, me obrigou a mandal-os buscar no Rio de Janeiro: isto me servirá de desculpa quanto a demora, tanto para o governo, como para o publico.

Fiel a meus principios de dar a cada qual os louvores de que he credor; como esta seja a vez primeira que escrevo em publico depois que recebi do Sr. Tiburcio José de Menezes tão exuberantes provas de sympathia, já acompanhando-me nos dias funebres das minhas recentes magoas; e já afinando á sua lyra para tomar parte em meus justos prantos (*) de força he a publicação de suas bem limadas poezias; e por tal motivo, a fim de lhe dar maior valia, unirei á ellas as fracas trovas que a minha escassa delirante e descompassada muza fez ao mesmo assumpto: a primeira quasi que improvisada na matriz da Conceição em quanto se cubria o carneiro em que foi depositado o vaso mortuaria que conduzio minha, sempre chorada, filha Antonia Amalia da Silva Guimarães em o dia 13 de fevereiro de 1851, e as outras ao romper a aurora do seguinte dia, e tambem quasi que improvisadas por um impulso de ternura, dôr, e paternal amizade.

(*) A ingratição, infelizmente tão commum, esteve sempre apartada de mim desde o berço; e por isso eu muito folgo em fazer esta sincera confissão dos obsequios que devo ao Sr. Menezes.

Se o enxerto que contém a obra, pelo que lhe annexei, merecer reparo; eu responderei, que, havendo sido sempre á minha vida publica exortada de contra tempos, de força he o imital-os, para cumprir á sina a que fui sujeito, ou que me quizerão dar os devotados ao mal fazer, e a intriga, sem se lembrarem que o pilar mestre da ordem social tem por baze a inviolabilidade do direito particular; e que ataca-o vale o mesmo que aballar o mesmo pilar mestre, o que faz directa ou indirectamente damno a todos, cêdo, ou tarde.

Offerecido ao Illm. Sr. João Joaquim da Silva Guimarães, por Tiburcio José de Menezes, em occasião da morte de sua filha Antonia Amalia da Silva Guimarães.

SONETO . (*)

Já se acabou: já na mansão celeste
Existe Amalia anjo de candura;
Porém sua alma virtuosa, e pura
Tu oh morte mudar já mais pudeste.

Recorda oh tyranna o que fizeste,
Seu corpo hoje jaz na sepultura
Penetrado d'aquella fouce dura
Com que termo á sua vida deste.

Mas inda Amalia lá na Eternidade
Receberá os premios da virtude
Em recompensa de sua virgindade.

E sua sina talvez que então se mude,
Pois se cá não gozou da mocidade,
Goze no Ceo sublime juventude.

(*) Este soneto já lêo no *Mercantil* n. 46 de 23 de fevereiro d'este anno, por obsequio do seo redator, e do Sr. offertante.

LYRA FUNEBRE.

1.

Triste pensando
Na filha amada,
Supportaro a vida
Mais desgraçada.

2.

Nesse conflicto,
Nessa afflicção,
Só me carcume
Negra paixão.

3.

Se acazo invoco,
Seu doce nome,
Só sinto a dôr.
Que me consome.

4.

Amalia, amante
Filha querida,
Custou-me muito
Tua partida.

5.

Embora estejas
Na Eterna Gloria,
Sempre te trago
Nessa memoria.

11.

Eu triste êrmo
Deixou-me entregue
Com dura magoa
Que me persegue.

12.

Até agora
Tenho vivido
De afflicção
Só consumido.

15.

Eu já convulso
Irei então
Tem com Amalia
Lá na mansão.

6.

Nada contenta
Meu coração,
Só elle aspira
A solidão.

7.

Quando eu ti via;
Neste meu rosto
Nunca trazia
Mortal desgosto.

8.

Mas hoje ausente;
Filha querida
De que me serve
Ter eu mais vida?

9.

Todo prazer
Q'eu possuia
Roubou-me a praca
Cruel, impia.

10.

Nos verdes annos
Da mocidade
Amalia viu-se
Na eternidade.

13.

E vos passando
A triste vida
Sempre envolvido
Na dura lida.

14.

Até que a morte
Com seu farpão
M'o descarregue
No coração.

S O N E T O

Deixai-me oh lembrança, e vãos cuidados
Triste recordação que ma augmenta;
Ou fazei que eu tenha morte violenta,
Que finde os meus tormentos desastrados.

Não posso mais os dias meus nublados
Supportar sempre em gyro de tormenta;
Viver n'uma afflicção que amedrenta
Os homens mais robustos, mais ousados.

Quero expor-me aos ultimos horrores,
Já que estes que me cercão de tristura
Prometem só tornarem-se maiores.

Quero alivio buscar na sepultura;
Pois quem sofre em vida taes rigores
Só na morte encontrar póde a ventura.

S O N E T O

Aonia, cara filha, quando he dura
A que o Céu me decreta, infausta sorte;
Nem o final pavor que traz a morte
Cauzar póde tal ancia; tal tristura.

De continuo a crueza; a amargura
Derrama sobre mim veneno forte,
Até dormindo, faz-me que suporte
As vistas crueis da Estigia escura

Penando passo a noite; passo o dia
Sem alivio ter meu sofrimento;
E, sem já mais gozar a alegria;

Nem destrair do pensamento
Morreo; morreo, quem tal diria,
Aonia, da innocencia ornamento.

S O N E T O

Lá nas alturas d'uma Deos tua alma existe
Filha minha, querida, quanto a vida;
Sem ti eu já me vejo em dura lida:
Impassivel silencio só me assiste.

Da morte os golpes crueis tão cedo viste
De sua foice atroz negra ferida,
Quando no leito estavas, oh querida,
Vendo o velho Páe convulso, e triste.

Nessa hora de dôr e de afflicção
(Irmans amigas circumdando o leito
Vêem ainda palpar seu coração.)

Eu vi o desejo da morte satisfeito;
Então, oh filha, a sã Religião
Só pôde vigorar o patrio peito.

*Referirei tambem aos leitores o quanto observei em as portas de
certa matriz desta cidade.*

Dava cinco horas da tarde, quando passando eu junto ao adro da dita matriz alli encontrei um poéta, não como eu, que sou das duzias; traçamos conversação; e entre tanto notamos que estavam perto de nós o sachristão da mesma matriz conversando com um ancião brasileiro, que representava ter cincoenta annos; a esse tempo passou, montado em um bem ajaezado ginete, um mancebo que inculcava pela fisionomia ter 23 annos. Rolou a conversação do sachristão e do brasileiro ancião sobre a pretenção do môço cavalleiro; o que deo motivo ao vate com quem eu fallava improvisar o soneto que se segue, que, eu me dei ao trabalho de o escrever com um lapis que tirei da carteira.

S O N E T O

B. Este moço q' q'r.? S. Ser deputado.

B. Porque espera elle ser? S. Porque caballa.

B. Elle sabe fallar? S. O' lá se falla!

B. E q' officio tem elle? S. Elle he formado.

B. Que lucra-se com isto? S. o Ordenado.

B. E chega-lhe? S. Se chega? Até regalla.

B. P'raque o pago a nação? P. P'ra desputal-a.

B. Que rende isto a final? S. Ser magistrado.

B. Elle tem instrucção? S. Não vale um ôvo

B. Tem virtudes, tem honra? S. Mas que trêta.

B. Eu duvido que saia. S. Pois he novo?

B. Que diabo! S. Não falle: olhe a gazeta

B. E o povo o quererá? S. Se o quer o povo!!

B. E o bem da patria então? S. Qual patria? Pêta.

O vate com quem eu conversava, he bem conhecido, e respeitado, como tal, nesta cidade; e pelos seus escriptos no vasto Globo.

E o moço pretendente cumpria seus deveres, porque ainda que seus exforços não correspondão ao fim; todos desejão acertar, e todos desejão acudir e servir a patria. Além disso quantos homens não conhecemos que admittindo as cousas, se negão a attender os effeitos, que d'ellas podem vir como consequências pozetivas; e isto ou seja por ignorancia, ou em razão de seus interesses, ao que elles só olhão, sem reflexão alguma; visto que ficão cêgo pela ambição, e pelos desejos da grandeza, sem attenderem as suas proprias consciencias, que era quem lhes deveria dirigir.

Oficio

Fazendo-se sciente a esta presidencia, por aviso da secretaria d'estado dos negocios do imperio, com data de 5 do corrente, ter-se expedido n'aquella data aviso ao ministerio da fazenda, afim de que pela thezouraria, da fazenda, se entregue a V. m. a quantia de quatrocentos e oitenta mil reis (480\$000), importancia de dusentos e quarenta exemplares com que pela dita secretaria d'estado se subscreve, das quatro obras por V. m. com postas, e intituladas, — *Diccionario da Lingua Geral dos Indigenas*, *Grammatica* da mesma lingua. *Epitome da Historia* dos mesmos indigenas, e *Medicina* por elles praticada; assim o communico a V. m. para sua intelligencia; cumprindo que apenas faça a impressao das mencionadas obras remetta a aquella secretaria os referidos exemplares, conforme se determina no citado aviso.

Deos guarde a V. m. Palacio do governo da Bahia, 27 de março de 1851. — *Francisco Gonçalves Martins*. Sr. João Joaquim da Silva Guimarães.

ÍNDICE

Assuntos

Págs.

Gramática da Língua Geral dos índios do Brasil, do Padre Luiz Figueira	3
Descobertas curiosas de Autônomo Alaniz de Souza e Oliveira	129
Descendentes de Diogo Alvares pelo confrade Afonso Costa	175
Centenário de João de Brito. Palestra do confrade Antônio Viana ..	183
Os "Mortos Vivem" -- Clareiras da História. Discurso do confrade Alberto Silva	195
Princesa D. Isabel. Palestra da consócia Prof. ^a Elvira Celestino ..	209
Síntese Histórica da Escravidão no Brasil pelo confrade Valter Alves ..	247
Notícia Histórica da Vila de Baixa Verde por Deolindo Amorim ..	257
Estudos Bahianos por Frederico Edelweiss	275
A 4. ^a viagem de Vespucci a(2. ^a a serviço de Portugal), e o descobrimento da Bahia de Todos os Santos	275
Bahia e Cidade do Salvador	283
A Soterópole colonial em miniatura	290
O templo e imagem de N. S. da Ajuda de Salvador pelo confrade Alberto Silva	295
Luiz Viana por Deolindo Amorim	303
Atividades sociais	313
Ofertas ao museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia de janeiro a dezembro de 1946	315

Páginas

Quarta regra	73
Quinta regra	73
Advertências gerais sobre alguns tempos, e formação dos verbos	73
Advertencia I	73
Advertencia II	74
Advertencia III	74
Primeira regra	74
Segunda regra	75
Terceira regra	75
Quarta regra	76
Advertencia IV	76
Advertencia V	77
Advertencia VI	77
Da formação dos verbos	77
I. regra	79
II. regra	79
III. regra	79
IV. regra	79
V. regra	79
Da negação do Conjunctivo	79
VI. regra	79
Da formação do Infinitivo	80
Primeira regra	80
Segunda regra	80
Da negação do Infinitivo	80
Da formação dos mais tempos	80
Da formação dos Gerundios	81
Dos fins dos Gerundios	81
Excepção	81
Segunda regra	82
Terceira regra	82
Quarta regra	82
Quinta regra	82
Sexta regra	82
Setima regra	82
Excepção unica	83
Da negação dos Gerundios	83
Dos fins dos Gerundios dos verbos de pronome XE	83
Regra unica	83
Como se negão estes	83
Do participio	84
Terceira parte da oração	84
Dos nomes verbaes	84
Da formação destes verbos	85
Primeira regra	85
Excepção	85
Segunda regra	85
Terceira regra	86
Quarta regra	86
Quinta regra	86

Páginas

Sexta regra	86
Setima regra	86
Oitava regra	86
Da preposição	86
Quinta parte da oração	86
Do Adverbio	89
Sexta parte da oração	89
Adverbios do tempo	89
De lugar	90
Dos adverbios de tempo Erimbaepe, Baerempe; respondem os seguintes	90
Dos adverbios de lugar Umápe, Mamópe, respondem os seguintes	91
Dos adverbios do lugar Mamópe, para onde, respondem os seguintes	91
Aos adverbios Umaçupe, Mamoçupe se responde com o seguinte	92
Aos adverbios Umarupi, Mamorupi, se responde do modo seguinte	92
Ao adverbio Marangotipe, se responde com os seguintes.....	92
Dos outros adverbios absolutos	92
Interrogativos	93
Afirmativos	93
Negativos	93
Exclamativos	93
Indicativos	94
Probativos	94
Presunativos	94
Locativos	94
Adverbios diversos	95
De algumas direções, que só por si não significam; mas juntas e outras partes da oração, lhe dão sentido differente.	95
Da interjeição	99
Setima parte da oração	99
Da Conjunção	100
Oitava parte da oração	100
Da Sintaxe	101
Ou construção das partes da oração.....	101
Primeira regra	101
Segunda regra	101
Terceira regra	102
Quarta regra	102
Quinta regra	102
Sexta regra	103
Setima regra	103
Primeira regra	104
Segunda regra	104
Terceira regra	104
Quarta regra	105
Quinta regra	105

	Páginas
Da collocação das partes da oração entre si	108
Da Syllaba	109
Nota explicativa	111
Declarações do Re-impressor	116
Ofício	123

Descobertas Curiosas

== DE ==

Antonio Moniz de Souza e Oliveira

P R E F A C I O

Mas cedo do que pode poderíamos supor, ao prefaciar "*As Plantas e Observações de hum Brasileiro*" o Instituto pode atender ao nosso apêlo a favor da publicação das "*Descobertas Curiosas*", até hoje inéditas, de Antônio Moniz de Souza e Oliveira. Elas são, pouco mais ou menos, o que então presumimos: uma contribuição valiosa para o conhecimento da nossa medicina popular e naturalista, em que pesem os naturais exageros com que o povo simples aureola algumas das suas mezinhas.

O que, porém, ignorávamos era o número e a variedade das plantas medicinais registradas pelo incansável sertanejo. Enumera cerca de duzentas. Mais da metade delas não vem ainda consignada no "*Sistema de Matéria Médica Vegetal*", de Martius traduzido por Henrique Veloso d'Oliveira e publicado em 1854, isto, é, trinta anos depois da redação das "*Descobertas Curiosas*".

Mesmo na terceira edição do "*Dicionário Brasileiro de Plantas Medicinais*", de Meira Pena, ainda faltam umas quarenta dentre as citadas pelo nosso "*Homem da Natureza*". Mas, ainda que a defeituosa sinonímia ou a inocuidade de algumas das plantas venha reduzir grandemente as omissões apontadas, o receituário de Antônio Moniz de Souza e Oliveira, nem por isto deixa de ser, na sua época, a mais completa farmacopéia bahiana.

E' de justiça destacarmos o generoso auxílio que, para a coleção desses dados, obteve Moniz de Souza por meio de subscrições patrocinadas pelos condes dos Arcos e da Palma e até pela classe médica.

Pensámos, a princípio, indicar em notas, e sempre que possível, os nomes científicos das plantas enumeradas pelo nosso campista.

O dicionário de Meira Pena, entretanto, supre vantajosamente essa parte e completa os dados da presente monografia com, indicações colhidas em outros rincões.

Não menos pitorescos do que a parte medicinal são os dados autobiográficos do autor e as suas apreciações sobre o sertão e os seus habitantes. O entono ocasional é uma feição do sertanejo que se julga emancipado, menos na aparência do que pela cultura.

Bahia, Junho de 1946.

FREDERICO EDELWEISS.

nas retratar mal compostos, caracteres do nosso Alfabeto, herança lastimosa com que o inculto do logar que me vio nascer apouca, e infelicitiza os seos desditosos filhos! Todavia o genio superior, que em mim sentia, criando-me no coração o amor á gloria, e fazendo-me arder nos virtuosos dezejões de ser util ao meo semelhante, mormente na minha Patria, reforçou-me a resolução, que puz em pratica, de dar-me ás fadigas de viajante indagador: e correndo p. isso differentes logares, não só da minha Pro.^a, e seos Sertões, más de outras deste vastissimo Brazil, tenho qto. posso, estudado a Natureza: e auxiliado só dos ingenitos conhecimentos, que della simplesmente houvera, fiz nos Reinos Animal, Mineral, e Vegetal differentes descobertas, com que não tanto póde Primar em riqueza este novo Mundo, más vencendo as immensas queixas que nos desmanchão a saúde, e abreviãõ os dias, frustrar com prolongado viver os golpes immaturos da Morte. Foi-me tambem de auxilio a miuda, e exculpuloza indignação que colhi das pessoas mais experientes do Paiz, e athé dos Tapuios, de qm. elles aprenderão, á respeito da maravilhosa virtude de muitas hervas, raizes, lenhos, resinas e outras efficazes drogas, que a Mão da Providencia liberalizou tanto com estas ventorozas plagas. Com este precioso mimo medicação-se aquelles rusticos selvagens, e os habitantes dos Sertões nas suas enfermidades, quaes quer que sejam ellas, e se horrorizão dos pseudos sequazes da Avicena, que mais devastadores do que a peste minorão, Cidades, e, anniquilão Aldéas: e o que he uzo aos taes Selvagens se hes não pode negar a razão, que com a simplicidade de suas hervas, gozando de robusta velhice, olhão os netos de seos netos, qdo. aquelles com verbosos aforismos, rêsmas de receitas, e montões de drogas desnecessarias esfalfão as bolsas, antecipão a velhice, agravão, e prolongão as queixas, e encurtão a vida. Muito ao contrario, porem, se deve estender, e com vantagens se observa á respto. dos Filhos peritos do Salutifero Apollo, que prototipos na Celeste Arte, que professão, arremedão os Nunes nos milagres que fazem. He, contudo, digna de lastima a ignorancia tenebroza, e crassa, que móra entre aquelles rusticos e, habitantes do centro dos Sertões; elles differentes dos irracionais só na figura, apenas seu tem á humanidade, a sua propria estupidez da-lhes quase sempre que, além de innumeráveis desacertos, sejam supersticiosos, credulos de feitiços, duendes, fantasmas, lubishomens e, mil outras imposturas, que apparecem nas histo-

rietas das velhas, e morinte. no maleficio he mais aferrada a sua crença, imposturas, que mais lhes encasquetão as velhas, habitaculo de mil superstições e prejuizos da ignorancia, as quaes naquelles logares são quem manejão a vara de Epidauro, e q.m applicação os optimos remedios, de que se servem alli,, donde nascem. que não podendo mtas. vezes vencer a enfermidade com o esperado prestimo das hervas, ou pelo desconhecimto. da cauza, e virtude de hum ou outro, ou pela experiencia da competente doze; e amontoando; e experimentando mtas. drogas de huma vez, com que destrosem a virtude da que seria mais propria, cegamente matão na bôa intenção de curarem, ou conduzem a victima a hum padecimento pertinaz, e longo, que, tornando-se invencivel, he logo capitulado pr. (servindo-me de sua propria fraze) **COUZA-FEITA, ISTO HE, FEITIÇO.**

A incultura de tal gente os torna barbaros, e monstruosos; hum assassinio he entre elles huma vingança p.^a o mesmo agravo, e tão pouco escrupulo lhes merece este horror da natureza, que até alguns vñõ perpetrar-o pr. simples convite, pr. brinco, e ainda pla. mais tennue paga, que lhes offereça qualquer que intente similhante desafronta, e o que mais espanta he, que ainda havendo arrependimento da parte do mandante, e querendo poupar-se á essa deshumanidade, não decúa o mandatario por já *ter feito tenção*, como elles mmos. se exprimem.

A ociosidade, e a inercia invencivel, que desde a origem tem lavrando, e vai lavrando de huns a outros, os faz até (apezar da conhecida utilidade) desprezar tantas preciosidades, com que os mimoseou a Natureza, vedando-lhes a **preguiça** que as procurem, e dellas se utilizem, reduzindo-as á dinheiro: trabalho em que facilmente se podião empregar — não só os homens, porém, as mesmas mulheres, e meninos.

A Coxonilha que ha pr. alli em tanta quantidade elles as desconhecem. A Baunilha, que até póde trazer-no á cultura; elles a desdenhão, e mais a estimão os Macacos, Saguins, e muitos Passaros, que a comem sobre as arvores, p. onde trepa, e em cujos ramos se alastra; o sal de que abundão as margens dos rios e, q. he, como se vê, tão necessario, elles não o sabem tirar, e menos purificar p.^a o seu uzo, e em muitos logares comem sem sal, perdendo-se desse modo, riquezas tantas entre aquelles desgraçados póvos, que em despeito da fecundidade dos terrenos por elles habitados, mal plantão algum legume, que lhes não chega p.^a manterem-se facilitão-se á caça de bichos, de

cujas pelles se vestem, e as vezes sem curtil-as, deitados todo o mais tempo em suas rêdes, entregues ao ocio, e é miseria, e reproduzindo-se em crimes, que inventa a mm.^a ociozidade Algumas dessas hervas, raizes, e mais drogas de decidido prestimo n'aquelles Paizes, onde mais pelas virtudes dellas que pelos conhecimentos dos Habitantes, fazem curas milagrosas, são as mmas. que já pr. vezes tenho apresentado em varias partes, e mto. mais na B.^a, Capital da m.^a Provincia, aos Peritos da Arte-medica, pr. quem tem sido examinadas, primeiro pr. ordem do Exmo. Conde dos Arcos, insigne Patrocinador dos genios e artes, e á quem tanto deve a B.^a, e depois pelo de Palma, qdo. alli governarão. Foi por todos approvado o meo trabalho attenta a utilidade, e efficacia dêsses remedios com que á bem da existencia humana tanto se pôde enriquecer a Medicina: e aquelles Exmos. Condes patrocinarão, e animarão as mas. fadigas, não tanto pr. inducção, q. p.^a ellas me fizerão verbalmente, qto. pr. subscrições em que primeiros assignarão, e concorrerão com duas offertas generosas de comp.^a com os Professores Medicos, e outros muitos Cidadãos, e Proprietarios do Reconcavo, em virtude do que continuei mas. descobertas, e conduzi o fruto dellas; que de novo apprezentei e fui mui dignante. acceito.

A pobreza, esse funesto mal, que tudo paraliza, e acanha os genios, privando até que appareção cortou-me o progresso das viagens achadas, e combinações pra. outros mais remotos, e estirados sertões, com o que podia sobremaneira interessar a m.^a Nação, e Patria, formar p.^a mim algum estabelecimento p.^a mais commodamente passar a vida e lisongear-me de ser pela Fama apregoado, excitando assim iguais sentimentos de trabalhos á outros genios, que mergulhados talvez pela mma. indigência, que me opprime, não ousão soltar o vôo, e até mesmo cauzando virtuosa emulação á aquelles povos ignorantes, e rusticos p.^a que amando a industria, e actividade procuram, e condução á venda em utilidade sua os salutaes dons, que entre elles derrama a Natureza. Por quanto á excepção do patrocínio, que me prestou aqla. subscrição cujo resultado aliás não podia chegar p.^a os dispendios e continuação necessario de tamanha empreza nenhum outros socorro tive, nem a custa do publico ,nem pr. particular beneficencia, que me animasse, e ajudasse a vencer o incommodo das sêccas, molestias, e a espinhosa dfficuldade das viagens em cujo progresso suportão-se

milhares de inconvenas. que só as bem calcula qm. com trabalho as experimenta, qdo., se devidos soccorros me affagassem, adoçando-me tantos males — nornte. os que traz consigo lastimoza Penuria, vestir-me-hia de maior plumagem, e em mais esforçados vôos me sublimára, enchêra os meos dezejos e seguindo a marcha de completo viajante, e especulador miudo, descrevera logares, e suas vantajoas riquezas, povos selvagens, e rusticos, seos costumes, e abuzos, que observei nos lugares mais remotos dos Sertões: o que sem duvida aproveitára em extremo não só p.^a tirar-me utilidade de alguns objectos, ainda desconhecidos á muitos, más, p.^a quto. fosse possível, prohibir-se a immoralidade, e amaciar-se a fereza que alli ainda aparece, como ouvmos dos primitivos tempos.

O Catalogo, que adiante offereço das hervas, raizes, lenhos, resinas, tintas, balsamos, gomas, oleos, saes, linhos, e sedas, ferro, e ouro, q. descobri, he verdadeiro testemunho dos meos trabalhos, e do quanto anhelos pto. augmento e riquezas deste Imperio, em cujo seio tive a ventura de nascer.

— A —

ASSA-PEIXE — Arbusto negro do Sertão: he aromatico, folga nos terrenos seccos; uzão das folhas cosidas em banhos contra dores pelo corpo. Ha outro assa-peixe perto do Reconcavo tambem aromatico, e com as mmas. virtudes, e de mais a raiz he contra-veneno de cobras, acha-se em qualquer parte das prov^{as}. da Ba., Sergipe, e Alagôas.

ASSA-PEIXE BRANCO — Planta vulgar chamada tambem FRECHA DE CAPOEIRA — pizadas as suas folhas, extrahido o succo misturado com duas claras de ovos, duas colheres de vinagre, e assucar, dado em cristeis aos enfermos de febres malignas, ardes, e inflammatorias, os arrebatada das garras da Morte.

ANGELICA CHEIROSA — arbusto chamado tambem nos Sertões — CATINGA DE CHEIRO — vegeta nos terrenos seccos, he aromatico, preserva de pestiferos damnos, e apura os ares nos logares onde vive; o seo entrecasco serve p.^a banhos contra dores do Corpo: tambem se dá em bebidas p.^a defluxo no peito, e ventozidades, adoçando-se com assucar: as folhas tem mais excessivo aroma, imitador

do Cravo da India: fazem espirrar, e difluir plo. nariz, e tem o mmo. prestimo acima, o mmo. acontece com a raiz, q. até he contra veneno de cobras.

ALECRIM DOS SERTÕES — Herva aromativa, brota nos terrenos seccos, e fracos, he de contra especie que o sobre-dito, tem as folhas mais miúdas, e o verde mais claro, e tem mtas. outras virtudes, alem das mmas. do outro, como seja fomentar as partes esquecidas p. estopôr, curar defluxos do peito, molestias da cabeça, ouvidos, e olhos, com agoa destilada em alambique; e dá-se tambem em chá p.^a flatos, e ventozidades.

AROEIRA — Arvore que produz em qualquer terreno, e por mais Sol, que faça, conserva-se sempre verde: e sua madeira he mto. forte, e bôa p.^a estacas de cêrca, por nascerem, e de reproduzirem eternamente. Cozido o seo entrecasco serve para lavar feridas, e até de animaes: he mto. adistringente, serve tambem p.^a lavar, e tingir as rêdes dos pescadores pr. durarem: a sua tinta he escura, e não larga mais.

ANGICO — Esta arvore produz nos terrenos seccos, lança fructo, o seo entrecasco adistringente, tem muitos prestimos, além de curtir couros, he mto. virtuozo p.^a soldar todas as quebraduras no interior, e p.^a qm. deita sangue pla. bocca, fazendo-o estancar, p.^a quedas, e p.^a lavar feridas. Délla se faz extxtractos que goza o mmo. prestimo.

ARARIBA — Arvore, que nasce em terr^{os}. fortes: da sua raiz se exxtrahe optima tinta encarnada, tambem a da casco do tronco, he oorem mais ordinaria esta, que a da raiz.

AZEDAS — Arbusto rasteiro que nasce em terrenos fracos e humidos; extrahido o succo, e dado em cristeis serve de antidoto contra malignas.

ALCASSÚS — Arbusto, que nasce em terrenos seccos: o seo prestimo he bem sabido pr. todos.

ALMESCEGA — Arvaro q. abunda mto. no Sertão e em qualquer lugar, o seu prestmo tambem he bem conhecido.

ARVORE SANTA — Folga nos terrenos aridos, e mormte. nos Sertões: he mediana, floreja, e fructifica: a casca da raiz pizada, e misturada com agôa á proporção he optimo emetico, prncipalmente

aos molestos de cançasso, e opilação; vão se dando pequenas dozes até provocar o vomito; não ha perigo, e o resguardo he muito pouco.

ARTEMIZIA — Arbusto que produz nas margens do Rio de S. Francisco: esta planta tem mta. semelhança com a — Macella—, e mormte. os —botões—: he aromatica, fazem uzo délla nas mesmas enfermidades em q. applicão a Marcella.

ANGELICA AMARGOSA — Esta arvore bem se pode chamar a Saúde do Sertão, e pr. infelicidade dos habitantes das Cidades, não está em pratica este remedio: he optimo soccorro contra malignas, sezões, defluxões, e q. q. febres e p. feridas profundadas pr. ferro, como facadas, &, tambem aproveita ás mulheres de parto. A caza de meos Paes era em familia huma das maiores do Sertão, e nélla não só, mas em outras tambem numerosas de parentes meos, sempre foi o Campo proveitozo Botica p.^a onde corriamos, e se alguma vez não correspondia o rezultado aos votos, provinha da impericia de qm. administrava o remedio. Nasce esta Planta em terrenos seccos, a raiz, cuja casca, e lenhos são amarelllos, he que coida se applica aos enfermos: he Planta mediocre, produz brancas flores, que exhalão aroma summamente agradavel, e cozidas dão tambem o mmo. proveito aos atacados de malignas. Esta arvore acha-se em qesqr. Serôtes da B.^a, Sergie., e Alagôas.

ARVORE POMBA — O succo do seo entrecasco tirado p.^a cozimento, ou infuzão, serve p.^a lavar feridas, ás quaes tambem aproveita certo balsamo, ou oleo que destila do amago. Nasce em qlqr. terreno arenozo, e fraco, e não em massapê, nem no Sertão: encontra-se nas Prov.^{as}. da Bahia, Sergipe, e Alagôas. Da infuzão deixa certo sedinto, ou tapióca, que he tambem mto. util para pulverizar feridas.

ARAÇA'-MERIM — Arbusto que fructifica, e dá optimos fructos que se comem, e das quaes se faz excellente dôce: cozidas as suas folhas, com essa agôa se alvão chagas, e gargarejão os que padecem nas fauces, e tambem se banhão os que tem dores rheomaticas. Nasce em qualquer terreno, menos nos logares acatingados.

ALECRIM DO BREJO — Arbusto, que brota em logares apaulados, semelha ao alecrim do reino, não tem lenhos o tronco, que pisado pr. isso com as folhas extrahe-se-lhe o succo, e misturado com

alguma pte. de agôa dá-se em cristeis contra febres malignas. Esta Planta ha em qualqr. brejo do Reconcavo da B^a.

ANTA — Animal bem conhecido igual no corpo ao gado vacum, alvação, suro, cabeça baixa, e focinhuda com grande tromba, unha rachada, vive nas mattas, sustenta-se de vegetais e algumas pessoas a comem, por ter a carne mui semelhante á da vacca, e com ella extinguem males venereos: até a pelle he de remedio, dormindo sobre ella qm. tem calor, e dá bôa sola.

ALFAVACA DE COBRA — Herva que nasce á beira das cazas, e em logares de humidade, e seos cozimto. adoçado com assucar he escolhido refresco á quem se qr. dispôr p.^a maiores curas.

ALFAVACA CHEIROZA — Herva aromatica: he excellente tempêro p.^a comidas de carne, tambem utiliza em banhos aos rheumaticos.

AVENCA — Herva cuja configuração, e prestimos são bem conhecidos. Ha em qlqr. terreno humido das trez Prov^{as}. B.^a, Serg.e, Alagôas.

— B —

BAUNILHA — bem conhecida, he hum sipó que produz em qlqr. terreno, e dentro das Mattas: as folhas são carnudas, e compridas, e pode ser cultivada: os habitantes do Sertão não tem noticia do seo prestimo, e pr. isso deixão perder tão excellente producto.

BAUNILHA DE LICURIZEIRO — Esta Baunilha nasce sobre os Licurizeiros, dónde se nutre, e he em ponto pequeno mmo. q. a outra, dá fructo, e tem pouco aroma as folhas, e sipó pizado he bom remedio p. qm. tem panos, e impingens.

BALAIO DE VELHA — He arbusto, mas nasce em terras trabalhadas, e reziste ao So^x as suas folhas cozidas são bôas p.^a dar banhos a mulheres q. tem fluxos de sangue.

BARBATIMÃO — Arvore que produz nos terrenos seccos, e lebeis, a que dá fructo não he bôa, sim a que tem casca vermelha o seo prestimo he de curar com o cozimto. da entrecasca as feridas dos animaes. He tal a força adstringte. desta planta, que o seo banho

traz a doce illusão que no belo sexo inda mmo. depois de haver dado grande parte de povoadores ao Mundo, lhe reverterão intactos os virgineos dias: o extracto desta Planta tem as mmas. virtudes.

BETTE — Arbusto aromatico, que nasce em qlqr. terreno: duas folhas, esfregando-se, exhalão o chero da noz moscada, são excellente remedio os banhos dellas nas dores de juntas, e inchacões.

BÚTUA — Raiz de hum arbusto q. produz nos terrenos frescos, e fortes: serve p.^a molestias de febres, cançãos, dores, defluxos no peito, indigestões, ictericias, &, dando-se o seo cozimento, ou a raiz ralada. A q. produz nas viznhanças do mar tem virtudes mais viva, e efficaz.

BURANHEM — Arvore que produz em qualquer terreno: o seo entrecasco he doce e faz vezes de alcassús: dá-se o seo extracto nas molestias do peito.

BATATA DE TEIÚ — Herva rasteira, igual á cabaça amargoza. Nenhum remedio he mais efficaz, e infallivel p.^a dentadas de cobras, até do mortifero Cascavel, do q. esta batata, que he esverdiada p. dentro, e pr. fóra, e tem hum amargo extraordinario: rala-se, e extrahido o succo dá-se em peqas. dózes, e cobre-se a dentada com o bagaço. Ha na provincia da Bahia, Sergipe, e Alagoas.

BANHA DE URUBÚ — o seo prestimo he applicar-se em uncções ás juntas, e nervos entorpecidos, e nas obstrucções, he de desagradavel cheior, o passaro todos o conhecem.

BANHA DE GIBOIA — o seo prestimo vale qto. a do Urubú: a Carne desta Serpe comem os affectados de siphilis, e com ella destroem os seos males, a serpe he de estirado longo, ampla grossura, e agradavelmte. malhada: não tem veneno, sustenta-se de animaes, que apanha, e engole e tem acontecido pegar em gente humana, a qm. tambem devorára sinão as defendessem os ferros.

BANHA DE TAMANDUA' BANDEIRA — assim chamado plo. que traz na cauda, os Caboclos o nomeão — Tamanduá-Assú — ha tambem hum menor, a q. chamão — merim —. Este animal he terrivel pla. foleada, e robusta garra tão feroz, e penetrante que as mmas. onças o temem; as que esperando com os abertos braços, em

abraço tenaz, ambas se acabão. A banha tem o mesmo prestimo, q. as acima apontadas.

BARROS — Ha nos Sertões diversos, e excellentes barros não só p.^a obras grossas, mas até p.^a loiças finas, as quaes promettem grande duração. No Rio-Real, Fazenda do Pé da Serra, Sitio Lagôa Comprida, acheio-o de tal qualidade, que fazendo d'elle hum cadinho em que fundi prata, soffrêo seis fundições, ficando perfeitamente. são, e com tinido tal, como se fosse de bronze.

BARRIGUDA — Arvore esquizita, que produzem as terras dos Sertões, tem tão grande barriga, que trez, ou quatro varas lh'a não abarca qdo, o cimo, e o pé são finos, lança huma rezina, que liga qlqr. quebradura, e qdo, se não acha a rezina, p. que os Saguins a comem, tira-se o extracto do proprio lenho, que he corticozo, floreja e fructifica pelo verão, e dentro da fructa tem a lã mais macia, delicada, e de maior preço, que pode haver p.^a encher travesseiros, e colchões.

BAMBÃO, ou BABA' — Chamada também — *Cannapú*, ou *Melancia da Praia* — he hum arbusto rasteiro, e espinhozo e nasce em qualquer lugar, o cozimto. desta planta he o optimo remedio p.^a extinguir *gonorrhéas*, dá hum excelente fructo. Tambem ha outro Babá de igual configuração, más que difere na fructa p. r vermelha, a qual arrancaddo, e cozido inteiro serve esse banho p. r tumidez, e inflamação dos escôtros, que reduz em breve ao seo estado natural.

BETÔNICA — herve, ou arbusto mto. aromatico, mas desagradavel, qual a Assa-fetida —, que até se percebe ao longe, ama os terrenos seccos como os Sertões. Dizem os Camponezes que he optimo remedio diaphorético, até p.^a banhos qm. tem dores pelo Corpo, e aproveita igualmente em cristeis p.^a mulheres paridas. Vi mtas. destas plantas em varios campos dos Sertões, e mais nos da Cachoeira, Freguezia de Santo Estevão, e do Camizão: gosta de nascer abeirada ás pedreneiras.

— C —

CANINÃNA — He hum sipó como duas ou tez hastes, acha-se nos terrenos seccos, a sua raiz he o mais aprovado purgante no Sertão contra os males venereos, e bem se lhe pode chamar azougue vegetal, prq. faz quazi os mmos. effeitos, que o mineral. Applica-se, e com

proveito, em m. molestias chronicas, délla se tira excelente extrato, que goza das mmas virtudes. Produz nas Prov^{as}. da B.^a, Sergipe, e Alagôas.

CONTRA-ERVA — Planta rasteira, e unida á terra, nasce em qlqr. pte. pr. baixo de outras arvores, e em logares frescos, si aperta o Sol, em poucos dias se lhe reduzem as folhas em cinzas, ficando sempre verde a batatinha, que he remedio efficaz p.^a colicas, malignas, e até p.^a dentads de cobras, bebido o summo da batata, e folhas, das quaes tambem uzam como chá: sem excepção de logares encontra-se nas Prov^{as}. da B.^a, Sergipe, e Alagôas.

CARAÍBA — He arvore mediana, produz em terrenos seccos, não sente o verão, e deita fructo. O extrato do seo entrecasco serve p.^a emplastro de toda qualidade de quebraduras, e p.^a o peito.

CAMA DE LUNA — Arbusto rasteiro, q. produz nos terrenos fracos, o caroço de sua fructa serve de matar bichas, e dá-se somte. a 4.^a parte delle ralado, e he ms. forte q. o Angelim.

COROÁ — Vegeta nos terrenos seseccos, delle se fazem valentes cordas, he bem conhecido abunda em quantiadde nos Sertões.

CAROBÁ — Arvore mediana, o cozimto, do entrecasco serve p.^a lavar bôbas, e s. folhas seccas, e reduzidas á pó, p.^a pulverizar as feridas bôbaticas . Nas Campinas do Sertão ha outra especie chamada — *Carobina* — que estende plo. chão, e he ainda mais virtuozza p.^a as bôbas . No Reconcavo ha outra 3.^a especie differte de igual proveito.

CAÁ'-GAMBA, ou JERATACACA — Herva catingoza, q. produz no slogares frescos e sombrios. A raiz, e folhas cozidas servem p.^a banhos em qm. tem dores p. corpo, e ossos, e p. retenções de ourina, dando-se á beber: he sudorifica.

CAMARÚ — Herve que produz em qlqr. r terr.^a há differentes especies, branco, e roxo, he aromatico: o seu prestimo he dar do sumo cristeis, a qm. tem opilação, ou canção, e faz-se tambem lembedor p. defluxos do peito, e o cozimto. das folhas p.^a tosses timozas, e confuzas.

CATINGA BRANCA — Arvore mediana, a sua casca he prestimoza p.^a curar feridas, e cozida p.^a cristeis nas diarrhéas: produz nos

terrenos fracos, e seccos. Tambem se faz extracto, e goza da mesma virtude.

CACHOLINHA — Insecto bem conhecido pr. todos, menos plos. Habitantes do Sertão, se conhecem, ou não sabem do seu valor, ou a preguiça os tolhe. Acha-se em abundancia nos arbustos a que chamam — Palmatoria — que pelos mtos. espinhos, que tem he costoso de se catar. O tempo propria de se tirar, pr. estar maior e abundar mais, he de Maio até Agosto, e principalmte. no mez de Junho.

CANA DE MACACO — produz nos terrenos sombrios: o seu prestimo he tirar velidas dos olhos, serve tambem p. as gonorrhéas. Tambem se faz extracto, que tem a mma. virtude: alem destas se extrahe della hum sal acido, que poderá ser utilissimo á mtos. uzos da Medicina, do succo se lhe apura regalado licor moendo-se então a canna, e deixando-se repouzar o caldo pr. vinte e quatro horas, o ql. tirado subtilmte. ,misturando-se-lhe assucar definado, engarrafa-se, e passados quatro dias, está capaz de uzo, he bebida forte, e aqles. a qm. desagradar, pr. isso, misturem-lhe agôa, e augmentam-lhe o assucar. O sedimto., ou tapioca, que deixa, disfeito em apôa, e adoçado he saborozo refresco salutar p. as gonorrhéas, e queixos originados do calor.

CABACINHA, ou BUXA DE PAULISTA — he hum sipó, cuja semente que imita a da Cabaça, pizada e dissolvida em agôa, a porção de hum colher desse pó bebida, ou em cristeis he vigorozo purgte. p.^a qlqr. enfermide.

CONSOLAÇÃO — Arbusto, cuja flor he mto. cheiroza, nasce em qlquer terreno, a raiz serve p.^a purgte. p. qualquer molestia, e he bom antidoto p.^a veneno de cobras.

CAÁPIAMA — Arbusto rezinoso, que produz em toda a parte, sua fructa dá mta. tinta amarella, e lacre também dá, mas deve-se desfazer em espirito de vinho.

CAZULOS DE SEDA — São de certas Lagartas, que os produzem nos Sertões deste Pais Brasileiro, ha de duas qualidades, e differem assim as que se achão no arbusto velam, são peiores prque tem aspereza, e difficuldades e muito pouca longura de fios: os que se encontram porem na Arvore Aroeira, são optimos pr. candidos, faceis,

macios e longos. Certo homem do meo conhecimento achou em hum arbusto seda verde mto. fina, é ao parecer bôa, ignoramos comtudo o insecto q. a produz.

CAPEBA — herva que produz nos terrenos humidos, o seo prestimo he rezolver todas as qualidades de tumores pizadas as folhas e postas sobre elles cozida com a raiz e tudo; e adoçada com mel serve para fazer cozimto. p.^a os doentes de opilações.

CAPIM DE LANCÊTA — o seo prestimo he dar bebido o succo, pizado, ou em cozimento, em cristeis a quem tem malignas, em pequena doze he hum dos melhores remedios que tem descoberto os Camponezes p.^a esta enfermidade; as folhas são proprias á ponta de hum lancêta, cor mto. verde, só produz nos taboleiros de agreste.

CAPIM ASSÚ ou RABO DE RAPOZA — Abunda mto. em qlqr. terreno, mormte. nos Aridos, lança hum pendão de que se tecem chapeos, e ficão excellentes.

CAPIM DE CHEIRO — He hum dos melhores p.^a encher suadôres de sellas, e colchões, produz nos terrenos agrestes.

CAPIM AROMATICO — vegeta nas margens dos rios mormte no Capivarim, e Orobó, serve p.^a dar banhos á quem tem dores pelo Corpo.

CARVOEIRO — Arvore dos agrestes, fructifica, e a fructa misturada com caparoza faz optima tinta de escrever.

CABEÇA DE FRADE — Planta que produzem resequidas charnécas: não tem folhas, mas qual redondo fructo brota da terra dividida em talhadas e sobre ellas rozas de espinhos como alfinetes grandes, similhando hum corôa, como veludo purpurino, descascada apparece hum miôlo de que se engenha saborozo doce, e dá tapioca, de que se faz escolhido refresco.

CASADINHA — Arbusto enredicho, producção de qlqr. terreno. O succo, ou crua, ou cozida a herva, bebido, ou em cristeis, aproveita contra malignas e sezões.

CEDRO — Arvore de todos conhecida, cuja madeira he de singular escolha p.^a obras immensas. Do entrecasco se tira salutar cozimento, aos que padecem bôbas, gomas, e corrimentos.

CAMBOTA' — Esta arvore de mediana estatura, vegetal de qualquer sertão, presta, tirado o succo da raiz aos mordidos de cobras, a qm., ainda nos extremos lances rouba da morte: he amarga, e approva-se mais a casca da raiz, que fica p.^a o Nascente, pizada tambem se põe sobre a dentada.

CANÇANÇÃO BRANCO — Vem em qlqr. chão: utiliza a agôa da medulla aos doentes dos olhos, que desinflamma, e refresca: tanto a folha como o tronco são de espinhozo pelo que, tocados apenas, cauza tão estimulante prurido, que alem do paciente raspar coçando a pelle, vê levantada em vergões toda a parte em que tocara.

CATINGA DE PORCO — chamada em outros Sertões — *páo de rato* — Vê-se nos logares seccos: o amago, e a casca desta planta, como Páo ampexe, dão escolhida tinta de escrever, lançando-se-lhe dentro da infusão: a escripta fica negra, e brilhante, mas avermelhada depois, o que talvez acontecerá por impericia da Composição.

CAJAZEIRA — Arvore bem sabida, e em qlqr. pte. achada: as folhas aproveitão a qm. tem nevôas nos olhos, a casca do tronco, dividida em grandes e asperas crostas, he optima p.^a fazerem-se imagens: a fructa he de hum sabor delicado, entre doce e azedo, e délla se faz excellente limonada. Adverte-se que o succo p.^a o remedio de olhos, extrahido das folhas tenras pizadas não deve ser tocado pr. metal.

CAPIVARA — Animal amphibio, sustenta-se de hervas, e batatas que nascem ás margens dos rios, e lagos :descanção em terra e á qualquer estrepito de objecto estranho, mergulhão-se n'agôa, e são perniciosos á lavoura, e com preferêcia aos cannaviaes. O caçador carece de grande sagacidade p.^a atirar-lhe, muitos o comem, he porco na forma, tem ruiva as cedas, e he sura. Asseverão que a carne he grande remedio contra males venereos, e retenções de ourina: a pelle crutida he bôa p.^a calçado.

COPAÍBA, p. outros COPAÚBA — Arvore que se encontra nas grandes matas. Cortada desde Dezembro até Março lança do amago abundante copia de oleo proveitozo á immensas necessidades da vida humana, e se vende por grande preço.

COERANEIRA — Planta, que voluntaria produz a terra, principalmente. nos logares habitados, bem que de tronco e folhas mal chei-

rosas, produz alvas flores, que sendo dia he enfadonho cheiro, e apenas se desdobra o véo da noite, exhala hum tão agradável aroma, que encanta o alfato: a folha applicada sobre qualquer chaga a purifica e limpa, e lhe traz em breve a sanidade: se o gado a come murcha, ou secca tonteia, e morre.

CAÇAREMA — Formiga de brava especie: ha grande, e pequena, morão nas arvores, em cujo tronco, ou ramos fazem as cazas como as de — cupim—. Os marimbondos uzão tambem de fazer as suas cazas nas mmas. arvores, em que ellas habitão, e ahi em aliança mutua com a bravura e armas que lhes déo a natureza se deffendem de qualquer estranho ataque pretendido contra os seos penates: mas a sagacidade humana a quem nada reziste, inimizando estes dois aliados, dest'arte os destroça, por a hum tempo a caza de ambos, assemelhão-se os moradores, veiu indagar o damno e desconhecendo o braço maligno que os offendera, possuidos de desastroza illusão de que hum maquinara o damno do outro correm inimigos á guerra, e entrando pelos lares alheios se devastão, e se anniquilão: e soffrendo o Marimbondo ruina maior nos filhos mudão-se os que restão, desunindo-se assim dois tão grande inimigos da humanidade. A Caçarema uzão alguns traze-la p.^a habitarem nas Larangeiras, e outras arvores domesticas, trasladando p.^a estas as suas Cazas, porque verão com isso que sejão invadidas pla. formiga de Mandioca a quem aquelas fazem guerra. Muitos porem as desprezão: p.^a esse mister, prque com a continuação ellas cobrem as fôlhas da arvore onde vivem, de certa ferrugem negra que alem de lhe roubar o lustro, e a verde graça, matão de futuro as proprias arvores.

ACAÚÃ— Mto. satisfaz a curiozidade dos genios, que se empregão em estudar a Natureza, observal-a nésta Ave. Sustenta-se especialmte. de cobras, q. apanha, e he pasmoza á sagacide. com que as mata: apenas avista alguma, contra ella se atira, e fazendo pavez da aza, que levanta, vai nella recebendo o bote, e a dentada da cobra, e assim que a vê d egeito, lança-lhe a garra ao pescoço, e com rapido arremeço, e movimto. a acaba: pendura depois em hum ramo da arvore ms. vizinha, a cujo cimo se rementa, e ahi cantando os seos triumphos convida a socia p.^a a preza recente em que ambas vão depois apascentar-se. Que providencia a do Supremo Author de tudo em

deixar estes e outros semelhantes animaes destruidores d'áqles. monstros tão medonhos, e perniciosos a todos os ms. vivente !

CEBOLA BRAVA — Esta cebola he o mmo. q. a chamada — *Albarran* — tem particulas venenozas. Algumas pessoas uzão della nas cauzas defluxionárias, mas em doze limitada, vegeta em qualquer terreno, havendo chuvas viceja, e com sol se reduz a terra.

— D —

DANDA' — Planta que produzem as mattas da Cotinguiba: he huma especie de Decorí, donde se extrahe suave, e proveitozo purgante.

DENDEZEIRO — Ninguem ha que o desconheça da precioza fructa, com que enriquece apinhado cacho de que compõe azeite saborozissimo. Abunda em qualquer parte do Brasil: no lugar, em que a palma está preza ao tronco dá hum pêllo como veludo, que tirado, e fortificado com as cinzas da folha madura da Bananeira, em termo que huma libra de pêllo se ajunte á huma quarta de cinza, trabalhado as mãos, e curado ao sol, he optima isca p.^a lavrar violentamente. o fogo extrahido á fuzil.

— E —

EMBOIRANA — Arvore que dá fructo, e brota nos terrenos seccos; serve p. lavar feridas, e he contraveneno as dentadas de cobras, o seo extracto tem as mmas. virtudes.

EMBIRUÇÚ — Arvore, que nasce nas mattas e terras fortes, dá mta. rezina, e serve p.^a ligar, esoldar qualquer couza que se quebre: dá luz, e pode supprir os prestimos do Breo p.^a os uzos dos navios, serve p.^a fazer chapeos, e qdo. a arvore he nova dá linho macio, que bem trabalhado, facilita-se p.^a qlquer obra que se possa fazer.

ENXERTO DE PASSARINHO — — Planta, que vegeta sobre outras de q. são parasitas. A que nasce, e se nutre do Cajueiro, e Sambaiba, serve nas folhas p.^a as mulheres que tem feridas internas, banhando-se, lavando-se e seringando com o cozimto. das folhas. No lugar, em que na arvore nasce forma huma especie de batata, que ma-

chucada, e lançando-se na agôa deixa-se repouzar em hum vaso em cujo fundo se acha tapiôca com que se pulverizão as feridas. Esta planta da flor, e fructo que sempre está verde.

ENGAÇO DE BANANEIRA — As flores (*vulgo chupa-mel*) que diariante. desenvolve infundidas, em agôa que receba sereno, he banho salubre p.^a as molestias de olhos: e o proprio engaco pizado, e desfeito em agôa dado em cristeis, utiliza á teimosa desenterias.

— F —

FERRO — No Sertão do Orobó, e Camizão em partes diversas, achei grande copia de ferro cuja amostra já tenho apprezentado.

FEDEGOZO — Arbusto cuja raiz cozida he espeeial remedio contra erisipelas, malignas, e defluxões do peito: floreja, e lança tam-bem vagem como feijão, e desse producto se faz igual uzo ao do Caffé.

FUMO BRAVO — Arbusto cujo cozimento aproveita nas fe-bres malignas tomado em cristeis.

— G —

GENDIROBA — Fruta silvestre de hum sipó que sobe pelas Arvores, e se pode cultivar, como Maracujá em latadas, seos Carôcos, ou amendoas abundão muito de excellente azeite, q. alem de servir p.^a alumiar, he de huma virtude conhecida p.^a curar mordeduras de co-bras, e outros animaes venenosos. Nos mattos do Massapê ha grande quantidade desta excellente fruta.

GRAVATA' DE CAMA — He huma planta semelhante ao an-nanaz e seo fructo aromaticco tem bom gosto p. se comer depois de sazonado, e não estando tem acido tão picante, que córta a lingôa, e n'este estado he bom remedio p. bixas, pizado dá-se a substancia em dozes que equivalhão a huma chicara, tambem serve p. os doentes de canção, e opilações, deve-se cozinhar, e tirar-se hum frasco do cozimento, depois de fermentado, e dar-se duas vezes ao dia, huma de manhã, e outra á noite: deve ter resguardo em todos os remedios. O seo fructo he de Janeiro até Março.

GRAVATA' DE ENROLAR — Come-se, délle se faz bom mel, e assucar: comida a fructa, e logo bebendo-se agôa he o purgante mais violento possivel: o seu assucar penso será mto. medicinal, ha esta fructa com mta. abundancia nos Sertões desde Março até Outubro, he mto. estomacal, excita a sêde, e tem sido hum forte refrigerio nas necessiddes.

GRAMA — Herva que produz em qlqr terreno, o seo prestimo he fazer-se cozimento, e dar-se aos doentes de hidropesia, e aos de Canção, e he bom pasto para os Gados.

GRAVITAIA — Arbusto dos Sertões: produz huma batata que serve de sustento nas grandes seccas aos povos, que usão della em lugar de pão.

GAMELEIRA BRANCA — Arvore bem conhecida, lo deite que lança ferindo-se o tronco, se forma util purgante aos que padecem canção, e opilação: dá-se ao doente huma colher cheia á beber: deve resguardar-se de fato, leite e bebidas espirituozas: alguns doentes uzão tomar este remedio metidos nagôa, dizendo que assim não he necessario resguardar-se do sol, e chuva. Esta planta folga nas margens dos rios, e logares pantanozos.

GENIPAPEIRO—Esta arvore prdouz em qlqr. parte, mormente em terras fortes: dá excellente fructa que alem de ser picada com assucar he saborozo regalo ao paladar, tem virtude medicca contra hidropesias. Espremida lança certo vinho de que em lugar de agôa uzando o queixozo, goza logo saude: tambem aproveita aos estomagos debeis, e de máo quilo, e aos attaccados de canção, e aos obtructos: Corta-se em seguida a fruta, lança-se em grande vaso com agôa e assucar mascavado, deixa-se fermentar e depois se dá á beber duas e trez vezes ao dia: deve o enfermo então alimentar-se de boas comidas. He tambem util aos que soffrem sezões, bebendo espremido o humor da fructa :ella he substancial, e estomacal, tanto que até applicada externamente aos estomagos debeis os alenta, e vigóra, gasta o prazo de hum anno p.^a madurar oo fructo de que quazi sempre está cheio.

GRILO — Insecto pr. ninguem ignorando: habitão penetrados na terra pr. baixo das pedras, e páos podrões, onde encontrão algum abrigo. Ouvi de alguns Camponezes, que este Insecto aproveitão aos que soffrem retenções de ourina, mas não deve appli-

car-se em grandes dozes, prque pr. tomar hum inteiro muito enfermo dessa molestia, desatou-se-lhe tanto sem termo a ourina, que veio á morrer de soltura della.

GRUGE — He hum sipó que serve de estancar o fluxo immoderado ás mulheres, ralado, e desfeito em agôa, dás-e á beber em pequenas dozes. Estende-se nas arvores, e brota em qualquer terreno, q. não sejam taboleiros agrestes.

— H —

HERVA DE CAPITÃO — Brota em qlqr. terreno, serve p. lavar feridas onde haja puz.

HERVA FERRO — Vê-se nos Sertões, e logares trabalhados: semelha á planta — *Crista de Galo* — pizado tanto da herva qto. abarque fechada a chave da mão, e extrahido succo he a doze de hum vomitorio p.^a qm. precisa de uzar délle em qualquer enfermidade. Si os vomitos forem excessivos dá-se ao enfermo p.^a estancal-os leite de vacca, ou de mulher.

— J —

JALÁPA — Planta, que se estende ao uzo do Maracujá, desfolha no verão, sementeia, dá-se em qlqr. terreno. A batata que produz, ou espremendo-se o humor, e uzando-se della, ou do sedimento, que deixa, a que chamão tapióca, ou extrahindo-se-lhe chemicante. a rezina he excellente purgante em mtas e diversas enfermidades, principalmente para o estupor: Encontra-se em qualquer parte das Prov^{as}, da B.^a, Sergipe, e Alagôas. NB. Contendem huns que a Jalapa, e a chamada Purga de Batata são dois vegetaes diversos: mas pela combinação, e exame que escrupulozante. tenho feito, collijo, e tenho á certeza que he hum a e a mma. couza porem iguais em tudo, na folha, sipó, flor, e semente que a propaga: somente com a differença (motivo da questão) que, a que dizem jalapa produz batata cumprida e a que dizem batata a produz redonda, mas creio que isto procede do capricho do terreno.

JERICO' — Herva que nasce debaixo das arvores, e arbustos, produz nos ternos. seccos, nunca o Sol a consome: o sumo della

tomado em pequena porção pela bocca, ou em cristeis p.^a malignas serve: tem a raridade de depois de secca lançando-se n'agôa rever-decer dentro em seis horas, como se estivesse na sua ms. viçosa vegetação.

S. JOÃO — Arbusto que produz em ternos aridos: do entrecasco dá huma tinta amarella mto. agradável: a fructa tambem á dá, mas com a differença que posto ao Sol tornar-se roxa. A sua raiz he ainda mais rica e precioza em tinta, e esta mta. fina.

JATOBA — Arvore que produz em qualqr. terreno: a sua rezina serve p.^a doenças de peito, e combinada com oleo de Copaiba e espirito de vinho faz bom verniz. Da cortiça tambem se tira finissima tinta, que misturada com capa-roza he excellente para escriptas.

JOANNINHA — Herva aromatica do campo, assim, agóra chamada, pr. não ter conhecido nome, serve p.^a dores, tomada em chá, e em banhos: o gado que n'lla pasce engorda muito.

IPECACUANHA BRANCA — Praga muito fresca, e escolhida p.^a todas as enfermidades, em que se precize de purgte., prepara-se da raiz, e a doze que uzão he a que leva a chave da mão.

JARRINHA — Herva que produz em qlquer terreno, o seo prestimo he p.^a banhos em qm. tem dores plo. corpo, e tumores: he mto. approvada pr. contraveneno de cobras. Ha outra espe. chamada *Jarro grande*, que produz nos brejos, e dá flor grande rajada de branco, e roxo, e o cozimento da raiz, e folhas servem p.^a inflamações dos testiculos, e erneas.

JANAÚBA — Arvore que produz nos terrenos fraccos, e secos, dá leite, he de mtas. virtudes, e huma das mais preciozas, que se conhece, sua raiz serve p. purgar em qualquer enfermde. principalnte. venerea, chama, e regula a marcha mensal das femineas pensões: he bom remedio p.^a canção, caquexia, e até p.^a hidropesia.

JUNCA — Raiz que nasce nos brejos, e nas praias, serve p.^a dores de ventozidades, e particularmte. p.^a curar mordeduras de cobras, bebendo-se o humor espremido, ralando-se, ou pizando-se, e pondo-se o bagaço sobre a ferida.

JABORANDÍ — Arvore que nasce nas mattas, tem mto. alcanfór, serve p.^a curar canção e opilação, a sua raiz he venenosa, mata

peixe, e todo o animal: arde e queima como pimenta, e applicão em qualquer dente q. dóe, p.^a fazer cuspir, e alliviar a dor.

JABOTICABA — Arvore, ou Fructa deste nome: nenhuma outra se vê mais agradável, normente a q. produz nos Sertões, e alem da excellencia da fructa, que belleza não he qdo. délla se carrega o tronco? Nasce a elle unida desde o infimo da raiz até o mais delicado raminho. Mal que começão as trovoadas, a arvore que até então estava orfã de verdura, e folhagem, com as chuvas floreja, e dentro de hum mez negreja toda de fructa madura, cuja duração he tão rapida, que passadas apenas oito auroras nenhum só fructo lhe resta. Alem do especial sabor mto. aproveita o succo a quem arroja sangue pela boca: he escolhida solda p.^a quebraduras internas bem que seja planta agreste, domestica-se comtudo, e perdendo a natural braveza muito melhor se torna, e mostra-se o mais delicado mimo do reino vegetal. Já tivo o gosto, de vê-la domesticada na v.^a de Taubaté, Prov.^a de S. Paulo, e na Matta de S. João no pomar do Professor oão Gualberto Ferr.^a dos Sto. Reis, Prov. da Bahia.

JUNCO — Planta que nasce nos lagos, e logares apaulados: as folhas assemelham canudos: são roliças, verdes, e estaladiças, tem certa batata q. faz o seo alicerce, e délla segundo a opinião dos Camponeses se tira efficaz contraveneno á dentadas viperinas; tem grande amargor. Ha tambem outro Junco, que arremeda este, intitulado — *Junco fino*—, que serve p.^a por pr. baixo de sellas: do 1.^o se razem esteiras p.^a isso apezar de não ser macio como o fino.

JURUBÉBA — Arbusto, cujo prestimo é mto. cconhecido; as raizes cozidas dadas á beber aos molestos de gonorrhéas as destroe, e todo mal venereo. A fructa é grande remedio p.^a aposthêmas internas, e qm. for machucado, e tiver desconfiança de maior damno uze de beber o succo da fructa, pizada, e espremida ella, e dahi tomará de manhã huma chicara de agôa em a metade, e o mesmo fará de noite ao deitar-se: tambem a fructa aproveita p.^a dar-se á beber o succo a qm. padece desconcerto no estomago. Abunda esta planta em qualquer terreno das Provincias da Bahia, Sergipe e Alagôas.

JURÊMA — Arvore mediana, que produz nos terrenos fracos, e seccos, presta a entrecasca para lavar feridas dos animais com esse cozimento, e darem cristeis a qm. tem diarréa; a casca da raiz sa-

bendo-se preparar, e a doze justa, he bom vomitorio, e purgante, e tem curado hydropicos inteiramente, tambem é excellente p.^a canção ou caquexia. Os Caloclos extranhem della certa especie de vinho, que aliena os sentidos com transporte deleitozo, déstarte se prepara: tira-se a entrecasca piza-se, e deixa-se de infusão vinte e quatro horas, cõa-se depois, e assim se uzão, não sei se o temperão com algum mel de abelhas, o gosto desagrdá, é adstringente. O extracto tem as mesmas virtudes.

— L —

LINHOS — Dos arbustos chamados *Carrapicho*, e *Malvaisco* tirei mtos. bons linhos que podem servir p.^a fabrica de córdóarias: são os seges. ms. fortes q. os primeros.

LINGÔA DE VACCA — Arbusto que produz em qualquer terreno: o seo prestimo he curar feridas, e o succo é o mesmo que Balsamo, applicando-se humá folha em qualquer golpe fica segura com brevidade.

LARANJEIRA BRAVA — Arvore agreste; ha de duas qualidades, humá de folha larga, e muito aromática, outra de folha mais estreita e de fortim extraordinario; quer humá, quer outra são medicinais e aproveitam em banhos, e suador a quem tem dores plo. corpo. Da aromática se tira tinta amarela excellente, e he mais difficil de encontrar-se: a segunda se acha em qualquer terreno, de ambas abundão as Prov.^{as}. da B.^a, Sergipe e Alagôas. Nunca as encontrei com flor, nem fructo.

LOIRO ou SACAFRAR — Arvore cuja cortiça e lenho serve p.^a banhos a quem tem dores pelo Corpo.

— M —

MILOMEN — Planta trepadora, que nasce em qualquer terreno: a raiz ralada, e dada á beber extingue dores de colicas, e de ventozidades: as vezes obra tambem como emetico, e he antidoto ás mordeduras de cobras, e animaes venenozos. Acha-se na Capitania da B.^a, Serge. e Alagôas, e a que nasce nos logares de beira-mar he aromatico e differe na face, e especie, mas o prestimo é o mesmo.

MALVA PRETA — Arbusto aromatico, q. vegeta em terreon secco. Delle se faz cozimento, de que em banhos uzão os q. tem dores pelo corpo: é grato pascigo aos armentios, porem cauza damno grande, mirrando-lhe as Carnes, e inchando-lhe as juntas, de maneira que lhe entorpece o passo, sementeia, e pouco reziste ao sol. Acha-se nos Sertões da Prov.^a da B.^a, Sergipe e Alagôas.

MUSGO — de certo páo, que brota nos logares avarejados, e campestres, dá tinta roxa mto. viva, delicadissima de tirar-se, cria-se unido ao lenho, como a Coxonilha, e pr. isso lhe chamamos *Coxonilha vegetal*.

MUCUNÃ — Sipó, que trepa p. cima das arvores e produz em qualquer parte :o seo prestimo é p.^a qm. tem feridas na garganta, tomando gargarejos do cozimento .Os cabocolos servem-se delle p.^a verniz das suas tintas espremendo-lhe o sumo, e délle fazem tinta preta como *carvão do páo de leite*, ou *janúba*, e fica excellte. como se vê nas *cuias* lavradas, e lizas, que fazem, e todos conhecem. Tambem uzão da fructa as Indias, ou Cabocolas p.^a alizar loiças, e serve tambem de sustento aos povos dos Sertões nos annos de fome, deps. de cozida em nove agôas.

MANGERICÃO DE ITALIA — conhecido, e appellidado no Sertão — *Remedio de vaqueiro*. He huma herba aromatica que produz nos logares cultivados, presta o seo summo p.^a dar á beber a qm. sofre queda, p.^a livrar de aposthêmas.

MANGABEIRA BRAVA — Arvore, que produz nos logares cultivados, presta p. vomitorios em todas as molestias em que se precize: dão oitava e meia dissolvida em agôa (o que parece mta. quantidade.), he boa p.^a verniz. Tira-se o extracto, q. tem as mesmas virtudes.

MARIANNINHA — Herva bem conhecida, que produz em qualquer terreno, serve p.^a refresco.

MARINHEIRO — Arvore cujo extracto he remedio mto, approvado p.^a curar canção, e opilação, e dar ordem as pensões femininas: he tambem antivenereo.

MELÃO DE S. CAETANO — Herva trepadra. produz em todos os terrenos, as folhas preparadas á maneira de chá, servem

p.^a certas enfermidades, principalmente para indigestões, e constipações.

MAÇANIBÊ — Arbusto q. produz nas margens do Rio de S. Franc.^o: este arbusto qto. ms. se inflamma, tanto ms. verdeja, e floreja: as folhas, e as flores tem mta. similitude com as do jasmin, são compridas, e espinhosas: he grande remedio p.^a malignas, e indigestões applicadas em cristeis, e em chá.

MACAMBIRA — Planta semelhante ao Annanaz: as folhas dão linho, as flores saborozo mel, floreja de Outubro até Janeiro, havendo chuvas de trovoadas: abunda nos Sertões.

MARACUJA' BOCA — e outros lhe shamão — *Maracujá de Cheiro* — Esta Planta alastra plo. chão, dá flor, e saboroso fructo — as folhas cozidas servem p. tomar boxexos a qm. tem inchação precedida de dôr de dentes.

MARACUJA' LIZO — chamado tambem — *Olho de Boi*—. As folhas desta planta, que se estende pr. cima de outras arvores, cozidas são banho medicinal p.^a dores de corpo: a fructa he saboroza, e dão saborozo gosto as limonadas que d'ella se fazem.

MAÇANEIRA — Arvore que se encontra nas margens dos rios dos Sertões, a qual dá hum fructa simte. á Maçan, come-se, tem acido, e é aromatica .Prepara-se d'ella hum dos melhores doces, e licor da maneira seguinte: piza-se a fructa, que infundida assim em calda de assucar pr. dois ou trez dias até largar bem ao substancia, se engarrafa esse liquido, lacrando-se bem a garrafa, e de oito dias pr. diante está perfeita bebida, mas penso que melhor seria estilada. Esta Planta onde mais se vê he nas margens do Rio de S. Franc.^o, da Villa do Propriá p.^a cima: dá fructa pelo verão.

MARIZEIRO — Esta planta produz nas margens dos rios dos Sertões, da fructa que se come; da entrecasca cozida, ou crúa se tira a substancia p.^a solda de qualquer quebradura interna: deve-se dar esta solda branda com bastante agôa, e pouco de casca.

MANDIOCA BRAVA — Planta cuja raiz é grde. veneno, e as folhas fazem mal ao gado, que nellas pasta: produz em qualquer terreno.

MUTAMBA — Planta que vegeta em qualquer terreno: o succo da casca cozida, ou da folha serve p.^a lavar ferida.

MANGABEIRA — Arvore de. que se povoão as Campinas agrestes, é de forma linda, e a Mangaba, seo fructo, é dos mais sabo-rosos, que q. sem cultura produz a terra: o leite, que ferido apenas, pula do tronco, dado a beber em doze de maio chicara é á qm. pa-dece aposthêmas, internas, extingue-se tão perigozo damno: a fructa verde applicada nas roturas de embigo ás creanças, os consolida: da mesma fructa se compõe preciosissimo doce.

MURTA — Arbusto que produz em alguns terrenos: dá hum verniz de que se servem os Cabocolos nas suas tinturas, é tão firme, que admira, o que se vê em algumas cuias, que tanto durão, quanto o verniz até em outra qualquer peça que com elle se tinja; preparão-no sem arte, como observei: tirão a casca do arbusto, e pizão, e depois espremem a substancia na peça, lanção-lhe carvão moido, e burnem com hum pedra liza. Esta planta tenho encontrado em alguns sítios sítios de Itabayana, Lagarto e Rio Real.

MUSGO — Planta que nasce sobre as pedras, ou em terra tão secca, e dura, que parece pedra, é de natureza tão arida, q. quasi persuade não ter vida, não tem succo algum, como que esteja torrada, de sorte, que moendo-se, torna-se em pó, mas apenas molhada, incha, e cresce, não tem sabor algum, nem folhas, tem o feitio de hum bago de algodão, e até é alvo na cor: encontra-se communte. nos logares onde ha Candeaes, arvoredos medianos, não tenho noticia em seo pres-timo, descrevo-a tão somte. por raridade. Outro musgo tambem ha iguais terrenos que tem trez e qdo. mto. quatro folhas, e qto. mais Sol mais produz, ignoro tambem o seo prestimo, e o meciono pelo mesmo motivo, do primeiro, acha-se mto. plos. Campo do Rio Real.

MANDACARU' DE BOI — Planta que se dá em terrenos seccos, principalnte. no Sertão, em algumas praias de mar, ou costas áridas, não tem folhas, tem somente galhos quinozozos, e por cima da quina rozêtas de espinhos, e alguns de palmo, cortando-se, arremeda a Baboza, e tem lenho ôco, e nesse concavo miolo, de que se faz mto. bom doce, e em que se apascentão manadas, e rebanhos, a quem sup-pre, pr. fresco, a falta dágôa, floreja, e fructifica, e mtas. pessoas comem a fructa. Presta p.^a dar o succo da raiz aos mordidos de cobra;

e dizem os Camponезes que a raiz deve ser tirada pela parte do Nascente ;tambem ha outras especies de Mandacarú, e entre elles um mais miudo, e em tudo simte. ao primeiro.

MUQUIABEIRA — Arvore que produz nas mattas, principalmente, nas do Reconcavo da B.^a: dizem que a fructa que brota tem mtos. prestimos, e o principal é facilitar ás matronas o parto, dando-se ralada, infundida, em agôa e simte. a nosmocada, tambem é tão oleosa, que dá mâteiga.

MENTRASTO — Herva que pizada com Capeba he prestimoza p.^a fazer lançar aposthêmas internas, e em cozimto. p.^a malignas, pleurizes, e dores plo. corpo.

MASTRUZ — Herva cujo sumo he grde. solda p.^a fraturas quizesquer, p.^a matar lombrigas, e aberturas de peitos.

MALVA-BRANCA — Arbusto de cujas folhas o cozimto. serve p.^a banhar tumores, chagas, e doer splo. Corpo, e as folhas machucadas aproveitão tambem aos tumores.

— N —

NEVE — Arbusto aromatico, q. nasce em terrenos seccos, o cozimto. das folhas em banhos allivião as dores pelo Corpo: é de natureza mto. fresca, o summo é bom para curar feriidas: e além destes tem outros muitos prestimos já conhecidos.

— O —

ORELHA DE ONÇA — Herve, ou pequeno arbusto, que dá uma raiz simte. á Batata, e esta é amargoza, e serve p.^a se fazer o cozimento com assucar branco p.^a se beber nos defluxos do peito, e dores do ventre: nas malignas e febres he um dos remedios mais aprovado do Sertão.

URTIGA VERMELHA — em outros Sertões — *Cansação Vermelho*: produz em terrenos trabalhados, principalmte. nos curraes de gado vaccum: o succo desta Planta he grande remedio p.^a qm. golfa sangue pla. boca. Persuado-me que he da classe das hervas, arranca-se, separão-se as folhas do tronco, tira-se a casca com sentido prque.

tem hum pêllo que queima, depois piza-se o tronco, que he carnudo, espreme-se, e dá-se á beber com assucar a doze de meia chicara.

O I R O

Em logares diversos tenho encontrado excellente e finissimo guro, e são os seguintes.

No Sertão do Orobó, Prov.^a da B.^a, e em outra, cujo nome ignoro, e pr. onde fui guiado pr. certo homem, que com individa ação me não explicou que Paiz era aq.le; dizendo-me somente que pertencia a Comarca de Sergipe, e terras de hum Garcia: mas segundo a posição em que me achava, e digressões que fiz, me parece impossivel que seja tal sitio pertencente á aquella Comarca. Pezou-me na verdade não me poder dilatar alli pla. grande sêcca que havia então. He contudo digno q. nos demoremos hum tanto na descripção do Orobó: tem este nome a altissima, e enorme Serra, de cujo cimo se espelha a vista em Campinas illimitadas ao Norte; e ao Sul em alterozas, e denegridas mattas, parte das quaes nomêa-se tambem *Andarahi*—: e começando quazi da falda da Serra se alongão, se amplificação sem medida, tão respeitaveis de troncos tão robustos e annozos, que parece começarão a existencia desde a meninez do Mundo.

(porém raras) já tem tomado pr. sesmmaria varias sortes nas beiradas destas mattas, e mais ao centro morão, e plantão outros, mas sem forças que prestem mais lucrosa abundancia. Que fecundos terrenos! Alli parece que se empenhou a Natureza em prodigalizar fertilidade: huma canna das chamadas — *merins*, ou criolas, alli plantada disputa primazia á mais corpolenta Cainna, que n'outros logares pompêa: as raizes de hum só tronco de Mandioca equivalem a muitas de outros em sitios differentes: o algodão, esta planta preciosa, de tanto depende o Mundo inteiro, e que pode elevar ao Brasil ao mais brilhante grão de opulencia desenvolve alli os seus mimos em tanta copia, que faz esquecer ao Colono qualquer pêzo de trabalho em cultivar-o: as hervas medicianes, fructas, e outros primores da abundancia vegetal fazem alli ditozos os seus habitantes. Na eminencia da Serra vegetão grammas agrestes, alcassuz, e andrequissê, nutritivo pasto de gados. Brotão della, quer de maior quer de menor altura, e do centro de seus alicerces diafanos, e abundes. torrentes,

que afortunando com peremne regadio aquellas terras lhe dobrão tanto a fecundidade, q. me atrevo a asseverar pr. si só serão capazes de BEMAVENTURAR e ENRIQUECER O BRAZIL TODO. Distão do porto da villa da Cachoeira quarenta leguas somente com mto. pouca differença.

Na Coritiba, nome de hum corpulenta Serra, que alem de outra, ha no centro dos Sertões. Ha poucos anos rasgando-a flammivomo vulcão partio-a com horrendo estrago. Délla rebentão manaciaes diversos, e ahi com pouco trabalho achei ouro, de que são proprios todos estes terrenos. Não sei a que Prov.^a toca, si a Bahia, si á Sergipe: he certo que está entre a Villa de Geremoabo que pertence á aquella, e a vila de Propriá, pertencente a esta. Levei desta Serra hum pedra, que apanhei pela raridade da côr nimiamte. inflammada, e mostrando-a ao Ouvidor das Alagôas conheceo-a logo, e me disse que era propria de Volcão.

Na Serra Grande appellada tambem Serra das Minas, onde vi escavações altissimas, e em dois dias que ahi estive tirei ouro grosso, e mto. gemado, e não com muito custo, délla parti p.^a a Serra da Cajáiba, e désta p.^a a de Itabayanna, donde tirou o nome a villa a que pertencem todas. Nêstas ultimas não fiz indagação alguma, tanto pr. falta de forças, quanto porque já he notoriamente sabido que existe alli immenso ouro: observei só as vertentes, e terrenos, tudo muito proprio, e abundante de sime. metal Os campos incultos, e estereis p.^{as} maiores plantas, só se vestem de relva agreste, e alguns arbustos escassos, cajueiros, e sambaibas. Achei diversas pedras, e barros, e areias. Todas estas Serras ficão arredadas do mar oito, nove, e dez legôas, e dáhi p.^a baixo seguem outros em tudo da mesma natureza, q. as da Itabayanna até o mar de Sergipe; e da Itabayanna p.^a cima rumo do Norte vai hum cordilheira déllas, havendo em partes intervallos de hum, duas, e trez legoas, unindo depois pr. igual distancia, e muito mais em outras partes. Creio que he a propria que atravessa o Rio de S. Francisco na Cachoeira de Paulo Affonso, dónde segue a Cordilheira p. o Norte. Dizem alguns viajantes que estas Serrarias vem do Pará, e passam pr. Cariris.

No Rio de São Francisco. Excitado eu não só de progredir nas ms. indagações, mas encher a curiosidade de ver, e admirar pessoalmente. nêste Rio a celeberrima Cachoeira acma apontada, dita de

Paulo Affonso, lá dirigi os passos. Com effeito he muito menor a fama do que a realidade!! Que phenomeno! Que horror! As agôas deste famoso Rio, que paga caudalozo fendo ao Oceano, espraçadas quasi communte. huma, meia e (q.do muito menos) hum quarto de legôa estreitadas nestes logares na escaça garganta de duas gigantescas, e pavorozas Serras, que as entalão, negando-lhes tranzito pr. outra parte com horrisono rouco, e rapidez pasmoza, como enraivadas da oppressão se precipitão daquella desmedida altura, e na profunda voadas rochas, he tão estrepitoza que por mais q. se grite, he, menos que querem surgir de novo á procurar o desforço do seo mal sofrido despenho, levantando aos ares humida poeira, que molha em grande espaço aquelles contornos: a queixa, que na queda formão do obstaculo das rochas, he tão estrepitoza que p.r mais q. se gritto, he menos que esse estrondo a voz mais troadora, e reforçada, de sorte que ainda nmo. o brado fragorozo das bronzeas boccas de Morte sucumbindo-se, ou misturando-se com a bulha das agôas, se não distinguirá: dahi esbravejando no mal espraçado, e espumante leito despendem pelo Rio abaixo, ainda em acanhado encanameto., com tamanha velocidade, que saltando, e refervendo em outras obstantes rochas na distancia de quatorze legôas se faz innavegavel o Rio; o que acontece tambem da parte de cima quazi na mma. distancia, pelo pendor, e desenfreado arrabatante; que, já encanado vem trazendo o Rio desde que principia a cumprirse. Ai do escamozo vivente, que incauto afoita o nado alem do marcado limite. De nada lhe approvera o conhecido Reino, de nada a arpida destreza com que vence as ondas, pelas quaes arrebatado lá vai despedaçar-se no inevitavel precipicio déllas. Inumeras canôas tambem as furta o Ro, e levando-as comsigo folga despedaçal-as suas propria sruinas: pela fulminea violencia com que no limitado acancho da Cachoeira partem, e se desfilão as agôas chamando, e trazendo á si como em remoinho o ar bém que em distancia tão apertada, em que apenas de hum lado á outro medearão cinco braças, não pode vencel-as diminuta pedra, ainda impellida pelo mais destro, e alentado braço, e mal vai chegando ao meio esmorece, e cahe, e se confunde com as desfechadas ondas. Daqui o povo superticiozo, e rude mais se confirmam na herdade crença de ser (como elles dizem) encantado aquelle sitio. Horrores sobre horrores accumulão as denegridas pedras de grandeza norme, e ennoitadas furnas que ladeado o Rio, e pelo meio d'elle avultão,

e se empinão, taes, que cada huma por si só he longo serro, vasta rocha impraticavel. Dentro destas quatorze legôas innavegaveis se encontram outra catadupas, que se estivessem em outros rios, e mesmo neste, não havendo aquella, merecerão attenção, e q. descriptas fossem porem como todas são nada a vista da primeira, ficão sucumbidas pela sua grandeza. Mas com este medonho quadro que contraste encantador não fazem as margens de tão amplo Rio desde o sitio das Piranhas, donde he navegavel, até misturar com as do Oceano as suas agôas! ?.. Em huma, e outra margem se encontram grandes Fazendas de criação, sitios deleitaveis lucrosos Prédios, três elegantes, e populozas vias, Penêdo, Propriá, e Villa-nova, aquellas porem com preferencia á esta, immensas Povoações, Capellas, e duas Freguezias e pelo meio do Rio muitas Ilhas, e mais, que todas, agradavel a de S. Pedro, onde ha huma grande Freg.^a de Indios civilizados, e Brasileiros, pr. cujo feminea sexo se trabalha delicada loiça de finissimo barro, donde (segdo. me asseverou o respectivo Parocho) rezulta vantajozo lucro: e a do Brejo Grande, Ilha sem duvida nimiate. bella, prq. ostenta em si não poucas propriedades de Engenhos, lindos Pomares, e preciosos vergeis, e nelles copia immensa de uvas de pasmoza grandeza, e qualidade. Porem logar tão ameno, e fecundo que podia ser hum das mais felices habitações, parece accusar mudante. o desleixo, e ocio criminoso da maxima parte de seos habitantes: á excepção dos Proprietarios, e algumas pessoas de bom sentimento, e gosto, o mais tudo se nega, e desconhece a proveitoza industria, á ser aliás com a mais louvavel assiduidade se atarefa o delicado sexo, que tanto ms. merece pelos seos cuidados, e vida laborioza os pregões da fama, qto. a execração e odio os homens, q. dotados de agilidade, e robustez, são as mulherem que os sustentão em quanto elles molles e inuteis se ensurdecem aos brados do dever, e da sua dignidade, desgraça que lavra communte. nos Sertões!!! Dista do mar esta famoza Ilha duas legôas. He o rio profusante. piscozo em toda a parte, e mto. mais lhe povoão as agôas as Piranhas, peixe digno de analizar-se: nas maiores não passa de dois palmos o comprimento. e á hum excede a largura, são escamozas, lombadas, e de cabeça breve; comem-se, e tem optimo sabor, mas no que se fazem celebres, respeitaveis, e temidas he nos navalhados dentes de tal sorte dispostos, e encontrados, q. movendo-se apenas contra qualquer preza, ainda de consistencia rija (como se de geito a

apanhão) o próprio ferro dos anzóes, tudo instantaneas cerceão com voracidade tal, que se lhes cahir hum boi em breve o dilacerão, e consume: rêdes p.^a ellas são divertidos brincos, somente pr. tarrafas se apanhão, se mui rapidas se lanção, e se recolhem, em tapagens, e em bem fornidos anzóes: andão sempre em cardumes embastecidos, e são realmente o inimigo mais terrivel, que n'aquelles Rio se encontra.

Logo depois da Cachoeira principalmente, rio abaixo, pelas suas margens, distancia de meia legôa, da parte d'aquem, Comarca de Sergipe achei ouro: —

No logar chamado *Itaperá*, mas não lhe descobri a origem, creio ser conduzido pelas agôas nas occasiões de chuvas, e trovoadas.

No Lamarão de cima, e Xingó, ouro da mma. sorte conduzido, e me não foi possivel fazer indagações, e exames maiores pr. cauza da sêcca, e estarem mto. duras as terras que abundão de pedras, e cascalhos, podendo lavrar a terra somente na margem do Rio.

Na cabeça do Negro. Aqui pude fazer maior exame, e descobri que o oiro tinha alli mmo. a sua origem tanto, que com pequena cava o achei em hum morro, d'onde mostra ter o principio, prque na embocadura dos RIBEIROS he q. ms. apparecia.

No Calindé Velho.

No Calindé Novo.

No Lamarão abaixo.

No Furado.

No Gerimum.

No Sipó, termo da V.^a. do Penêdo. p.^a onde fui atravessando o Rio, e fazendo o costumado exame achei oiro com abundancia na margem do Rio: subí á hum morro, fiz hum cova, e tambem o achei, pelo que assevero q. o oiro que se acha nas margens do Rio provem dos morros, e serras que o guarnecem, descendo com os alluviões pluviózos, assim e fui achando sempre quatorze legôas, pr. elle abaixo em qualquer parte onde se encontrão pequenas praias, o que he difficil pelas intractaveis Serranias, e telhados precipicios, que o entrincheirão, de forma que d'esde a Cachoeira de Paulo Affonso até se fazer o Rio navegavel, bem se pode chamar tudo quatorze legôas de cachoeira, em cuja estensão não ha pr. aquelles contornos mais proximos hum só vertente que corre a varar-se no Rio, e o mmo. acontece descendo d'ahi mais de vinte legôas, e só na quadra invernoza

1. varios rios menores, que pelo verão deseccão, e despejão então n'aquelle as suas innundações, são as terras circumvizinhas bellas Fazendas de gados, pr. qto. posto que estejam mto. seccas como tem grande copia Crautá, Chique-chique, o Cabeça de Frade, plantas aquozas supprem mto. bem a falta d'agôa. Só em tempo de inverno será praticavel cavar ouro n'aquelles logares salvo ao pé do Rio nas diminutas praias q. offereça.

Na Serra Preáca. Esta Serra fica do Rio afastada duas legôas, e he já Provincia das Alagôas. O oiro aqui he da mma. qualidade, que o do Rio: não pude todavia á falta de forças, fazer-lhe maiores indagações, e observei só q. he rica de mtas. vertentes, que até de cima se debrução: d'ahi fui á outra Serra n'este mmo. lugar sitio, e lá achei certo genero de pedras mto. facil de cortar até com o gume de pequena fac. No cheiro, e côr semelhão ao Sabão de pedra, e todas de finissimos cristaes, e todo este sitio quer nas eminencias, quer nos de finissimos cristaes, e todo este sitio quer na seminencias, quer nos valles, e razas campinas he mto. provido de ouro.

— P —

PÁO PRETO ou por outro nome MARIA PRETA. Arvore natural do Sertão; produz nos terrenos seccos, veste folhas, e fructas pelo verão, ainda que não haja chuvas. Do seo entrecasco se faz extrato, q. se applica em amplasto pr. toda a qualidade de quebraduras: o entrecasco cozido serve para lavar feridas.

PÁO DE COLHER, em outros Sertões — BOM NOME. *Ar-Pomba*, q. é seo sinonimo.

PÁO POMBO — Já está descripta a sua virtude na *Arvore* vore que ama os terrenos seccos, e dá fructos o seo prestimo he fazer-se cozimto. do entrecasco p.^a lavar feridas velhas, e he adstringente. Qdo. está verde he manchado de cores varias, e agradaveis, depois de secco em tempo de chuvas faz dia, e noite no matto hum farol, que ficou este como hum facho: a luz procede de certa cinza de q. he co-Pirilampo. Separei porção d'esta luz, e apontando-a em hum papel illumina em grande espaço, e em cazza escura, a luz he simte. á do

berto o lenho, de dia desaparece, e tambem de noite havendo outra em caza; exposta ao ar, e sem resguardo a cinza luminosa, depois de tirada do tronco vi que perde a ardentia.

PÁO-FERRO. Arvore q. produz em qlqr. pte., cobre-se de fructa de Setembro p.^a outubro, e d'ella bôa tinta de escrever q. faz o mesmo effeito da Galha: he madeira optima para edificios, e cada esteio equivale a hum pilar.

PÁO PEREIRA chamado pr. outros *Páo de Pente*: fructifica tambem animal nenhum come as suas folhas; presta o seo entrecasco p.^a lavar os piolhos dos animaes feito cozzimto., he o amargo o mais forte, que se conhece, tambem se faz extracto.

PEGA-PINTO. Herve que produz em qlquer terreno: dá extracto, e utiliza p. fazer madurar, a arrebentar tumores, e puchar canções.

PÁO DE SANGUE — Arvore grande, que ama nascer em mattas alterozas, apenas he ferida pr. qualquer gume lança de si humor tão purpurino, q. parece sangue animal. O extracto da entrecasca he approved remedio contra qualquer quebradura interna, ou externa.

PINDAIBA, ou ACOITA CAVALLOS. Arvore que produz nos terrenos seccos, e fracos, de mediana estatura: a fructa he remedio efficaz p.^a dores de barriga, e de estomago, e p.^a canção temperando-se com ella o comer dos que tem esta molestia, e serve tambem para tempero de qualquer comida.

PINHÃO Arbusto quá dá em qualquer parte, serve com balsamo p. curar golpes, e panaricios.

PÓS MILAGROSOS P.^a TIRAR BOBINHAS, E CANCROS: He hum segredo que possue certo homem do Sertão, o qual fazendo com elles prodigiozas curas não quiz descobrir a sua origem, e composição.

PE' DE GALINHA, he hum capim que assim se intitula, o seo prestimo he fazer cozimto. das raizes, e dar com assucar branco, p.^a qm. tem defluxo no peito.

PARA TUDO. Arvore que produz nos terrenos fracos bem como os agrestes: a casca d'esta cozida dá proveitozo licôr p.^a se

PEDRAS DE AFIAR — No Rio Real ha immensidades d'ellas, mormente, em qualquer terreno da Freg.^a de Nossa Senhora dos Campos, avivão e amacião o corte ao ms. delicado gume.

PEDRAS DE FAZER IMAGENS — No Sertão do Camizão, e logar chamado Crobozinho achei certa qualide. de pedra tão branda, e facil de obra q. d'ella pode a industria tirar qtas. estejam em uzo, e pertenda formar invenção nova. Alli se amanha em pratos de que uzão os moradores, e no mais que querem, e d'ellas se podem formar excellentes imagens, pr. q. he em tudo igual á outra de que costumão fazêl-as, com a differença de ser nevada aquella, e esta hum tanto polida, porem com graça.

PEDRA DE AREIA P.^a ESCRIPTAS — Na Fazenda chamada — *Borda da Matta*—, margem do Ro de S. Francisco, trez legôas acimma do Propriá achei pedra, que moida, e lava trez e mais vezes, si preciso for, para lhe separarem certas impurides., acrescenta brilhante areia, optima p.^a se lançar sobre as escriptas.

PEDRAS METALICAS — Na Palmeira dos Indios, Provincia das Alagôas achei Serras diversas, todas de tal especie de pedras, que deixão a duvida de ser ferro ou aço, q. tanto parecem apurado metal! E d'ahi p.^a a V.^a da Anadiá em outras Serras vi tambem pedras que denotão ser metalicas, e outras de esquizitas, e diversas cores. Neste Paiz quazi tudo são alcantis lapidozos, e logares mto. proprios de ouro pelas innumeras vertentes que tem.

PEDRAS CRISTALINAS

Na Itabayanna, Prov.^a de Sergipe, e mmo na de B.^a, e Alagôas achei em grande abundancia pedras pedras cristalinas, que derretem facilmente levando-se ao fogo, e esfriando-se tornão transparente vidro.

PEDRAS DE FOGO — Na V.^a de Lagarto, e em varios Sertões vi pedras de fogo brancas, amarellas, e azues, e la se trabalhão p.^a fuzis de espingardas &.

PEDRAS DO ARAPOÁ — Arapoá he certa qualidade de Abelha negra, e qual mosca no tamanho: forma a caza commo a do copim sobre as Arvores, e da parte d'onde sopraão os Euros, e rebentão

applicar em todas as qualidades de febres: he de hum amargo agradável, e côr amarella: encontra-se esta arvore no Sertão do Orobó, Prov.^a da Bahia.

PÁO D'ALHO. Arvore, cuja casca he o mmo. que alho, e com esse gosto tem certa banha simte. a de porco. Eu ainda o acho mto. forte, tirada a essencia por meio de estilação he bom tempêro, e até creio que melhor que o proprio alho, já tenho uzado d'elle, no mmo. dia em que se tira do pão a casca, e então se deve logo pizar, e lançar-a no alambique p.^a estilar, porque fermentado fica com hum fortum de alho tão forte, q. se não pode aturar. Os Camponezes uzão d'esta casca p.^a afugentar cobras com o aroma q. exhalla, o que com effeito assim acontece, a cinza d'este pão, dá optima decoada de fazer sabão, e assucar.

PIMENTA DE AGÔA. Planta q. nasce dentro de agôa, folha comprida e delgada, talho vermelho, esta arde como pimenta: o succo he bom remedo em cristeis p.^a os doentes de malignas, e sezões, e em pequena doze.

PINHÃO-BRAVO — chamado *Mamona Brava*. Planta que dando-se-lhe hum talho brota mta. agôa, da ql. uzão á maneira de balsamo, no Sertão, p.^a os golpes frescos: sua agôa he adstringente, dá flor, e fructa pelo inverno: a fructa he mmo. q. mamona, mas não dá em cachos, e só semelha o aroço, tambem dá azeite. Este pinhão bravo he differente dos outros mansos nas folhas.

PITANGUEIRA — Arvore mediana de folha agradávelmte. aromática, balsamica, e como tal utilissima p.^a banhos tonicos, e proveitoza contra as dores espalhadas pelo Corpo. A pitanga, sua fructa, alem de ser optima p.^a comerse pura, serve p.^a limonadas em que communica suave acido, e gosto, que mto lizongeia o paladar d'ella tambem se faz saboroza jeléa.

PEDRAS QUE PARECEM TER METAL — Em varias Seras de differentes Sertões achei pedras de familias diversas, raras todas, e todas prestimozas: humas que semelhão metaes diversos, outras de configuração maravilhosa, outras finalmte. que tem dentro de si qualides. diversas, e preziosas geralmte. affeicôadas.

as procellas, fazem dentro da mesma caza certa pedra rigida com que se amparão, formando a entrada, e assistencia da parte opposta, e ahi trabalhão saborozo mel. Desgraçado do que vai tentar-lhe a habitação! Sofrerá a repulsa do enorme inteiro, que com zumbido estrondo se affertarão, se emaranhão pelos cabellos, e sem esperança de voltar, se prendem á victima pertendendo com esta flagello, e com a morte, que não temem, e a que se entregão insanas, defender os lars, e os dôces filhos, objecto maior dos seus arrojões: a pedra moida, e posta de infusão em agôa fermenta, e se torna vinho, remedio efficaz aos obstructos, opilados, e cançamentos, mas deve ser a doze diminuta pela nimia fortaleza do vinho. Tambem moida a mesma pedra extingue os piolhos dos Cavallos, e lança em poço ou tanque mata violenta o peixe, em difudoira approveitão igualmente em mtas. queixas.

He similhante Abelha extremante. damnoza aos Pomares, onde, apenas vêm a arvore lançando renovados pimpolhos, em negra nuvem os accometem, e correndo-lhe a folha mimoza, desseção inteiro o raminho tenro, e d'aqui vem que, passada a vegetação, se amofina, languce, e se ainda he pequena em breve morre. Evita-se tal damno, observando-se que rumo tomão, qdo. ao pôr do dia se recolhem, e então esquadrinhando pr. ahi a caza, de noite (prque nenhuma escape) abrazão com fachos, e destróção tão cruel inimigo.

— Q —

QUINA DO BRAZIL — He hum a arvore mediana, dá fructos, ama os terrenos seccos. Nos Sertões he antidoto p.^a todas as especies de febres, e malignas, amargores de bôca, relaxações de estomago, e outros muitos misteres, em que fez o mmo. effeito que a do Perú; uzão-na em cozimento, ou de infusão em agôa fria. Esta planta habita nos Sertões das Prov.^s. da Bahia, Sergipe, e Alagôas.

QUIXABA — Arvore que produz nos Paizes seccos, dá fructo, que se come, e he quazi similhante a uva bastarda: os animaes se nutrem mto. com ella, he de hum doce extraordinario, pode-se fazer assucar, com vinho, vinagre, e agôa-ardente, e ha grande quantidade nos agrestes Sertões; o cozimto. do entrecasco tambem serve p.^a lavar bobentos: o caroço da fructa dá bom azeite, &.

QUITIM pr. outro nome *Tiquim*. Planta cuja configuração imita huma pequena bananeira, differe porem na flor, e fructa, q. dá em pequeninos cachos, redonda, negra, e rigida, de sorte que d'ella se fazem contas: folga de viver nos terrenos frescos, e roças, abandonadas, e ha em grande abundancia pr. qlqr. parte, he aquoza. Arrancado o tronco com as folhas, piza-se tudo, e extrahido o succo, e dado a beber a qm. soffreo pancadas, e qasqr. contuzões, e ensopando pannos, e applicados á parte offendida, e descoagula, e espalha o sangue violentamente. e he proveitoza cura.

QUITOCO. Herve aromatica, cozida serve p.^a banhos á quem tem dores pelo corpo, ama as paúes e lugares frescos.

— R —

RABUGEM DE CACHÔRRO. Herva ou pequeno arbusto, que em qualquer parte, e estação se encontra, mormte. em terra mais fraca, e qdo. o sol está em seos mais vivos ardores: he nimiamente balsamica, e tem a folha, e tronco pegajozos. Não ha (atrevo-me a dizel-o) não ha no reino vegetal planta alguma mais prestadia, e milagrosa p.^a feridas, e golpes, e em especial golpes e feridas recentes: pizadas as folhas com o mimozo tope de herva, extrahido succo, e lançando na parte golpeada, applicando sobre ella depois o bagaço, que resta, ou outro de que se não tenha extrahido, o humor consolidado, une, e com tal perfeição lhe traz logo a sanidade, que as vezes se não sabe, onde foi a offensa: finalmte., excede a toda expressão. Dá optima extracto, de agradável cheiro, q. tanto mais requinta, quanto mais guardado.

— S —

SAL. Em algumas das margens dos Sertões extrahi da terra excellente sal, de que abundão: fiz d'elle certa porção p.r ensinar aos q. o ignoravão, e passavão sem sal.

SABÃO. Arvore que produz em qulaquer terreno: o seo extracto presta p.^a resolver qualquer aposthêma, ou tumor, e tambem p.^a lavar a roupa, ou outra qlquer couza, com a singularidade de não fazer largar as tintas, nem cortar.

SUBARE'. Certa especie de canna que se cria pr. cima das arvores, e pedras. Tem muitos prestimos, ha em qualquer matta, e d'ella se faz todo o apreço, prque serve de grudar com o seotusgo qualquer coiza quebrada, e tem a virtude de chamar a furo, e arrebentar qualquer tumor, ou aposthêmas puxando os carnegões, e desinflamando, e tirando as dores: faz arrancar qualquer espinho, ou estrepe que fique no corpo. Serve tambem p.^a lustre em botas, e talvez sirva p.^a verniz combinando-se com outras Drogas.

SUCUPIRA. Arvore que produz nos terrenos seccos: a sua madeira he a melhor p.^a construção de navios, e carro, serve como de salsa-parrilha em todas as enfermidades venereas: em alguns Sertões a chamão — *azougue de pobre*—, he mto. quente, e precisa-se de refrescos antecipados, e misturar-lhe no cozimento grãos de sevada, ou arroz, e combinar-lhe qualquer outra couza, que suavize a sua calidez: dá extracto da entrecasca, q. tem os mesmos prestimos.

SAMBAIBA. Arvore que produz nos terrenos seccos, e fracos: as cascas, e folhas cozidas servem p.^a desinchar testiculos, o que he mto. experimentado, mas estes banhos devem ser em conta, prque os faz sumir de todo, segundo dizem, se demaziados: dá extracto com as apontadas virtudes.

SÊDA. Já está descripta, qdo. se trata na lettra — C — *Cazulos de Sêda*.

SABONETE. Arvores que dá hum fructo do mesmo nome, serve p.^a lavar-se roupa com elle, e outra qualquer couza. Depois de maduro o fructo, cozido dá sabão mais fica rezinozo, tambem o dá o succo da fructa, e este he transparente, e de côr agradavel, e igualmte. rezinozo: não espalha jamais, e levando-se ao fogo petrifica, mas depois com o ar se desfaz. Esta arvore produz em qlqr. terreno, e ha mto. abundancia d'ella principalmte. nas margens do Rio Paraguassú: tenho-a encontrado com fructa no mez de 9bro. e Dezembro.

SALITRE. Em logares diversos achei salitre, e os mais celebres são os seguintes: na Serra — Canna-brava — Freguezia de Tacaratú, Provincia das Alagôas. Esta Serra fica da Capella do Páo-Grande p.^a. o Norte, ahi pr. entre as pedras se achão canudos de salitre, e

passado o inverno qdo. entra o fervor mais activo do Sol surgem, e se derramão em outros sitios pr. cima das pedras.

Na Serra Biaba: he huma das ricas da Itabayanna, e circundão-na abundozas torrentes, que d'ella nascem, e até de cima se debrução, e vem entornar-se nos Campos visinhos: em algumas partes de huma furna, que lá se sulcava, se tem tirado salitre: as terras lixiviozas o dão com fartura, e pelos vestigios, e cavas que apparecem se conhece qu. já se tem tirado em outras partes abundancia d'elle. Ahi se di-vuigão signaes de haver ouro, e outros mineraes.

No Sertão do Tacaratú, Rio assim chamado, em cuja margem ha huma Freguezia do mesmo nome, Provincia de Pernambuco: ahi em hum morro ao pé do Rio achei salitre, e no mesmo Rio differentes pedras, e entre elas dois topazios, huma ametista, e pedras com especie de coralinas, e alguns pingos d'agôa, e pedras de ferro.

SIPO' DE CURURU' — Este sipó tambem serve de tinguijar as agôas machucando-se, e lançando-se n'ellas p.^a matar o peixe, e ainda he mais violento que o Tingui: só produz nas mattas, e he muito forte.

SIPO' QUE ALASTRA PELOS TABOLEIROS AGRES-TES. A raiz d'elle pizada, e côada p. hum panno, deixando-se a agôa repouzar, fica no fundo do vazo simples tapioca, que bebida com agôa he bom remedio p.^a gonorrhéas: querendo pode-se adoçar, tam-bem he bom refresco p.^a qualquer molestia, q. o exija: produz nos terrenos seccos, e fracos, tem folhas compridas, e ha nas Fazendas Sartequererá, e Baixa Grande, Termo de Itapicurú.

SIPO' intitulado, *Purga de Sipó*. He hum dos melhores pur-gantes para males venereos, tão forte que ás vezes, qdo. vai a doze mais, faz soltar fluxos sanguineos, e excessivo rezultado. A maneira de preparar esta purga he esta :o sipó tem juntas, ou gomos, e cada gomo he huma purga, tira-se-lhe a casca, deixa-se seccar, depois es-miúça-se, e se coze com bastante agôa até ficar a porção hum cristel; exige resguardo, e o doente antes de tomar a purga deve refrescar-se. Abunda nas trez Prov^{as}. que viajei, B.^a, Sergipe, e Alagôas. Não produz nos Sertões, só em mattas bem como nos Reconcavos das ditas provincias.

SIPO' D'ALHO. Este sipó só se encontra nas grandes mattas, trepa, e abraçado nos troncos com elles altmte. se enrêda: lascado,

apparece dentro huma especie de embira, cujo aroma he ainda mais activo, que o do mmo. alho: extrahida a essencia que fica vigorosissima, qualquer diminuta parte serve de igual tempêro, e em tudo produz effeito igual, he proveitozo remedio ás defluxões do peito. O gado lhe pasce nas folhas, mas ninguem pode comer similhante carne, nem uzar do leite pelo vehemente, e inusportavel sabor do proprio alho, o que tambem acontece ao Caetitú, aliás caça escolhida, se lhe come a batata.

SIPO' DE TREZ QUINAS. Abunda em qlqr. Sertão das trez Provincias Bahia, Sergipe e Alagôas. Cozido, ou de infusão qualquer pequena doze he proveitozo este humor ás gonorrhéas.

SAMBAMBAIA DO BREJO. Arvore grossa, e espinhoza, sime. ao Mandacarú no tronco, produz nos terrenos humidos, e encharcados, he util p.^a enfermidades do peito, cozida, e misturada com assucar branco, e comida cruúa ou assada he boa p.^a solda nas quedas, e mto. efficaz nas quebraduras.

SANHARO'. Certa qualidade de Abelha, cimte. á Arapoá habita os troncos carcomidos: dentro do seo Cortiço trabalham certa resina, que lançada em brazas levanta fumo tão aromatico, que em nada differe do proprio incenso, encontra-se esta abelha nos Sertões, e morde como Marimbondo.

SENSITIVA, ou pelo tambem conhecido, *Malicia de Mulher*. O melindre, a sensibilidade, o pudor d'esta Planta já tem sido p. Botânicos, e pesquisadores Pennas elegantemente. esplanadas, vamos agora as prestimozas virtudes com que a enriquecêo a Natureza. He o tônico melhor, e o remedio mais animador e, corroborante aos vazos seminâes, qdo. pr. froxos, e sem a devida irritação desmandão involuntarios a substancia, uza-se tomada em chá, tambem pizada de mistura com o fructo da Jurubéba, olhos de capéba, e vassorinha rofina extrahidos todos estes succos e ajuntando-se banha de porco, levados depois ao fogo até ficarem como unguento, estendido em huma folha de cabéba milagrosamente atrahe, puxa, e arranca pelos póros aposthêmas internas applicado o remedio externamente. na parte onde se sente a dor.

SIPO' DE CHUMBO. Já está bastantemte. conhecido, e d'elle já se faz approved uzo em diversas enfermidades, accresce porem q. vale mto. contra as camaras de sangue dado á beber em cozimto. A mma. herve he a melhor das pastagens p.^a manadas e rebanhos.

SIPO' LUSTROZO. Nas margens do Rio de S. Francisco, da V.^a do Propriá p.^a abaixo, abunda este sipó fino, roliço, mto. flexivel, e com tal verniz sobre a côr parda natural, q. encanta vê-lo, e admirar-o: d'elle se compõe ceiras curioz'ssimas, e he n'aquelles logares hum ramo de negociação.

— T —

TIQUIM. Está já decsrita esta planta quãdo se trata de —
Quitim.

TAMBORIL. Arvore que produz nos terrenos sêccos, e dá fructos que parece humia orelha, o entrecasco he mto. virtuozo p.^a curar hidropезias, opialções, e caquexias, pr. cristeis, que se fazem do seo cozimto. Tem-se visto mtos. hidropicos curados com este remedio, cuja virtude he maravilhosa, dá extracto com os mmos. prestimos.

TAPICURA'. Arvore q. produz em qlquer terreno, menos nos agrestes: dá fructa de que se extrahe bom azeite aromatico.

TABUA. Produccão dos logares, e terras demaziadamte humidas, as folhas lhe sahẽm do chão até duas varas de comprido: dá excellente lãa p.^a encher colchões ms. fresca q. a da Barriguda.

TAUA'. He huma especie de barro que ha nas trez Prov^{as}. B.^a, Sergipe e Alagôas: tem de côr amarella, encarnada, rocha e branca. Os Cabocolos o applicão em varios uzos seos.

— U —

URUCU'. Arvore bem conhecida, mas no Sertão he hum arbusto que dá a fructa mto. ms. pequena, serve alem de dar tinta, p.^a as enfermides. do peito, e especialmente p.^a curar camaras de sangue, e estancar cruento arrojo pla. bôca. Applica-se n'aquellas pizado, e cozido em cristeis.

UMBU'. Arvore, que produz nos terrenos seccos: a sua fructa he mto. estimada no Sertão, prq. alem de saudavel, tem grato sabor entre dôce, e azedo, espanca o fastio, e he estomacal, dá-se aos convalescentes, e aproveita na itericia, os olhos das folhas pizados com sal, e filtrado o summo, servem p.^a curar velidas. Na raiz se acha huma batata que estando nova he doce, come-se dela, se faz doce, e he anti-escorbutivo. Dá excellente extracto.

VELAME. Arbusto, que nasce nas terras sêccas, serve de purgante a raiz, mas he muito forte, assim q. o ferem gotêa succo, que he bom remedio para curar feridas, produz semente que dá azeite, a sua vegetação he promptissima, de sorte que, tendo as folhas seccas, floresce de hum dia pr. outro, com huma só chuva pelo verão. Dá bom extrato.

VELAMINHO, ou *Barba de Bode*. Arbusto aromatico, que produz nas charnecas dos Sertões. Dizem os Camponezes que he remedio efficaz p.^a quem tem dores pelo corpo, dado em banhos, ou suadoiros. Serve tambem p.^a banhos ás Matronas, que acabão de dar á luz os penhores da sua ternura. As folhas imitão as do Vellame, só differem que as deste são pillozas, e lizas as d'aquelles, ha em qualquer Sertão da Provincia da Bhia, Sergipe e Alagôas.

VINHATICO. Arvore de escolhida madeira p.^a obras: ama nascer, e viver-nas mattas grandes: a entrecasca, e o proprio lenho cozidos, e em banhos desentumecem, e desinflammão, quando assim padecem os escortos.

XIQUE-XIQUE .He huma especie de Mandacará espinhozo: esta planta tem servido de sustento em tempos de necessidade aos povos; tirão o miôlo fazem fatias, seccão ao Sol, e reduzem a pó, e dêste uzão de varias formas, e alguns assão, ao fogo o tal miôlo verde mesmo, e comem. Cresce em hastes sem folhas, e nasce nos terrenos seccos. Sem embargo dos penetrantes espinhos, os bois pastão n'ella plas seccas p.^a suavizar a sêde.

Descendente de Diogo Álvares

PELO CONFRADE AFONSO COSTA

O precioso *Livro Velho do Tombo*, que em honra da história da colonização da Bahia foi agora publicado, graças ao patriotismo dos padres beneditinos da mesma cidade, despertou-me curiosidade para pesquisas em torno de um rebento da umbrosa árvore que se formou de Diogo Álvares e de Catarina Paraguaçu.

Esse magnífico volume, com desvelado capricho elaborado e graficamente composto, encerra documentos relativos às primeiras terras e bens imóveis conseguidos pelo mosteiro de São Bento nos idos tempos da Bahia inicial, e entre eles encontro a escritura de doação de Lourenço de Brito Correia, de terras de suas pertencas. Na escritura, o que aguçou a minha expectante curiosidade, aqui repetida, foi a dúvida em que se defrontou o doador para determinar o grau de sua ascendência até à base daquela árvore faustosa, a que primeiro nasceu floriu e cristãmente frutificou em terrenos maginais da Bahia de Todos os Santos.

É certo que da ementa da carta de sesmaria não é autor Lourenço de Brito Correia, mas daí começou a laboração do equívoco e ainda por isso o engano no documento de doação, já agora de responsabilidade do próprio Lourenço, que o assinou. Diz-se na ementa: "Treslado da carta de sesmaria de Diogo Álvares, avô de Lourenço de Brito Correia" (*Livro velho do Tombo*, p. 76). E no texto da carta: Digo "eu, o capitão Lourenço de Brito Correia, fidalgo da casa de S. Magestade, que é verdade que por esta doação entre vivos pela devoção que tenho à Virgem N. S. da Graça, como meus mais bisavós e avós e pais tiveram sempre à dita Senhora, onde está enterrada minha bisavó (Catarina Paraguaçu) na mesma capela a qual dão... conforme as cartas de sesmaria que meu avô o Senhor Diogo Álvares e minha bisavó Catarina Álvares houveram de sesmaria dos governadores"... Assinou-a em cartório aos 8 de setembro de 1628, provavelmente depois de lê-la ou de achá-la conforme, ouvindo-lhe a leitura (*Idem* p. 80).

Ora que Diogo Álvares viveu maritalmente com Catarina Paraguaçu e com ela mais tarde casou, depois do nascimento de vários filhos. Dentre tantos destes se conta a que se chamou Apolônia Álvares posteriormente

bucana de Borges da Fonseca (Vol. II, 313). Vejamos, no curso dos anos, se a *buenadicha* se confirmou.

Quanto tenho pesquisado para acompanhar os passos desse jovem baiano, algo tem sido vão. Nasceu e escondeu-se até que se tornou homem, capaz de combates, de guerras, de defesa do solo pátrio e quando o tempo e as circunstâncias lho exigiram. Era à vez das incursões holandesas o aparecimento de notícias dele, em feitos que as folhas de serviço bélico vão registando. Com que idade o fez? Não o soube eu, não o sei ainda. Ia lá por seus vinte e tantos anos, na plenitude da vitalidade moça...

Ai por 1624 a cidade do Salvador estava sob o domínio dos invasores de Holanda, que a saquearam mas lhe reconstruíram as fortificações para a garantia deles mesmos. A maior força da população da cidade evadiu em vendo prisioneiros o governador e foragidos diferentes membros da governança, o próprio bispo à frente de quantos, aos grupos e em multidões, buscavam os subúrbios e o recôncavo. Eis que aparece então Lourenço de Brito Correia dando à mostra as suas qualidades guerreiras.

Os emigrados, logo reforçados com elementos procedentes de Pernambuco, pois que as duas capitanias muito se aliavam na disposição de combater os invasores, formaram no Rio Vermelho seis companhias de voluntários, sendo que uma destas se atribuiu ao comando do capitão Lourenço de Brito Correia (Acioli, *Memórias Históricas*, II, 4). Outro baiano comandante era Francisco da Barbuda, o 2.º, enquanto dos demais não consegui precisamente saber a procedência do local de nascimento.

Durante cerca de um ano a ação de Brito Correia se evidenciou com heróicidade e do forte de São Tiago, onde se acoitara a tropa de seu comando, tudo fez no sentido da derrota do inimigo e vitória da causa em que se empenhara (Acioli, *idem*, II, 8). Quantos historiaram os acontecimentos da primeira dominação holandesa na Bahia proclamam o valor desse militar espontâneo, que ao término do conflito se tornou alvo de honrarias e de mescês inclusive a qualidade de fidalgo da casa real e o título de capitão, como ele mesmo o referiu na citada escritura de doação, em 1628. Também já nessa quadra da vida dispunha de fartos bens terrenos, a ponto de realizá-la doação mencionada aos padres bentos da sua cidade.

Há em Varnhagen a afirmação de que também ao nordeste Lourenço estivera, aos começos de 1634, envolvido nas mesmas pelejas e por isto fôra preso pelos holandeses. Mas por eles solto, continuou lutando na Paraíba, fazendo galhardamente a defesa de certa trincheira que o inimigo atacava com violência (Varnhagen, *História geral do Brasil*, 3a. ed. II, 310). Provavelmente é desse tempo a sua situação como governador paraibano, notícia que só encontrei citada na lista dos que governaram a capitania dos Felipes e que ilustres anotadores acrescentaram à terceira edição da *História geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro (Varnhagen, *idem*, V, 325).

Segundo se infere de provisão a seu respeito expedida (*Documentos Históricos*, XIX, 469), Lourenço de Brito Correia esteve algum tempo em Portugal, ufano de vitórias, mantido dos recursos financeiros que abasteciam e de lá, em 1637, foi despachado para a Bahia, "numa caravela de socorro com infantaria e munição, onde, tanto que chegou agregando-se ao exército de Pernambuco, alojado em Sergipe, se retirou com ele para a bahia de Todos os Santos. E sendo sitiada a cidade pelo Conde Maurício de Nassau, se achou na defesa dela, assinalando-se nos rebates que se deram ao inimigo e na resistência que se lhe fez quando pretendeu tomar o reduto de S. Antônio" *Doc. Hist.* XX, 249).

Vitorioso nas suas campanhas, que aliás lhe eram de moderada fama e, pois, não sendo ele ainda o *Famoso*, continuou lutando contra os holandeses, vez por outra, sem obrigações propriamente militares. Muito dinheiro emprestou, ou deu, e muito gado forneceu à coroa para o incentivo e prosseguimento da guerra (*Doc. Hist.* XIX, 470). O mesmo forte de São Tiago, que era o baluarte de sua maior ação, às suas custas foi reconstruído (*Acioli idem*, II, 81).

Mas, terminada a guerra com a derrota dos holandeses e guerra a que bem recentemente se referiu o Sr. Bernardino José de Sousa ao estudar a dúbia personalidade do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, num livro publicado em Lisboa em 1940, Lourenço de Brito Correia passou a ser um verdadeiro alforge de retribuições oficiais. Eram mercês, tenças, hábitos, emprêgos, e até o seu pupilo, Lourenço de Brito de Figueiredo, à sombra paterna considerado herói na guerra, logrou prêmios em escudos e "vantagens" (*Doc. Hist.* XVIII, 205). E de seguida foi Lourenço o provedor-mor da fazenda real, uma espécie de ministro da fazenda atualmente, com os ventos de cujo cargo venceu ele os caminhos para a conquista de um lugar na mesa da governança, sem que fôsse preciso justificativa das origens disso.

Muito a gosto não o acompanharei na fuga, ou na contra-marcha, como quer o Sr. Bernardino de Sousa, com Luiz Barbalho Bezerra pois a minha ignorância, maior ainda em tática militar, nunca aceitará razões para retiradas em guerra senão sob o exclusivo pretexto da economia de vidas humanas em face de derrotas sofridas. Essa viagem de Barbalho Bezerra, de Touros à Torre de Garcia de Ávila, tem qualquer coisa de fugida, que ao meu juízo não merece acolhimento.

Como o surrão das ambições não tem costuras ao fundo que o guardem com segurança, nunca se enchendo delas, o provedor-mor, ainda mancomunado com o mestre de campo Barbalho Bezerra e já agora também com irritadiço bispo D. Pedro da Silva, começou a engendrar e praticar fosquinhas aos Mascarenhas, seja Fernando de Mascarenhas (Conde da Torre), Vasco de Mascarenhas (Conde de Úbidos) e Jorge de Mascarenhas (Marquês de Montalvão), sucessivamente no governo geral, e assim tomando

partido em oposição. E foi valendo-se d'esses partido que o padre Francisco de Vilhena fez do que fez, tramando intrigas e com tais elementos insuflando a realiação deposição e a consequente prisão do Marquês, mais tarde metido a ferros e recambiado à cõrte, à semelhança de qualquer criminoso vulgar (Acioli, *idem*, II, 23), quando era êle o primeiro vice-rei do Brasil.

Evitarei apreciar, nesta oportunity, o que se passou em pormenores para o triunfar da politicalha d'esse triunvirato. Lourenço de Brito Correia foi um dos governadores da Baía, ou do Brasil, de 16 de abril de 1641 a 26 de agosto de 1642 (Jaboatão, *Cat. Gen.* p. 311), na parceria daqueles dois nomes. Mais tarde, pela traição que cometeram, "pelos termos indignos que haviam usado com o vice-rei" (Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, p. 199), o governador Antônio Teles da Silva "remeteu presos para Lisboa a Luiz Barbalho e Lourenço de Brito; aquêlê foi perdoado, por atender o rei que nele sòmente dominava a ignorância, êste, porém, esteve muitos anos preso na cadeia de Lisboa, repondo o bispo todo o dinheiro que havia recebido como membro do govêrno" (Acioli, *idem*, p. 24). Perdoado, Barbalho Bezerra teve a nomeação de governador do Rio de Janeiro, embora todo "ignorância", empossando-se a 27 de junho de 1643, e Lourenço, castigado, foi sòlto depois, naturalmente tendo-se em conta os seus serviços ao rei o seu dinheiro e, por certo, o prestígio do suborno. Enfim a paz desceu sôbre o Brasil...

Tudo, entretanto, denunciava que Lourenço mantinha bem fundada simpatias ao General Francisco Barreto, como fortes ogerizas ao Conde de Óbidos, de muita influência na política da colônia por tórça de parentesco seu com o próprio rei. O Conde estívera no govêrno substituindo interinamente ao vacilante e pavoneador Conde da Tõrre, até à vinda do Marquês de Montalvão. Depois, em junho de 1663, veio a ser efetivamente o 2.º vice-rei. Dadas as ogerizas e mesmo positivadas estas, o que aconteceu foi ainda Lourenço de Brito Correia estar de novo metido noutra conjuração, agora contra o mesmo Conde e do que lhe resultaria outra temporada na cadeia. De tal feita faziam-lhe companhia o famigerado Francisco Teles de Menezes, de infeliz memória na Bahia do século 17, o mestre de campo Álvaro de Azevedo e um tal Queiroz, ainda não idnificado em definitivo. A conjura não vingou, mas isto por denúncia prévia que da mesma fizera o capitão Damião dos Lençóis de Andrade, logo promovido a sargento-mor e tarnsferido para a cõrte, em retribuição. De novo preso, Lourenço foi mandado para Portugal como castigo; o mestre de campo sofreu pesadas represálias, inclusive suspensão do pagamento de seu sòlido por longo tempo, enquanto Teles de Menezes mereceu o que ainda era pouco ao seu merecer. Em consequência disso ainda em 1655 Lourenço estava preso em Lisboa (*Doc. Hist.*, XXII, 232) e em dias adiante do mesmo ano já se dizia do seu falecimento (*Doc. Hist.*, XXII, 280).

Esse movimento de rebeldia política, em que esteve Lourenço de Brito envolvido, foi sempre olvidado dos historiadores, provavelmente pelo fato da coroa não ter apoiado o Conde de Óbidos no excesso das medidas de vingança, comi se depreende da leitura de cartas do rei a autoridades da administração da capitania e do Estado.

Tendo regressado à terra-mãe depois da primeira prisão política, Lourenço continuou o trato de seus negócios, de suas fazendas, de sua subordinação aos interesses da coroa, nm recatado ostracismo. Nêsse interregno mais se manifestou por êle a amizade do governador Francisco Barreto, que não era muito de alianças espirituais com o Conde de Óbidos. Barreto e Lourenço eram, aliás, amigos desde os combates de 1634 a 1638. Em cartas de Barreto há referências reiteradas aos merecimentos, sempre gabados, de Lourenço e em mais de uma a lamentação de não ter chegado ainda da côrte o documento de sua nomeação para governador do Rio de Janeiro, em substituição de D. Luiz de Almeida, quando cargo tal já o tivera Barbalho Bezerra.

De malas arrumadas para o govêrno do Rio de Janeiro, teve que desfazê-las pois a viagem não se realizou em virtude da falta do título de nomeação. Aceitou, porém, nomeação para o mesmo cargo anteriormente exercido, o de provedor-mor da fazenda, por assim lhe querer dar testemunho de solidariedade o General Francisco Barreto, governador do Estado do Brasil. Sua posse ocorreu a 9 de abril de 1659 (*Doc. Hist.* XIX, 472).

É interessante o registo de que os soldos, tenças e o demais a que tinha Brito Correia incontestado direito, só lhe tivessem sido pagos quando se encontrava êle no govêrno (*Doc. Hist.* XVIII, 203). Com o filho Lourenço de Brito de Figueiredo ocorreu semelhantemente, "soldado da companhia do capitão João Rodrigues Pestana", pago quando o seu pai no govêrno da capitania (*Doc. Hist.* XVIII, 205/6).

Mestre Jaboatão só o achou servindo de padrinho de casamentos, por duas vezes, aliás. No casamento de Baltazar de Aragão de Sousa com Leonor Correia Peixoto, celebrado na Ajuda a 20 de agosto de 1642, e no de Antônio Ferreira de Sousa com Antônia Barbalho Bezerra, filha do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, a 11 de setembro do mesmo ano. O bispo Pedro da Silva oficiou esta cerimônia e o padre Rafael de Perada a primeira. Acompanhou-o no paraninfado de Ferreira de Sousa a irmã Joana Correia de Brito, que vivia com Lourenço, ambo's solteiros. Digo-o solteiro porque nenhuma afirmativa encontrei de que tivesse sido casado, embora fôsse êle pai de Lourenço de Brito de Figueiredo e de Diogo de Brito, como o divulgou em pedido d carta de sesmaria (*Publicações do Arquivo Nacional*, XXVII, 20).

De 1659 a 1661 várias cartas de sesmaria lhe foram expedidas, com a doação de terras na Baía e limites de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Para elle a irmã Joana Correia de Brito e os dois filhos. As de Pernambuco e Alagoas concedidas pelo governador André Vidal de Negreiros.

Na célebre questão de terras dos jesuitas, por fôrça do complicado testamento de Mem de Sá, Lourenço de Brito Correia apparece com a autoridade de provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, isso ai por 1659...

Homem de vida acentuadamente politica, servindo ao rei e à pátria quanto bastou ao melhor proveito da coroa, Lourenço de Brito Correia, bisneto de Diogo Álvares e de Catarina Paraguaçu, baiano de nascimento, foi provedor-mor da fazenda real em dois períodos, governador da Paraíba e membro do governo de sua terra bahiana por mais de um ano. Provedor da Santa Casa de Misericórdia, fazendeiro e proprietário de vultosos recursos. Não é propriamente um nome padrão de nossa história nem dos factos mais vivos da tradição da Bahia. Pai, sem que se lhe saiba do casamento, entretanto bom irmão, não lhe obtive datas de nascimento e de morte. Tudo nele e dele se foi esquecendo, como acontece na vida dos homens públicos que à politica exclusivamente se escravizam e que a servem por ambições, pessoais na ânsia de posições e com o escurecimento das utilidades que à sombra da mesma poderiam proporcionar à pátria e à sociedade humana.

Unha e carne com Francisco Barreto e Luiz Barbalho Bezerra; evitando alianças com o governo dos Mascarenhas e solidário nas rixas, violências e grosserias do bispo D. Pedro da Silva e de Francisco Teles de Menezes, que era o alcaide-mor da cidade ao ser assassinado, Lourenço de Brito Correia só terá da posteridade o registo que até agora se lhe fez, pois em toda a existência que lhe contamos de mais de setenta anos, não passou de ser apenas isso que referimos. Nada mais se lhe descobre em proveito da reabilitação ora processada, concernente aos valores brasileiros no tempo da colônia da América portuguesa.

Centenário de João de Brito

PALESTRA proferida pelo consócio Antonio Viana a 26 de novembro de 1945, em sessão especial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para comemorar o 1 1/2 centenário do poeta João de Brito.

O poeta João de Brito (João José de Brito), nasceu a 16 de junho de 1845, em um sobrado ao Xixí, vizinho à matriz do Pilar, nesta Cidade, sendo seus pais Joaquim José de Brito e d. Rufina Rosa Nunes. Batizou-se na mesma igreja. Fez seus estudos no Liceu Provincial. Exerceu durante 2 anos o magistério público. Em 1º de julho de 1875 foi nomeado 2º oficial da Biblioteca Pública. Na legislatura de 1876-1877 tomou assento na Assembléia Provincial.

Voltou à burocracia. Sofreu injusta preterição, sendo afinal promovido a 1º oficial da mesma Biblioteca, cargo em que se aposentou com todos os seus vencimentos.

Escreveu e publicou os dramas *Rogério e Otávio* e as coleções de versos *Vozes no Ar*, *Forasteiras*, *Lira dos Trópicos*. *Ocasos* foi a última coleção que não foi publicada.

Faleceu a 27 de março de 1913, vitimado por um colapso cardíaco. A Prefeitura do Salvador pôs-lhe o nome à rua que liga a Eduardo Carigé à dos Quinze Mistérios.

Bastariam as notas biográficas que aí ficam para verbete de qualquer dicionário apressado da espécie. Para os que conheceram João de Brito e a sua copiosa obra representam tão somente ponto de partida à investigação de uma vida sagrada pelos lances incomuns de energia, perseverança e amor. Quem diria que o poeta glorificado em 50 anos de atividade mental, fôra aquela criança de 8 anos, levada para modesto sítio do Mar Grande a fugir das premências da pobreza imprevista que tomara lugar à mesa paterna, ainda na véspera abundante e feliz? Os que sabem da sua atribulada trajetória terrena.

A criança trocou os brinquedos caseiros pelas atrações praieiras. O mar o atraiu. Fê-lo pupilo predileto de suas cercanias. Foi a tarrafejar. A na-

dar. A correr a orla das águas. Livre de roupas e de preconceitos, nas permissões sadias da faina marítima que se desenvolveu. Foi nesse refúgio revigorante que cresceu. Fez-se homem. Cheio de seiva. Sonhador. Resoluto. Destemido. Aos 18 anos enfrentou a luta. Mal sabia ler e escrever. Consciente da necessidade de instruir-se para alcançar o desejado, pôs desmedidos esforço à empresa. Em breve ingressou no Liceu Provincial para os profundos estudos das Humanidades. Ensaçou aí os pendores literários, a improvisar versos. A discutir ciências, letras e artes. A discursar. A tracejar comentários para a critica dos mestres da casa, que começaram a observá-lo. A querê-lo. A admirá-lo, mesmo, na amplitude surpreendente dos seus anseios de moço pobre. Tomaram-no por amigo, que ~~discreto~~ dileto já o consideravam.

Animaram-no ao magisterio, que o seduzia e o reteve por 2 anos nos seus encantos para os de vocação. Era o pórtico da vida pública, que sonhava movimentada nas agitações da imprensa e da tribuna.

Penetrou-o de lira em punho. Abriram-se-lhe os prestigiosos salões da epoca. Ilustres casas de homens ilustres. Vieram-lhe novas afeições. Novas estimas nas atitudes e obras. Brotava-lhe espontânea a poesia em estrofes inspiradas. Em torneios da palavra. Sua alma estruturada nos impetos das vagas revoltas da Ilha de Itaparica, desatava-se em harmonias constantes. Cantava o amor. O heroismo. A virtude. A natureza. Os seres. Encontrava em tudo, por tudo, e para tudo módulos acêntos para poetar. Aqui o improviso à solicitação de uma dama. Ali a desdobrar motes como êste proposto pelo dr. Frederico Marinho de Araújo, no solar dos Junqueiras:

M O T E

Fidias, o colo lhe vendo
De raiva quebra o cinzel.

G L O S A

Uma estátua concebendo
Que lhe dêsse à glória o sêlo,
Quis tomá-la por modelo
Fidias, o côlo lhe vendo.
Esse côlo tinha uma alma;
O artista perde a calma,
Das emoções no tropel.
Duplica os esforços seus,
Não pode imitar a Deus.
De raiva quebra o cinzel.

Traçou a epopéia dos bravos do Paraguai em concepções arrojadas.
Osório mereceu-lhe vibrantes oitavas dêste feitio:

Osório! O grande Osório!... Que se date
De seu nome imortal a nossa glória.

E. para rematar:

Salve, tú, que o porvir na mão sustentas.
De tua pátria, oh! tipo dos soldados!
Da América nas plagas opulentas,
Onde se eleva de fulgor banhados,
Como o mundo inda iguais talvez não visse
Nomes tão santos, pedestais tão grandes,
Que hoje se diga "Osório" como diz-se:
O Amazonas! O condor! Os Andes!

Cantou a Liberdade. Enamorou-se da causa dos escravos. Tentou o drama sobre preconceitos. Escreveu *Rogério* em 1 prólogo e 3 atos. Obteve aprovação do Conservatório Dramático da Bahia em 1873. Encenou-o a 2 de dezembro no Teatro São João a Companhia Lopes Cardoso, de Manoel Lopes Cardoso, fundador do "Diário de Notícias". Fazia parte dela o casal Eduardo De-Vecchi, que nos legou essa prole de músicos do porte de Geraldo De-Vecchi, maestro e jornalista falecido há poucos anos. A representação alcançou a meta. João de Brito foi coroado em cena aberta por uma comissão do Conservatório Dramático. Vencedor, não pôde descansar sobre os louros. Dias depois o presidente da província interditava a peça. A violência do poder consagrou a vítima. O conservatório, em agitação, da sessão de 14 de setembro, depois de ouvir Sílio Bocanera (pai), Domingos Fonseca e Barreto, aprovou o seguinte requerimento da autoria do Dr. Frederico Marinho de Araújo: "Requeiro que se consigne na ata o seguinte: O Conservatório Dramático, surpreendido pelo ato da presidência da província que, ilegalmente, proibiu a representação do drama *Rogério*, licenciado por ele e pela polícia, não pode deixar de manifestar seu desgosto, ante essa arbitrária ofensa à liberdade de pensamento, e à dignidade das letras."

Vieram à arena homens do conceito de Cons. J. J. de Oliveira Junqueira, a quem fôra dedicada a peça, do Cônego Romualdo de Seixas Barroso, de Frederico Lisboa, Cônego Francisco Bernardino de Souza, Cristovam Barreto, Luiz Anselmo da Fonseca e Domingos Guedes Cabral (pai), este último no caráter de crítico do Conservatório. O ato insólito da suspensão do drama foi revogado pelo Senador Cruz Machado, quando presidente da Bahia em 1874. Cresceu o dramata, elevado, por intermédio do presidente Cons. José Luiz de Almeida Couto, a sócio honorário da "Sociedade Libertadora Sete de Setembro", em cujo benefício subira à cena *Rogério*.

Reclamaram-lhe outras obras. Teatro. Versos. Queriam-no a produzir. Seu estro atingira a alma popular. Requestavam sua presença os acontecimentos que interessavam ao povo. O poeta atendia. Novos triunfos.

Andavam-lhe à roda dedicações fraternais. Nomeio-as ao acaso. Francisco de Castro, Domingos Guedes Cabral, Ernesto Carneiro Ribeiro, Pacheco de Miranda Filho, Pereira Franco, Sergio Mastique. Incitavam-no à peleja. Prosseguiu. A 1º de julho de 1875, foi nomeado 2º oficial da Biblioteca Pública da Bahia. Acertou com o ambiente. Servidor de livros. Servidor e companheiro cotidiano. A tratá-los. A lê-los. A anotar. A desenvolver serviços à proporção que lhe viçavam as idéias. Contribuiu para o brilho da representação baiana na exposição de Geografia e História, remetendo a maior soma de documentos valiosos que ali figuraram. Iniciou a secção de manuscritos, para o qual conseguiu papéis de alto valor, qual fôsse o autógrafo precioso da áurea lei de 28 de setembro de 1871, que lhe cedera o Cons. Junqueira, um dos seus denodados paladinos. Integrou a comissão de epigrafia por lembrança do Cons. Bandeira de Melo, em cujo desempenho recolheu louvores oficiais até de Saldanha da Gama, Diretor da Biblioteca Nacional. Em 1876-1877 tomou parte na assembléia na Assembléia Provincial. Sua atuação foi apreciável. Ocupou frequentemente a tribuna, para sustentar sugestões de larga proteção social. Fez valer a idéia do monumento aos Heróis do 2 de Julho de 1823, conseguindo para tal fim o adiantamento de 15 consignações de 2 contos de réis, que então concedia a província para os festejos do memorável dia. Ligou o seu nome à causa do fechamento das casas de negócio aos domingos e dias santificados. Bateu-se com tôdas as fôrças do seu entusiasmo sadio pelo estabelecimento do ensino obrigatório entre nós. Bateu-se e venceu. Seu projeto foi sancionado depois de renhida luta. Comentava, muitos anos passados, a inaniçade do arrojado tentame face o descabro vertiginoso do ensino, deformado, confuso, inoperante pelas continuadas inovações de reformadores leigos.

Para um conservador, seus remigios eram amplos demais. Paralisaram-no. Não o reconduziram à Assembléia para gáudio dos amigos íntimos, como Francisco de Castro, que em carta de 26 de outubro de 1877, lhe dizia: "Sei que serás reeleito deputado. Estimo, mas receio que a política não te corte os voadouros". Vaticínios irrealizados em proveito das letras pátrias. Bendita preterição. Surgia em 1877 o primeiro volume de poesias *Vozes no ar*, editado pela *Imprensa Econômica* — Bahia

Trouxe a signa do amor filial:

No túmulo de seu pai

simples e humilde, espalha reverente estas folhas

— O autor —

A crítica o recebeu com as homenagens de triunfador. Mendes Leal, embaixador português à época em París, teceu-lhe comentários à justa, acentuando valores naturais de quem refugia dos figurinos estranhos para vestir o pensamento nas louçanias da terra virgem e de sua gente simples. Reparo êsse abonado através do tempo por quantos conheceram e sentiram

a poética de João de Brito. De Vitor Hugo a Pacheco de Miranda Filho. As primícias de sua pena datam de 1868. Couberam a Maurity, o bravo marinheiro, a quem Nelson saudava pela boca do poeta:

Pois esta glória tôda que dei aos meus vindouros
Já vendo no futuro meu busto se moldar;
Não vence em brilho as glórias do brasileiro guerreiro
Que tanto repercutem por teus abismos, Mar!

E' em *Vozes no Ar*, que figuram a *Nossa Senhora do Bom Despacho* e *Minha Mãe*, joias lavoradas nas oficinas do coração, na hora feliz em que a criatura esquece a condição terrena para se librar às escogitações eternas do amor transubstanciado. Ao abrir com elas o vergel redolente de sua alma, quis o poeta ungir-se para a sementeira nem sempre vicejante de sua arte.

Em 1879 traduziu *Prometeu*, de Edgard Quinet.

Deu em 1883 à causa abolicionista outro drama, *Otávio*, em 5 atos. E' do mesmo ano *Lira dos Trópicos*, seu maior livro de versos publicado. Deveu a publicidade à admiração que votava ao autor o comerciante José Gonçalves de Oliveira Reis, prestante amigo que, espontaneamente, custeou a edição impressa em Lisboa. Contam que, uma tarde, em Itaparica, João de Brito glosara de modo arrebatador um mote à consorte daquele cava-lheiro. Veio ao casal preferido a nobre idéia de arrancar ao recato da pobreza digna, de quem tão bem os compunha e guardava, os versos em apreço. Ditoso alvitre, que nos proporcionou o conhecimento dessa obra em que tudo é valioso. Do assunto à tessitura. Dedicou-o ao Cons. Dr. João Capistrano Bandeira de Melo. Justificou o paraninfado: "A quem melhor do que a V. Exa. posso dedicar o presente livro, V. Exa. que, sobre ser o herdeiro de um nome ilustre na literatura brasileira, o filho de um poeta exímio, ama com sinceridade a justiça e interessa-se ardentemente pelo derramamento da instrução, no que mostra pensar com Frederico Bastiat, que só duas cousas podem salvar a sociedade, a justiça e a luz?"

E' uma série de 55 produções de ritmos diferentes, na quase totalidade buscados em motivos da natureza, descritos nas tintas vivas da observação embevecida, vezes mesmo rendida às maravilhas da criação. Citá-las, desarticuladamente, seria atentado ao belo em função do verdadeiro. Reletem-me a mutilação por mistér do tempo. Da *Floresta Virgem* tomo a última estrofe:

Daquele que a creou e deu-lhe a seiva e a vida
Muitos antes de existir o homem cruel que a estraga,
Nos troncos colossais está como ihsculpida
A onipotente mão que os sóes acende e apaga.

Vou buscar a *A Gruta da Mangabeira* estes alexandrinos:

O espírito mais forte ali se abate e humilha;
Confunde-se a razão ante o que surge à vista;
Quanto mais contemplada a eterna maravilha,
Mais se fica a cismar na inspiração do artista.

.....

Figurais um jardim de Semiramis: flores,
Tanques, caramanchels, estátuas esculpidas
No mármore, animais, vasos de mil labores,
Edênica região cortada de avenidas?

Nela o encontrareis, por cúmulo da surpresa!...
Como se não bastara o que no solo avulta.
Reproduz-se ou cópia a arte a natureza,
E de nós receosa o seu trabalho oculta.

Destaco do O AMAZONAS a última estrofe:

Se Deus não se opusera, louco, insano.
Rompendo os diques que no abismo encerra,
Depois de se apossar de todo o oceano,
Como um dilúvio inundaria a terra.

Transcrevo, por mimoso, o soneto *O retrato*:

E' meu pai! torno a vê-lo: o porte altivo;
A fronte, espelho daquela alma réta,
Que o infortúnio tocou, deixando-a erêta;
No lábio o tom da voz quase expressivo;

Os olhos calmos sempre; o ar expansivo...
Pintor, da perfeição chegaste à meta,
Dir-se-ia que tiraste a palheta
A carne e o sangue e mo trouxeste vivo.

E' tão fiel, tão bela essa pintura,
Que, contemplando-a surpreendida a morte,
Correra a revistar-lhe a sepultura.

Crendo-a partida por teu braço forte,
Para de ter meu pai dar-me a ventura...
Porém, ah! do órfão não se muda a sorte.

Publicava, em 1885, o 3º volume de poesias *Forasteiras*. Santifica a primeira página esta dedicatória:

A santa memória de minha mãe

Rufina Rosa Nunes

Heroína da vida e mártir do trabalho.

Em substituição a uma urna com os vossos restos

Prendo ao coração esta folha com o vosso nome.

João

Itaparica, 1885.

Estravasa em seguida a dor filial numa formosa produção *O órfão*, assim definindo:

Órfão!... Que imensa tristeza

Nesta palavra se encerra!

Que mais invejar na terra

Do que ouvir outra dizer:

— “Mãe!” — quem da sua não beija

A mão, inda que enrugada?

Joia, que por Deus é dada

Não se devia perder.

Redobram-se os encômios. Pacheco de Miranda Filho compôs lindo soneto a propósito. A edição foi esgotada rapidamente. Pertencem a esse colar de preciosidades, entre outras, as poesias *A CAPELA DO PARTIDO*, *A CRUZ*, *CARLOS GOMES*, *HINO A CAMÕES* posto em música por Carlos Gomes, *RELIQUIA*, *A TRAGÉDIA DO GOLGOTA*, *A ITAPARICA*, *O ENJEITADO*, *REDENÇÃO DO CEARÁ*. Quis o poeta enfeixar nesse volume tôdas as lágrimas, tôdas as glórias, suas e alheias, para que pudessem fulgir nos contrastes das cenas e das épocas. Encerra-o com *EXILIO*, *APOTEOSE* e *MORTE*, de Vitor Hugo.

Dai em diante sua existência foi ruidosa marcha para a vitória, que tantas vezes transpareceu nos torneios em que se exhibiu o consagrado artista da palavra e da pena. Marcam esta última fase de louvado lidar as produções que formariam *OCASOS*, o livro que ficou inédito. São soberbos espécimes de inspiração e arte. Seguros temas tratados com vigor. Em todos falou o coração. No *O CÉU*, no *O MAR*, no *O CEMITÉRIO*, no *O TEMPO*, na *PESCA DA BALEIA*. Estranhável seria o contrário. Tanto quanto o coração falou a alma, em graciosos lumes, que imprimiram em todo o conjunto de *OCASOS* as cores imprevistas de paisagens inéditas.

Vêde *O CÉU*:

Tudo o que a terra ostenta, o que no mar se oculta
Não vale a luz de um só, que no infinito avulta,
Quando a noite desprende as azas como um véu.
Como o que o próprio Deus, do seu poder ufano,
Deixou para se ver, do eter no vasto oceano,
Em cada ilha a brilhar de glórias um troféu.

Agora O MAR:

O mar! o imenso mar! colérico gigante!
Como apraz relançar a vista a todo o instante
Por sôbre o dorso seu, ver-lhe a extensão sem fim,
Ou se encapele infrene, ao látego do vento,
Ou reproduza, calmo, o etereo firmamento,
Que se desdobra além, tenda de azul setim!
Salve, aquoso cílope, ó mar de ondas frementes,
Com teus parcéis, vulcões, indomitas correntes,
Esse Malstrem de horror, tremendos vendavais!
Só o Deus, que te creou, devassa os teus segredos;
Depois de rebramir, lutar contra os rochedos,
Estira os membros teus nos fúlvidos areais.

Meditais no O Tempo:

O tempo! a vaga terrível
Que não conhece barreiras;
Cidades, raças inteiras
Varre da terra ao passar;
E mal que a hora chega e resoa,
Num mostrador indicada,
Rola no abismo do nada,
Que êle se apraz de cavar.

.....

Mas ah! de tudo que o tempo
Faz, custoso e lento embora,
O que o homem mais deplora,
Sem nunca lhe perdoar,
E' que êle ultraje e aniquile
Traço por traço a beleza,
Sem respeito à natureza,
Que a soube tão bem formar.

Acompanhai a Pesca da Buleia, índice sublime do amor filial:

Ladeia o filho tenro, que estremece,
Que acaricia tôda amor, ternura;
Desce aos antros sem luz, a que êle desce,
E, se acaso o não vê, doido o procura.

Houve quem arguisse o poeta de orgulhoso. Era-o de fato. Fizeram-no os conceitos críticos na sua trajetória. Animaram-no as musas no seio da popularidade. Certo dia de festa tradicional, passageiro de um bonde, gritou-lhe alguém à retaguarda: "João de Brito, desde quando faz versos?"

Não tardou a resposta:

"Amigo, a sua pergunta
O coração me abalou:
A musa embalou-me o berço
E nunca mais me deixou!

Faço versos como as aves
Gorgeiam nos bosques seus,
Tendo por cordas da lira,
Minha Mãe, a Pátria e Deus."

De outra feita, em Itaparica, onde se encontrava a tratamento de beri-beri, que o molestou anos seguidos, apareceu-lhe conhecido médico a ensaiar choques elétricos, então em moda. Propôs-lhe a aplicação. O enfermo aceitou. O clínico, por seu íntimo, excedeu-se. O paciente reclamou. O outro, galhofeiro, a replicar: "Quero vê-lo agora improvisar quadras."

João de Brito despejou-lhe esta, que o botou em sobressaltos, na atitude quem não deseja escândalos:

Existe nesta Cidade,
Um certo Dr. Portela
De quem fez ministro a Morte
Porque mata como ela!

Costumava João de Brito procurar, de passagem, reputado professor da Faculdade de Medicina, quando no Mar Grande, para embarcarem ambos destino à Capital. O parceiro retardou um dia ao chamado. Justificou-se, desacreditando o relógio do amigo: "Isso é relógio de poeta. Anda às tontas."

Ao que o alvejado respondeu:

"Apesar de meu relógio
Não ser bom trabalhador
O tenho por mais perfeito
Que a cabeça do doutor."

Na Assembléia provincial, feioso deputado o apartou em tom chistoso, ao correr de memorável debate. O orador o fulminou: — "Receio que o meu nobre colega, à força de tanto se mirar ao espelho, incorra no risco de Narciso, enamorando-se da própria fisionomia."

Creditam-lhe bastos episódios em que se revelára orgulhoso. Direi melhor, dizendo-o compenetrado do próprio mérito. Em impressão pessoal, assídua, nos recontros públicos e privados que tivemos, consolidei este juízo. Ia à liça. Relanceava o olhar. Media os competidores e buscava energias poupadas. Enfrentava a vaga humana com o mesmo destemor

com que sorria aos turbilhões marinhos. Dominava. Cabiam-lhe os louros? Conservava-os virentes a pedir renovos. Outro os conquistava? Apressava-se em saudar o preferido, compartilhando dos aviventadores aplausos. Cito, por oportuno, o ocorrido entre o poeta e o sábio franciscano Frei Raimundo da Madre de Deus Pontes, de quem se tornára ouvinte e discípulo voluntário. Apresentára-se-lhe forte dúvida na aplicação de uma palavra. Procurou, prudente, o religioso. Perguntou-lhe este: — Que léxicos consultou? — Morais, mestre, por seguro. — Veja outro. Este é tão pobre que não dá “esmolas”...

O consulente sorriu ao trocadilho e bendisse a humildade daquele douto burél. Quem assim age não é orgulhoso no sentido estúpido do vocábulo. Sobrava-lhe amor para não alimentar o pecado zurzido por Alexandre Herculano. João de Brito amou bastante. Isto sim. Amou muito mesmo. Amou a pobreza pelos encantos do mar. Amou a família pela ternura maternal, continuada no elévo do próprio lar. Amou a pátria nas suas magnificências naturais e nos seus filhos ilustres. Amou a humanidade no sentimento fraternal que nutria pelos humildes, demonstrado nas refregas contra a escravidão e sublimados nos hinos glorificadores da igualdade humana. Amou a Deus na consciência de sua fé cristã, jamais arrefecida através os desalentos do mundo. Testemunhos eloquentes e fiadores surtem em 50 anos de atividades nas letras, tantos foram os vividos em lutas e êxitos pelo poeta, falecido aos 68 anos de idade.

Quisesse eu dilatar o tema e daria provas sobejas de coevos unisonos em o distinguirem em primores de linguagem e de apreço. Seja ele mesmo quem o confesse no testamento, que outra cousa não é para mim aquela nota que surpreendi à última folha do registo de referências pessoais: — “Para meus queridos filhos lerem e avaliarem os esforços hercúleos de seu pai, na conquista de um nome. Ele que aos dezoito anos quase não sabia ler nem escrever!!! Jaburu, 24 de maio de 1910 — João de Brito.”

Sinto-me diante deste convite à posteridade eximido de qualquer civa de indiscrição ou prolixidade se trouxer à baila intimidades do poeta. Fico-me bem. Direi algo do que sei e do que li. Sei porque fui amigo de João de Brito. Li na documentação que me foi confiada pelo seu digno filho, nosso confrade Augusto Brito, fiel guardião da herança literária do pai. Eles tanto se queriam! Compreendiam-se tanto que o filho ao me falar do pai, sinto-o presente na voz do filho: crescendo ao desdobrar dos assuntos. Examinei cuidadosamente o arquivo epistolar de João de Brito. Encontrei succulento manadeiro para fixar os homens de sua época, atentos às regras da cortezia. Atentos mais ainda aos puros deveres da amizade. Cartas ditadas pelos imperativos da boa crítica ou traçadas nos pergaminhos da fraternidade. Cartas de Francisco de Castro, a estimular o poeta nessa frase alviçareira do advento das VOZES DO AR: “Já não precisas antever no molde luminoso da tua fantasia radiosa o imenso cabedal de glória que o futuro te preparava, porque dessa glória precocemente recolhes abundantíssima messe. Até aqui quanto ao poeta: agora vamos ao amigo. Não tens defesa para o teu silêncio de quase 10 meses...

Julgava-te com a cabeça congestionada pelo incenso das ovações públicas, e por isso pensei que tivesses esquecido os amigos velhos". Cartas do cônego Romualdo Barroso, a segredarem-lhe cousas assim, a propósito do *Rogério*: — "Caminhe sempre, dando largas ao seu gênio. A crítica invejosa e mesquinha, como diz Chateaubriand, nunca deu morte ao que deve viver! Se alguma vez, nas horas pesadas da vida, cair-te o braço desfalecido, veja ao seu lado o anjo da glória a falar-lhe dos aplausos das idades vindouras". Cartas de Domingos Guedes Cabral (filho), o materialista, a misturarem os problemas complexos da clínica em início às amarguras de um amor que o puniria até a morte no desentendimento de uma recusa feminina a desposá-lo. Pobre Guedes Cabral, que encontrou no seio do poeta irmão a balsamina em que afogaria desalentos e depositaria as esperanças mendasas de ser feliz um dia. Cartas de Torquato Bahia, Elpidio Tapiranga, João Saldanha da Gama, Barão de Cotegipe, Visconde e Barão do Rio Branco, Xavier Marques, Quintino Bocayuva, Machado de Assis, Vitoriano Palhares, Silva Lima — sábio, João Florencio — o educador.

Cartas a traduzirem admiração. A conduzirem os passos do homem que viera do vale anônimo da burguesia a desbastar impervios labirintos na perseguição tenaz do ideal de ser grande. Cartas reveladoras tôdas do quilate em que era valorizado o seu trabalho. O seu caráter. O caráter e a sensibilidade. Aprofundei-me no entendimento de algumas dessas missivas despretenciosas e colhi a sinceridade dos sentimentos que se adivinhavam no destinatário. Sinceridade inata. A fixar-se nas mais antagônicas formas do seu versejar. Sinceridade, ao mesmo tempo delicadeza, a impedir exalasse o coração queixas amorosas, por mais brandas que fossem, ternura condensada para os desânimos próprios, pronta a derramar-se em eflúvios miríficos sobre os desencantos alheios. Tenho João de Brito um sentimental. Amoroso, educado, para os grandes silêncios no ruído intermitente das ondas. Era nos repousos praiheiros que o iam encontrar as cartas de que falo. Cartas apaixonadas umas. Altiloquentes formas de aplauso outras. Desabafantes depoimentos de enfermos da alma muitos. São verdadeiros retratos íntimos, recortados no estilo característico dos autores. Ficaram-me indelévels na memória o aprumo e a espontaneidade no conceituar, fletindo-se o pensamento rumo à cousa, sem esquivações measureiras nem louvores exagerados. Tudo à medida exata. Aprendi muito naquelas cartas amarelecidas por meio século de manuseio. Do ponto de vista literário ao polo longínquo da experiência da vida. Franquezas educativas. Fraquezas afetivas. Quais a quais resumando confiança no poeta. A ele e aos seus afetos. De tôdas João de Brito debuxava a paisagem espiritual nas confidências domésticas chegadas até nós. A tôdas comentou sereno e discreto para lhes dar perenidade. Conseguiu o intento. A última que lhe fôra endereçada, ficou sem resposta. Leu-a pessoalmente o próprio autor, nosso inesquecível confrade Aloisio de Carvalho (Lulu Parola), na Quinta dos Lázaros à borda do túmulo ainda aberto do festejado vate na manhã de 28 de março de 1913. Reproduzo-a:

Este soneto mostra um subscrito,
Que a justiça me aponta, e o quero eu:
Faço — à memória dêste João de Brito,
Que, pelo coração, ontem morreu...

Por esse coração, que em fogo ardeu
Sempre, nos estos de um calor bendito;
Que a tudo nobre e grande se moveu,
Das musas inspirado favorito!

Dorme, poeta ilustre, último sono?
O que foste, memorado fica...
Nem te deixa Rogério no abandono,

Nem a LIRA DOS TRÓPICOS te esquece!...
Andam VOZES NO AR!... E' Itaparica,
Trazendo ao seu querido íntima prece.

Conservei-a para remate dêste pálido escorço da existência útil de quem soube conquistar o galhardão de cavalheiro andante da poesia, sublimada no alto prestígio de um nome que, se não veio ilustre do berço teve lustro maior na boa fama que o circunda. Nobilitou-se nos mais rígidos exemplos de dignidade. Digno continuará sendo, enquanto houver quem ame o artista e compreenda a sua obra social.

Os Mortos Vivem — Clareiras da História

Discurso pronunciado na sessão de 3 de Maio de 1946 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo consócio Alberto Silva.

Digníssimos Representantes das Autoridades Federais, Estaduais e Municipais.

Meus Senhores:

Minhas Senhoras:

Anualmente, nesta noite, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cumpre, reverente, uma nobre disposição regulamentar: a de traçar, por um dos seus representantes, o elogio fúnebre dos consócios falecidos durante os últimos doze meses compromissais. Cultuando, desta guisa, a memória de seus mortos inequívocos, esta Casa como que se integra mais em si mesma, como que desempenha a sua função mais autorizada, a de evocar, exaltando, os nomes queridos que lhe foram partes. Reunimo-nos, portanto, nesta sessão especial de todos os anos, para o desempenho de uma alta missão a um tempo de afeto e de reconhecimento. E enquanto nesta presente conjuntura, a nossa Gratidão vai catando em seus túmulos os nomes estremecidos que nos são caros, a Saudade, que casa sempre a Morte com a Vida, os vai reunindo, aqui, em nossa volta.

Senhores: Por mais ausentes que continuem daqui os vivos, os vivos que deviam lembrar sempre os mortos, por mais apartados que eles estejam ainda agora desta sessão, a verdade por paradoxal que seja, é que este auditório nunca esteve tão repleto como nesta noite consagrada aos que partiram para sempre deste mundo descontente. Porque "o que enche, o que povoa não são bem as coisas visíveis, são as coisas invisíveis. Não é o que nele vive foi o que nele viveu. Não os objetos, mas as sombras". Os mortos vivem. Os mortos viverão sempre porque o Passado se eterniza imutável com a própria Morte. Os vivos, porém, morrem. Os vivos morrerão sempre porque o Presente passa, rápido, como a própria Vida. "Tudo o que vive

nesta Vida, dizia Vieira, não é o que é, é o que foi." Nesta piedosa homenagem que se repete, religiosamente em todo "Três de Maio" fixamos, antes de tudo, a inflexibilidade da Morte. Esquecemos os vivos. Contemplamos os mortos. Evocamos os que a mão dura da adversidade apartou de uma vez do nosso convívio. Recordamos os que não puderam fugir ao açoite desta tempestade implacável que varre há milênios a face da terra. Não existe homenagem mais leal do que a homenagem prestada pelos vivos à recordação dos seus mortos. Não existe culto mais solene do que o culto dos nossos antepassados. "A sepultura, senhores, é um altar! A sepultura possui a gravidade do mistério. As lágrimas que aí se vertem, as preces que aí ciciam, as flores que aí se espalham não se dirigem a uma vulgaríssima poeira. Desmandam, aspergem profundas regiões inacessíveis". Tributamos, por conseguinte, nesta sessão, a mais sincera das homenagens: a homenagem da nossa justiça, do nosso afeto, da nossa saudade. Ninguém deve mentir diante dos que se foram por este traçado sem retorno, diante portanto dos que se despenharam para sempre na noite eterna do Desconhecido. "A glória mais solene do mérito, o triunfo mais completo da virtude é sempre aquela que a boca da Verdade pronuncia e celebra nas margens de uma sepultura". Louvamos aqui espíritos e cérebros que povoaram, ainda há pouco esta Casa de meditação e estudo. Espíritos que edificaram à força de preces. Cérebros que construíram à força de idéias. "O homem não vai todo à sepultura nem a sepultura significa o aniquilamento porque no fundo da morte está a imortalidade (Alves Mendes). Os que tiveram um ideal, os que sofreram por ele, os que morreram em sua defesa, os homens-símbolos não morrem". "Transfiguram-se. Não vão para os jazigos dos cemitérios, vão para os capítulos da História. A campa torna-se-lhe pedestal, quasi ara. E, lhes desfazem os corpos se volvem pulverizações de luz ras santas memórias que vingam sobreviver a eles". Assim, exaltaremos os mortos aos conselhos justos do cérebro alertado. Mas, como não prantearmos os seus nomes, se o coração suspiroso punge em sua saudade? Na Iliada de Homero, Elpenor, supplicava: "Não me deixeis sem ser chorado". Não. Os mortos devem ser chorados.

Passemos, pois, agora, a esta lugubre chamada dos nossos desaparecidos.

Citemos o primeiro,

VALDOMIRO LINS DE ALBUQUERQUE

Foi logo no início do ano promissoral que hoje se finda que ele exalou o derradeiro suspiro. Coração boníssimo. Espírito moço. Inteligente culto Valdomiro foi arrebatado pela morte quando começava a colher os primeiros frutos do seu trabalho perseverante. Bacharelou-se em 1932 pela nossa Faculdade de Direito, exerceu logo sucessivamente as promotorias de Macaúbas e de Ipirá. Meses depois, entretanto, já participava com certo brilho

dos trabalhos da nossa Assembléia Constituinte de 34. Valdomiro Lins de Albuquerque, prezado consócio desta Casa, foi ainda Redator-Chefe d' O *Imparcial* e Presidente da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Serviços Públicos deste Estado e de Sergipe. Faleceu em pleno alvoroço da vitória das Democracias, por que tanto se bateu naquêlê 9 de Maio de 1945. Morreu aos trinta e cinco anos, idade pouca, é certo, para quem como êle acalentou sempre muitas esperanças.

MARIA LUIZA DE SOUZA ALVES

Tamanina, nervosa, inteligente, curiosa, era Maria Luiza uma grande figura das nossas letras e do nosso magistério. Escritora, poetisa, pedagoga de fama reconhecida e de mérito comprovado, Maria Luiza foi bem "uma das intelectuais mais distintas, mais ativas, mais fiéis à sua abençoada inspiração dessa Bahia que bem a conhecia".

Tão cedo diplomada pela nossa velha Escola Normal ingressou de pres-tes na sua docência, onde lecionou gerações várias de conceituados mestres dos nossos círculos educacionais. A' pedagoga modelar juntou-se em sua personalidade a poetisa brilhante, autora "de joias de inspiração, delicadeza e cuidado de forma". Essa "velha sombra de mulher, escreveu Pedro Calmon, passou discretamente pela vida que viveu longamente, fazendo o bem, devotando-se aos outros, exercendo na sociedade e na escola uma influência benéfica, suave e digna". Maria Luiza de Souza Alves faleceu a 29 de Maio de 1945.

Em terceiro lugar, apresenta-se

JOAQUIM VANDERLEY DE ARAÚJO PINHO

Foi o ilustre filho de Araújo Pinho, ex-governador do Estado, uma figura das mais acatadas em nosso meio. Joaquim Pinho era a bondade personificada. Nascera ao alvorecer da República e, tendo saído diplomado na Escola Politécnica, começou de exercer com rara proficiência os mais altos cargos na administração estadual e municipal. Joaquim Pinho ocupou então as funções de Diretor da Estrada de Ferro de Nazaré, de Fiscal da Estrada de Ilhéus à Conquista, de Prefeito desta Capital, no Governo Góis Calmon, de Chefe de Divisão do Serviço de Águas e Esgotos e finalmente de Diretor do Departamento dos Serviços Industriais do Estado, em cujo exercício foi colhido pela morte. Grande caráter era enfim êsse engenheiro digno, cujas atitudes foram sempre pautadas por u'a modéstia exemplar e por uma discrição natural que o tornaram estimado e admirado por todos que o conheceram. Faleceu, cercado de amigos, naquele dia 6 de Junho de 1945. Sucedeu-lhe no trânsito dêste mundo o

COMANDANTE GARCIA D'AVILA PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE

também descendente de tradicional família bahiana, os Garcia d'Avila, do antigo solar de Tatuapará. O Comandante Garcia d'Avila, sócio deste Instituto, era filho do grande jurisconsulto Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Nasceu neste Estado em 1897. Preferiu a carreira naval, servindo à Marinha com brilho inextinguível durante trinta anos bem contados. Fôra promovido à Capitão de Corveta por merecimento, a 7 de Maio de 1943. Garcia d'Avila gozava em nossa Marinha de grande prestígio em assuntos técnicos de submersíveis. Serviu três anos seguidos na Marinha de Guerra Norte-Americana e fez parte ainda da Missão Naval Americana. No dia 9 de Julho de 1945, comandava ele o cruzador "Bahia" quando uma explosão inesperada desfez em pedaços a sua belonave. Garcia d'Avila, ferido, foi percebido ainda com vida por um dos seus oficiais. Solicitado a deixar o navio respondera então ao seu companheiro: "Salve-se Você, que é mais moço e pode ser mais útil à Pátria". E desapareceu para sempre com o cruzador que trazia o nome do berço estremecido. Garcia d'Avila foi, portanto, Senhores, um Herói, um Herói autêntico, frio, imperturbável, conciente. Outro companheiro, entretanto, havia de lhe seguir os passos, por esse portêlho da morte que só se cerra uma vez. Foi o

ALMIRANTE CAIO PINHEIRO DE VASCONCELOS

neto do grande político e jurista Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Visconde de Mont-Serrat. Caio Vasconcelos nasceu neste Estado, fez seus estudos na Escola Naval, ingressando definitivamente na Marinha, onde desempenhou várias comissões até mesmo na Europa e exerceu outros cargos em nosso País. Assim, por exemplo, foi Capitão dos Portos no Ceará e neste Estado. Foi também Comandante da nossa Escola de Aprendizes Marinheiros. Fundou, finalmente a Associação de Escoteiros da Bahia. Político e escritor, Caio Vasconcelos exerceu o mandato de Deputação Estadual no primeiro Governo Seabra e colaborou na Revista deste Instituto com valiosos trabalhos, tais "Discurso de Recepção", "Reminiscências de uma Viagem de Circumnavegação", "O Ponto mais Oriental do Brasil" e outros. Faleceu o nosso prezado companheiro aos 23 de Julho de 1945.

Cabe a vez agora de

NARCISO SOARES DA CUNHA

de quem adiantamos haver sido nosso colega de turma no Curso de Farmácia. Médico acatado. Farmacêutico competente. Mestre ilustre. Quis o Acaso "Senhor da Vida e da Morte que é à jubilosa contingência de o apre-

ciar juntassem agora a dolorosa crueldade de traçar o seu elogio funebre. Com que saudade magoada fazemos então a sua chamada. Narciso foi sempre o colega estudioso e caprichoso da nossa série farmacêutica. Diplomado em farmácia, estudou Medicina. Formado em Medicina fez concurso para a Docência da nossa velha Faculdade. Aprovado, entrou logo de reger a cadeira de Botânica aplicada à Farmácia. Ao mesmo tempo lecionou Botânica, a sua especialidade, em vários colégios secundários desta Capital. Representou o nosso Estado na Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica, de 1938, no Rio de Janeiro. Foi nomeado Membro correspondente da Academia Nacional de Farmácia. Não falamos aqui pelo coração, falamos pelo cérebro. Não louvamos. Julgamos. Narciso Soares da Cunha foi um grande caráter e uma avultada cultura. Não findou a grande obra que traçara sobre Botânica e começara já a escrever. Pena! Faleceu aos 20 de Agosto de 1945. Rodado um mês do seu trespasse já os anais desta Casa registava um novo sócio extinto

VIRIATO BITENCOURT LEITE

Conhecida a figura dos nossos círculos financeiros e sociais. Viriato Leite, "Viriatinho" como aprendemos também a conhecê-lo, sócio deste Instituto, descendia de antiga família do nosso Recôncavo, onde nascera em 1877 e donde viera para esta capital ainda rapazêlho. Atirado aqui ao nosso comércio, Viriato Leite tornou-se em breve pelo trabalho eficiente e pela inteligência esclarecida um grande elemento de destaque na classe, ocupando altos cargos como o de Diretor do Banco Econômico da Bahia, o de Diretor do Touring Clube e sócio proeminente do Rotary Clube deste Estado. Surpreendeu-o a Morte caprichosa quando se dirigia para o avião que o conduziria à Argentina, naquêle dia infausto de 17 de Setembro de 1945. E neste desfiar de sombras passadas surge para logos, neste instante.

BERNARDO MARTINS CATARINO JUNIOR

que não foi é certo um cultor das letras, mas no que nos toca, foi um grande amigo desta Casa. Dias antes de ser tragado inesperadamente pela morte, Bernardo Catarino repetia o gesto de ofertar à nossa Bibliotéca uma preciosa coleção de obras históricas. Era filho do saudoso Comendador Bernardino Martins Catarino e de sua consorte D. Ursula da Costa Martins Catarino. Nasceu em 1885 e ainda meninote a sua vida foi orientada para o comércio. Assim, durante longos anos, Bernardo Catarino Junior foi sucessivamente auxiliar, interessado, sócio e comanditário da firma Moraes e Cia. Ocupou ele ainda os cargos de Diretor e Presidente da Cia. Progresso e União Fabril S/A. Um grande coração! Um espírito altruístico singular. Auxiliou discretamente várias instituições de beneficências. Acudiu secretamente a centenas de desprotegidos da sorte. Déve-lhe muito o esporte em nossa

terra. Foi fundador e benemérito do Esporte Clube Vitoria. Bernardo Martins Catarino Junior morreu, tal dissemos, repentinamente, alta noite de 30 de Setembro de 1945.

E esta evocação póstuma fala agora em

CANTIDIO TEIXEIRA DE SOUSA

outro saudoso extinto, sócio dêste Instituto, Bacharel em Direito, pessoa de destaque nos círculos forenses e políticos da nossa terra. O conhecido escrivão da nossa Terceira Vara Crime foi ainda, e por muito tempo, antes de 30, Conselheiro Municipal. De Cantidio Teixeira de Sousa podemos dizer, ciente e conciente, haver sido um dos caracteres mais ilibados que conhecemos. Resistiu êle, certa feita, sosinho, aos apêlos interesseiros de certa Companhia para dar o seu voto à aprovação de um contrato julgado ruinôso aos interesses da Comuna. Cantidio Teixeira de Sousa, toda cidade o sabe, agarrado à sua honestidade, foi então a única voz discordante em meio à balbúrdia de um apressado consentimento. Homem próbo na verdadeira acceção do termo, trabalhador, inteligente, bondoso, afável, a sua morte ocorrida a 11 de Dezembro de 1945 foi bastante sentida no grande círculo dos seus amigos, que eram todos aliás que o conheciam. Continuando esta rodada sinistra surgem então a figura veneranda de

JOÃO SANTOS

jurista e político de grande destaque em nosso meio. João Santos nasceu a 15 de Outubro de 1871 neste Estado. Iniciou sua vida pública como promotor da comarca de Nazaré, donde foi chamado pelo governador Rodrigues Lima, para seu official de Gabinete. Subindo ao Governo o Dr. José Marcelino foi o Dr. João Santos nomeado seu Secretário de Polícia e ao depois seu Secretário da Fazenda. De seguida passou êle para a Diretoria do Banco Hipotecária e Agrícola da Bahia, exercendo também o mandato de deputado federal pelo nosso Estado nas legislaturas de 1909 e 1926. Não parou ainda a sua actividade funcional pois depois de 30 é chamado por Juraci Magalhães para ocupar a pasta do Interior e Justiça onde as luzes do seu saber jurídico esclareceriam pontos controversos da nova Constituição. O antigo membro da Comissão de Justiça da Câmara Federal foi sempre um espírito equilibrado, justo, complacente. A sua vida foi um grande exemplo de trabalho eficiente, de serviços ao Estado e de culto à Justiça. Ao fazer a 28 de Janeiro do anno corrente era Membro Aposentado do Tribunal de Contas do Estado. Finalmente o derradeiro, este nosso

FRANCISCO HERMANO DE SANTANA,

médico, filologo, jornalista, beletista, que sabemos mais! A verdade é que Hermano de Santana foi uma grande figura da cultura bahiana contemporânea.

nea. Catedrático do Colégio da Bahia, Professor de vários Estabelecimentos secundários, Membro da Academia de Letras, Sócio deste Instituto, Diretor de "DIARIO DE NOTÍCIAS", Diretor por termo do Departamento de Educação, Hermano de Santana vinhou em todos esses cargos traços profundos de inteligência e de cultura. A nossa Revista inclui em um dos seus números um trabalho valioso de sua autoria: Heróis e Redentores. No seu desaparecimento prematuro, Hermano Santana contava apenas 47 janeiros, verificado a 6 de Fevereiro do ano corrente, encheu de pesar os meios culturais da nossa terra.

CLAREIRAS DA HISTÓRIA

Senhores: Acabamos agora de evocar, em atitude dorida, as nobres vidas desta Casa que encetaram, de uma vez, a misteriosa viagem que não tem retorno. Tratamos até então dessas sombras que vagueiam pela nossa imaginação, tão derramadas do nosso afeto, tão pungidas da nossa saudade.

"NUNCIA VETUSTATIS"

Não vai mal portanto, e nem está fóra de termo, falarmos aqui sobre as clareiras da História, tanto a História é Passado. Sim, Passado, "Nuncia Vetustatis", como a chamou Cícero no seu "De Oratore". Realmente "cada instante ainda enquanto pronunciamos a palavra já esta se transforma em Passado". Ora, se se transforma em Passado, certo é que se demuda em História. Pois História, diz Berheim, de Munich, "é aquilo que sucedeu e também o conhecimento daquilo que sucedeu." História "é a informação, o inquérito, a pesquisa da verdade" do velho Heródoto. História é a "Narração", de Thierry, é a "Análise" de Guizôt, é a "Resurreição", de Michelet. História é a "Educação do gênero Humano", de Herder, é a "Evolução do Conceito de História" é ainda o "Desenvolvimento do Espirito Universal" de Hegel, é um "Drama de muitos atos com seu começo e seu fim", de Berdaleff, é a "Mistéria da Oficina de Deus", de Goethe. Tudo sempre História. Sempre estudo sério, como exige o seu caráter. Sempre estudo verdadeiro, como impõe o seu passado. Sempre estudo honesto como ordena a sua finalidade. Sempre História Sempre Ciência com Buckle, com Bois-Reymond, com Ranke, com Xenophon e outros. Sempre Arte com Croiset, com Alfredo Pimenta, com Xenophon, e outros. Sempre, enfim, Ciência e Arte, com João Ameal. "Ciência na base quanto à recôlha e à seleção de materiais. Arte na disposição desses materiais no plano geral do edifício, na justeza, beleza e riqueza do estilo". Mas "Ciência" ou "Arte" ou "Ciência e Arte" ao mesmo tempo o que deve caracterizar a História é a seriedade dos seus assuntos, é a honestidade das suas pesquisas, é a imparcialidade das suas apreciações, é a inflexibilidade do seu sentido, é, enfim, a sinceridade dos seus julgamentos.

CARÁTER DA HISTÓRIA

A História, Senhores, deve de ser, pois, uma empresa em que se entrelacem, compassivas e amigueiras, a Verdade e a Beleza, a Justiça e a Razão, a Honestidade e a Dignidade. Deve de ser um estudo conciente e experiente que se não exalte aos perigosos voejos da imaginação, um estudo criterioso que se não inflame aos traiçoeiros arroubos do entusiasmo, um estudo sincero que se não impressione com o falso brilho do pechisbequelouvaminheiro, um estudo firme que se não altere com a fantasia do pensamento deleitado, enfim um estudo nobre como a distinção, rígido como o bronze, imutável como a verdade, puro com a lágrima. Assim há-de ser sempre a História — Historia, que se não afasta da verdade para não falsear a si mesma, que não descreve personagens que não “estejam ligadas a acontecimentos reais e preciosos” que não altera fatos, que não engendra sentimentos, que não modifica juízos, que não inverte caracteres. E o historiador que quizer obedecer a este traçado, único porque verdadeiro, “tem que estar sempre armado do escalpelo do cirurgião, do cadinho do químico ou do martelo do geólogo, para instaurar um exame ou um processo”. E mais, não deve alterar nunca, não deve suprimir nunca, não deve enganar nunca. Proceder, antes, de inverso que é sua função: “citar sempre os fatos como eles foram pela pauta da verdade e não como quererão que fossem a adulação e a queixa”, dizer tudo razoável, tudo conciente, tudo justo agarrado sempre áquela sabia advertência do grande Cícero: “Nequi falsi audeat, nequi veri non audeat História: “Nada falso afirme a História. Nada tema a dizer sendo verdade”. Sim, porque temer? Lião 13 declarou certa vês a um grupo de cientistas que a Igreja não temia a verdade. Muito menos a História, que é a “Lux Veritatis” do conceito de Cícero. A História que afinal “é o fato, o nexos, a coerência” do consciencioso dito de Pedro Calmon. Este, portanto, o seu verdadeiro sentido. Esta a legítima credencial da História, cujas raízes se perdem mais a mais no passado enorme, “essa noite sãbia que dá conselho, esse campo de esteira que ressurge com beleza quando reconstituído pela imaginação colorida e emotiva, pelo estudo honesto, pela inteligência clara”. Do mesmo geio que a História é Verdade, História também é Passado. Não fôsse este aquila “única realidade humana” do julgamento de Anatole France. Não fôsse ainda “aquêllo velho venerável que nos conta perto da lareira o que se eu, e que nos instrue com os seus conselhos, com as suas idéas, com a sua linguagem e com o seu exemplo” da imaginação de Chateaubriand. Não fôsse o Passado finalmente “aquella verdade eterna em cujo seio nós otros no fundo da nossa vida espiritual vencemos a enfermiza fragmentação da nossa existência”, da apreciação de Berdiaeff. Desta guisa um historiador identificado com a historiografia terá que ser fatalmente um investigador o quanto possível exáto. “Le première qualité de une historien”, dizia o autor de Napoleão 3.º, “c’est le souci de l’exactitude”. Realmente, catidão é verdade. Ao prefaciá a Crônica D. João 1.º, de Portugal Fernão Lopes

acentuou o seguinte: "o nosso desejo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura, a nua verdade". E Francisco Manoel de Melo, acrescentou ao depois, de seu turno: "Nem por ostentar mistério, inteligência e confiança passamos do necessário ao incompetente. Não dissêmos por não haver porque dizermos mais que o tocante à inteira relação dos sucessos contra o litigio da milícia." Consequentemente, não nos iludamos, ou a História é a cristalização da Verdade ou a Verdade deixa de ser a sua Musa, como entendia Vernhagen. Mas a História deve de ser sempre a Verdade condensada. E o historiador terá então de encontrar prazer na verdade como Vauvenarges encontrava no ideal. Contudo, pergunta-se, pelo critério de Nietzsche, que dóse de verdade pode um homem suportar?

A EQUAÇÃO PESSOAL DO HISTORIADOR

G. Van Below, contrariando Rank que encara a História como estudo objetivo, declarou abertamente "que a característica pessoal do Historiador é quem determinará em todo caso a escolha da matéria prima". Perigosa encruzilhada! Todavia sendo a História, como estima a escola de Ranke, um "estudo objetivo" o primeiro obstáculo que o historiador encontra é a sua própria formação, a sua própria personalidade, as suas reações mentais ou sentimentais perante os vários problemas e circunstâncias da História". Encruzilhada perigosa, repetimos, porque tateamos, agora, um terreno inseguro, falso, escorregadio. Babatamos o terreno do personalismo em História e da equação pessoal do Historiador. Já dizia o primoroso autor de "Fátima" "que todos os historiadores deformam a verdade através de seus preconceitos criticos: e tanto mais desviada é essa deformação quanto maior o seu esforço de encontrar interpretações novas e de se abalancharem a sínteses concludentes. Pensou, alterou". Verdade! Infelizmente. E a balburdia existente ainda hoje nos estudos históricos é fruto directo deste viés de cada historiador fantasioso. Balburdia, aliás, digâmos para logo, que tem sacrificado a sua Honestidade, que tem diminuído a sua Magestade que tem esmentado a sua Severidade. Balburdia que enseja a ironia de Antero de Quental, "a História é uma série de remendos numa série de buracos" ou exalta a mordacidade de Vitor Hugo, "a História projeta sombras onde existiam luzes".

Senhores: a tendência pessoal do historiador, altera de fato a função realística da História. A sua inclinação pessoal, parte subjectiva do seu Eu, deforma realmente o assunto histórico, amolda-o aos seus preconceitos "tão mal julgados, verdades absolutas, quando não passam de visões e sensações pessoais". Querem um exemplo? Tomemos aqui um dos muitos pontos controvertidos da História. A Revolução Francêsa. Perguntemos: onde a verdade a respeito dos seus homens? Nos louvores de Michelet? Na condenação de Carlyle? No fatalismo de Talleyrand? Citemos outro fato, a

Donzela de Orleans. Qual é a verdadeira Joana d'Arc? A de Schiller, a de Anatole ou a de Schaw? E, no memo lanço, também, qual o verdadeiro D. Sebastião? O de Antero de Figueiredo ou o de Pinheiro Chagas? Finalmente qual a verdadeira Maria Antonieta, de França? A de Stefan Zweig ou a de Felix Moeschlin? Não se sabe. O que se não discute, todavia, é que a interferência pessoal do historiador, o seu viés individual, a sua tendência, a sua inclinação, a sua parcialidade domina de maneira evidente e ruínosa os estudos históricos.

EXISTIRÁ VERDADE HISTÓRICA ABSOLUTA?

Talvez por isso escrevesse há pouco o Professor filandês Grestenfelt, da Universidade de Helsinguio: "é impossível despojar-se o Historiador do seu Eu!" E o mesmo, aliás, ponderasse Aron: "se o historiador permanecer imparcial na organização dos conjuntos será parcial na medida mesma da sua tendência". Assim, "não pode haver verdade histórica no sentido absoluto, e sim uma aproximação da verdade". Tudo por causa do prisma pessoal! Sim, prisma pessoal! Quantas controvérsias êle gera! Quantas desilusões êle constrói! Quantos absurdos êle engendra. Walter Raleigh lançou ao fogo os seus manuscritos ao verificar, com espanto, em outras narrações, que batalhas nas quais êle mesmo tomara parte eram descritas mui diversamente do que êle recordava.

POESIA E HISTÓRIA

Essas tantíssimas clareiras da História permitiram a penetração da luz da Poesia e do encanto da Lenda. Razoável! "A História, escreveu Zweig, não é um livro completo e acabado que se podesse ler de fio a pavio. E' um enorme palimpsesto, um manuscrito compilado e remendado, danificado em nove decimas partes. Centenas de páginas são indecifráveis, milhares, por combinação, pela fantasia. Ora esses inúmeros pontos misteriosos da História devem naturalmente seduzir o poeta a completa-los, a poetizar". E seduziram. Seduziram e constituíram aquelas fendas do magestoso edificio da História por onde até hoje jorra sem cessar o clarão da Poesia e penetra, sem parar, a aragem da Fantasia. São, repetimos, as clareiras da História! Poesia e História miram-se assim, sob o mesmo tecto gasalhoso. E Moeschlin acredita até "que Historiador e Poeta com toda humildade e modestia podem dar as mãos como bons camaradas." A exemplo, portanto de João de Barros, "que pareceu mais poetico que historico posto que nesta parte Poesia e História sejam muito conformes". Poesia e História! Maravilhoso! O Irreal e o Real. A Quimera e o Fato. O sonho e a Verdade! Carlyle contemplava a História pelo prisma da Poesia. Mas,

pode ser poeta o historiador? E pode ser historiador o poeta? Depende de ambos, é certo. Mas depende mais do historiador hospedeiro que do poeta hóspede. Não duvidamos que o poeta logre ser um bom historiador. Renuncie porém antes de todo à invenção, à fantasia, ao sonho, ao devaneio. E procure a beleza. E siga ainda aquêlê conselho de Willibal Alexis: equilibre sempre "a verdade poetica" com a "exatidão histórica". Porque Poesia e História precisam uma de outra. Devem compreender-se. Devem afastar a todo instante a causa de suas controvérsias, digamos mais aparente do que real. E' o tal problema da proporção, arguida por Emil Ludowig, problema ao mesmo tempo de caráter moral e que vem a ser "o saber em que grau se deixa seduzir o artista quando no papel de historiador". Tudo porém depende do quanto se pôde misturar de fantasia e de veracidade. Porque Poesia e História possuem traçadas as suas finalidades. A Poesia fala sobre o que pôde suceder. A História conta as coisas sucedidas. A Poesia revive os sucessos de dentro, encasulada no seu interior. A História explica esses sucessos, observa-os de fora criticamente. A Poesia fantasia. A História copia". "Ambas pintam, mas a primeira mistura nas suas tintas um verniz esplendido cujos reflexos indecisos dão à vista uma ilusão de movimento". A História pesquisa e regista, regista e interpreta. Mas, a Poesia, "sem faltar à verdade dos fatos, idealiza e embeleza a ação histórica, pode até retratar com fidelidade e consciência o quadro do Passado". Pena entretanto que nem sempre o faça. E que se exalte por demais, sonhando, devaneando. "Partindo muita vez da verdade que se vê para visionar a verdade que se não vê, naquela certeza de que para além do belo relativo existe o belo absoluto". Aliás a História, disse-o Alonso Amado, e "um idoneo material poetico." E quando o historiador relêga êste material nem sempre acerta em seus estudos. As comedias históricas de Véga e de Schakespeare são acusadas de falhas por lhes faltar Poesia, que queram ou não, é o deleitoso perfume da História. Certa vez, Goethe escreveu a Erckman o seguinte "Manzoni tem excessivo respeito pela História. Pode ser que sejam históricos os seus feitos, porém seus caracteres não o são". Manzoni despresára a trilha de Oliveira Martins, o Poeta da História "cujos livros valem principalmente pelas sínteses de conjunto e pelas qualidades de imaginação e de estilo". Não vemos por onde fazer mal a História uma leve mão de Poesia. Anima, encanta, embeleza o panorama histórico. E não é fato que em várias conjunturas, a História deixa de ser cronista para ser poetisa? "Depois, Senhores, não bastam os grandes fatos da História. E' sempre necessário um duplo efeito: os grandes fatos e os grandes historiadores, o caráter empolgante e o narrador fantasioso". (E Ludwig.) Sim, "Poesia e História, tuão pode ser um" dizia Lope de Vega. Pode. Deve "ser um". Mas, nem sempre, Poesia e História se juntam como duas bolinhas de azougue. Culpa da História? Não. Culpa da Poesia. A História não deve estar separada da Verdade. E' a sua sombra.

Musio, poeta, reconheceu este direito e firmou: "Lascio, il vero all'istoria!" Culpa, portanto, dizíamos, da Poesia que deve às vezes renunciar à investigação. Não nos iludâmos "tôda vez que se encontra no mesmo terreno o investigador e o artista há disputa. Se aquêlé procurasse sempre a verdade e este a beleza não se originariam divergências. Mas como cada qual procura a verdade sob uma forma diferente e pensa que a sua é a melhor, dá-se o conflito". (E. Ludiw.) História e Poesia podem e devem viver em comunhão de ideias. Basta que respeitem as fronteiras dos seus domínios e reconheçam as balisas dos seu direitos. E, assim, enquanto a História conta o sucesso com a Verdade, a Poesia o vai animando com a Beleza.

A METAHISTORIA

O que falamos da Poesia bem poderíamos fazê-lo ainda a respeito da Psicologia. Porque a História vive cercada de amigos diletos. Da Geografia, da Arqueologia, da Lógica, que Windelhard e Gothe acentuam andarem "estritamente unidos", de Filosofia e outras tantas. Filosofia e Psicologia constituem, entretanto, as grandes companheiras da História. "Estamos em uma época em que a História se atomiza filosoficamente." Bela verdade! Foi Taine quem disse "que o caráter da História é o de saber e o caráter da filosofia o de compreender." De feito com História e Filosofia abraçadas, o estudioso bem pode escrever uma história "à base científica vivificada pela arte e coroada pela filosofia". Mas, a Psicologia? Confessava Dupanlong que não era suficiente conhecer os fatos, era preciso compreendê-lo, era necessário saber as causas que o determinaram e quais os resultados que eles produzem". Não esqueçamos que a História é o Homem de quem não é possível separa-la, no juízo de Berdaieff. Demais a História é uma "profunda realidade espiritual" nunca um empirismo, nunca um saco material de feitos. O historiador erudito não é àquêlé que se resume ao próprio sucesso. O historiador erudito busca interpreta-lo, decompô-lo. Busca-lhe a alma. Por isso é que só o psicólogo compreende bem a História. Porque a psicologia "domina u'a modalidade especial de auscultação e possui uma aptidão ciente para distinguir as verdades históricas". Antevêmos, assim Senhores meus, aquela História Psicológica "a verdadeira História" como êle próprio crismou, "a História que fizesse por conseguinte a História da alma da História Universal e profundamente lhe penetrasse os sentidos". Metahistória? Porque Metahistória? Do mesmo modo, aplaude Eugenio d'Ors, "que para além da Física, Aristoteles queria que se colocasse a Metafísica igualmente começa a desenhar-se ainda vaga mas irreusável a aparição de uma Metahistória, para além de tantas monografias de tantas reproduções, notas e fichas que invadem o mundo academico, para além dessa tarefa sem fim que consiste (digamo-lo com Mommsen) em extrair coisas do abismo dos manuscritos esque-

cidos para o abismo dos livros que se esqueceu". Metahistória que se colocará, portanto, sobre a História, além da História, o que vale dizer "sobre o visível o invisível sobre os atos de cada dia e de cada ser os princípios que condicionam e governam as vidas e ações humanas" (J. Ameal). Fiquemos aqui. Espichamos por demais esta digressão de si mesma aspera e fastidiosa. Concluamos, pois. A História deve ser a Verdade e a Razão. Felizmente os historiadores integros de hoje "são mais claros, nítidos, objectivos. São mais realistas em seu pensar e não julgam necessário romantizar ou honorificar sempre para se reconhecer beleza em qualquer figura! Felizmente eles ainda podem dizer em seus estudos aquilo de certo cronista lusitano: "Quem se não satisfazer do que refiro por si mesmo se informe. E se crer antes o seu discurso que a minha pena, em nada me deixa enganado, ele pode ser que se engane.

PRINCEZA D. IZABEL

(Palestra pronunciada a 22 de julho de 1946 por Elvira Celestino no salão nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em comemoração à passagem do 1.º centenário de nascimento da Princesa Isabel, a Redentora).

O "ANJO DO BRASIL"

Benditos os povos, que fazem de seu passado um culto e, de seus heróis imagens sempiternas de sua veneração.

O Brasil, inda na infância de sua vida histórica entreabre, vez enquando, as portas de seu pequenino Panteon e vai, trémulo de emoção, engrinaldar reverentemente a fronte de algum de seus semi-deuses, entoando-lhe salmos de louvor a imperecíveis feitos.

E' a liturgia da Pátria, evocativa e necessária.

Dela depende a perenidade da própria História, que não existiria sem a rsurreição, para a saudade, a lóu ou o cenceito condenatório daqueles que os tempos amortalharam para sempre, envoltos no mesmo traje moral, que, vida inteira, os acompanhou.

Por ele os reconhecemos e firmamos nosso critério de exaltação ou repúdio.

Hoje se repete o gesto piedoso e patriótico.

Cem annos faz que neste dia uma vida, illustre se inicia.

A Pátria genuflexa repassa de memória as virtudes imarcessíveis daquela que foi Isabel de Bragança e Orleans, pesando-lhe os méritos e sublimando-lhe em razão dos mesmos, os rars e leves defeitos.

A estrêla de seu nascimento fadou-a a grandes destinos, que as qualidades, herdadas de seus Pais, especialmente a bondade, a prudência e a perseverança, maravilhosamente conduziram à mais feliz realização.

Cercou-lhe o berço uma expectativa carinhosa em que o anseio pelo bom sucesso da Imperatriz atingia os mais humildes lares e as residências mais caras.

A 29 de julho de 1846, Teófilo Otoni, vice-presidente da Câmara avisava a seus pares:

“No caso de ter lugar hoje o bom successo de sua magestade, a Imperatriz, fica esta ordem do dia para sexta-feira porque o sr. 1.^o secretário me informa que então não é possível haver casa”.

No dia seguinte o Jornal do Comércio publicava o seguinte aviso oficial: “Havendo a Divina Providência felicitado a este Império com o nascimento, que ontem teve lugar, de uma princesa, por ordem de S. M. o Imperador se faz público que o mesmo Augusto Senhor se digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no paço de São Cristovão, por tão fausto motivo —, o cortejo das pessoas que a este ato costumam ser admitidas, na conformidade dos avisos sobre este objeto já expedido em 6 do corrente.

Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 30 de julho de 1846. Antônio José de Paiva Guedes de Andrade”.

Aquela união feliz de D. Pedro de Alcântara, segundo Imperador do Brasil e a Princesa Real das Duas Sicílias, D. Tereza Cristina Maria de Bourbon, pela segunda vez floria...

Nascera em fevereiro de 1845 o primogênito, D. Afonso Pedro, que a morte arrebataria em breve.

O régio casal transmitiu vida ainda a uma princesa, D. Leopoldina, que, veio à luz em 47 e a um príncipe, D. Pedro Afonso nascido em 48.

Nenhum, porém, sobreviveu à grácil criancinha, que, às 6 horas e 25 minutos da tarde de 29 de julho de 1846, no Paço de S. Cristovão, o físico-mór Cândido Borges Monteiro ajudara a nascer, olhos — ainda sem a visão do esplendor que a cercava, marcando-lhe o destino de princesa; mente — como devera ser o cosmos inicial, donde, em preciso instante, o movimento e a vida explodiram em miríades de realização; alma — uma crisálida iriada ao sol das virtudes paternas, à espera de azas para voar...

O Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, Ministro do Império do gabinete organizado a 2 de maio daquêle ano, lavrou 3 autos do nascimento da Princesa, um destinado ao Imperador, outro ao reino das Duas Sicílias, outro ao Arquivo Público do Império.

Em regosijo pelo nascimento da filha, o Imperador condecorou com a comenda Ordem Imperial da Rosa ao médico assistente da Imperatriz.

Deram-lhe, ao batisá-la a 15 de novembro, o nome da avó materna: Isabel.

Foram-lhe padrinhos: a rainha de Napoles D. Maria Isabel, representada pela Marquesa de Maceió, e o rei de Portugal, D. Fernando, representado pelo Marquês de Itanhaem. Conduziu a Princesinha à sala do docel o mordomo-mór da Imperatriz, Ernesto Frederico Werna de Magalhães.

Formado o numerosíssimo préstito, levaram-no à Capela Imperial, onde teve lugar a faustosa cerimônia presidida pelo bispo de Irajá, D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, capelão-mór de suas Magestades.

E' para todos efeitos, registraram-na: Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriella Rafaela Gonzaga de Bragança.

Aos 4 anos, pequenina e graciosa, conduziram-na ao Senado. Iam, de acôrdo com o Título IV, Cap. I Art. 15, § 3.º da Constituição, reconhecê-la, em nome do país herdeira da corôa imperial, em virtude de ter morrido em 47 o primogênito, D. Afonso, e em 1850, com 1 ano e meio de idade, o príncipe D. Pedro.

O Imperador chorara aquêles dois filhos, motivos de suas esperanças na consolidação do trono brasileiro, em sentidos versos:

“Coube-me o mais funesto dos destinos:
Vi-me sem Pai, sem Mãi na infância linda.
E morrem-me os meus filhos pequeninos.”

Por motivos assim tristes comparecia a Princesinha Isabel ao Senado no dia 10 de agosto de 1850.

A cerimônia foi presidida pelo 1.º Barão de Monte Santo, Luiz José de Oliveira Mendes, sendo feita a saudação do protecc'o pelo deputado Montezuma.

E quiz a sorte que aquella inocente menina, substituindo nas cogitações da sucessão imperial aos dois irmãozinhos falecidos, fôsse em 89 uma das causas da derrocada do trono em que assentavam os velhos Pais, porque o 3.º Reinado, que será o dela, conduziria a influir na política o esposo, propositadamente designado pelos opositores republicanos.

O Francês.

Embora! O título que lhe coubera a 10 de agosto de 1850 foi por três vezes dignificado quando, no caráter de Regente, substituíra a D Pedro, ausente do Brasil.

Preenchera suas responsabilidades com desasombro e pleno equilíbrio, de sorte que o 15 de novembro encontrava uma consciência em paz, embora lhe esmagasse o coração.

Teve a infância e a adolescência solidamente preparadas para os embates da vida, e as suas exigências, a Princesinha Isabel.

Assistiam-lhe o desabrochar da inteligência na suprema alegria do saber os mais conspícuos mestres, entre os quais o dr. Francisco Crispiniano Waldetaro diretor de afamado colégio, que teve para com a menina Isabel,

o carinho e a perseverança dum jardineiro espreitando cioso o desabrochar das primícias florais. Ao próprio Pai teve ela como professor de Direito. A História Nacional e o vernáculo foram-lhe ministrados pelo professor Joaquim Manoel de Macedo.

Cuidaram-lhe, também, da cultura geral, o Pe. Marcos Neville, frei José Santa Maria Amaral, Isidoro Bevilaqua, Dr. Guilherme Schultz, Júlio Toussaint, Pinzarom, Luiz Aleixo Boulanger, Marciano José de Almeida, a baroneza de Santana, D. Rosa de Sant'Ana Lopes, Mme. Templier e a, depois, Condessa de Barral, D. Luíza Margarida Portugal de Barros, de naturalidade baiana filha do Visconde da Pedra Branca, e que lhe transmitiu as prendas que devem crescer de graça e espiritualidade o ambiente no qual um perfil de mulher porventura ondula e impere.

A delicadeza da alma, a fina educação, as boas maneiras, não lhe esconderam nunca, é certo, o animo varonil, a nota de decisão do temperamento, o aprumo com que sabia assumir uma atitude em ocasiões imperiosas.

Espírito por vezes inclinado à melancolia amava alimentar recordação repassadas de saudade.

A alma se lhe retrata inteira no "Alegrias e tristezas" manuscrito precioso de suas vividas impressões sobre episódios significativos de sua existência, envolvendo cousas e pessoas. O estilo descritivo é encantador: "Na minha infância o parque era famoso, cobretudo pelas aléas ensombradas, feitas de mangueiras, de tamarindeiros e de outras árvores. Havia uma soberba alameda de bambús, cujos cimos se cruzavam tão alto que formavam uma verdadeira abobada de catedral. Há poesia e sentimentalismo nesses períodos.

E referindo-se à última fase da campanha abolicionista, numa apreciação sobre João Alfredo:

"A questão da Abolição caminhava; suas idéias ganhavam-me cada vez mais, não havia publicações a respeito que não lêsse e cada vez mais me convinha de que era necessário fazer qualquer coisa nesse sentido.

Conhecendo as idéias do senhor João Alfredo, estava convencida de que o que ele fizesse seria bom".

E a expressão de sua fé nos homens de senso equidoso.

Traço igualmente característico de sua personalidade, era o sincero devotamento à crença católica. Foi, por sua piedade verdadeiramente cristã, coerente e equilibrada. Caridosa e justa, perseverante e compreensiva, aos que se lhe aproximavam, escravizava à sua envolvente simpatia

Algum defeito, que porventura se lhe apontasse, de certo seria o explicável egoísmo com que, avára, zelava pelos seus mais caros afetos.

E' conhecida a explosão sentimental com que se queixou ao Imperador quando este resolveu a partida do Conde D'eu para os campos do Paraguai: "Papai quer matar o meu Gaston!"

Santo egoismo, porém! Reflete-lhe o receio de perder aquêle que o coração alegrara: defendia a própria felicidade.

.....

A princesa chegara, enfim, à idade legal exigida para o juramento à Constituição, de conformidade com o art. 106.

Completara 14 anos a 29 de julho de 1860 e, às 11 horas da manhã perante a Assembléia Geral presidida por Manoel Inácio Cavalcanti da Lacerda, ergueu a voz, pausada e calma:

"Juro manter a religião católica apostólica romana, observar a Constituição política da nação brasileira e ser obediente às leis e ao Imperador".

Assinou o juramento. Ouviu o palmear de mãos que a homenageavam. Estava sagrada para a futura vaga no trono brasileiro.

O imediato grande acontecimento de sua vida foi o seu consórcio em 1864. A 15 de outubro casava-se Isabel de Bragança com o príncipe Luiz Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans — Conde de d'Eu filho primogênito de Luiz Carlos Filipe Rafael d'Orleans — Duque de Nemours, e neto de Luiz Felipe, o "rei cidadão".

Andava ela nos 18 anos e tinha êle 22 anos, nascido, que fôra, no castelo de Neuilly-sur-Seine a 28 de abril de 1842.

Viagem propositada ao Brasil, participando dos planos do Imperador quanto ao futuro das duas filhas casadoiras, fôra tudo combinado na Europa entre os pais dos pretendentes, — cujos retratos foram, de antemão enviados ao Imperador —, e a Princesa de Joinville, a suave D. Francisca, tia de Isabel e Leopoldina, e que se revelou, reconhecamos, uma geitosa diplomata.

Certo dos resultados das confabulações, D. Pedro informara aos parlamentares na fala do trono de 3 de maio:

Anuncio-vos com prazer que trato do casamento das princessas, minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetue no corrente ano".

E em agosto viajara para o Brasil o Conde d'Eu em companhia do primo Augusto de Saxe Coburgo Gotha, que deveria igualmente enlaçar seu futuro ao da Casa Imperial Brasileira.

A Isabel destinava-se o último...

O diário da Princesa nos ensina, porém, porque houve uma "inversão de alianças" em tal política de reconhecimento de valores pessoais... "Chegaram o Conde d'Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no Conde d'Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente".

O casamento de Isabel de Bragança teve pompa invulgar. Serviram-lhe de padrinhos os senadores Francisco José Furtado, presidente do Conselho de Ministros e Manoel Inácio de Andrade Santo Mayor Pinto Coelho, Marquês de Itanhaem que foi o 2.º tutor do imperador menino. Foram padrinhos do noivo o Duque de Saxe e o Marquês de Olinda Pedro de Araújo Lima, último regente do Império.

A cerimônia foi oficiada na Capela Imperial pelo Arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim da Silveira, depois Conde de S. Salvador.

Conta-nos Luiz da Camara Cascudo "ter o Imperador libertado todos os escravos que nesse dia estavam ao serviço de D. Isabel".

Aquêle casamento levava um ministério a pedir demissão.

Conta-se o caso singelamente:

O 2.º ministério Zacarias, liberal, organizado a 15 de janeiro de 1864, anunciara os casamentos das Princesas propondo às Câmaras a soma de 3.000 contos para os dotes e despesas dos enxovais.

O ministro do Império, José Bonifácio, o Moço, comparecera à sessão da Câmara de 27 de agosto para assistir a discussão da proposta do governo.

Martinho de Campos, deputado pelo Rio, que formava na oposição, solicitou fosse posta em discussão a projeto que subvencionava a navegação entre o Brasil e os Estados Unidos, sem reparar que, além de atingir o ministério, irrogava feia desconsideração à Família Imperial.

Para afastar o entrave, José Bonifácio lembrou a conveniência de se enviar o projeto, pelo qual se interessava Martinho de Campos, à comissão de estudos para ser melhor examinado. A Câmara não aceitou o alvitre e ainda aprovou o requerimento de Martinho de Campos sobre "passasse o projeto a discussão posterior com dispensa de interstício".

A aprovação da Câmara valia pela desaprovação a José Bonifácio, que imediatamente solicitou sua exoneração de ministro.

Zacarias conveio em que o ministério pedisse demissão coletiva, o que se deu.

De modo que ao efetuar-se o casamento da Princesa o ministério, por efeito desse sucesso, era o de Francisco José Furtado.

O projeto sobre os dotes foi, afinal, aprovado, apesar das estranhezas do deputado sergipano, Lopes Neto, achando vultoso o dote de Isabel", cento e cinquenta contos amais e mil e duzentos se saísse do Brasil!", clamava êle.

Teria ela, além dessa dotação anual, 300:000\$ para aquisição dum palácio, 200:000\$ para o enxoval, votando, ainda, a Câmara a quantia de 50:000\$

para pagamento das despesas "com as negociações relativas ao casamento e com o transporte dos augustos consortes", tudo de acôrdo com a lei n.º 166 de 29 de setembro de 1840.

Estavam os recém casados pela Europa em viagem de núpcias e a Guerra do Paraguai, declarada às vésperas da partida do casal, e ameaçadora para o Brasil — porque inesperada — surpreendendo o país e exaltando a fibra patriótica de seus filhos, que em massa correram ao voluntariado, — interrompeu-lhes o doce embalo de sonhos.

D. Pedro II pronunciara, agradecendo à Bahia o grande número de soldados que o amor ao Brasil aqui improvisara, a frase de exaltação tradutora do conceito de nossa terra no período imperial: "A Bahia, sempre a Bahia!"

O eco dos preparativos, para honrosamente ripostar ao inimigo, chegou até eles, ensombrando-lhes a felicidade.

Não concluíram o programa de excursões, regressando Gastão de Orleans apressadamente ao Rio "Para ajudar no que preciso fôsse".

Com surpresa não encontraram aí o Imperador.

Seguiu a 10 de julho para o teatro da guerra a correr os mesmos perigos que arrostavam os conterrâneos, para estimulá-los com sua presença e tentar a expulsão de Estigarriba que ousadamente conquistara Itaquí, S. Borja e Uruguaiana.

Isabel passeou pelas alamedas da Quinta onde temporariamente ficava em companhia da Imperatriz, a sua saudade e a sua inquietação porque o nobre francês fôra no encalço do sogro, encontrando-o, afianç, em Caçapava e se lhe reunindo.

Assistiu à rendição de Uruguaiana e ao reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra, solução inteligente dada à Questão Christie pela rainha Vitória. E a 9 de novembro, em companhia do Imperador, desembarcou do "Gerente" no Rio o Conde d'Eu.

Escrito estava, porém, que aquela guerra afetaria a vida pacata de Isabel de Orleans, arrebatando-lhe o marido para imprevistos lances.

A 3 de agosto de 66 organizara-se o 3.º gabinete Zacarias.

O convite ao grande estadista bahiano significava a confiança do Imperador em vê-lo conduzir a uma solução satisfatória o caso guarani, que sobremodo o preocupava.

E o novo gabinete, registou a sua 1.ª vitória: Curuzú, crescendo-se os florões que as forças imperiais haviam já conquistado em Riachuelo, Uruguaiana, Mercedes, Cuevas, Itapirú Estero Belaco e Tuluti.

Sobreveio à vitória de Curuzú o desastre de Curupaiti, uma solução urgente se impunha, mesmo que fôsse ela um sacrifício para o orgulho pessoal de alguém.

D. Pedro indicou o nome de Caxias, conservador até a medula, para o alto comando do exército.

Certamente ainda se lembrava Zacarias de que também já fôra conservador para se não abespinhar com a escolha imperial.

Afastado por meios habilmente diplomáticos o obstáculo ao convite, que era Silva Ferraz, inimigo de Caxias, a Pasta da Guerra foi entregue a Paranaguá, e Caxias accedeu sob a judiciosa afirmativa de Zacarias — de se demitir o ministério se o Marquês tivesse qualquer constrangimento em servir com elle.

Caxias respondeu com simplicidade, exigindo apenas confiança. E teve-a integral.

Das linhas de Rojas, Sauxe e Curupaity (que elle levou de vencida) ao combate de Tagi, dêste à 2a. batalha de Tuiuti, sua atuação fôra em série de triunfos que reergueram o moral do exército brasileiro e puzeram em choque o prestigio bélico dos paraguaios.

Infelizmente era o Marquês demasiado susceptível e instou pela exoneração ante a campanha da imprensa partidária, que o accusava de "lento" nas operações militares.

Abria-se a chamada "crise de 21 de fevereiro" oferecendo Zacarias demissão do gabinete, que não foi aceita, resolvendo o Conselho de Estado, composto quase todo de conservadores que continuassem Zacarias e Caxias, a ambos estimulando com as exortações cabiveis no caso.

Convinha isso no momento aos conservadores, explicara depois o Visconde do Rio Branco ao Barão de Cotegipe em carta memorável.

A passagem de Humaitá, provocando o entusiasmo geral, pareceu ter restabelecido de todo a confiança.

Ficara, porém, o perigo duma nova incompatibilidade; e D. Pedro — para quem os partidos tinham o mesmo valor, encarando acima de tudo e bem estar do Brasil —, desejoso de ver a guerra terminada, quanto antes, e, galhardamente para o Império, aliçou a Zacarias com a nomeação do conservador, Torres Homem para o Senado. E' conhecido o episódio.

Com a espetacular queda dos liberais, subiram os conservadores, Itaboraí, organizando o Gabinete de 16 de julho de 1868. Caxias, o homem necessário, estava, afinal, em seu ambiente.

Ora desde 65 o Conde d'Eu impretara do ministério Olinda licença para combater no Paraguai. Baldaçamente o fez.

No Gabinete Zacarias a mesma teimosa pressão do Principe se fez sentir. Explicou elle, posteriormente, em carta ao ministro Paranhos, os motivos que o levaram a insistir, "seus sentimentos de dedicação ao País que adota-a como Pátria".

Na carta de 9 de outubro de 66 ao Imperador, externa-se maguadamente o Conde:

"Se tudo fôr em vão, se o Poder Executivo persistir em recusar meus serviços, saberei pelo menos a quem attribuir o propósito de me apagar e a ferida difficilmente se fechará no meu coração.

Se, porém, eu fôr bastante feliz para voltar de Humaitá com nossas tropas vitoriosas, me encontrará V. M. sempre o que até hoje me tenho prezado de ser — filho dedicado e súdito reverente.

GASTÃO DE ORLEANS".

O Imperador deu-lhe alguma esperança e elle voltou à carga:

"Senhor. Acusando o recebimento da carta de V. M. datada de hoje, só me resta agradecer-lhe a prontidão com que V. M. me anuncia que submeterá meus desejos a seus conselheiros, e declarar que, no caso de achar exequível a minha aspiração, a posição que prefiro, mas não exijo, é a de comandante de artilharia do exército em operações sob as ordens do Marquez de Caxias (ou outro general em chefe).

Se eu não puder, nessas condições, ou em outras, reunir-me àquêle Exército, não tenciono conservar o comando geral da Arma de Artilharia — cargo que, exercido aqui, me parece sem efficácia, enquanto durar o estado de guerra.

Repito-me com todo respeito de V. M. filho e súdito dedicado

GASTÃO DE ORLEANS."

A carta era de 11 de outubro. O Conselho de Estado, porém, duas vezes reunido, concluiu pela negativa.

O Principe não se deu por vencido e endereçou a Paranaguá, ministro da Guerra, a seguinte carta:

"Petrópolis, 28 de janeiro de 1868.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Correm boatos, e têm achado éco em algumas folhas diárias, de que tenho repetido o meu pedido já por várias vezes feito, de prestar meus serviços no teatro da guerra.

Nestas circunstâncias julguei conveniente declarar a V. Excia., como ora faço, que se não tenho ultimamente dado passo nêsse sentido, tem sido unicamente porque nada me induz a crêr que tenha sido modificada a opinião do governo Imperial sobre esta questão; mas que confirmam inalterados meus sentimentos e desejos manifestados a êste respeito em outras ocasiões.

Deus guarde a V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Sr. Cons.^o Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra.

GASTÃO DE ORLEANS"

titui-lo convenientemente. Em tais circunstâncias, propuz a Você para este cargo, porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O Governo que pensa como eu a respeito de Você e que é preciso livrar, quanto antes, o Paraguai da presença de Lopez, julgou que se deve conceder a demissão de Caxias e nomear você”.

Gastão de Orleans, que tinha as honras de Marechal do exército brasileiro desde a data de seu casamento, por decreto especial assinado pelo então ministro da Guerra Henrique de Beaurepaire Rohan, estava até aquela data sem uma oportunidade para corresponder à gentileza do sogro, não se dispondo a merecer honras militares apenas por ser espôso da Princesa Imperial herdeira.

Sua nomeação, porém, para o comando em chefe das forças brasileiras em operações no Paraguai, surpreendera-o pela repentina mudança nas convicções do Governo a seu respeito.

Ele o conta:

“Fiz todo esforço possível para conseguir do Imperador que me permitisse acompanhar o exército que ia transpôr o Uruguai e invadir o território paraguaio. Foi debalde, assim como também o Governo Imperial sempre se negou a anuir aos instantes pedidos que em 1866, 1867 e 1868 sucessivamente formulei para ser autorizado a ir juntar-me ao exército que combatia no Paraguai, com qualquer posto que se me designasse.

Só em fim de fevereiro de 1869, achando-me em Petrópolis, fui repentinamente convidado por carta do Imperador a ir tomar o comando do exército paralisado depois das brilhantes vitórias do mês de dezembro anterior e da ocupação de Assunção”.

Isabel de Orleans tentou dissuadir o Imperador de tal projeto, escrevendo-lhe veemente carta em que as palavras, menos da razão que do coração, falavam alto como um grito dalma:

“Meu querido Papai:

Gaston chegou há três horas com a notícia de que Papai estava com um desejo seríssimo de que ele fôsse para a guerra. Pois será que Papai, que ama tanto a Constituição, queira impôr essa vontade aos Ministros, ou que estes sejam bastante fracos de caráter para que um dia digam branco e outro preto!? Teriam eles unânimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papai?!!! Por que não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor e os médicos lhe recomendaram os ares de Montevideu. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de Riograndenses? E é Papai que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crêr o que se lhe está asseverando?

Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, o senhor me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o torne cego!

Além disso Papai quer matar o meu Gaston! Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-se isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns ataques de cabeça que podem se curar, e além disso poderia ficar em Montevideu onde se dá bem; e seria o meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se cura? A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de Caxias. E agora que há cólera em Montevideu! O que Papai saberá é que se Gaston fôr para Assunção, para lá também irei com a minha Rosa, que compartilha bem minhas dores. Irei até ao fim do mundo com o meu Gaston.

Papai talvez faça idéia do que estou sofrendo, e por isso perdô-me se disse alguma inconveniência; queime a carta, mas conserve bem no seu espirito o que lhe digo.

Preciso desafogar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta de Paranhos. Podem vir outras coisas.

Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão súbita, quando agora só o que se tem que fazer é o papel de capitão do mato atrás de Lopez. Pois para dirigir Assunção (Papai mesmo me disse que não era o papel de Caxias o de ir ele mesmo atrás de Lopez) basta outra pessoa. Os Riograndenses constituem pequena parte do exército.

Adeus, Papai, perdô-me.

Petrópolis, 22 de fevereiro de 1869. — ISABEL."

E Gastão de Orleans, escrevendo por sua vez ao imperial sôgro, desculpava a espôsa: "Juntamente com esta receberá Vossa Majestade a queixa de Isabel. Ela esteve muito comovida, e eu não quis impedir êsse desabafo, que sempre pôs termo às lágrimas".

Protesto e lágrimas inúteis quanto a seus resultados, pois o Conde realmente partiu. E a "Campanha das Cordilheiras" foi o triunfo final.

Manifestára, por vezes, porém, o desejo de regressar. E o velho Paranhos, surpreendendo-lhe bem os sentimentos, escreveu na carta de 14 de fevereiro de 1870 a Cotegipe:

"Ou estamos todos imbecis. eu, General Câmara e muita outra gente, ou S. A. e os que o rodeiam padecem de alguma enfermidade que, pelo menos, é nostalgia".

E era mesmo. Felizmente em março a guerra teve término.

A recepção de regresso foi um delírio. As alegrias da Princesa não tinham limites, francamente compensada das saudades e inquietações que sofrera, durante a ausência do marido. Poderia tê-lo perdido vítima da guerra, especialmente da batalha do Campo Grande, onde sua salvação fôra um milagre.

O regresso triunfal do Príncipe oferecêra uma oportunidade para, en-
deusando a sua ação na guerra, diminuir os liberais o valor militar de

Caxias. As manifestações a Gastão de Orleans assumiram tais proporções que o cauteloso D. Pedro conveio em vê-lo afastado algum tempo do Brasil.

Escrevendo à irmã Margarida sobre o seu regresso ao Rio, disséra o Conde:

"Tu ne te fais pas l'idée de l'excitment qu'il y avait dans toute la ville de Rio. Pendant quatre soirées de suite, il n'y avait pas une maison que ne fut illuminée".

E aludindo às tranquilas ocupação de seu lar:

"Enfin tout cet enthousiasme s'est calmé et nous adous pu rester tranquilles chez nous où nous ne pensons pas à autre chose qu'à nous reposer et à élarguer et transplanter les arbres de notre jardin".

De viagem para a Europa, afinal, embarcaram os Condes d'Eu no "Douro" e teve Isabel, de passagem por Viena, a tristeza de assistir ao falecimento de sua única irmã, D. Leopoldina, que foi sepultada em Coburgo.

Da Inglaterra, para onde se tinham transferido, passaram à França, visitando incógnitos Paris, então sob o domínio revolucionário da Comuna. Apressaram o regresso ao Brasil através da Espanha e de Portugal, porque já havia o Imperador anunciado o desejo de excursionar pelo Velho Mundo, e mistér se fazia estar presente a Princesa para, em conformidade com as leis, assumir a regência em nome do Pai.

Ora, tendo terminado a Guerra do Paraguai, a campanha abolicionista, que vinha de longe, francamente deflagrou no Brasil.

Havia muito que, através dos fastos brasileiros, pontilhando-a do ouro bom e puro das idéias generosas em face do martírio aplicado à raça africana, considerada escrava em vez de irmã, vozes apostolares se erguiam em sua defesa, e o Brasil, antes mesmo da Inglaterra, dêsse modo fôra abolicionista.

Diz Oliveira Lima, rigoroso em datas: "Naquela regeneração do anglicanismo se deve ir buscar a nascente da corrente filantrópica que no final do século XVIII determinou o movimento abolicionista da escravidão encarnado em Clarkson (1760-1846) e Wilbeaforce (1759-1833) e cujo primeiro triunfo foi, em 1807, a extinção do tráfico que a Dinamarca proibira em 1802".

Já antes destas datas indicadas pelo inclito historiador, o Pe. Manoel Ribeiro Rocha, natural de Lisboa e domiciliado na Bahia, obtinha, a 18 de novembro de 1754, a última licença em Lisboa para a impressão de seu livro "Etiópe Resgatada", em que advogava a abolição da escravatura negra. Foi precursor, portanto, de Condorcet, que só aludiu à liberdade dos recém-nascidos em 1781, e do grande Clarkson, que só o fez em 1786.

O Pe. Ribeiro Rocha é uma voz portuguesa e nossa também.

Falava especialmente pelo Brasil, onde vivia, e em cujo solo, santificado pela pregação cristã e custodiado pelo Cruzeiro do Sul, a ignomínia do cativo assumia proporções de sacrilégio.

Foi o pioneiro da grande causa. Os interesses em choque em nosso país criaram, porém, ambiente propício à intervenção da Inglaterra na campanha repressiva do tráfico de escravos.

Os clamores vinham de longe. Ai estão tôdas as conspirações e revoltas desencadeadas no país com objetivos de independência, revoltas e conspirações immortalizadas pelo seu pensamento liberal quanto à sorte do escravo. Ai está o apêlo de José Bonifácio, o Patriarca, à 1ª Constituinte Brasileira, sobre a libertação do elemento servil. Intitulou-o "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil" e, dela, permitam-me que, a esmo, indique algumas considerações:

"He tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com hum trafico tão bárbaro e carniceiro; he tempo tambem que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós para que venhamos a formar em poucas gerações huma nação homogenea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitados e felizes".

"Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade.

Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos, e que he o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, transformado de *pessoa* a *cousa* na frase dos jurisconsultos? Não he, pois, o direito de propriedade, que querem defender; he o direito da força, pois que o homem, não podendo ser *cousa*, não pode ser objeto de propriedade".

— "Senhores, quando me perco nestas tristes considerações, quasi que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil hum dia regenerado e feliz, pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil".

E o art. 254 do anteprojeto da Constituição redigido por Antonio Carlos era a prova de que já no início da vida constitucional do país os brasileiros pensavam na sorte da raça escrava.

Se José Bonifácio vivesse no tempo da Princesa, ser-lhe-ia um colaborador certo e corajoso no conduzir à solução final a magna questão que fez de Isabel de Orleans, em 1871 e 1888, a figura primacial da cruzada de amparo aos pobres negros.

E não somente êle.

Estão aí, espalhadas pelas cintilantes páginas da História Brasileira, as vozes de sacerdotes, de poetas, de prosadores, de jornalistas e de parlamentares, unidos todos no mesmo anseio, correndo todos ao mesmo ideal: apagar a feia nódoa que fizera dizer aos argentinos desprezivelmente do Brasil "um país de escravos".

D. Isabel de Bragança e Orleans pertence a essa falange intrépida de abolicionistas.

Em começos de 1931 Antônio e Ernesto Ferreira França, deputados pela Bahia, apresentaram um projeto sobre considerarem-se emancipados

os escravos a serviço do país, enquanto os demais o seriam oportunamente. Não vingou, porém, tal idéia, abafada pelo medo dos demais representantes da nação.

Embora não tivessem tido resultado prático os dispositivos da lei de 7 de novembro de 1831, a de Eusébio de Queiroz representava o primeiro passo da campanha, apesar de muitas vezes frustrado seu objetivo pela criminosa ação de contrabandistas audazes. Ajudou-a na extinção do tráfico a lei Nabuco de Araujo de 5 de junho de 54, concentrando nos grandes centros o julgamento dos crimes referentes ao mesmo.

Atormentado pela péssima impressão que aos países sulamericanos (nações livres dignificadas pela abolição da escravatura em seus territórios, logo após a independência) causava a massa heterogênea de pretos minas, malês, congos, etc., que viviam no Brasil sob condição escrava, D. Pedro II trouxera de Uruguaiana o propósito de remediar aquele mal.

Por isso uma das preocupações do Gabinete de 3 de agosto de 66 fôra a abolição da escravatura.

O Conselho de Estado, de que então participavam as figuras brilhantes de Pimenta Bueno, Nabuco e de Paranhos, estudou a questão sob as insistências de Zacarias, desejoso de ultimá-la, que a submeteu à discussão sob triplice aspecto:

“1º — Convém abolir diretamente a escravidão?

2º — Quando deve ter lugar a abolição?

3º — Como, e com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?”

A 2 de abril de 67 o Conselho de Estado reuniu-se para recolher votos. Natural era divergissem eles.

Olinda, que mandara seu voto escrito, opunha-se à salvadora idéia.

Não, “uma só palavra que desse a perceber a idéia de emancipação, por mais adornada que ela seja, abre a porta a milhares de desgraças...”

Os publicistas e homens de Estado da Europa não concebem a situação dos países que têm escravidão. Para cá não servem suas idéias”, alegou.

Para ele a emancipação dever-se-ia fazer quando o número de alforrias e de mortes houvesse reduzido ao mínimo o lote de escravos do Brasil “sem maior abalo na agricultura e sem maior estremecimento nos senhores...”

Silva Paranhos, sem poder adivinhar a lei de 28 de setembro de 71 a que, com a Princesa Isabel de Orleans, tão prazerosamente ligou seu nome, respondeu com evasivas e reticências, achando prudente o adiamento...

Eusébio de Queiroz achou igualmente necessário o adiamento “para quando acabasse a guerra”, disse ele. Acayaba de Montezuma apoiava a sugestão de se considerarem *libertos* os filhos de escravos.

Limpo de Abreu, embora não fôsse de sentimentos escravagistas, opinava pelo adiamento.

Torres Homem, Nabuco, S. Vicente, Souza Franco e Couto Ferraz eram emancipacionistas.

Muritiba, fortemente contrário.

Na 2ª sessão parece estarem mais habituados ao assunto os srs. Conselheiros.

Domina o ambiente Acayaba de Montezuma, proclamando-se contra o adiamento:

“Se acaso se tratasse da medida radical, isto é, da abolição imediata e simultânea, concordaria, em que era mister esperar pela terminação da guerra; mas que tem a guerra com a medida de que ora se trata: a libertação dos que nasceram depois da lei, deixando por enquanto a escravatura atual na condição em que ela se acha?... O donativo feito por S. M. Imperial (D. Pedro oferecera 100 contos para a libertação dos escravos que houvessem servido na guerra do Paraguai) produziu efeito salutar e elétrico. Já não se acha a medida monstruosa. O que não será quando, aberta a discussão no seio da representação nacional, provar-se que essa medida é, não só religiosa e moral, mas também política e econômica? Proponho, portanto, que o governo se liberte do seu medo, provoque a discussão...”

Disposto a provocar essa discussão, Zacarias organiza a comissão de confecção do projeto a ser apresentado no Congresso: Souza Franco, mais tarde signatário substituindo-o Araujo Viana, Torres Homem e Nabuco de Araujo, êsse último na presidência; Pimenta Bueno, autor dos 5 projetos que tinham sido apresentados ao Conselho de Estado e mais ou menos reproduzidos da lei portuguesa de 24 de julho de 1856 sobre a emancipação dos escravos, assistiria às reuniões.

Apressando Nabuco de Araujo, escrevia-lhe o chefe do Conselho: “Eis-lhe em casa a prebenda do projeto ou dos projetos que a respeito da extinção da escravatura convém apresentar oportunamente às Câmaras. V. Exa. é o presidente da comissão e não podia deixar de sê-lo... Nada lhe direi sobre a urgência do trabalho, porque V. Exa. dispensa qualquer declaração minha nesse sentido”.

E, na fala do trono de 22 de maio de 1867, como escondida entre outras frases, a medo, a auspiciosa iniciativa se insinuava: “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”.

Foi um aturdimento no País a simples menção de que o trono pensava em abolição da escravatura. Quantas censuras à imprudência de Zacarias, ao próprio Imperador.

Tavares Bastos, porém, visceral abolitionista que já em 1863 publicara "Cartas do Solitário" sobre o problema servil, indignou-se com a forma velada de sua apresentação na fala do trono; na sessão de 10 de junho deste ano clamou: "Sou decididamente pela emancipação da escravatura, mas o que não faria nunca era, em uma questão social de tamanha gravidade, levantar vagamente, em um rápido período da *jala do trono*, esse grande problema, sem precisar os termos da sua solução, deixando pairar nos ares a desconfiança, uma desconfiança geral. Não, senhores, aqueles que bem compreendem os encargos que acarreta o governo de um povo não formulam tais questões sem acompanhá-las da fórmula que deve resolvê-las. Ora, o governo declarou por vêzes, na folha oficial, que não tem opinião formada, que não tem projeto elaborado. E' o que eu lamento".

A Câmara, apesar de apoiar o ministério, respondeu cautelosamente: "Merece decerto a consideração das Câmaras e do país a questão do elemento servil no império. Em ocasião oportuna, estando preparados com critério e prudência os meios de solvê-la, garantida a propriedade e protegida a agricultura, nossa primeira e quasi única indústria, então, Senhor, a Câmara poderá entrar no curial e aprofundado conhecimento de tão importante assunto".

E ficou resolvido no Conselho de Estado que a questão abolitionista seria resolvida após a guerra.

E o foi. Cabe-nos, todavia, o dever duma homenagem aos que, antes da lei do Ventre Livre, por ela se bateram denodadamente. Não esqueçamos, sobretudo, a Zacarias de Góes e Vasconcelos.

Ainda no Gabinete Itaboraí predominava o receio, conhecida a opinião do precatado conservador; "Não queiramos aluir de chôfre os fundamentos em que há três séculos se acha assentada a sociedade brasileira".

Acabada a Guerra do Paraguai, D. Pedro a 4 de maio reuniu os ministros declarando "que a questão se havia de resolver".

A 24 do mesmo um "decreto" tornava livres as crianças que nascessem filhas de escravas da fazenda imperial. O Imperador antecipava-se ao país.

A insistência do Imperador pela aprovação duma emenda de Nabuco de Araujo, ao projeto de orçamento, sobre consignação de 1.000 contos para a campanha da libertação, levou à demissão o Gabinete Itaboraí. O novo chefe, Pimenta Bueno, apesar de ser o mais indicado, renunciou antes de se abrirem as Câmaras, como que desejoso de tranquilidade para sua vida já avançada.

Paranhos foi convidado e aceitou. Organizado o novo Gabinete a 7 de março de 71 e posta no primeiro plano de seu programa a questão abolitionista, D. Pedro, que se não separava do chefe ministerial, e daí o dizerem que êle "namorava Rio Branco", encaminhou os trabalhos com otimismo e o levou a apreesntar ao Parlamento uma proposta sobre o elemento servil, cujo principal dispositivo era a libertação do ventre escravo.

Em seguida viajou para a Europa e se afirma que propositadamente para que a filha, futura Isabel I do Brasil, recolhesse, com a assinatura da lei do Ventre Livre, o primeiro pensamento de gratidão do povo brasileiro e, pois, seu primeiro penhor de afeto.

O casal d'Eu regressara em maio e a 20 a Princesa apresentou juramento no Senado, de acôrdo com o art. 127 da Constituição:

"Juro manter a religião católica apostólica romana, a integridade e indivisibilidade do Império; observar e fazer observar a Constituição política da nação brasileira e mais leis do Império, e prover ao bem do Brasil quanto em mim couber.

Juro fidelidade ao Imperador e entregar-lhe o governo, logo que cessar o seu impedimento".

O Visconde de Abaité presidiu a sessão da Assembléia Geral para a cerimônia. Lavrado o auto e assinado pela Princesa e demais pessoas, que o deviam, reboaram palmas, a que Isabel ligeiramente agradeceu. Ficara-lhe em casa o marido, magoado com a desconsideração de o quererem ter como um estranho, assistindo à solenidade duma tribuna do Senado e não ao lado da Princesa. Deveria estar preocupada e triste a boa esposa...

* * *

A tempestade que se desencadeou nas Câmaras, mal apresentada a proposta, foi tremenda.

Paulino de Souza, Ferreira Viana, Andrade Figueira, Rodrigo Silva e José de Alencar opuseram-se tenazmente à providencial medida.

Rio Branco pronunciou 21 discursos para sustentar o projeto.

D. Isabel, segundo o testemunho do Cons. João Alfredo, então ministro do Império, sempre se mostrou corajosa, animando os ministros e confiando na vitória.

Quando se processava a 2ª discussão do projeto em foco, Zacarias ergueu-se no Senado, exclamando:

"A emancipação é idéia do partido liberal; foi um governo liberal que chamou a atenção das Câmaras para essa medida; e, depois, incorporou-se o mesmo pensamento no seu programa".

E envolvendo Rio Branco em sua costumeira mordacidade:

"As potestades da terra também às vêzes usam de trocadilhos e, escolhendo para grandes causas homens de quem tanto se não esperava, sóem mudar-lhes os nomes e infundir-lhes desusado vigor.

Podem, por exemplo, dizer a um desses escolhidos: "Ês um rio e às tuas brancas águas entregarei a nau que leva os destinos da Corôa".

O Visconde do Rio Branco, claramente alvejado no engraçado trocadilho, após um sereno discurso de verdadeiro estadista, declarou: "Sou o primeiro, sr. presidente, a lamentar que as circunstâncias me colocassem nesta posição e que ao ministério, de que faço parte, coubesse a realização de tão grande idéia. Fôra, sem dúvida, mais feliz o país se tivesse à frente

do seu governo um atleta da força do nobre senador pela Bahia. Mas S. Exa. mesmo, teve a bondade de recordar-nos que, às vèzes, a Providência permite que pequenos e modestos instrumentos possam realizar maiores feitos que alterosos gênios”.

Esgrimiam as damasquinas espadas da ironia, rivais duma causa que a ambos apaixonara.

E, na chamada “sessão das flores”, 27 de setembro de 1871, véspera da assinatura da generosa lei, Zacarias votou contra. Estava no seu feitio. Era, porém, pirrônico, especialmente em face daquele invulgar entusiasmo que arrastava centenas de brasileiros de tôdas as classes às galerias, donde flores em profusão se despenhavam, num espetáculo sem precedentes de alegria e expansão.

Assistia a sessão o ministro americano que apanhou a êsma um punhado de flores no chão, dizendo a Rio Branco: — “Vou mandar estas flores para o meu país, para mostrar como aqui se fez uma lei que lá custou tanto sangue”.

Conta-nos o Visconde de Taunay em suas “Reminiscências” que, nesse dia 27, o povo apinhado dentro e fora do edifício no campo da Aclamação, saudou, doudejante de alegria, quantos haviam, com o seu voto ou sua palavra, concorrido para o grandioso resultado”.

Na manhã seguinte, 28 de setembro de 1871, Isabel de Bragança e Orleans sancionava o projeto de libertação do ventre escravo. A Lei do Ventre Livre fóra uma bela conquista daquela “democracia coroada”, como chamara Mitre ao império do Brasil.

Verdade era que a libertação do nascituro deixava ainda muito a de-sejar. “O filho da escrava ficava sob a autoridade do amo que o deveria sustentar até 8 anos. Com esta idade o senhor tinha o direito de optar pelos seus serviços até 21 anos, ou receber 600\$000 pagos pelo Estado em títulos de renda”. Era uma concessão ao despeito do proprietário. Impossível, porém, arranjar outro texto.

D. Pedro regressou da Europa em fins de março de 72 e logo a questão religiosa lhe empolgou as atenções. Isabel de Bragança e Orleans contribuiu para o remate final do rumoroso e delicado caso — a anistia de 17 de setembro de 75. Dissera firme ao Pai, prevendo a 2º regência, que se aproximava: “Pois o Papai fique certo de que se eu assumir a regência e o caso permanecer como está, anistiarei os bispos. Será o meu primeiro ato”.

Em março de 76, a 26, instalava-se a 2ª regência da Princesa. D. Pedro, saudoso da Europa, de seus sábios, de seus artistas, de seus poetas, retornara àquele segundo lar, espiritual e amigo.

Ao casal d’Eu nascera a 15 de outubro do passado ano em Petrópolis o príncipe do Grão-Pará. D. Pedro de Alcântara, Luiz, Felipe, Maria, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga.

D. Isabel despertara a enciumada censura da imprensa pela exigência de virem assistí-la o médico parisiense Dr. Depaul e a enfermeira Mme. Soyer.

Não ouvira, quanto a isso, conselhos nem reparos do Imperador e do próprio espôso, trancando-se numa teimosia bem feminina.

Embarcando os soberanos do Brasil para os Estados Unidos, ficava a Regente bem advertida do que esperava de seu governo o augusto Pai; fora êle um meticoloso em aconselhá-la:

“O que almejo é que os ministros se sucedam pela opinião da maioria da Câmara”; “Meu grande empenho é a liberdade das eleições”; “Tôda vigilância do governo é pouca”.

Foi uma regência curta, 1 ano apenas. Durante ela, D. Pedro deixou-a à vontade, nunca se referindo, nas cartas que lhe enviava, a qualquer assunto de administração.

Acostumava-a talvez a governar sòzinha, treinando-a para o 3º reinado...

Gastão de Orleans, por sua vez, nenhuma interferência, igualmente, apresentava.

A regência, aliás, lhe correrá pacífica sob as vistas tutelares do grande Caxias, que estabeleceu ministério a 25 de junho de 75.

De sua 2ª regência ficaram ao país os seguintes resultados: “a lei que regulamentou a reforma da legislação eleitoral, a concessão de garantias de juros às companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para o fabrico de açúcar de cana, além da criação ou reorganização das repartições de faróis, de hidrografia, de terras e colonização, da Escola de Minas, do Arquivo, de Biblioteca Nacional, do Museu, do Colégio Pedro II e das alfândegas e mesas de renda”.

A 26 de setembro de 77 regressou D. Pedro, finando-se a 2ª regência da Princesa.

Quatro meses depois nascia em Petrópolis, assistido igualmente pelo Dr. Depaul, expressamente vindo ao nosso país para isso, o Príncipe D. Luiz e Felipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga.

Em maio o casal d'Eu viajou novamente para a Europa e, em Paris, à rua Faisanderie, a 9 de agosto de 1880, presente ainda o Dr. Depaul, nasceu o Príncipe D. Antônio Gastão Felipe Francisco de Assis Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga.

Regressaram em dezembro dêsse mesmo ano.

Os três filhinhos, o ambiente festivo e amigo do Palácio Isabel, hoje Guanabara, a ternura do espôso, eis as preocupações de vulto de Isabel de Orleans quando a lei a deixava na doce paz de não ser regente; então o feitio pacífico e desambicioso de Isabel a isolava por completo da política. Era somente Mãe e espôsa.

Sua natural bondade trazia-lhe dependentes da generosa bolsa uma legião de pobres. A caridade da Família Imperial, D. Pedro à vanguarda dos esmoleres, ficou uma tradição. Tinham todos tendência para o sacrifício em proveito de outrem.

A Princesa recebia do Tesouro do Império 150:000\$000 (de dotação anual, donde se conclui que percebia mensalmente 12:500\$000. Tinha rendas fol-

folgadas para cumprir o sublime e grato dever de amparar aos desvalidos que lhe enxameavam em torno, despreocupada quanto aos filhos que, no advento republicano, percebiam as dotações de 12:000\$000 anuais (o primogênito) e 6:000\$000 anuais, cada, os dois restantes.

Multiplicavam-se igualmente em sua personalidade virtudes de grande fama, de trato social perfeito, seus salões abertos semanalmente para acolher o que o Império possuía de mais alto em política e de mais fino em nobreza, sem que ali faltasse lugar para os menos aquinhoados, porém. A todos igualmente demonstrava os primores de sua gentileza, sendo conhecido o episódio em que uma orgulhosa fidalga, o engenheiro negro André Rebouças e a Princesa Imperial tiveram os principais papéis um animado baile.

Era assim que se impunha ao respeito, à devoção e à confiança dos que a cercavam. Teve, por isso, amizades sólidas, de que foi modelar exemplo D. Amanda Paranaguá, esposa do estadista e poeta baiano, Franklin Dória, Barão de Loreto, amigo, por sua vez, do Imperador. O casal de Loreto acompanhou no exílio aos augustos imperantes "amigos certos na hora incerta".

Coerente com o puro cristianismo que professava, D. Isabel era uma convicta abolicionista. Intrigara com os ministros, estimulara-lhes a coragem na defesa da lei Rio Branco; tornara-se adepta da abolição total e por todos modos protegia escravos.

O quilombo do Leblon, a poucos passos da residência imperial, viveu sossegado porque a Princesa assim o quis.

Faz-nos Pedro Calmon numa linda página d'"O rei filósofo" curioso relato sobre o quilombo do Leblon: "No quilombo do Leblon havia negros fugidos. Por que a polícia não os dispersava? Porque pertencia aquilo a Seixas Magalhães, fornecedor de flores — magníficas camélias brancas — da Princesa Isabel.

Lá se juntaram uma vez, em festa ruidosa, Nabuco, Patrocínio, Brício Filho. À saída, João Clapp levantara vivas aos escravos fugidos. Coelho Bastos, chefe de polícia, pretendeu desafrontar a autoridade, acabando com o valhaçouto.

Mas Seixas Magalhães correria ao palácio Isabel, e logo a Princesa fôra falar ao pai, que perguntou a Cotegipe:

— Em que hora se deu o fato?

— Meia noite, Senhor.

E D. Pedro II, de fisionomia alegre: — Ninguém ouviu... estavam todos dormindo.

O presidente do conselho sorriu. Por isso as lindas flores do Leblon eram chamadas de "camélias do abolicionismo".

Em meados de 87, a Princesa, que com o marido e os filhos excursionava pela Itália, apressou o regresso ao Brasil, donde deveria ir, por sua

vez, a Europa, o Imperador, em busca de melhoras à sua saúde. Era a 3.^o regência de Isabel que ia começar.

A campanha abolicionista, até atingir a lei Saraiva — Cotegipe, atravessou fases de propaganda intensa, multiplicada quasi ao infinito em recursos: organizara-se a Sociedade Brasileira contra a escravidão — sob a direção de Joaquim Nabuco; estabelecera-se a Confederação Abolicionista; Sátiro Dias libertou os escravos do Ceará; Amazonas e Rio Grande do Sul imitaram a terra de Iracema; a imprensa abolicionista, guiada pela "Gazeta da Tarde", em cujas páginas a pena de José do Patrocínio punha verberações de chama, criara o "Quadro de honra" para os municípios que libertassem seus escravos; pelos quatro cantos do Brasil as ardentes estrofes de Castro Alves, morto prematuramente em 71, acordavam os écos, verberando o comércio infamante; Luiz Gama, filho duma negra livre de raça nagô, vendido pequenino pelo pai, mas ascendendo na sociedade pelo próprio esforço, era um látego vivo, vergastando a impiedade dos escravocratas; os comícios, as conferências, os artigos de imprensa aterrizavam o senhor de escravos, que tinha transformado suas moedas sonantes naquela fortuna viva, que sofria e que chorava; as cátedras, os púlpitos, a tribuna do Parlamento desferiam, vêzes muitas, a voz indignada e a eloquência incisiva dos arautos da liberdade.

Lindo movimento aquele em que se empolgou o coração do Brasil, produzindo a maior de suas vitórias, sem que lhe fôsse preciso passar pelos horrores duma guerra de secessão.

Já nessa época eram imensos os prejuízos dos fazendeiros, porque os escravos "apadrinhados" até pelas autoridades, fugiam às centenas, negando-se o exército a capturá-los, como era uso antes.

Nesse sentido o Clube Militar, sob inspiração de Deodoro da Fonseca, enviou à Princesa D. Isabel a seguinte petição:

"Senhora.

Os oficiais membros do Clube Militar pedem a Vossa Alteza Imperial vênha para dirigir ao governo imperial um pedido que é antes uma súplica.

Eles todos que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leais servidores de sua majestade o imperador e de sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições, que nos regem; eles, que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrifícios, esperam que o governo imperial não consinta que, — nos destacamentos do exército, que seguem para o interior com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, — os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

Por isso os membros do Clube Militar, em nome dos santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de sua majestade,

o imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de sangue, em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do exército sejam desviados de sua nobre missão".

Aquele antigo apêlo falava ainda na alma da Princesa.

Ela ansiava por fazer alguma coisa prática em prol dos escravos, mas esbarrava com a fria intransigência de Cotegipe, aconselhando-a a esperar a abertura das sessões parlamentares.

Aquele não era o chefe ministerial que convinha à situação do país no momento e à sua resolução de extinguir o cativeiro.

A Princesa se impacientava. Suas palavras o demonstram: "A questão da Abolição caminhava; suas idéias ganhavam-me cada vez mais. Não havia publicação que não lesse e cada vez mais me convencia de que era preciso fazer alguma coisa".

Cotegipe se inquietava com as iniciativas particulares de D. Isabel e que em cheio repercutiam no ambiente alerta, em expectativa, das províncias.

E' que em Petrópolis a Princesa realizava um animado programa de festas de toda ordem e listas de donativos com que redimisse o maior número possível de cativos.

Seus filhos editavam um jornalzinho, o "Correio Imperial", que era abolicionista e pregava abertamente suas convicções, espantando cada vez mais a Cotegipe que estranhava arriscasse a Princesa daquele modo a corôa...

Rendiam-lhe homenagens os infantis redatores. "Fada", chamavam-na em delicadas estrofes:

"Essa batalha preclara,
De flores de mil matizes,
Grandes venturas prepara
A sorte dos infelizes.

Com ardor é pelejada
Por uma fila de bravos
Sob os auspícios da Fada
Que se condói dos escravos.

Essa batalha de flores
E' também da liberdade.
Aos piedosos lutadores
Abençôa a Divindade".

Cotegipe afastou-se de D. Isabel censurando-a intimamente; suas relações com a Princesa eram apenas as solicitadas pelos negócios do mi-

“Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.

A Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo está convencida de que o maior embaraço ao desenvolvimento e prosperidade do país tem sido a escravidão. Há longo tempo que os legisladores, por meio de reformas parciais, e a imprensa, por meio da propaganda, preparam a lavoura para receber a reforma da transformação do trabalho.

Nenhum interesse reclama hoje a permanência do escravo como elemento de vida na economia de nossas indústrias.

A escravidão tem anulado o esforço e o sacrifício dos poderes públicos em favor da imigração e a ela se deve a lamentável circunstância de fugirem de nós os poderosos e inteligentes trabalhadores que a Europa envia anualmente à América.

A Assembléa Geral, mais do que a Assembléa de S. Paulo, conhece os grandes males, que, tanto sob o ponto de vista econômico como em referência aos costumes e desenvolvimento intelectual tem feito ao país a escravidão.

A Assembléa Provincial de S. Paulo, em vista do exposto, recorre ao patriotismo da Assembléa Geral, para pedir, em nome da civilização, uma lei decretando na sessão dêste ano a abolição imediata da escravidão em todo o império, abolição incondicional e sem cláusula de serviço.

Paço da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo, 13 de março de 1888. Sala das Comissões, 13 de março de 1888. *Rodrigo Lobato*”.

A 1.º de abril dêste mesmo ano comparecia Isabel à festa que em Petrópolis, no Palácio de Cristal, teria lugar para comemorar a abolição da escravatura na bela cidade serrana. Em companhia dos filhos mais velhos, fez ela entrega de 103 cartas de alforria, com a solidariedade da presença de ministros, inclusive João Alfredo, altas autoridades e destacados abolicionistas.

Jogava às claras para que nenhuma dúvida ficasse sobre suas intenções.

No dia 3 de maio de 1888 D. Isabel, abrindo as sessões parlamentares, pronunciou significativo discurso, frisando:

“A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por tôdas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.

Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente cooperar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições”.

A Princesa Isabel, delirantemente aclamada, no Senado, foi acolhida, ao sair, por u’a multidão embriagada de alegria que lhe erguia vivas atirando-lhe flores e agitando lenços.

Seguiu-se a apresentação da proposta no dia 8 de maio pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva.

Leu êle, perante a Câmara:

"Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação:

— Venho em nome de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1.º) É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2.) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1888. *Rodrigo A. da Silva.*"

Palmas prolongadas cobriram as últimas palavras do ministro.

Assomando à tribuna, Joaquim Nabuco, um dos baluartes do abolicionismo, propôs se formasse uma comissão de 5 membros para apresentar parecer sobre a proposta.

Compuseram-na êle, Afonso Celso Junior, Duarte de Azevedo, Gonçalves Ferreira e Alfredo Corrêa.

Pouco depois, Duarte de Azevedo lia o parecer da comissão: "Não era mais possível retardar nem um só momento a longa aspiração do povo brasileiro", asseverava êle; e por unanimidade a proposta foi aceita, pedindo-se urgência na votação, motivo por que foi logo incluída na ordem do dia.

No dia 10 a Câmara a aprovava por 83 votos contra 9, sendo logo remetida do Senado.

Foi na sessão de 12 de maio que o barão de Cotegipe pronunciou o notável discurso em que alertava os brasileiros para os males que poderiam advir de tal medida, afirmando, tal se adivinhasse o futuro da monarquia.

"As grandes manifestações de entusiasmo em todos os tempos nunca foram permanentes, ou muito duradouras; e os homens práticos sabem, as lições da história o demonstram, que muitas vezes o triunfador de hoje é a vítima de amanhã.

Voltava Cromwell da expedição da Irlanda vitorioso. Saltava em Bristol e um de seus ajudantes de ordens dizia-lhe:

— Veja V. Excia que multidão para aplaudí-lo em seu triunfo. Êle respondeu-lhe de modo brusco:

— Seria muito maior se me fôsse ver enforcar.

Isso prova que nem sempre devemos confiar na opinião do momento.

Submetida a 3 discussões no Senado, foi igualmente aprovada na manhã de 13, um domingo, por 43 votos contra 6.

Paulino de Souza, que sempre se opusera à abolição total e sem indenização, pronunciou incisivo discurso estranhando a debandada, para os arraiais abolicionistas, de colegas que pouco antes eram adversários severos da medida que se ia votar, asseverando ter cumprido seu dever, coerente consigo mesmo. A lembrança, porém, de que a Princesa Regente viera de Petrópolis, tão certa estava da vitória do projeto, para o sancionar, perorou fidalgamente:

"São tantas as impaciências que não posso deixar de concluir e sem demora, tanto mais quanto, Sr. Presidente, é sabido e tôdas as folhas que li esta manhã dão notícia, que Sua Alteza, a Sereníssima Senhora Imperial

Regente desceu de Petrópolis e a uma hora estará no Paço da Cidade à espera da deputação desta Casa afim de sancionar e imediatamente promulgar a Lei que V. Excia. acaba de submeter à deliberação do Senado. Quanto me permitiram as circunstâncias, cumpri meu dever como senador. Agora vou cumprir meu dever de cavalheiro não fazendo esperar uma senhora de tão alta jerarquia; e se assinalo o fato, é para, a todo o tempo, ser memorado nos anais do nosso regimen parlamentar”.

O senador Dantas, buscando desfazer a impressão que os dois discursos, do barão de Cotegipe e de Paulino de Souza, tinham provocado, ergueu-se e, de seu belo discurso, uma frase sacudiu as galerias num indescritivel entusiasmo:

“As reformas liberais não podem, portanto, ser um perigo no Brasil. Elas serão, sim, o complemento, o remate, a consequência natural do passo que estamos dando; e, se nossas instituições se vissem ameaçadas peio que estamos fazendo, eu diria: mais vale, Sr. Presidente, cingir uma corôa por algumas horas, por alguns dias, contanto que se tenha a imensa fortuna de presidir à existência de um povo e com êle colaborar para uma lei como esta, que vai tirar da escravidão a tantas criaturas humanas, do que possuir essa mesma corôa por longos e dilatados anos, com a condição de conservar e sustentar a maldita instituição do cativo”.

Marcada a cerimônia para as 3 horas da tarde, verdadeira multidão estacionou nas imediações do Paço da Cidade, acolhendo, com as mais exuberantes provas de alegria, a vitória da gloriosa jornada de luz, que abria os olhos, para o sol da liberdade, sempre amada e nunca devidamente enaltecida, a uma raça infeliz, vítima do erro secular de Gil Eanes de Lagoa e Antônio Gonçalves.

Ac ser-lhe entregue o pergaminho em que estava exarada a Lei, com razão chamada — *Aurea* — a Princesa, ao lado da qual estava o Conde d’Eu, pronunciou pequeno discurso:

“Seria hoje o dia mais feliz de minha vida se não fôsse saber estar meu Pai enfermo. Deus permitirá que êle nos volte para tornar-se, como sempre, tão útil à nossa Pátria”...

Curvou-se em lágrimas a assinar a lei n.º 3.353 com uma caneta de ouro, cravejada de pedras preciosas, oferta do povo brasileiro aquela que, naquele momento, 3 horas e 15 minutos do dia 13 de maio de 1888, conquistava o maior título de toda a sua vida: a Redentora.

Lizia o decreto da emancipação:

“A Princesa Imperial, Regente em nome de Sua Magestade o Imperador, o senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Artigo 1.º — E’ declarada extinta, desde a a data desta Lei, a escravidão no Brasil;

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e exe-

cução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 — 67.º da Independência e do Império. (a.) Princesa Imperial Regente. (a.) *Rodrigo A. da Silva.*"

Das mãos de José de Seixas Magalhães recebeu a Princesa uma braçada de camélias alvíssimas, as flores simbólicas do Leblon.

José do Patrocínio, o grande tribuno abolicionista, caiu-lhe aos pés, enotando lágrimas de alegria, e, entrecortando a frase: "Oh, meu Deus! Já não há mais escravos em minha terra!"

Joaquim Nabuco apreciou da tribuna da Câmara o memorável evento:

"A geração atual não conheceu jamais uma tão pujante emoção. Para encontrarmos uma semelhante, é preciso ascender até aquela que sentiram nossos pais pela proclamação da Independência. Para nós, brasileiros, 1888 será uma data mais considerável que 1789 para a França.

Para nós é, literalmente, uma nova pátria que começa".

Há de haver porém, nos mais intensos lances da vida, uma nota qualquer a travar-lhe a emoção, o natural — dobrar sobre si mesmo — para ouvir a voz da alma atristurada ou vibrante da alegria de ser feliz.

A vitória duma causa! Como se deveria sentir venturosa a Princesa!

Mas D. Pedro em Milão era como um ser quasi inerte às mãos dos médicos. Peora a sensivelmente, acreditando muitos que não mais voltaria ao Brasil...

Numa tregua do sofrimento telegrafara à Princesa: "Abraço a Redentora. Seu pai Pedro".

Voltou, porém, um dia...

Que teria salvo D. Pedro?

A vontade forte superposta às misérias físicas? A ciência de Charcot e Mota Maia? As orações ungidas de lágrimas da Princesa e da Imperatriz? O mau fado de regressar ao Brasil, para ser banido 15 meses depois?

Isabel, cheia de filial alegria, viu-o, enfim, pisar de novo o chão pátrio a 22 de agosto, em meio à maior sagração popular.

Foi-lhe oferecido rico album com a Apoteose Abolicionista manuscrita por André Rebouças, uma saudação ao Imperador e uma homenagem à Princesa:

"Quem disse o Fiat?

Ela, a Filha Predileta. Foi Ela, Mulher, quem venceu o crime; quem lebelou o erro; quem extinguiu o parasitismo; quem reuniu milhões de homnes, simultaneamente, vítimas e algozes". "Todos livres, todos iguais, todos irmãos, tal é a doutrina do Redentor dos Redentores".

Em contrário dos conselhos médicos, D. Pedro quis logo ser investido de suas funções para não parecer um inválido, vivendo às custas do país.

Estava encerrada a projeção política de Isabel no Brasil. Regressava prazerosamente às lides domésticas, afirmando o Conde d'Eu: "É um grande alívio para Isabel e para mim ver afastada essa combinação que, por outro lado, não poderia efetivar-se sem o voto das Câmaras".

Ao encerrar as sessões parlamentares em setembro, João Alfredo leu a fala do trono em que se destacava a afirmativa imperial sobre a abolição "cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os meus sofrimentos físicos".

Fico muito contente que a lei de 13 de maio tivesse essa última sanção", disse a Princesa Imperial ao ter conhecimento da fala do trono.

Quando transcorria o 17.º aniversário da lei do Ventre Livre fizeram-lhe entrega, em grande solenidade na Capela Imperial, da "rosa de ouro", que o Papa Leão XIII lhe ofertava em reconhecimento aos seus altos dotes cristãos, explicando o sentido da homenagem, em eloquente oração, o bispo do Pará.

Valia interpretada a oferta. Honrava os sentimentos católicos da Princesa e distinguia o país que pela voz do governo, a pronunciar-se contra a execução de bulas não placitadas numa infeliz questão religiosa, parecera querer sobrepôr a autoridade civil à do Pontífice; sobretudo era para a Princesa como um troféu: ganhara-a numa grande revolução social, irmanando a população do Brasil. De ouro puro, a rosa era a síntese, ainda, de sua virtude perene, de sua consciência límpida, de seu caráter forte e imutável.

Em 7 de setembro de 89, comemorando-se mais um aniversário da Independência, perante D. Pedro e a Princesa Imperial o Visconde de Taunay, em nome do Instituto Histórico, pronunciou um belo discurso de apologia ao trono e em que o mais ingênuo otimismo reponta aqui e ali:

"Hoje — novo leão de Androcles — caminha o Brasil a passos largos e seguros, e de certo a gratidão, quando não outros sentimentos mais calculados e menos impressionistas, jamais consentirá que ele se volte, sanguinário e temeroso, contra aqueles, cujas mãos amigas e suaves lhe extirparam o doloroso e fatal acúleo para lhe dar vida nobre, serena, digna, cheia de altiva expansão e pujante de magestática fôrça".

Eram os últimos aplausos.

Dêles igualmente participara o genial Carlos Gomes numa oferenda significativa à Princesa Imperial, ainda Regente, no dia de seu aniversário natalício: sua ópera "Lo Schiavo" — "essa apoteose musical e lírica da Abolição", no dizer de Sílio Boccanera Junior.

A carta é um hino de glória à Redentora:

"Senhora.

Digne-se Vossa Alteza acolher este drama, no qual um brasileiro tentou representar o nobre caráter de um indígena escravizado. Na memorável data de 13 de maio, em prol de muitos semelhantes ao protagonista deste drama, Vossa Alteza, com ânimo gentil e patriótico, teve a glória de transmudar o cativo em eterna alegria de liberdade.

Assim, a palavra *escravo*, no Brasil, pertence simplesmente à legenda do passado.

E', pois, em sinal de profunda gratidão e homenagem que, como artista brasileiro, tenho a subida honra de dedicar este meu trabalho à Excelsa Princesa, em quem o Brasil reverencia o mesmo culto espírito, a mesma grandeza d'ânimo de D. Pedro II, e eu a mesma generosa proteção que me glorio de haver recebido do Augusto Pai de Vossa Alteza Imperial.

Hoje, 29 de julho, dia em que o Brasil saúda o aniversário da Augusta Regente, levo aos pés de Vossa Alteza este *Escravo*, talvez tão pobre como os milhares de outros que abençoam a Vossa Alteza na mesma efusão de reconhecimento com que sou. — De Vossa Alteza Imperial, súdito fiel e reverente. — *A. Carlos Gomes.*"

— Quando, na consciência perturbada do país, se calaram os ecos daquelas vozes justiceiras, e suas tradições políticas desapareceram tragadas nos vórtices do vendaval republicano, que u'a mocidade alheia às glórias imperiais soprava, auxiliada por uma dezena de homens de meia idade, cegos pela ingratidão, o rancor ou a indiferença, a Princesa Imperial conheceu a amargura do desamparo, do exílio, da saudade!

Animosa em meio à apatia em que a surpresa mergulhara o Imperador, instara, juntamente com o Conde d'Eu, para a convocação do Conselho de Estado, tentando alguma providência.

Tudo embalde, porém! A República se implantara em poucas horas sob o pasmo e passividade da população, incapaz de compreender porque baniam o velho e manso Imperador.

Era o carro triunfal de Túlía, atropelando o velho Pai e inaugurando a Via Scelerada.

Aristides Lobo pintou a impressão que o povo lhe ofereceu pelo advento da República:

"O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada".

Isabel escreveu uma despedida tocante do país:

"E' com o coração partido de dôr que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amo, e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos".

O 3.º Reinado passava a um lindo sonho, que fiéis monarquistas haviam alimentado, crendo-se em compromisso moral para com aquela que o 13 de maio alçara à condição de heroína e mártir.

A maioria era contrária ao 3.º Império e os sentimentos de justiça e humanidade destacavam nela uma grande porção que opinava ser preciso esperar a morte do Imperador para então proclamar-se a República.

O Conde d'Eu, se tivera o seu momento de glória ao regressar do Paraguai, nunca realmente lograra simpatias-baluartes, dedicações inabaláveis. Era, ao contrário, aos olhos daqueles exaltados republicanos um re-

presentante da monarquia que a Revolução de 1848 ajudara a sepultar na França e que não deveria continuar no Brasil. Reconheciam todos que, nesse particular, o acôrdo entre os republicanos era ponto vencido.

José Avelino, em suas "Cartas do Rio", traça magistralmente a posição do espôso da Princesa perante o trono brasileiro: "O que era possível fazer para conquistar o título de brasileiro, êle o fez: regulamentos, projetos de lei para melhor organização do Exército e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliotecas, colônias orfanológicas para a infância desamparada; tudo, enfim, quanto podia falar à gratidão das massas mais desprotegidas da sorte, ou às diversas classes da sociedade, êle planeou ou executou na maior parte. Tudo era inútil; a sua surdez, a sua incorreção de trajes, a desórden de seus gestos, a frase gritada e travada de *rr* ásperos, a falta de esplendor nos seus palácios, a ausência de ações grandisas e brilhantes, certo tom pretensioso no modo de tratar com os homens públicos, a sua posição, aliás natural de conselheiro da Princesa, recebida em todos os círculos como uma intervenção intrusa, eis aí os verdadeiros óbices a qualquer tentativa de 3º Reinado, mesmo no tempo da monarquia. Por todos êsses motivos, o Conde d'Eu jamais conseguiu ser brasileiro; foi sempre para todos — o Francês."

Já no manifesto de junho de 89, Saldanha Marinho clamava: "Sim ou não pela Monarquia. O Paço ou o Povo. O Conde d'Eu ou a liberdade; a indignidade ou o amor da Pátria".

Os motivos se haviam acumulado e, entre os do primeiro plano, a Abolição; D. Pedro, ao saber que fôra feita sem indenização aos proprietários, dissera que, se estivesse presente, talvez as cousas se passassem de outro modo. Era partidário da abolição gradual com indenização, não porque considerasse o escravo uma *cousa, objeto de propriedade*, mas porque o senhor do escravo dispendera de seu bolso para o adquirir e para o manter.

A Princesa pensára também nisso. Disséra mesmo a João Alfredo: "Veja se há um meio de contentar os fazendeiros. Êles queixam-se tanto..." Nada se fez, todavia.

Dum ou doutro modo, os fazendeiros nunca perdoariam à monarquia tê-los privado daquela segura fonte de trabalho e de riqueza.

E Isabel de Orleans, com razão cognominada "A Redentora", voltando definitivamente à Europa, deveria ter evocado a tremenda profecia de Cotegipe ao lhe perguntar, meio brincalhona, meio vingativa, aludindo aos últimos sucessos de 88:

— Ganhei ou não?

— Ganhou a partida, mas perdeu o trôno —, respondêra-lhe Cotegipe.

Evocaria igualmente o conselho do marido, ao qual confidenciára em 88 estar disposta a assinar o projeto de libertação dos escravos, discutido então no Parlamento: "Não assine, Isabel; é o fim da monarquia". E sua resposta de legítima rainha: "Assiná-lo-ei, Gaston. Se agora o não fizer, talvez nunca mais tenhamos oportunidade tão propícia".

Su'alma, delicada e nobre, certamente lamentava mais a perda do lar, que formára com carinho. Asseverou no exílio a Princesa que, para obter o que obteve, sacrificaria de novo o trôno. E se afirma que, à hora de ir para bordo, ao passar pela mesa de Sévres em que havia assinado a Lei Áurea, parou, dizendo:

— “Se nos expulsam, a mim e a minha família, pelo que assinei aqui, repostas as cousas como dantes, hoje eu tornaria a escrever o meu nome sem vacilação”.

E a André Rebouças, voluntariamente exilado com a Família Imperial e que lamentava, a bordo, não terem sabido os brasileiros corresponder à dedicação da Princesa, respondeu ela: “E’ verdade, doutor. Mas se ainda um escravo existisse em terras do meu Brasil, eu providenciaria para que o libertassem”.

Era desprendimento, idealismo, solidariedade humana.

Em casa do Duque de Montpensier, em São Lucar de Barrameda, na Espanha, onde se hospedaram após o desembarque em Portugal e pequena estada em Lisboa, o tema predileto da Princesa era a sua vida no Brasil. Evocava-o a cada instante, sentida e saudosa.

A tristeza, já calcada em motivos tão fortes, ensombrou-lhe ainda mais a fronte: vira enlouquecer nessa viagem de expatriamento o primogênito da desditosa D. Leopoldina, D. Pedro Augusto. E já em terra potuense, no Grande Hotel, — quando Portugal festejava com estrépito a coroação de D. Carlos I (que antes houvesse tido o destino de Pedro II, do Brasil) finárase a Imperatriz, confessando a D. Maria Isabel, baroneza de Japurá, morrer mais de dôr e de desgosto que de moléstia.

A Princesa que, ao saber de seu melindroso estado de saúde, partira rumo ao Porto, não chegou a tempo de lhe assistir a agonia.

E mais se achegou ao Pai, envolvendo-o em sua ternura de tôdas as horas, seguindo-o por tôda parte.

D. Pedro tinha o pudor de seus sentimentos, que sempre desejou bem trancados à curiosidade bisbilhoteira ou à indiferença impiedosa. Sômente os poucos íntimos, que o cercavam, souberam os momentos em que aquela dôr silenciosa, olhos enxutos e fronte serena, rompera os diques duma reclusão forçada, inundando-lhe de lágrimas o rosto amargurado, a barba patriarcal.

Quase um ano depois — quando as viagens, as simples excursões, as visitas a bibliotecas e museus, as conferências e leituras, a dedicação da família e a sua grande força d’alma atenuaram a mágua de perder a amada companheira, D. Pedro reunia alguns migos em casa do Conde de Nioac, em París, num jantar íntimo. Estavam presentes o Cons. Lafaiete Pereira, os barões de Muritiba, o Visconde de Ouro Preto e o filho, o Dr. Paula Lima, o Conde de Nioac e a filha.

A Princesa Imperial representava também ali ao Conde d’Eu, que permanecera em Versalhes com os filhos.

E uma palestra cheia de pitoresco se desenrolou:

— Assistiu ontem à conferência de Jacinto Loyson sobre a reforma da Igreja? (perguntou D. Pedro ao Conde de Afonso Celso). Escapou-me o respectivo anúncio, senão teria ido”.

Vibraram em D. Isabel os sentimentos católicos e ela, em protesto:

— Oh, Papai, pois o Sr. iria ouvir um padre perjuro, o qual, sobre profanar votos sacramentais, levanta-se agora contra a comunhão religiosa de que fez parte?!...

— Que tem isto? (respondeu-lhe elle). O ex-padre Jacinto pretende regenerar e não demolir a Igreja. Escutá-lo não importa aderir à sua propaganda. E' mesmo meio de poder combatê-lo melhor, com pleno conhecimento de causa. Demais é um homem inteligente, orador célebre, instruído, animado de fé.

Querem saber de uma cousa? (E para animar a reunião) A mim não se me daria de ouvir o próprio diabo, se elle se propusesse a realizar conferências públicas”.

E a Princesa, definitivamente escandalizada:

— “Oh, Papai!”

— Sim, senhora, o diabo em pessoa... Devia ser sumamente curioso, mórmemente sobre revoluções”.

Todos acharam graça e a Princesa capitulou, rindo-se também.

Aquele Pai! Como o amava no santuário de su'alma! Como sabia ser espirituoso e fino! Aludira certa vez ao poder pessoal, de que tanto o tinham acusado no Brasil, dizendo:

— Sob o ponto de vista individual, ao se tratar da revolução, lucrei imensamente. Sou hoje mais livre. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades, à lei das minhas inclinações, sem despertar críticas, nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio, movo-me desembaraçadamente”... “Vivo numa ociosidade absoluta, exercendo genuíno poder pessoal, pois realizo quanto me apraz. Já vêem que, particularmente, ganhei com a mudança”.

Acompanhava-lhe D. Isabel, enternecidamente, as ingênuas esperanças de ser ainda lembrado pelos Brasileiros:

— “Se me chamarem, estou pronto. Seguirei no mesmo instante, e contentíssimo, visto ser útil ainda à nossa terra. Mas se me chamarem espontaneamente, notem. Puseram-me para fora... Tornarei se se convencerem de que cumpre-me tornar. Conspirar, jamais. Não se coaduna com a minha índole, o meu caráter, os meus precedentes. Seria a negação da minha vida inteira. Nem autorizo ninguém a conspirar em meu nome e no dos meus. Ao povo brasileiro assiste pleno direito de se governar como julgar mais acertado”.

Ela, era bem êle, aquela fortaleza de ânimo, aquele vigoroso roble moral, erecto e impávido ante a fúria dos elementos, nunca se lhe curvando, num gesto de humilhação, a fronte precocemente encanecida, nem se lhe trairdo, nas reviravoltas dos sucessos, a convicção dum dever ou a consciência dum direito.

Como se pareciam êles! Lembrava-se com filial orgulho, da resposta do Imperador a 15 de novembro de 89 ante o alvitre, formulado por alguns, de se falar ao Marechal Deodoro: "De minha parte, não!", acudira D. Pedro. E do vexame que igualmente sentira naquele momento e que a fizera explodir, num ímpeto: "Não!"

Pai e filha, duas almas de múltiplas afinidades, que a mesma desgraça conduzira a se estreitarem mais.

Antígene piedosa a acompanhar-lhe os desamparados passos, viu-o um dia diminuir a marcha e buscar, num repouso definitivo, o esquecimento de tudo.

Era a 5 de dezembro de 1891. No quarto n. 18 do Hotel Bedford, em Paris, ela, trêmula e soluçante, ajoelhou-se a oscular pela última vez a mão que os frios da morte tornavam já insensível: evolava-se para as supremas regiões da eterna paz, onde não há ingratidões nem injustiças, a alma do grande Imperador do Brasil.

O século XIX, em que se projetou a sua invulgar personalidade, sob muitos primas apreciável, deveria ser chamado pelos brasileiros — o século de Pedro II. E a História do Brasil deveria venerá-lo sob ajustado cognome: Pedro II, o Grande. O futuro, porém, lhe fará justiça.

Perdido mais aquele incomparável afeto, Isabel de Orleans voltou-se inteiramente para o espôso e os filhos, jamais se esquecendo, porém, do Brasil, de sua gente, de seu futuro. Sua correspondência para o Brasil era vuitosa e, sempre que lhe vinha uma oportunidade, provava ter no pensamento a Pátria longínqua.

A Santos Dumont, salvo por milagre no acidente de seu balão n. 5, que concorria ao prêmio Deutsch, a 13 de julho de 1901, mandou ela um convite para ir contar-lhe as peripécias de seu glorioso vôo e lhe disse, após escutá-lo:

"Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o vôo dos nossos grandes pássaros do Brasil.

Oxalá possa o senhor tirar do seu propulsor o partido que aqueles tiraram das próprias asas, e triunfar, para glória da nossa querida pátria".

E a 1º de agosto madáva-lhe expressivo presente, com uma carta:

"1º de agosto de 1901.

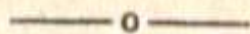
Senhor Santos Dumont.

Envio-lhe uma medalha de São Benedito, que protege contra accidentes.

Aceite-a e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no pescoço.

Ofereço-lh'a pensando na sua boa mãe e pedindo a Deus que lhe socorra sempre e lhe ajude a trabalhar para a glória da nossa pátria.

ISABEL, Condessa d'Eu."



Em sua casa de Boulogne-sur-Seine, os filhos de Isabel de Orleans cresceram, e emigraram, andorinhas viajoras, a destinos diferentes:

D. Pedro de Alcântara alcançou o grau de capitão numa escola militar da Áustria. Desejando casar-se morganaticamente, renunciou aos seus direitos de herdeiro do trôno brasileiro na pessoa de seu irmão D. Luiz, em Cannes, a 30 de outubro de 1908. Casou-se em Versalhes a 14 de novembro do mesmo ano com D. Maria Elisabete Adelaide, Condessa Dobrzensky de Dobrzenicz.

D. Luiz, detentor, por desistência do irmão, dos direitos ao trôno imperial brasileiro, casou-se a 4 de novembro daquele mesmo ano com D. Maria Pia Clara Ana de Bourbon, Princesa das Duas Sicílias. Dêse casamento nasceu D. Pedro Henrique, Príncipe Imperial herdeiro, em Boulogne-sur-Seine a 13 de setembro de 1909.

D. Luiz foi, especialmente, um intelectual, com ampla atividade no jornalismo e na literatura, a várias obras ligando seu nome e sendo distinguido pela Academia Francesa e pela Sociedade de Geografia de França, que o premiaram.

Não casára D. Antônio.

Dai a mais algum tempo, imitando ao pai, que de Vitor Hugo aprendera "A arte de ser avô", Isabel de Orleans revia-se desvanecida nos filhos de seus filhos: 6 netinhos palravam, contentes de viver, consolando-a de se lhe diminuir a vida que, entretanto, continuaria neles.

Em 1914, instalada já em seu confortável palácio, que foi chamado o "Castelo d'Eu", Isabel presenciava a irrupção da Primeira Grande Guerra.

Quase septuagenária, desenvolve ela incomum atividade em serviços de enfermagem nos subúrbios de Abbeville, ou "tomando ao seu encargo todas as despesas com a manutenção das cozinhas econômicas instaladas para a pobreza da cidade".

Serviram na guerra os dois filhos mais moços da Princesa; e quando, já celebrado o armistício, deixavam-se todos embalar na alegria da paz, sofre Isabel pungente golpe: morria-lhe a 29 de novembro de 1918 o filho D. Antônio, vítima dum desastre de aviação em Edmonton. Capitão do Regimento "Royal Canadian Dragoons", conquistára, pelo seu valor militar e seus ousados vôos sobre zonas inimigas no serviço geral de comunicações, a "Military Cross", oferecendo-lhe o governo francês a "Croix de Guerre" em homenagem póstuma.

Pouco depois, D. Luiz, que Isabel em 1908 chamára, na carta em que comunicara os casamentos dos filhos aos membros do Diretório Monarquís-

ta "meu sucessor no trôno do Brasil", sucumbia igualmente, de moléstia contriída nos pântanos gelados do Yser durante a guerra.

Bem sabia ela que não tardaria a acompanhá-los naquela definitiva jornada. As forças, com o aumentar da idade, se lhe alquebravam, embora o privilegiado espírito se mantivesse lúcido e atento ao que lhe errava em tórno.

Tendo o Dr. Francisco Valadares, deputado por Minas Gerais, apresentado na sessão legislativa de 1920 o projeto de revogação do banimento da Família Imperial e transladação dos despojos dos magnânicos Imperadores para o Brasil, ela se dirigiu àquela deputado, significando-lhe sua gratidão.

Deveria fazê-la cair em pesarosa cisma a evocação daquele injusto banimento: a imperatriz que a medo buscava saber se não poderiam acabar, caladinhos, os seus dias em Petrópolis, dois velhinhos que tanto amavam ao Brasil.

Seu coração de filha se compungira, vendo-a chorosa e aflita numa lamentação sem fim, mal aportára a Lisboa:

— Mas que mal fizemos nós àquela gente para nos tratarem assim?...

... Não sei realmente que crime pratiquei contra aquele povo, que amo tanto! E depois, de modo inesperado! Ignorava que nos odiassem... Sou tão amiga do Brasil! Não esquecerei nunca... Tenho tido imensas saudades de tudo, de todos. Eu quisera acabar meus dias no Brasil..."

Morrêra de dôr pouco tempo depois.

E o ancião que, em presença, contára a Afonso Celso o seu mais sério dissabor no 15 de novembro:

"A história me fará justiça — eis a minha fé consoladora.

Atribuíram-me frases que não proferi, atos que não pratiquei. Aceitei os acontecimentos, sereno e resignado. Uma cousa única me incomodou deveras: o aparato da força desenrolada em torno ao paço da cidade; soldados a pé e a cavalo, guardando tôdas as portas, apontando para mim e para minha família armas ameaçadoras, como se fôssemos réus e capazes de nos evadir. Pois não bastava, para segurança dêles, a minha palavra?"

Enfim! voltariam a dormir eterno sono em solo pátrio, trocando D. Pedro o travesseirinho de terra brasileira pelo amplo abraço da Terra Mãe que o vira partir exilado e só o recolheria morto ao seio amoroso!

Que a brisa do Brasil soprasse mais cariciosa, as paisagens suavisassem suas tintas e o céu de azul cristal espelhasse a limpidez daquelas duas almas santas, que voltariam ao Brasil rondando as imponderáveis cinzas, auscultando a emoção dos descendentes de 89, felizes ambos de reconhecerem neles o respeito, a veneração e o agradecimento pelas benesses múltiplas da luminosa trajetória de suas vidas nas vidas de seus antepassados!

Parecia que Isabel de Orleans esperava apenas aquele dia de justiça à memória de seus Pais.

No ano seguinte, 1921 uma segunda-feira- a 14 de novembro, o Castelo d'Eu trajava luto pesado.

Prostrada por uma congestão pulmonar contraída durante um passeio de carro pelos arredores de seu palácio, finára-se Isabel de Orleans, assistida pelo carinho da família e da numerosa colônia brasileira em Paris.

No Brasil, sua definitiva mansão tumular, ouvirá su'alma imortal a prece de fervor e perdão que o coração brasileiro lhe alçará, perturbado ante a visão retrospectiva de seu martirizante exílio.

Hoje, centenário de nascimento da Princesa Isabel, o Brasil, agradecido e sensibilizado, genuflecte ante o vulto heróico, promovendo-lhe solenes homenagens.

E o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia delas participa, atendendo a duas primaciais finalidades: recorda às gerações do presente um perfil de mulher, em que as virtudes pátrias e domésticas se multiplicaram em milagrosa harmonia e perfeito equilíbrio; exalça-lhe a ação no cenário do 2º Império, apreciando-lhe as realizações que tornaram o Brasil "uma nova pátria", como acentuou Joaquim Nabuco.

Foi uma paladina que a justiça duma grande causa armou — do mesmo modo que aos cavaleiros medievais — de aço, o aço puro da intrepidez, do desprendimento, do sacrifício.

Sobretudo ao nosso espírito enlevado de sua visão magnífica, ela é como essas aparições serenas e irradiantes, a que alude a Bíblia, vindas de Deus à terra a cumprir alguma celestial missão: um anjo.

E o povo brasileiro assim também a compreendeu e apelidou: — "Anjo do Brasil"!

Síntese Histórica da Escravidão no Brasil

Entre as primeiras formas de criações sociais efetuadas pelas civilizações mais primitivas apresenta-se a antiquíssima escravidão, e não nos referimos somente à negra, essa tão conhecida, decantada e combatida no Brasil. Evidentemente temos em vista perene tendência humana de exploração do semelhante acobertada pelas determinações do direito, porquanto se preferirmos conceituá-la como simples abuso explorador do homem sobre o homem, poderemos afirmar, sem nenhuma originalidade, que alguma coisa de permanente e em nossos dias, então formidável.

Abandonemos as conceituações da moderna escravidão por impositivos de ordem econômica, com a aparente liberdade que a cerca, e tratemos daquela com foros de legalidade.

Vamos encontrar, como informa um dos mais abalizados expositores da escola histórico-cultural, A. Lemonnyer, já na Civilização Primária, no tipo da Pequena Cultura tipicamente matriarcal e entregue à agricultura, a escravidão por dívidas. (1) Essa tendência e uso generalizar-se-ia a ponto de, na Civilização Terciária, aparecer distintamente na hierarquia social o lugar próprio do escravo.

Inauguram-se, então, as velhas civilizações históricas com aquele legado. O antigo Egito conheceu, a Assíria incrementou, a Persia e a Índia cultivaram-na. A Grécia chegava a justificá-la pelo sapientíssimo Aristóteles, quando dizia ser o escravo "uma propriedade que vive, um instrumento que é homem, semelhante, em tudo, aos animais domésticos", ainda que, adiante, acrescentasse: os senhores são livres tão somente de corpo ao passo que os outros o são pelo espírito". A mascula Roma chegou a legislar, e as expressões que os Institutos empregam são precisamente o resultado de velhíssimas tradições através da heroica civilização romana. Quando os legisladores escrevem que a escravidão é uma "constitutio juris gentium quae homini dominio alieno subjicitur contra naturam", dando assim um aspecto jurídico àquele instituto, ratificavam o que já era costume desde os tempos mais antigos de Roma. Vestígios não faltam na Lex Duodecim Tabularum.

Vem a escravidão, pois, desde aquelas remotas eras até esboroar-se ante o cristianismo. Ao fixar-se o princípio cristão surge como consequência a sua morte, perdendo todos os foros jurídicos, porquanto morais nunca, a rigor, os teve. E' a época então, do servo, na Idade Média, do homem que cultiva a terra e dela aufere, também, ao produzir para o proprietário. O trabalho é dignificação, já não envergonha as classes livres, mau grado continuasse o preconceito antigo, larvadamente, entre os nobres, entregues só à vida militar e às vezes administrativa.

E assim escoia a Idade Média, com essa profunda tendência cristã dignificante do trabalho, com a teimosa inclinação da alta classe em desviá-la em parte, e com a enorme massa de trabalhadores livres e grantidos pelas suas corporações. Componezes, operários urbanos, assinam contratos com os senhores, discutem bases, estabelecem-se direitos e no fim do século XIV e pelo XV, sobretudo na Inglaterra, diz o insuspeito (em questão de Idade Média) Karl Marx a maioria da população compunha-se "de camponezes livres e economicamente independentes", porquanto "em todos os países da Europa a produção feudal se caracterizava pela divisão do solo entre o maior número de ocupantes" (2), uma vez que, demonstra-o grande número de historiadores, e sobretudo um Josef Kulischer, "não havia apenas "senhores e servos", havia também camponezes livres", e isso desde a era carolingia, formando mesmo "o nucleo e a grande maioria da população". (3)

Com a Idade Moderna e consequentemente diante da forte reserva de tradição cristã tornou-se impossível voltar às velhas fórmulas clássicas. Mau grado o desejo de retorno, a verdadeira mania que sacudiu o Renascimento, o instituto da escravidão não reaparece completo. De qualquer forma foi uma vitória daquela tendência, porquanto a instituição surge, novamente. Já, agora, a questão racial tem forte influência e os homens de raça branca são considerados isentos, na civilização cristã do estigma escravocrata, legal.

O europeu não vacila ante a reserva da tradição que o obstava, e vai se valer do vasto celeiro africano, onde milhões de negros eram, na realidade, uma promissora fonte de comércio. E definitivamente iniciam-se os transportes para o continente civilizado.

Avançam na vanguarda aqueles fortes portugueses das épocas marítimas, homens temerários, rústicos, aventureiros, verdadeiro plasma do renascimento. Porque, fanfarrona Camões;

"Cesse tudo o que a Musa antiga canta;
Que outro valor mais alto se alevanta".

E já em 1443 João de Barros nas "Decadas," lembra Arthur Neiva, "conta que em 8 de agosto daquele ano, Lançarote, escudeiro do Infante, punha a leilão 235 africanos". (4) João Ribeiro baseado em certos fatos

aponta o ano de 1442 como àquele em que os africanos, escravizados, lavram sol europeu. Camilo relata em "Cousas leves e pesadas", no capítulo "Portugal há 400 anos", firmando-se em documentos antigos a visita que a este país fizeram uns estrangeiros por volta de 1466. Lembra então que, convidados pelo rei a escolher uma dádiva, manifestaram-se por dois negros, ao mesmo tempo da explicação do irmão do monarca esclarecendo a vulgaridade do "objeto", porquanto em Africa possulam estrepitos donde vinham muitos deles.

E é formidável Euclides quem escreve: "E' certo que o consórcio afrolusitano era velho, anteior mesmo ao descobrimento (do Brasil), porque se consumara desde o século XV com os azenegues e jalofos de Gil Vicente e Antão Gonçalves". (5)

O eruditissimo historiador Taunay aponta que de 1450 a 1455 entravam regularmente em Lisboa de 700 a 800 negros, anualmente, Euclides diz mesmo que Lisboa de 1530 tinha para mais de dez mil negros, Evora u'a massa africana superior numericamente aos brancos, e o alastramento era geral, Razão muito mesmo, a Garcia Rezende quando precisando tais acontecimentos escrevia:

"Vemos no reyno metter
Tantos captivos crescer
Que, se assim for, serão mais
Elles que nós, a meu ver."

Fica assim, demonstrado, que a própria escravidão negra não é originalidade na América; nós a incorporamos com a massa das tradições que nos trouxeram os colonizadores. Antes, no entanto, de se iniciarem as fartas remessas de negros para o Brasil tentou-se, aqui, a utilização do amerindio com as lamentáveis consequências tão conhecidas. Resultado deste fracasso e das exigências do trabalho agrícola é a lembrança dos colonizadores daquele elemento que já no reino era popular e aproveitado.

Inicia-se o tráfico. "A importação começou desde o estabelecimento das capitâneas", diz Capistrano (6); em 1542, positiva Roquete Pinto quando donatário pernambucano solicitava da corte "mercê de lhe dar licença e maneira de haver alguns escravos de Guiné" (7); em 1548, "quando se iniciou o tráfico", categoriza o historiador Calmon (8). Enfim, datas, e começa, então a avalanche humana. São levados e levados milhares de negros que entram permanentemente na colônia. Mau grado as pretensões dos colonos sobre os amerindios que não se extinguiram cedo, a torrente negra cada vez mais se avolumava.

Além disso o negócio era redoso. Fundam-se companhias exploradoras, e a Companhia Portuguesa do Cacheu e Negócios de Pretos chegava a fazer acôrdo com interessados na compra dos negros, como aquêles com as autori-

dades castelhanas para o período 1693 a 1703, vendendo a carga por tonelada, ao preço médio de três peças da Índia por cada, ou mais ou menos cento e cinquenta cruzados, ensina o mestre Affonso d'E. Taunay. (9)

Faziam verdadeiras listas de preços mostrando-se, a respeito, os portugueses, mais generosos que os franceses e hesponhóis com a sua tabela das Antilhas. Tudo estava previsto, até as crianças de peito que iam de quebra, informa o grande historiador brasileiro. Mas nem só os portugueses fizeram o tráfico; as naus estrangeiras eram mesmo em maior número. Holandeses, hesponhóis, franceses e sobretudo ingleses animavam o comércio.

"William Hawkins foi quem visitou as costas da Guiné, organizando aí o tráfico de negros escravos em benefício da Inglaterra, no reino de Isabel — tráfico este que foi monopolizado por muito tempo por seu país". (10)

Os tumbeiros cruzavam o Atlântico com a sua carga valiosa, porém miserável. Eram centenas de negros jogados uns sobre os outros, em condições anormalíssimas, em ambientes incapazes para o grande número de pessoas, a fazer uma travessia das mais difíceis e longas. Felizes os que alcançavam a terra de exílio, ainda poderiam viver, porquanto grande número agonizava durante o trânsito, estertorava e sucubia naqueles compartimentos infectos e inadequados. Junte-se a esse fato natural do transporte rústico, o tratamento da tripulação, às mais das vezes bárbaro como se entretivessem com feras. Culminou, então, a selvageria nas épocas da repres-
são ao tráfico no século XIX, na segunda metade, em que perseguidos os tumbeiros eram os negros presos a correntes e açoutados no oceano onde submergiam para sempre, levando o segredo nefando da nau que os conduzia e salvaguardando-a da implacável punição dos repressores.

Continuemos, todavia, a observar o fenómeno, deixando que continue Castro Alves e seus seguidores ainda com as melhores palavras de protesto.

O número de tumbeiros era regulado e as embarcações precisavam de uma ordem especial afim de empreender a viagem. Durante muito tempo mesmo esse número foi severamente observado e mínimo, passando depois ao desregramento. Enquanto nos fins do século XVII e primeiros anos do XVIII os tumbeiros que partiam e chegavam à Bahia nunca iam além de dez a doze anuais, como se constará pesquisando do volume XXVIII ao XXXII dos "Docs. Hists.", para citar a estes, unicamente, em 1781 Cairú aponta na média de cinquenta embarcações empregadas no tráfico. Havia, já, plena liberdade, desde 1756, (11) não obstante mesmo antes dessa data um anônimo autor do "Notre Dame de L'Epine de France" escreveu que "em princípio do século XVIII a frota traficante da Bahia compreendia 220 bergantins realizando duas viagens anuais em termo médio." (12)

Escusado salientar que a autoridade lusa sempre intervinha quando havia desequilíbrio. Assim, depois de tais desregramentos sempre sucedia certa limitação, precisamente afim de que "os traficantes mais ricos não esmagassem a concorrência dos armadores menores". (13) A restrição

não diminuía, sequer, a massa que chegava. Havia meios especiais de suprimento: ou aumento de capacidade dos bergantins ou o contrabando. De definitivo é que cerca de duzentos até mesmo seiscentos africanos, em cada tumbeiro, beirando estes ou não a classe dos quinhentos, como apontava Calogeras, determinavam o largo coeficiente negro na vida do Brasil.

Chegados esses africanos começava a ativa fase comercial e fiscal. Eram funcionários tomando relações numéricas para efeito de capitação, e sobretudo naqueles que deveriam seguir para as Minas Gerais, que pagando de inácio 3\$500 por cabeça, subiu a 4\$500 atingindo mesmo de 1760 a 1765 a 9\$000 sobre aqueles que da Bahia foram despachados.

Vastos armazens recebiam a carga à espera dos arrematantes. Longas filas de negros com tangas exibiam-se perto do cais onde geralmente se procediam as negociações. No Rio de Janeiro os trapiches do Valongo eram o ponto onde se ultimavam os detalhes comerciais. (14) Ainda neste mesmo Rio os ciganos entregavam-se ativamente a tal negócio havendo-os até abastados. No começo do século XIX, diz Athanase Gendrin velhas ciganas percorriam "les rues de la ville, ayant quarente a cinquante nègres, regres-ses et enfants lège de huit à quinze pour les vendre." Sobre este comércio feito por ciganos, no Rio refere-se acremente Gabert, e sobretudo Waloh, que esteve entre nós em 1828, quando escreveu: "Quando um carregamento de escravos chega ao Brasil, é geralmente adquirido por atacados e depois vendido a varejo por uns sujeitos ali designados por ciganos", etc. (15)

Alinhavam-se os negros, faziam-se arremates e estava concluída a operação. Vinha agora o deslocamento para as fazendas, engenhos ou minas, prescindindo aclimatação, porquanto já havia sido tratado previamente, mesmo nas colônias de Africa. O luso "aclimava-o, antes de o vender".

Lá, eram comprados por quinquilharias, buzios, ferro, panos, farinha, e já pelos séculos XVII e XIX sobretudo pelo fumo. Se ainda em princípios do XVII os navios negreiros que iam a Angola tocavam no Rio onde recebiam farinha "por ali se achar mais barato", e que seria permutada por escravos e marfim (16); em princípios do século XIX já é Von Martins quem informa a ida do fumo de Cachoeira em grandes fardos para a Europa e em fardos de 10 a 12 libras para a costa d'Africa afim de se adquirir negros para a lavoura. (17)

Aqui, o preço era outro. Gandavo afirmava em 1570 que podia "um por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados" (18); mas o tempo do amigo de Camões passou bem depressa e os preços subiam vertiginosamente. Quarenta, oitenta, cem, duzentos e mesmo trezentos mil réis passou a custar um negro. No seu tempo Fernand Denis apontava de 128 a 144 mil réis; Taunay ensina que um bom negro congo para a enxada ia pelos duzentos mil réis no século XIX, mais ou menos duzentas arrobas de café, uma pequena safra. Felício dos Santos, baseando-se numa exposição de José Costa Souza Rabelo à corôa, informa que os melhores, lá pelo século XVIII,

melados e fins, custavam nos portos de cem a cento e vinte mil réis a cujo valor juntando-se as despesas de direitos e sustento, ia sair cada negro de cento e oitenta a duzentas oitavas de ouro em pó; isto é, de 216\$000 a 240\$000, que segundo o costume creolário deviam ser pagos em duas prestações com o prazo máximo de dois anos.

Diga-se mesmo que, eram raras as compras à vista em mãos dos revendedores. Existiam os arrematantes de lotes inteiros que se entregavam, em seguida, à venda dos africanos aos senhores, mineradores, etc. Era clássica em Minas, nas regiões de mineração, a figura do "comboeiro", aquele que trazia o negro e o vendia a varejo. Nestas vendas a prazo, então, os lucros judaicos associavam-se. O anônimo autor dos "Dialogos" refere-se ao caso de um mercador que havendo comprado um lote de negros da Guiné o revendeu no mesmo momento "a um lavrador, fiados, por certo tempo que não chegava a um ano, com mais de 85 por cento de avanço". Poucos eram, assim, os arrematantes, os compradores diretos, e o problema apresentava-se tão sério e continuaria com tal vigor que, em 1800 grande número de agricultores pernambucanos protestaram energicamente perante as autoridades contra o monopólio que alguns faziam daquela operação, porquanto, alegavam, "todas as leis atacam a existência deste fraudulento comércio não duvidando chamar-lhe verdadeira peste da Sociedade". (20)

O preço elevado poderia decorrer da pouca oferta, apesar do número de africanos que chegava. Quando do "rush" da lavoura, uma vez que os mineradores arrastavam todos os melhores negros para as suas minas oferecendo os melhores preços. O visconde de Sabugosa, vice-rei, em 1730 escrevia ao monarca luso quanto aos efeitos das minas, e sobre os escravos acentuava que seu alto preço era um dos males causados por aquela exploração. (21) Mas não significava que o tráfico não satisfizesse. E' caso esporádico o que aponta no Pará, Manoel Barata, quando afirma que de 1778 a 1792 entravam naquela capitania não mais de 7.600 escravos. Havia negros suficientes, o que não existia era a possibilidade dos senhores pagar o que ofereciam os mineradores, e daí a corrida e mesmo acúmulo em Minas.

Essa corrida, diga-se, procurou-se obstar. As cuidadosas autoridades metropolitanas movimentaram-se e a 8 de agosto de 1703, o 33.º governador-geral do Brasil, Rodrigo da Costa, comentava a ordem do rei proibindo a emigração de negros para as minas dizendo: "A lei dos negros é justíssima, e se se guardar tão inviolavelmente, como sua magestade ordena, nem lhe hão de faltar os quintos, nem se perderá o Estado do Brasil que nas suas lavouras se acharam sempre as maiores, e melhores minas, de que Portugal se enriquece, e na conservação delas consiste toda a felicidade do nosso Reino, e deste Estado", etc. (22)

Mas a situação complicou-se, e as infrações aos dispositivos feitas por aqueles que demandavam o sul com sua escravaria criaram um ambiente de repressão desagradável. E assim, a 27 de fevereiro de 1711 intervêm nova-

mente as autoridades com a ordem em que el-rei consentia a ida dos escravos às minas, exceção feita, para os agregados dos engenhos, havendo, no entanto; permissão para os que não satisfizessem as necessidades do trabalho requerido pela cultura açucareira. (23)

Nos fins do século XVII e início do XVIII começa a fase da mineração e o efeito sobre o rumo da corrente negra é tal que em 1734, — tão poucos anos e naquela época, — eram encontrados em Minas nunca menos de oitenta mil escravos, informa o grande historiador Taunay.

A controversia sobre o número de negros entrados no Brasil é realmente penosa. Há quem aponte, como Pedro Calmon, um total de seis milhões; outros mais moderados não vão além de dois milhões. mas, para se fazer uma ligeira idéa, registre-se o cálculo de Ronald de Carvalho admitindo que a massa escravizada em meados do século XIX orçava por quinhentos mil contos. (24) Ora, se ainda nessa data mais ou menos estabelecida, depois de três séculos de tráfico, atingia aquela cifra, no valor, enorme para a época, medite-se qual não foi a totalidade negra aqui chegada de 1548 a 1850, legalmente.

Na verdade é difícil a fixação. Primeiro porque não houve um controle preciso no número de negros mesmo nos tempos coloniais, mau grado a captação; segundo porque sempre no Brasil foi uma realidade, em qualquer setor, o contrabando. De qualquer forma a quantidade foi imensa. Chegava até para Cook, no Rio, estabelecer a proporção de um branco para dezesseite negros, e na Bahia Frezier diz Pedro Calmon calcular a média de dezenove pretos para um branco.

A massa negra era enorme tão grande mesmo que o cativo era comum. Todos o possuíam, até mendigos chegavam a pedir esmolas de rede nos ombros de escravos.... (25)

* * *

Chegavam os negros ao Brasil. Eram bantus, congos, guinês, minas, haussás, etc. e lá se iam para os seus destinos. A massa bantu docil, acomodada, resistente, foi aquela que se destinou à lavoura aos engenhos, às minas, satisfazendo ao trabalho maravilhosamente. (Pedro Calmon, Hist. Soc. Brasil, II) .. Daí a sua fantástica proporção no extremo nordeste, caracteristicamente de pequena estatura, tronco possante, membros curtos, "(v. Bastos de Avila), deselegante mas fortemente adequada às exigências.

Na Bahia predominava o elemento sudanês, o aristocrata guiné. atléticos, inteligentes, hábeis, sempre revoltados contra a situação, e representando o que havia de melhor entre os negros traficados elementos que, aponta Gilberto Freyre, "abrilhantou e enriqueceu de modo todo especial a Bahia."

No Brasil terminava sua adaptação já ligeiramente iniciada. O africano aqui, de um modo geral, veio a achar-se melhor que em sua própria terra.

Lá, a existência dos "sobas" significava um domínio muito mais brutal, fantásticamente mais rigoroso que o praticado entre nós, verdadeira "escravidão policiada e preparatória da liberdade" — escreve um grande autor. E continuava, justificando o rigor com que se procedia contra os escravos, apontando a severíssima forma de tratamento dos pais para com os próprios filhos, realidade por toda a vida colonial e mesmo imperial brasileira.

A vida do negro aqui, pode-se afirmar, veio melhorar na sua maioria, as suas próprias condições. E quanto ao bom tratamento que lhes era dispensado, — coerentemente com a sua posição de escravo e justificativa acima assinalada, — não há mais dúvida entre grande número de historiadores, sociólogos brasileiros e viajantes estrangeiros.

É um Afonso d'E. Taunay quem afirma que "viviam os negros no Brasil muito mais bem tratados que os das colônias francesas e britânicas". (26) É Pedro Calmon que a reconhece "amena e integrativa" (27) e o próprio Gilberto Freyre, em nossos dias um dos maiores defensores dos escravos, confessa "a doçura maior do português em relação à gente de côr", indo mesmo a afirmar "que a política portuguesa no Brasil sempre foi, neste ponto, mais humana que a inglesa ou francesa nas Antilhas". John Mawe nos primeiros anos do século XIX escrevia: "Cette race melheureuse est ici traité avec une bonté et une humanité que leur bonne conduite mérite", etc. (28). É o ilustre botânico francês Saint-Hilaire quem afirma categórico: "É sabido, aliás, que os habitantes do Brasil tratam geralmente os escravos com muita brandura". (29) É o notável Antonil quando registrava no início do século XVIII que no Brasil era comum referir-se que "para o escravo são necessários três PPP, a saber, pão não e panno", anula-se na página seguinte quando escreve: "Costumão alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si," etc. (30).

Ora, este simples fato denuncia facilidade incompatível com um regime de tratamento absurdo. Mas o melhor reservamos agora, com os alvarás que passamos a citar, onde se previne contra algumas excessões brutais.

A 20 de março de 1658 el-rei escrevia ao governador de Pernambuco ordenando que nas devassas gerais que se iam efetuar, se informassem dos senhores que tratavam mal dos seus escravos. A 23 do mesmo mês e ano a ordem era reforçada e especificava que no caso de tratamento cruel ao cativo, este deveria ser obrigatoriamente vendido a quem os tratasse de maneiras mais cristãs. Confessamos que a 23 de fevereiro de 1689 essas regulamentações eram revogadas, a conselho do governador-geral, porquanto, esclarecia el-rei, "resultariam grandes inconvenientes a meu serviço e a conservação dessas Conquistas". Mas passa por definitivo a ordem da rainha, a 24 de julho de 1704 em que se determinava o sustento e tratamento conveniente do escravo pelo senhor, sendo punidos "com aquelas penas condignas à sua culpa no caso contrário". (Docs. no Extr. do vol. XXVIII dos Anais da Bibl. Nac.). Complete-se com este documento importante,

citado por G. Freyre, datado de 1789, 3 de janeiro, onde sua majestade estabelecia que os negros e pardos não deviam ser oprimidos e logicamente nem muito favorecidos.

Basta de provas. Concluimos com dois exemplos frisantes. O primeiro na pessoa do ten-cel. Paula Barbosa, abastado fazendeiro fluminense, da baixada, no segundo império. Precedendo ao 13 de maio, o ilustre brasileiro libertou seus muitos escravos, e "os negros alforriados, escreve Lamego Filho, já gozando anteriormente de regalias de verdadeiros colonos, ofereceram espontaneamente a Paula Barbosa "um ano de trabalho gratuito, em reconhecimento pelo bom cativo que tiveram". (31) O segundo é o eloquentíssimo da antiga província do Ceará, que iniciando desde janeiro de 1883 a libertar os seus escravos, por força de notável campanha anti-escravocrata que a empolgou, conclui a 25 de março de 1884 a libertação dos últimos cativos "existentes no território da província". (32)

Valem como exemplos brilhantes, como prova de convergência espantosa de reflexos esparsos da bondade brasileira.

A vida brasileira está plena de inveteradas branduras. O negro não seria a vítima de opressores tirânicos. Exigiu-se do escravo forçava-se quando faltava, mesmo rústicamente. E muito lógico uma vez que legal era a propriedade e rústico e brutal, em suma, quase tudo naquele Brasil de ontem. O africano plasma-se em nossa civilização naturalmente sem aquelas tremendas situações muitas vezes idealizadas. Encontrava aqui um ambiente propício à sua idiossincrasia, nessa terra quente, de hábitos doces e quebrantados. Lembrava-lhe a amolecida e longinqua Africa. E o Brasil agiu tanto sobre o negro afastando-o do seu continente que, enquanto os dos Estados Unidos depois da abolição apressam-se em fundar a Liberia nas suas plagas africanas, os daqui radicam-se entre nós, continuam conosco na obra da civilização para a qual também contribuíram.

Noticia Histórica da Vila de Baixa Grande

Por DEOLINDO AMORIM

(Artigo no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 26 de setembro de 1937, revisado e anotado pelo autor.

A história de um povo apresenta dois aspectos: 1.º) os fatos com a sua abundância de expressão histórica, encadeados pela sequência cronológica; 2.º) — a preponderância do elemento nacional confirmada pela obra por ele produzida dentro da história. Para se conhecer o papel do autochthone através da história, é necessário desagregá-lo dos fatores que provocaram os primeiros acontecimentos e estudá-lo ao lado dos fatores próprios, espontâneos em cada quadrante onde ele atuou na vida nacional. Sob o ponto de vista puramente histórico, sem cogitações particulares de ordem geográfica ou sociológica, o passado de uma nação está resumido nos anais políticos e nos embates guerreiros. Mas uma história não é um amontoado de braços ou uma galeria de trofeus, porque os povos não têm a guerra como condição única de sua existência. Uma história é o retrato de um povo e, por isso, deixa de ser um relicário apenas de feitos heróicos, para ser uma afirmação de trabalho e ideal. É a verdadeira história nacional, desajudada do braço alienígena. Mesmo quando um povo, na sua iniciação histórica, é absorvido pelas lutas, pelo trabalho de reação com que ordinariamente se inauguram as nacionalidades, a feição nacional da história está sendo preparada para além do teatro das batalhas pelo trabalho, pelo amor à terra, pelas reivindicações locais, pelos movimentos políticos e por tudo, enfim, que denote atividade espiritual. As guerras são uma modalidade sedida da história geral. Os povos menos belicosos e os mais cultores do pacifismo, quando não as premeditam, são a elas levados. E um povo que abriu a sua história empenhado em guerras, dificilmente percebe a ação decisiva do elemento nacional fóra deste aspecto: as guerras trazem ao elemento nacional adormecido, as primeiras dosagens do seu caldeamento com o estrangeiro que

o vem despertar para a luta. E nos lances gigantescos, na derrota ou no triunfo, aparece sempre a dramaticidade dos cenários imortais. A história surge, mas o elemento alienígena está presente na sua formação. Nenhuma história pode apresentar um cunho nativista enroupado de pureza, porque nenhum povo processou a sua formação em isolamento, isento da influência ou da cooperação estranha. Toda história sempre se inicia pela colonização, pelas guerras de conquista, pelas explorações ou pelas incursões de pirataria, muito frequentes na época dos descobrimentos. É a inevitável infiltração estrangeira. Não é o fenómeno da história porque já é uma tendência comum na vida dos povos: nem sempre um povo se revela por si mesmo e por isso é necessário que outro povo venha, ou por cubica, ou por espírito guerreiro, fazer a sua aparição. E quando a história organizada foge a essa regra, por falta de documentação, de vestígios positivos, a própria organização da sociedade humana demonstra a influência mútua entre os povos desde épocas imemorais. Mas o sentido nacional de cada história reside nos acontecimentos em que decide e atua o nativo pelo esforço espontâneo. Ordinariamente a obra do nativo é muda, quando a nacionalidade tem batismo na disputa entre raças litigantes. No Brasil, por exemplo, as lutas de conquista e reação no litoral, se ofereceram ao aborigene oportunidade para um cometimento hercúleo, retardaram grandemente a verdadeira história criada por ele. O sulco brasileiro fora do litoral onde se desenrolavam as guerras, representa uma história com fatores próprios, com toda feição nacional. Mas, só a história regional, com detalhes avulsos, com exemplos variados, pode fazer uma coordenação de fatos voluntários que produzam a história que o elemento nacional espiritualizou. Ora o Brasil sendo um dos mais vastos países do mundo, o seu descobrimento não foi total, o seu povoamento foi incompleto por deficiência de condições. Faltou, portanto, um ritmo de uniformidade à sua formação histórica porque, enquanto a população, do litoral abriu uma civilização com a guerra abatendo lanças de invasores ou rompendo assedio de piratas, a população do interior venceu a barbarie e erigiu uma outra civilização. Eis, pois, o que se precisa conhecer da história nacional. Cultura histórica não é — em se tratando, especialmente, de um país de formação heterogenea como o Brasil — o conhecimento invariável dos episódios militares ou das narrativas fantásticas, porque é de necessidade resaltar a posição do elemento nacional, investigar se ele foi, no decorrer de toda a história, um agente dinamico ou neutro. Quando se estuda, profundamente, a história de um povo, não há maior decepção do que lobrigar entre os fatos o elemento nacional representando no corpo da nacionalidade um fator francamente neutro e passivo. Mas, para estímulo da própria cultura histórica, tão despresada presentemente entre nós, o elemento nacional do Brasil fez história e construiu a nacionalidade. A história brasileira, apressada realmente no litoral pela assistência do elemento estrangeiro, não se preparou à revelia de

braço nativo. Foi, com êle, muito longe dos campos de luta, que nasceu a história no interior do Brasil.

A falta de história regional no Brasil importa numa grande lacuna. E' na história regional que fixamos destacadamente o elemento nacional. A nossa história particularizou-se depois da sua feição geral, porque "*no Brasil, cada Estado tem a sua história*" já o dissemos em artigo no "Jornal do Comércio" e se bem que uma coisa sabida, o fato revela a atuação esparsa, sob uma orientação menos homogênea, que teve o autochthone na história nacional. Regiões houve no Brasil que se ligaram diretamente a grandes acontecimentos nacionais por força de sua situação geográfica; outras tiveram notável influência política e cultural pela incentivação de fatores locais; ainda outras conheceram fenômenos sociológicos que determinaram a sua celebridade. Mas há regiões que, por circunstâncias naturais, se tornaram alheias á evolução da nacionalidade e por isso aparentemente estão arredias da nossa formação histórica. Entretanto esse estado de isolamento não é uma estagnação espiritual porque a própria história local é um índice de idealismo, de atividade e, muitas vezes, de um civismo tão forte como o que tem impulsionado os nossos maiores movimentos políticos e depois de tudo, onde quer que um agrupamento, uma povoação, faça governo e mantenha vida própria, há afirmação de trabalho, e com o andar dos tempos há história e há tradições. E' da vida dos povos. Demais se somos um povo de variada matização histórica dentro da configuração física irregular do nosso território, a nossa história não tem como característica relevante apenas as suas páginas de heroísmo, de glória onde os louros que sagraram os triunfos dos nossos bravos em lutas que não provocamos, não aparecem como vanglória ou vindicta, mas como atestado nobre de honra nacional, tão somente. A nossa história é muito maior ainda. Ela se estende por um país muito vasto. E só comparando o sentido dos diferentes delimitamentos de nossa história, com o objetivo prefixado de extrair o papel do elemento nacional, compendiamos uma história perfeita, que possa falar de nós mesmos, revelando o que fizemos, o que produzimos, se somos na realidade o propulsor da nossa formação, porque, quando um povo se compraz apenas no caráter estritamente noticioso de sua história como arquivo simplesmente, dos acontecimentos que o orgulham de uma tradição morta, é negavelmente um povo sem história, porque história é ação, é continuidade de vida, é trabalho, é evolução moral e espiritual. E é por isso que em cada povo a história tem no fundo uma linguagem própria, consentânea com o meio. E por ser mesmo a nossa formação histórica o produto da ação espontânea do elemento nacional, favorecido pelas diferentes correntes raciais que aqui competiram em interesses a história proporciona distintamente o conhecimento da parte que se preparou sob a influência estranha, e da parte que encerra o esforço voluntário e único do autochthone. Esse caráter é inherente a histórias como a nossa, onde

se crusam ao lado do filho da terra, as legiões conquistadoras, em rivalidades, tanto racial como política. Sábia é a conclusão de C. F. Von Martius: "*vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e contracto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular de forças diagonais.*" Mas, se por entre essas forças diagonais de que fala o erudito pensador e naturalista alemão, transparece a história genuinamente nacional, criada em grande parte sem contato com outros povoadores que não os aborígenes, é inegável que na história brasileira há mais alguma coisa verídica e substancial a ser apreciada: a obra puramente nacional, vigorizada pelo sangue nativo. Esta, com ramificações indeleveis pela extensão do Brasil, é a que melhor nos revela dentro de um passado de quatro séculos.

A história brasileira dilatando-se pelo interior, alcançou diferentes paragens a que deu o maior relevo. Consequentemente, inúmeras cidades, vilas e povoações se tornaram históricas e muitas, ainda, com larga notoriedade. Pode-se, mesmo, dizer que uma outra história se fez no Brasil ao impulso de acontecimentos independentes das primeiras conquistas. E por ser história espontânea com autênticas raízes nacionais, é a menos divulgada. São retalhos de história local que a mão do historiador moderno não reuniu ainda numa história completa. Depois da colonização, circumscrita às areias praianas onde nasceu a nossa história político-guerreira, o Brasil começou a ser teatro de notáveis movimentos que despertaram o instinto da nacionalidade. Estes se propagaram pelo interior com objetivos diversos, antagônicos até, e assinalaram porções dispersas do território pátrio, legando a história futura vestígios de empreendimentos edificantes. Os séculos XVII e XVIII foram inaugurados no Brasil com surtos sucessivos de atividades políticas, econômicas e aventureiras no interior e costas, culminando em lutas, umas de reivindicação, outras de cubica, outras de idealismo, deram nomeada, dentro das capitanias nascentes e inexploradas, a obscuros arraiais brasileiros que, com a marcha dos tempos, não perderam sua importância histórica. Ao norte, a rebelião de Zumbi celebrizou Palmares, a lendária cidadela sertaneja onde a raça negra, num sonho de redenção, quiz erigir a muralha da sua liberdade. O rastro de Jorge Velho, pelas caatingas, abrindo veredas, ligando Piratininga aos sertões nordestinos, levou a missão ingloria do capitão do mato a vencer longas áreas de terra e descobrir, assim uma parte considerável dos nossos sertões. A este, outros fatos se seguiram e fizeram surgir na história alguns arraiais do vasto *hinterland* bravo e desconhecido e que ainda hoje ostentam o brilho de uma tradição inapagável. Em Minas Gerais, por exemplo, a célebre Capitania cujo ouro fascinou a aventura gananciosa dos primeiros tempos da Colônia, importantes acontecimentos tiveram origem e forte irradiação pelos seus sertões. Depois

das explorações das competições de monopólios, os movimentos político-idealistas tiveram uma transcendência muito elevada e, logo cêdo, emprestaram tódá importância a certas cidades que continuam a integrar o nosso mais vivo patrimônio tanto histórico como espiritual. Além da guerra dos *emboabas*, tivemos ali o ensaio frustadô de um movimento libertador, com ramificações, personificada no martir Felipe dos Santos, precursor de Tiradentes. Tais acontecimentos, acrescidos depois da Inconfidência, notabilizaram povoações que aquêle tempo ainda inauguravam os seus estacamentos. Realmente, o litoral foi mais propício ao curso dos maiores capítulos da história, coisa natural e indiscutível, portanto. Entretanto, especialmente ao Norte, onde se geriam os destinos da Colônia alguns acontecimentos de maior vulto no Brasil primitivo foram além das capitais. A guerra Holandesa, por exemplo, não estacionou num cêrco entre Olinda e Recife. Ela não se conta apenas pelos embates marítimos. O entrevero de *Guararapes* cu as refregas de *Rio Formoso*, a jornada grandiosa de Barbalho ou a heroicidade de Henriques Dias são letras de sangue gravadas num solo lençario. Enquanto as naus de Castela bloqueavam o litoral, os mosqueteiros de Orange circulavam os arredores pernambucanos que a bravura dos Albuquerque e dos Rebêlos defendia com audácia leonica. A guerra contra os batavos foi também ao interior batisar povoados de heroismo. E pelas guerras ou pelas explorações, algumas regiões do interior brasileiro ficaram conhecidas e várias de suas localidades conquistaram relevo histórico. Mesmo nos tempos coloniais, ainda êsse fato se confirmou com a epopéa bandeirante. As *Bandeiras* são uma segunda descoberta do Brasil. Partindo do centro, vasaram largamente parte do Norte e do Sul do País. Descobriram o Brasil central sem os bafejos de um acaso feliz: foi um sonho de audácia posto em planos e realizada como tódá perseverança. E, na passagem das *Bandeiras* pelo interior, desbravando as selvas, trilhando *picadas*, sondando o solo rico da vasta Chanaan das terras americanas, inaugurou-se uma nova civilização com o ideal bandeirante. Grandes e futuras regiões foram relevadas pelo bandeirismo. Surgiram com as *Bandeiras* zonas importantes onde se levantaram povoações que hoje apresentam páginas e páginas de história. No século subsequente, até á historia contemporanea, muitos dos nossos logares históricos apaneceram depois do reflexo de certos fatos memoráveis. Outros ainda contribuíram diretamente na iniciação da história local. Assim, os fóros de nomeada de algumas cidades derivam ordinariamente da ação fortuita de fatores estranhos. As lutas entre hespanhóis e portugueses no sul, depois de estabelecida a Colônia do Sacramento, emprestaram muita importância política a algumas pequenas localidades do Rio Grande do Sul, que, hoje, cidades populosas têm uma história maior que as demarcações locais. Registra-se o mesmo fato por ocasião da guerra do Paraguai quando, mesmo no Rio Grande, e especialmente em Mato Grosso, algumas cidades foram chamadas á história nacional com uma contribuição verídica de heroismo cu de sacrifício, que as tornaram verda-

deiros relicarios de tradição. E sempre por circunstâncias dignas de menção algumas localidades do interior brasileiro tiveram um papel destacado na história, já por manifestações de ordem política, já por importância econômica, e isso concorre para a fama do seu nome, com todo orgulho para a história nacional. Outras, porém, devido à posição geográfica à falta de jazidas para exploração e ainda a insuficiente revelação de seguras possibilidades agrícolas, não foram mencionadas nas grandes empresas do passado. A história ali está adstrita às condições locais e ao meio em que se desenvolveu morosamente. É dessa história desconhecida com manifestações avulsas de brasilidade, que se alarga em sentido profundo a história nacional. O pouco de história que existe em cada vilarejo dessas regiões que não tiveram saliência, política ou econômica no passado, revela muito mais do que o volume de grandes arquivos sem o registro de uma história nacional. Quando uma cidade conta riqueza de anais, enfeita berços que serviram a barões a sua história é franca, é incontroversa, ao passo que as cidades desconhecidas cuja história é somente local, dificilmente dão provas de um grande passado. As cidades sem história são como os heróis sem fama. Do esboço de um casebre ao arruado de uma povoação, em espaço de tempo que tenha permitido a sucessão de alguns lustros de vida própria, já se desdobra um pouco de história encerrando esforço e ação progressiva.

É uma história com todo rigor de originalidade porque se formou sem a antecipação de fatores estranhos ao seu ambiente moral. E se na vida anônima dessas cidadelas muita coisa falta para a notoriedade das nossas cidades históricas — feitos gloriosos, ascendência política, tradição intelectual, apogeu econômico — persiste uma afirmação característica das mais valiosas: a evolução da sociedade típica, fruto exclusivo do labor próprio sem contágio adventício. Quando um povo é incapaz de promover o seu desenvolvimento, desaparece na infância ou estaciona em nível pouco avançado da primitividade gregária ou, ainda, cede passivamente a toda ordem de assimilação, até confundir totalmente o tipo nacional. Sua história não apresenta nucleações sólidas. E quando possui história, esta não lhe pertence porque o estranho a realizou.

No Brasil, onde o elemento nacional pontifica na história os fatos reagem instintivamente contra a precedência espiritual das infiltrações. Se denotamos nos múltiplos aspectos de nossa vida política e social a influência de povos que nos assistiram na formação, a isso não podemos fugir porque a junção de raças no começo das nacionalidades é uma condição para o destino dos povos. Entretanto, o caráter nacional impresso nos acontecimentos e na estrutura da sociedade brasileira não extinguiu. É primor espiritual da nossa história, de raízes brasileiras, brotadas de pequenos e separados contingentes humanos que ocupam a grandeza do Brasil, que devemos reconhecer o valor histórico tanto das cidades notáveis como das menos vulgarizadas, por que entre umas e outras perdura o mesmo traço comum de brasilidade ressaltando a proeminência do elemento nacio-

nal. A história, entre elas, apenas varia na exterioridade dos grandes acontecimentos, mas o eixo espiritual é o mesmo. E' o que nos pode revelar com tempo a história regional.

A Bahia, por ser o berço da nacionalidade, por ser a genese da história nacional, é o primeiro ciclo do nosso passado. Sua história deixa também o litoral e se estende pelos sertões. O reconcavo bahiano é uma lição eterna de civismo e de bravura: a liberdade ali palpitou dentro de peitos de bronze porque as trincheiras humanas que a defenderam são muralhas imortais que a história conserva como monumentos. Depois desta, porém, outra história, com as mesmas veias espirituais se desenvolveu no interior baiano. Mas essa história, no seu caráter informativo, saturado de tantas passagens marcantes da vida nacional, tem alguns claros deixados pelo silêncio das zonas que não foram penetradas pela ação de movimentos que se ampliaram no interior local: em cada vila ou cidade, uma documentação resumida e trivial, guardada sem carinho, sem visão histórica, nos arquivos da parochia e da municipalidade. Entretanto, nesses "monturos" de papéis velhos sem outro registro que não a monotona sucessão dos atos oficiais ou as anotações da Freguesia, algo de interessante e substancial se confunde com esses arquivos singelos. Se uma pequena população por constância e por vontade própria, cresceu, produziu e formou sociedade local, firmou também uma continuidade política com tendência histórica. Assim, pois, podemos encontrar história, nesses arquivos isolados, porque, pela necessidade que temos de evidenciar o papel do elemento nacional na paz, na guerra, na política ou na lavoura, devemos aproveitar na vida de tantas cidadelas humildes, se elas não têm tradições heroicas ou renome político, pelo menos o muito que fizeram, mantendo a sua organização político-administrativa e conquistando através de embargos de toda ordem, as suas gradativas assenções de arraial a vila, de freguezia a município, de vila a cidade. E tudo, enfim, para nós é história porque o braço nacional está presente. E' o que vamos apreciar num estudo apressado sem o material indispensável, que uma boa bagagem de dados suficientes. Mas, como fazer história onde não há História?... Há porém, história onde há qualquer particula de sociedade humana. Que encerram os anais comuns das nossas municipalidades distantes senão vida, trabalho e evolução? Não há, então, história?

Dentre as vilas do sertão da Bahia, a de Baixa Grande é a que, talvez, menos história possa oferecer, comparada com tantas outras que foram teatro de ocorrências salientes no passado. Localizada numa zona que não conheceu o fastigio das aventuras ou o exodo das migrações povoadoras, esta circunstância condenou o seu nome a um anônimo próprio das *ciudades mortas* que o tempo sepulta. Município pequeno, situado entre os municípios de Camisão, Mundo Novo, Capivari e Monte Alegre, pequena também é a vila que lhe serve de sede. Conta apenas dois povoados — Italegre e Viração — e o distrito de São José, mais conhecido por Capela de São José. Não é do rol das mais antigas vilas do sertão baiano.

Sua ereção data do século XIX. Os historiadores mais minuciosos não lhe fazem referência antes do segundo Império. Não corta, portanto, antecedentes que tivessem alcançado a época de Pizarro, o divulgador consciencioso da nossa história local. Melo Moraes, não lhe faz também qualquer referência. Moreira Pinto não encontrou matéria interessante aos seus fartos estudos dentro dos estreitos limites do seu município. As viagens científicas que levaram pesquisadores ao sertão baiano não tiveram ponto de atracação nas terras da antiga fazenda Baixa Grande. Saint-Hilaire quando subiu o S. Francisco não desviou sua rota para a zona das matas. Assim, Baixa Grande e suas adjacências não tomaram cuidados ao grande naturalista. Mesmo na era colonial quando as minas da Bahia mereceram os cuidados do governo da capitania, as zonas exploradas não foram até as demarcações das vizinhanças de Monte Alegre ou Baixa Grande. Jacobina foi o centro das excavações, que deram muito impulso a toda a região, onde o salitre convidava o braço afoito do aventureiro. Surgiram povoações dessa época, como Minas do Rio de Contas e outras, mas a exploração dos sertões estava ainda longe de realizar uma obra completa, porque as caravanas que se destinavam ao interior selvagem apenas tinham a preocupação da conquista das zonas de garimpo. As *Bandeiras* baianas, que tiveram pioneiros da audácia de Rocha Pinto, não penetraram também os arredores de Baixa Grande. Internaram-se na zona de Jacobina criaram Vila Nova da Rainha e, levantando nos chapadões baianos os marcos da civilização, as *Bandeiras* que caldearam nas vicissitudes e no trabalho paulista e baianos, avançaram mais ainda e foram pelos sulcos imortais da conquista, ligar as plagas nordestinas às *chapadas* baianas. Baixa Grande, por não ser a sede de um município de mineração, não atraiu, como outras vilas sertanejas, as levadas de aventureiros que desbravaram grande parte do sertão bahiano. Situada em região de pouca influência econômica aquela época, é natural que a sua fundação, muito posterior ao surto diamantífero da Bahia, não se prenda a circunstâncias notáveis. Não houve propriamente *descobertas* na zona compreendida entre Feira de Sant'Anna e Mundo Novo, mas a formação de lugarejos onde só o trabalho de povoadores locais empreendia a conquista das matas à proporção das necessidades de expansão agrícola.

Vê-se que as cidades e vilas que não foram atingidas pelas explorações ou pelo bandeirismo, datam invariavelmente, naquela zona, do século XIX. Feira de Sant'Anna, que exerceu jurisdição até Monte Alegre e Camisão, apesar da grande distância, foi por muito tempo a cabeça de comarca destes dois termos e ambos tiveram fundação muito antes de Baixa Grande. Entretanto Camisão, cidade das mais velhas daquela zona, é Freguezia creada em 1839 (Decreto Provincial de 19 de novembro de 1839). O aparecimento, portanto da zona que circunscreve Baixa Grande foi retardado. Suas cidades e vilas, por isso não contam, e como diversas outras do sertão baiano, fatos da história colonial.

A vila de Baixa Grande foi fundada pelo Coronel da Guarda Nacional Manoel Ribeiro Soares, uma das grandes influências políticas do sertão baiano ao tempo do Império. Até 1860, havia apenas notícia de uma fazenda denominada *Baixa Grande*, no município de Camisão, distando cinco leguas, calculadamente das matas de Mundo Novo. Desfrutava o Coronel Manoel Ribeiro Soares de muito prestígio em toda a zona compreendida entre Feira de Sant'Anna e Mundo Novo. Fazendeiro abastado, senhor de escravos, chefe político, o seu nome, portanto, era dos mais respeitáveis. Camisão vila a esse tempo, era o centro das atividades políticas do Coronel Ribeiro Soares. Empenhado no desenvolvimento de suas propriedades rurais como criador de gado em grande escala, penetrou as matas de Baixa Grande, pouco exploradas ainda por falta de capitães que lhe dessem incremento agrícola. Foi por sua iniciativa que habitações avulsas de pequena criação de gado e plantações rotineiras formando os arredores da fazenda Baixa Grande, se tornaram, depois de alguns anos, um pequeno município de limites acanhados entre as caatingas de Camisão, Santa Luzia do Lagêdo e as pastagens de Mundo Novo e Monte Alegre.

O coronel Ribeiro Soares encabeça a estirpe da primeira família que se estabeleceu em Baixa Grande.

A família Ribeiro Soares, fonte genealógica de uma importante ramificação de famílias sertanejas, traz dos tempos imperiais uma tradição de prestígio que se ligou à vida de Baixa Grande desde a sua fundação. A ela se prende por consanguinidade a família Santos também originária do sertão. É comum nas regiões que não sofreram influências migratórias nem assistiram a deslocamentos de famílias de outras regiões, o fato de não haver mesclagem estrangeira ou mesmo nacional de procedência distantes. Como linha direta dos Ribeiro-Soares, ligou-se à história de Baixa Grande a família Pamponet, cujo chefe venerando, o Coronel João Batista Ribeiro Pamponet, por longos anos dirigiu a política local.

A esta família numerosa já pertencem de muitos anos as famílias Carneiro, Pedreira e Suzart, que têm origem fora do município baixagrandense. É pois, com a família Pamponet que se inicia a primeira fase histórica da vila de Baixa Grande.

Fundado o arraial de Baixa Grande erigiu-se a respectiva capela com a entronização da Padroeira N. S. da Conceição. A guerra do Paraguai, obrigando os chefes locais das cidades e vilas do interior das Províncias a procederem ao *recrutamento* de voluntários para as forças nacionais, surpreendeu Baixa Grande ainda na construção de suas primeiras casas sem plano de alinhamento, sem qualquer noção de urbanismo, coisa comum no século XIX.

Quando o governo Provincial da Bahia mandou executar rigorosamente no interior o *recrutamento* de braços para a guerra, os *apenados* da polícia, chefiados por oficiais da Guarda Nacional, chamada ao serviço ativo foram incumbidos das capturas de voluntários pelas matas, nos esconderijos, nos

ranchos, e assim os lugares mais difíceis foram vasados pela justiça local a serviço de uma grande causa que os obscuros sartanejos tão intrepidos na luta não compreendiam ainda. Em Camisão, as levadas de recrutados de toda a circunvisinhança eram preparados para a penosa marcha com destino a Cachoeira, a histórica cidade de onde partiram tão aguerridos batalhões para o Paraguai. Das matas de Baixa Grande, embora em número reduzido, saíram elementos para as tropas que formavam em Camisão sob a organização de José Thomaz de Melo, oficial da Guarda Nacional e homem de destaque político. Com a convocação desta milícia, os seus oficiais — exceto os muitos que preferiram seguir para a campanha — ficaram nas localidades com a incumbência de assegurar a ordem pública e organizar os contingentes de *paisanos* recrutados. Reunidos nas localidades, os os humildes defensores da Pátria eram logo remetidos para a Capital da Bahia por intermédio do Comandante das Forças em organização em Cachoeira. Em Cachoeira organizavam-se os batalhões, dando-se-lhes feição militar. (Comandando um batalhão de voluntários, faleceu na Campanha, um bravo cachoeirano, dentre muitos heróis da velha cidade de Paraguassú, que honram a história da Bahia: o major Eloy Pereira Rebouças, da Guarda Nacional) (1.º) Os poucos recrutados que saíram de Baixa Grande e que tanto honraram a espada de Argolo, o itaparicano aguerrido, ao lado dos contingentes de todo interior da Bahia, não trouxeram para sua terra os trofeus que imortalizaram os valentes de S. Amaro, conduzidos pelo Barão de Sergy, mas são glórias autênticas que o passado conserva. Os últimos remanescentes dos *recrutados* de Baixa Grande para os campos do Paraguai viveram ainda até poucos anos como criaturas anônimas, em cujo peito em vez das constelações, apareciam andrajos cobrindo a carcaça cambaleante de paupérrimos octogenários: Porcínio Paranaguá, ferido na batalha de Avahy, em 1863, morava como *agregado* na Fazenda Bom Será e o cego Valentim um dos “mil bravos” que lutaram em Humaitá, esmolava aos sábados nas feiras de Baixa Grande. São quadros comoventes que também, como as glórias e as épopeas, pertencem à História. Não saíram, realmente, verdadeiros batalhões patrióticos de Baixa Grande, pois em Camisão onde estava o Comando Superior da Guarda Nacional, é que se agrupavam os voluntários do Município, mas Baixa Grande, uma povoação nascente aquêle tempo, contribuiu com alguns braços para ajudarem nos pantanos paraguaios a sepultar com bravura o escarneo de Solano Lopez lançado sobre a augusta corôa do nosso Império.

A influência e os esforços do Coronel Ribeiro Soares junto ao governo provincial conseguiram dois anos depois de terminada a guerra do Paraguai, a transformação da capela de Baixa Grande em Freguezia independente da paróquia de Sant’Anna de Camisão. A união da Igreja ao Estado durante a Monarquia, subordinava a sanção do governo os atos da Diocese de cada sua elevação a Freguezia. (A Paróquia de Camisão já desfrutou de uma Província. E o primeiro passo de autonomia de um arraial era, assim, a

época de projeção no Arcebispado da Bahia pelo fato de exercer o curoato ali um dos notáveis oradores da Bahia antiga — o Pedre José Cupertino de Araújo, — pregador erudito que muito dignificou o pulpito brasileiro). Baixa Grande, desmembrada eclesiasticamente de Camisão, continuou a viver ainda sob a dependência administrativa daquela vila.

Pela Lei Provincial n.º 1195, de 26 de abril de 1872 foi criada a Paroquia de N. S. da Conceição de Baixa Grande. O paróquiato de Baixa Grande foi por muito tempo, confiado ao Padre Antônio Caldas Argolo que deixou o seu nome na lembrança dos baixagrandenses por muito tempo e a sua memória venerada já em plena República. Embora demarcados os limites da Freguezia, Baixa Grande sustentou logo no ano seguinte (1873) um litigio com Mundo Novo por motivo de limites. A questão não tendo sido resolvida por entendimentos locais, subiu á resolução da Assembléia Provincial, cujo Presidente era Eduardo Freire (2) Reclamava o igário de Mundo Novo contra os limites da nova Freguezia que, segundo o seu protesto, prejudicava o território da Freguezia por êle dirigida. A pendencia porém, não chegou a agra'os de maior importância. Estava á frente dos negócios de Baixa Grande, numa situação política muito segura em Camisão, o Coronel Ribeiro Soares. Mesmo se por ventura estivesse em declínio politico com o governo da Província não faltava em tais casos a ascendência pessoal do seu nome, dada a posição social que occupava. Camisão fazendo parte do 2.º Distrito Eleitoral da Província, a sua politica local mantinha constante aproximação com a Assembléia. O Coronel Ribeiro Soares era, em 1873, Presidente da Câmara Municipal de Camisão e comandante do 122º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional (3.º) de cujo estado-maior faziam parte o Tenente-Coronel José Thomaz de Melo e o Capitão do Quartel- Mestre Antônio Mendes Leão, figura também de grande conceito e popularidade ali. A questão, porém, entre as duas pequenas Freguezias não se agravou seriamente. (Era comum no interior essas questiunculas, ás vezes resolvida pacificamente, ás vezes transformadas em demandas complicadíssimas por causa de fixação de limites). A vida local da Freguezia de Baixa Grande se desenvolvia sob a influência politica da época, da a sua dependência direta da politica de Camisão. O manifesto de 1870 repercutiu no interior das Províncias como uma verdadeira preparação de espíritos para a propaganda da República. Foi uma chama que arrastou ao choque os dois poderosos partidos do Império *Liberal* e *Conservador*.

Em Camisão, o Partido Liberal dominava com maioria. Mas, depois do Manifesto Republicano, as duas forças politicas passaram a se debater no terreno das competições. E' naturalmente, á proporção que calam os Gabinetes na Córte, as situações locais eram abaladas no interior. Estava á frente da politica de Camisão o Coronel Ribeiro Soares; e Baixa Grande em tão acidentada quadra da história nacional, já era um pequeno cenaculo de idéas politicas sob a egide do velho *Partido Liberal*. O arraial, entretanto, pouco progresso apresentava: população ainda pequena em 1875, desenvol-

vimento economico porque apreciável, agricultura acanhada, pois a sua população de escravos era diminuta (409 apenas era o seu número de cativos, segundo observação colhida por Manoel Jesuino Ferreira) (4º). Mas os notáveis movimentos políticos do Império e que na vila de Camisão agitavam os partidos, refletiam em Baixa Grande e formavam correntes partidárias também com interesses nos destinos nacionais. Baixa Grande surgiu exatamente quando a Bahia, contagiada por um forte idealismo, abriu as suas portas para a propaganda de uas ideias grandiosas que se completavam espiritualmente: A Abolição e a República.

A propaganda abolicionista, de fato, em nenhuma cidade ou vila de grande população cativa e mesmo por causas políticas explicadas facilmente no fato de ser o situacionalismo local, ligado à política do Império, enfeixado ordinariamente por senhores de escravos, encontrava franco apoio oficial. Mas a prova de que no sertão baiano a voz dos abolicionistas também teve eco está na pronta adesão à República verificada em muitas câmaras municipais sem agitação ou constrangimento. A extinção da escravatura como se sabe inflingiu fracassos economicos aos grandes fazendeiros, que a tomaram como um golpe injusto. Em número avultado, os que se filiaram à oposição abraçaram a República, menos por ideal do que por espírito de represalia à política imperial. E Baixa Grande festejou também na vitória do abolicionismo, a liberdade dos seus escravos agrupados nas poucas senzalas do município. Não havia, realmente, em Baixa Grande muitas fazendas ou sítios de proprietários ricos, porque eram poucos os fazendeiros donos de escravos. As mais antigas fazendas do município de Baixa Grande ao tempo da Abolição vieram atestar ainda nos últimos anos a época de grandeza que o braço servil assinalou no interior do País. O estilo das fazendas de gaço é sedição e conservador: casas muito grandes, bem espaçosas, baixas, com estética invariável e pouco apuro artístico, um largo *varandado*, currais de *palu a pique*, *chiqueiros* de ovelhas, uma pequena manga ao fundo dos currais para pastagens provisórias e, para embelezamento da fazenda, um extenso descampado que discortina a fazenda com uma légua, às vezes de distância — é o *vaquejador* — a sua primeira nota impressionante. A fazenda *Caes* do Coronel Ribeiro Soares foi no tempo do Império um dos maiores centros de escravos do município. A fazenda, transmitida por via de sucessão, é hoje conservada em mãos de parentes do fundador de Baixa Grande: pertence a pessoas da família Pamponet e é um patrimonio da história do município, por que dentro de suas arcaicas *varandas*, no Império e na República, já se decidiram muitas sanções administrativas e políticas que resultavam dos concílios políticos que o prestígio do Coronel Ribeiro Soares reunia sob o *telhado* da velha fazenda.

A fazenda *Serra Azul* figura também entre as mais antigas de Baixa Grande. Possuiu escravos como a antecedente. Pertenceu a João Fagundes de Souza Santos, influência pessoal das muitas que formavam a antiga sociedade da modesta vila sertaneja. A aristocracia sertaneja é muito rica

de braços morais. São inegáveis documentos da sociedade antiga. Tratando-se ainda das mais notáveis fazendas de Baixa Grande, no passado, é digna de menção a fazenda *São José*, nas proximidades da capela do mesmo nome onde está situado o 2º Distrito Municipal. Foi proprietário desta grande fazenda em época de fastígio económico do Município, um ramo dos fundadores de Baixa Grande: Alexandre Pereira. Ali se reunia a escóla representativa de Baixa Grande nos luxuosos banquetes dos velhos tempos de esplendores que distinguiram a fidalguia sertaneja. E' na fazenda *São José* que se separaram no município baixagrandense as *matas das caatingas*. E a bellissima fazenda, colocada em local admirável, embora já esteja na zona caatingueira não é tão *seca* como as outras que ficam no centro das *caatingas*, já nas adjacências de Camisão.

A emancipação administrativa preocupa a política do interior muito mais do que a judiciária. As municipalidades disputam os fóros de cidade, quando são vilas ou os Distritos pleiteiam, com lutas políticas quase sempre, a criação do município independente, quando são simples arraiais. Entretanto a política local não dispense tanto esforço para elevar a categoria judiciária de uma cidade que estaciona anos e anos como *Termo* apenas, enquanto outras, com menor coeficiente eleitoral e em inferioridade de condições económicas são *cabeças de comarca*. E' que o Brasil se dirige ainda por um crónico e erroneo tirocinio em que a influência partidária das situações políticas sobrepuja os verdadeiros interesses locais.

Uma vez criada a Freguezia de Baixa Grande, aumentando em pouco tempo o número de casas e de habitantes, a população também começou a se interessar pela sua elevação à categoria de Vila. Já eram vilas as Freguezias vizinhas de Monte Alegre e Mundo Novo. Muitas lutas eleitorais entre os conservadores e liberais, tendo à frente a figura destacada do Cel. Ribeiro Soares, ocorreram em Baixa Grande nesse período em que, como Freguezia e Distrito eleitoral, foi uma arteria política de Camisão. A 17 de julho de 1885 foi Baixa Grande elevada a categoria de vila pela Lei Provincial número 2.502 (5) ficando na dependência administrativa e judiciária de Camisão. Em 1888 era Presidente da Província da Bahia o Conselheiro José Luiz de Almeida Couto, já pela 2a. vez (6), tendo o seu governo tomado o maior interesse pelo estudo topográfico e histórico das municipalidades da Província. Foi incumbido de fazer esse estudo e reunir os seus dados em trabalhos officiaes o Cel. Durval Vieira de Aguiar, comandante do Corpo Policial da Província, homem estudioso e de muito valor pessoal. E' justo recordar que o Cel. Durval foi, neste alto posto de Comandante, uma das figuras principais na Bahia por ocasião da proclamação da República ao lado do grande republicano Cons. Virgílio Damasio. Mas a preferéncia do governo provincial obedeceu ainda a uma circumstância importante para o assunto. Sendo o Cel. Durval official de Polícia, teve occasião de percorrer as diversas regiões do interior baiano, ora comandando destacamentos, ora como official subalterno, e até mesmo como capitão, observou bem, fazendo

valiosos relatos várias cidades e vilas da Província. Era um perfeito conhecedor do território baiano. Ligenra referência apenas, faz o ilustre militar à vila de Baixa Grande, no trabalho com que se desobrigou do honroso encargo: "Descrições Práticas da Província da Bahia". Certamente não pôde adquirir um cabedal de documentos necessários ao histórico da vila. Limita-se a dizer o possível, em uma nota laconica, de cujas observações extraímos isto: "*A Baixa Grande com o seu povoado de cerca de 200 casas de ligeira edificação, fica no meio de morros entre as vilas de Camisão e Monte Alegre na distância de 6 léguas abaixo desta e 10 acima daquela*". (Baixa Grande em 1888 já era, entretanto, vila e não povoado como supunha o Cel. Durval). Continuemos. A República encontrou em Baixa Grande propensão já franca, ao regime, fato comum nas câmaras do interior, onde a Abolição causara sérios agravos a influentes chefes políticos que tão logo se viram privados do trabalho dos cativos, se desligaram do trono em decadência. Se não tomou uma atitude das mais salientes por ocasião da queda do Império, não, foi, é verdade, hostil ao reconhecimento do governo republicano, assim que o primeiro governador do novo Estado da Bahia, Dr. Manoel Vitorino Pereira, comunicou às câmaras do interior a instalação do Governo Provisório de 1889. Durante algumas dezenas de anos, como se verifica pelas fontes históricas de informações, a importante família Pamponet esteve na chefia dos negócios políticos e administrativos de Baixa Grande por ser, mesmo, a família que lhe assinalou os marcos de fundação. Mais tarde, porém, uma profunda discórdia de caráter tanto pessoal como político surgiu entre as famílias Pamponet e Saback, separando-as numa longa rivalidade que só se desfez com o tempo e com o advento das novas gerações. Fixando-se em Baixa Grande, os Sabacks no comércio e na política exerceram atividades destacadas, mas sempre em oposição aos Pamponets, que chefiavam a política local. A família Saback que presentemente está bem radicada em Baixa Grande e já ofereceu muitos valores humanos à história da Vila, não é oriunda daquele município. Tinha a sua maior localização em Feira de Santana, de onde vieram alguns dos seus chefes se estabelecer em Baixa Grande, muito depois dos Pamponets. A luta entre as duas famílias foi chefiada por Antônio Francisco Pamponet, um dos caracteres mais típicos de sertanejo de fibra. Foi uma questão moral que chegou a culminancias imprevistas. A acirrada contenda de famílias não se degenerou numa guerrilha inglória como já tem acontecido em questões semelhantes no interior do Brasil, mas produziu um estado de coisas que tomou, pelas consequências logo confirmadas, uma evidente feição sociológica: a personalidade moral, íntegra e robusta de um chefe enérgico, sem influência de qualquer clima estranho, desagradando melindres nativistas dentro de uma sociedade local ainda em ensaios de consolidação. A remota ancestralidade semítica que denunciava os Sabacks, foi, dentre outros motivos, o ponto de partida da rebeldia decisiva dos Pamponets, sob o mando de um dos seus chefes varonis e destimidos. Havia um objetivo acima de

qualquer outro movimento chefiado por Antônio Francisco Pamponet: evitar a ingerência dos Sabacks nos destinos da Baixa Grande. Estes, temporariamente, se afastaram. Passaram-se os primeiros anos e a solidariedade dos amigos não apoiava mais os propósitos do chefe em insistir na proibição da volta dos Sabacks à vila.

Depois de algum tempo, firmados novamente os Sabacks no comércio em Baixa Grande não encontrou mais Antonio Pamponet o apoio moral que encontrara na primeira reação. Não capitulou, porém, o ativo político sertanejo. Fez o revide dos homens integros de seu tempo: para não assistir a influência dos Sabacks na política de Baixa Grande, preferiu como solução honesta a sua reclusão definitiva à vida privada. São atitudes infantis para o nosso tempo mas que já tiveram o seu tempo na história. Foi viver na fazenda de sua propriedade, a poucas léguas da Baixa Grande, cultivando a amizade os velhos correligionários que o visitavam, mas dentro de uma inviolável circunspeção para os assuntos políticos. Sucediám-se os anos e o velho tronco da família Pamponet, repetindo sempre a quantos continuaram a render homenagem à sua austeridade a irrevogável decisão de *nunca mais pisar em Baixa Grande, a não ser quando tivesse de ser sepultado*. Um dos mais caros dos seus amigos — Francisco Ribeiro de Magalhães Fontoura — procer da antiga política baixagrãndense, dentre vários outros que o tentaram debalde, jamais conseguiu levar a vila o velho e respeitado chefe. O tempo, com as sucessivas mudanças de situações políticas, veiu aos poucos conciliar, já nas últimas gerações, as duas famílias inimigas. Mesmo depois do afastamento de Antônio Pamponet da política de Baixa Grande, questões momentosas tiveram a pequena vila por teatro e arrasaram aquêle tempo fatos remanescentes do passado. E foi numa atmosfera política impregnada e fatores muito afastados do tempo em que ela se criou, que as atitudes de Candido Saback concorreram para que os annals de Baixa Grande nesse tempo registrassem gravíssimos dissídios locais. Mas a família Sabacks conservando-e em Baixa Grande, concorreu muito com o nome de alguns de seus membros, em evidência para o alevantamento político da vila em fases críticas da sua história. David Saback foi um dos seus chefes políticos mais ilustres; Octaviano Saback, deputado estadual, honrou brillantemente a representação sertaneja no Legislativo da Bahia como orador e política de combatividade. Depois destes, outros Sabacks com a continuação do tempo, vieram a servir à causa de Baixa Grande, com despreendimento, sepultando os erros de um passado que não pode servir de estímulo às novas gerações.

Passados os primeiros anos subsequentes ás "*deposições em massas*" do governo Floriano; passada a desastrosa campanha de Canudos de tão triste memória no quadriênio Prudente de Moraes e mais ainda no governo do Cons. Luiz Viana na Bahia, a vida administrativa dos municípios do sertão só se normalisou muito depois. Infelizmente, motivos de ordem puramente regional trouxeram por muitos anos a família sertaneja em apreensão e

ruína social tanto antes como depois de Canuões. O domínio dos *Bundões* — no S. Francisco não constituiu um caso singular na história sertaneja. As lutas nas Lavras Diamantinas; a incursão de *Volta Grande* em Mundo Novo; a influência do afamado caudilho Heliodoro de Paula Ribeiro nos municípios sertanejos são, dessa série vultuosa, a variante das agitações do S. Francisco, estendidas por contágio á maior faixa do sertão baiano. Baixa Grande, porém, ficou equidistante dos fastos guerrilheiros que enchem de matizes sangrentos a história da Bahia. Politicamente, nos primeiros governos constitucionais da República, quando se inaugurou no sertão o regime leitoral, Baixa Grande foi um campo de dissensões locais, dada a exaltação co animo dos seus paredros nas primeiras eleições. Sob o governo Campos Sales, que se distinguiu pelo plano financeiro que sustentou contra uma forte opposição, o Conselho Municipal de Baixa Grande foi nêsse memorável período republicano o tablado de um renhido prélio de espírito. Era governador da Bahia o Cons. Luiz Viana. Defendia ardorosamente o ministro da Justiça do governo Campos Sales, Deolindo Antonio de Amorim, (7) cujos discursos na tribuna do Conselho de Baixa Grande eram sempre de louvor ao Dr. Epitacio Pessoa, titular da espinhosa pasta poltica. E assim, seguiu o seu curso normal a vida política de Baixa Grande, até quando se deu a sua anexação a Capivary. Nasceu dai, enre as duas localidades visinhas uma deplorável rivalidade.

Pela Lei n. 640, de 12 de maio de 1906, que elevou Capivary, á categoria de Vila, foi o município de Baixa Grande anexado ao de Capivary, perdendo portanto a sua autonomia administrativa. Grandes tumultos provocados pela indignação dos baixagrandenses se repetiram na pequena Vila que, por interesses menos coletivos do que partidários da política estadual, acabava de perder os foros de município independente. Estava em mãos do senador Abraham Cohim a política estadual de Baixa Grande.

Os baixagrandenses não receberiam passivamente a abruta anexação do seu municipio ao de Capivary. Os protestos atingiram a proporções muito graves e por isso até se verificou verdadeira ocupação militar de Baixa Grande por forças da Brigada Policial do Estado. (São desmandos políticos que escrevem para o futuro páginas pitorescas da História) A mudança da Sede de Baixa Grande para Capivary foi um golpe injustificável que calou na memória do povo baixagrandense por muitos anos, incentivando o bairrismo doentio que leva populações a se retalharem dentro de uma mesma Pátria. Os erros políticos sempre levam suas consequências a populações que ordinariamente não concorrem para esses despautérios administrativos, forjados pelo partidarismo impatriótico. Tão crítica foi a situação de Baixa Grande nesses dias de descontamento que a sua população assistiu decepcionada a sucessiva transformação política, como confirmação de uma arbitrariedade precipitada. Foi um desses momentos agudos que impoz a renúncia co Intendente João Lucio de Oliveira, quando exatamente, Baixa

Grande vivia os mais sombrios momentos de sua História. Como substituto legal, assumiu o cargo de Intendente o Presidente do Conselho, Pompílio Fernandes de Souza.

Pouco depois, Baixa Grande resgatava ativamente a sua independência. Em 1910, no governo Araújo Pinho por Lei n. 806 de 23 de julho, foi Baixa Grande desmembrada de Capivary com autonomia municipal. Dentre os que defenderam intransigentemente os direitos de Baixa Grande, na reconquista de sua independência, tem justo destaque José Presídio de Figuerêdo o mais decidido defensor da emancipação baixagrandense. Não sendo filho de Baixa Grande, prendeu-se muito cedo, por um estremecimento devotado à vila que depois foi berço de seus filhos. Vindo de Riachão José Presídio firmou-se em Baixa Grande em uma ocasião de intensas lutas políticas que não demoraram em arrebatá-lo o seu espírito combativo. Coube-lhe ainda, depois de restabelecido o governo municipal, exercer o cargo de Intendente de Baixa Grande como sucessor de Vitor Carneiro da Silva. Em 1913, instalou-se solene e festivamente o Termo Judiciário de Baixa Grande, extinto também por motivo de sua anexação a Capivary. Nas crônicas baixagrandenses não há notícias de maior regosijo popular. Por entre as demonstrações de entusiasmo público foi recebido o seu primeiro Juiz Municipal Dr. José Alfredo Guimarães no momento em que aquela pacata população celebrava em delírios nas ruas o novo advento de liberdade. Estava sempre à frente de todos os atos a figura de José Presídio. Afastado embora da política local, José Presídio foi sempre um amigo de Baixa Grande.

(A verdade histórica não pode ter ressaibos de sentimentos pessoais). No governo Seabra, especialmente, em virtude da influência de José Presídio junto ao republicano histórico que governava a Bahia, a situação política de Baixa Grande o teve sempre como leader acatado e prestigioso junto ao governo estadual. E no segundo quadriênio Seabra dois adversários estiveram em luta ferrenha em Baixa Grande: José Presídio, com o governo, e Francolino Pedreira, com a oposição. Ocupando por mais de uma vez a presidência do Conselho, Francolino Pedreira consolidava assim o prestígio tradicional dos Pamponets na política de Baixa Grande. Chefe sertanejo de larga irradiação, entusiasta dos mais arraigados da candidatura do egrégio Rui Barbosa no sertão bahiano, em 1919, o seu nome esteve sempre em evidência nas lides políticas dos últimos anos. (8) Em 1923 a Secretaria do Interior e Justiça do Estado da Bahia transferiu o Termo de Baixa Grande da Comarca de Camisão para a de Monte Alegre, criada nessa ocasião, e anexou ao Município de Baixa Grande o arrabal de Italegre, antigo *Pedras de Monte Alegre*.

O presente ainda é prematuro para a história. História não é só o passado com registros de datas célebres, mas é muito difícil evitar que a história escrita para os homens do presente vença incolume a paixão ou o desagrado pessoal. O estudo da história é impessoal. A maior cautela de

quem escreve história quando os fatos estão vivos, e os homens estão presentes, é defender a história do contágio das opiniões e das influências pessoais. Só assim podem ser constituídos os cenários como os seus painéis de realidade. Os homens morrem, as cidades se extinguem ou se transformam e a história fica. E' a história local, formando, assim, fragmentos de história que estereotipa no corpo da nacionalidade a ação nítida do elemento racional. Que outros filhos de Baixa Grande façam em futuro, a sua verdadeira história.

(1.º) Rodolfo Speridião Rebouças, filho desse oficial, foi por muitos anos comerciante e influencia social em Baixa Grande

(2.º) — Anaes da Assembléa Provincial da Bahia, de 1873.

(3.º) — Os corpos da Guarda Nacional não tinham organização e por isso o numero de ordem não exprime existencia real.

(4.º) — Apontamentos da Provincia da Bahia (1875).

(5.º) — Borges de Barros (Dic. Historico da Bahia).

(6.º) — O cons. A. Couto foi o ultimo Presidente da Bahia nomeado pelo Imperador. Em 1889, com a proclamação da Republica, deixou elle o governo da Provincia por não ter adherido ac novo regime.

(7.º) — Pae do autor deste artigo.

(8.º) — Francolino Pedreira, capitão demissionario da Policia Bahiana, serviu tambem ao Exercito e fez a capanha de Canudos com as expedições Moreira Cesar e Arthur Oscar. Candidato a deputado estadual pela Concentração Republicana da Bahia, em 1923, não foi, porém, eleito.

NOTAS DO AUTOR DESTE ARTIGO, EM 1946:

I—José Presídio de Figueiredo faleceu, depois de alguns anos, como Prefeito (intendente) de Baixa Grande, cargo que, como se vê, exerceu por duas vezes

II—Baixa Grande atualmente já é CIDADE.

III—Comissão passou, depois de 1930, a denominar-se IPIRÁ.

Outros pontos precisam ser atualizados.

ESTUDOS BAHIANOS

Por FREDERICO EDELWEISS

I.

A 4.^a VIAGEM DE VESPUCCI (A 2.^a A SERVIÇO DE PORTUGAL) E O DESCOBRIMENTO DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

A data do descobrimento da Bahia de Todos os Santos, o primeiro de Novembro de 1501, por três séculos e meio ignorada dos nossos historiadores, continua posta em dúvida até hoje. Não é, eassim, supérfluo dedicar-lhe uma análise crítica.

Para maior clareza começemos dividindo a sua laboriosa fixação em duas fases. — A primeira compreende todos os historiadores até a vinda de D. João VI; a outra começa com Roberto Southey, em 1810, e, incompreensivelmente, parece não haver ainda terminado.

Durante o período colonial os historiadores portugueses d'aquém ou d'além mar, basearam-se exclusivamente em documentação lusa, de onde nada consta a respeito do descobrimento da Bahia. — O primeiro a consignar a efeméride é Gabriel Soares de Souza, que, attribuindo o feito a Cristóvão Jaques, coloca-o no reinado de D. João III, sem entretanto fixar o ano (1).

Todos os autores posteriores copiam bem ou mal, direta ou indiretamente, Gabriel Soares: Frei Vicente do Salvador, no cap. I; Simão de Vasconcelos, no § 19 das suas *Notícias das Cousas do Brasil*; *Jaboatão*, no vol. I, § 37; Rocha Pita, no livro I, § 93; e, finalmente, para só citar os mais familiares, Vilhena, na sua primeira Carta. Dois deles, Simão de Vasconcelos (2) e *Jaboatão* (3), se haviam abeirado da verdadeira fonte sem devidamente se abeberarem, talvez por ambos a conhecerem apenas através de citações.

(1) — Tratado Descritivo, cap. I

(2) — *Notícias das Cousas do Brasil*, § 18.

(3) — Livro Antepimeiro, cap. VI. § 22.

Ficou, assim, reservado ao historiador inglês, Roberto Southey, o chamar a atenção dos estudiosos sobre o único documento então conhecido que se refere ao descobrimento da Bahia de Todos os Santos: a relação das duas viagens de Américo Vespucci empreendidas no serviço de Portugal, respectivamente, em 1501 e 1503 (4). Infelizmente a sua leitura não é fácil. Vespucci, além de fantasioso, é muitas vezes confuso, bilíngüe, e a má pontuação introduzida nos impressos contribuiu para velar ainda mais o seu pensamento. E Southey, se consultou o texto original, não lhe soube interpretar o sentido; adscrive o descobrimento da Bahia de Todos os Santos ao ano de 1503 (5), sem precisar o dia. — Não é o único a enganar-se. O grande Alexandre de Humboldt (6), a Academia Real das Ciências de Lisboa (7), Constâncio (8), e, ainda em 1860, o prudente Handelsmann não foram mais felizes.

A comprovação do erro deve-se ao Visconde de Pôrto-Seguro (10), que, analisando novamente os escritos de Vespucci e ajudando-se do calendário católico conseguiu retificar definitivamente a data para 1.º de Novembro de 1501.

Os historiadores posteriores, na sua grande maioria, seguem-lhe no particular as pegadas. Que dele divirja o falhissimo Rocha Pombo não admira, mas é realmente para estranhar que o maior historiador bahiano contemporâneo, Pedro Calmon, se tenha filiado à velha corrente encabeçada por Southey.

Relatando (11) a quarta viagem de Américo Vespucci, a de 1503, Pedro Calmon fá-lo expressar-se assim a certa altura:

“e sempre com a proa para sudoeste *descobrimos um pôrto, a que pusemos o nome de Bahia de Todos os Santos*, dezessete dias depois de haver largado da tal ilha” (de Fernando de Noronha).

E comenta:

“Seria isto a 1.º Novembro de 1503, festa de Todos os Santos. Partira pois a 15 de Outubro de 1503.

Teria gasto em Fernando de Noronha **dois meses e quatro dias**. A bela e cômoda enseada (Bahia) pareceu-lhe magnífica para aí

(4) — “Lettera de Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovati in quattro suoi viaggi”. — As duas viagens em frotas portuguesas correspondem à III e à IV da “Lettera”.

(5) — History of Brazil; London 1810, pg. 20.

(6) — Kritische Untersuchungen, vol. III, pg. 89.

(7) — Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portuguezes, 2.ª ed. vol. II, pg. 155.

(8) — História do Brasil, vol. I, pg. 72.

(9) — Geschichte von Brasilien, pg. 21.

(10) — História Geral do Brasil, 3.ª ed. vol. I, pg. 93/94 e 97. Leia-se ali também a nota de Rodolfo Garcia, à mesma página 93.

(11) — História do Brasil, vol. I, pg. 76/77.

se demorar. Demorou-se com efeito **dois meses e quatro dias**, na esperança de reunir-se à frota, **que deveria ter tomado o mesmo caminho**". (!!!)

Em extenso rodapé ainda reforça essas palavras com argumentos outros, dos quais aqui transcrevemos as primeiras linhas:

"Varnhagen (12) supõe que a bahia de Todos os Santos tivesse sido achada na viagem anterior. Infere-o da notícia do próprio Vespucci dizendo que escalou ao longo da costa, e do mapa de Cantino, de 1502, no qual aparece êsse nome. E' Vespucci, porém, na carta II (13) que declara ter sòmente em 1503 descoberto a dita enseada (?) — O mapa de Cantino podia ter sofrido alguns retoques posteriores a 1504. Não é lícito, entre o planisfério, susceptível de acréscimos apócrifos, e o texto do navegante, dar mais valla ao primeiro....."

Pedro Calmon transfere, portanto, o descobrimento da Bahia de 1501 para 1503, voltando a abrir o parêntese de um fato que já todos julgavam fora de qualquer discussão e para o qual êle próprio admite a primeira data à página 69 do mesmo volume. Que motivos o terão levado a novamente subverter questões resolvidas de há quasi um século? — E' que êle se baseou para o episódio, não no texto original do único documento existente, a carta que, em 4 de Setembro de 1504, Américo Vespucci escreveu a Pedro Soderini, de Florença, mas na péssima tradução constante da "Coleção de Notícias etc. (14). Mais uma vez a tradução traiu o consulente que nela se fiou. — E' fácil verificá-lo. Basta compararmos os trechos que nos interessam.

Na Coleção de Notícias se lê:

"Feita a nossa provisão, partimos pelo Sul quarta a Sudoeste, porque tínhamos por regimento, que se alguma das naus se perdesse, ou da Armada ou da Capitânia, endireitasse o rumo para a terra descoberta na viagem passada. **Continuando pois a navegar assim, descobrimos um pôrto**, a que pusemos o nome de Bahia de Todos os Santos: e prouve a Deus dar-nos tão bom tempo que em dezessete dias tomamos terra, ainda que estivessemos distantes da tal ilha boas trezentas léguas!"

(12) — Varnhagen — História Geral do Brasil, 3.^a ed. vol. I, pg. 93/94 e 97.

(13) — E' a segunda carta da Coleção de Notícias, ou seja a última parte da "Lettera", a que se refere à quarta viagem.

(14) — Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portuguezes, 2.^a ed. vol. II, pg. 153.

O original reza:

“et facta nostra provisione, ci dipartimo per elvento infra mezo di & libeccio perche tenavamo un reggimento del Re, che ci mandava, che qualunche dele navi, che siperdesse della flocta, o del suo Capitano, fussi a tenere nella terra, che el viaggio passato. Discoprìmo in un porto, che li ponemo nome *la badia* di tucti e sancti: e piacque a Dio di darci tâto buon tempo, che in 17 giorni fumo a tenere terra **in epso** che distava da lisola ben 300 leghe:”

E' por demais flagrante a infidelidade da versão portuguesa por cortes e interpolações, pois do texto italiano consta nada mais e nada menos do que o seguinte:

“e.... partimos..... porque tínhamos um regimento d'El-Rei ordenando que, se qualquer dos navios se extraviasse da frota ou do seu capitão, fosse ter à terra descoberta na viagem passada, a **um** porto a que pusemos o nome de a *Badia* (15) de todos os Santos: e prouve a Deus dar-nos tão bom tempo que em dezessete dias tomámos terra *nele* que distava da Ilha (de Fernando de Noronha) boas trezentos léguas.”

Esta é a tradução exata e ela não deixa dúvida alguma quanto ao verdadeiro sentido, de haver a Bahia sido descoberta durante a viagem anterior, pois é nela que deliberadamente vai tomar terra e também é ela e não o Continente que na estimativa de Vespucci dista trezentas léguas de Fernando de Noronha. Nenhum outro fato a não ser o descobrimento anterior e a ordem régia nele baseada poderia justificar a longa espera pelo aparecimento do comandante.

Porém, a culpa da tradução infiel cabe em grande parte ao **ponto**, que, no original e certamente por erro de impressão, figura entre as palavras “passato” e “discoprìmo”. Entretanto, o ponto metidoço, tendo deixado incompleta a frase precedente, não desculpa o tradutor, tanto mais quanto a preposição “in” elimina qualquer dúvida. Se Vespucci quisesse dizer que então acabava de descobrir a Bahia, não poria essa preposição, pois como no castelhano e no português, também no italiano o verbo *descobrir* é transitivo, descobre-se “um pôrto” e não “em um pôrto” (16). O ponto, ou antes, a vírgula deve portanto ser proposta ao verbo “discoprìmo” e assim temos:

(15) — Erro de impressão por “bahia”, a que nos referiremos mais abaixo.

(16) — “Scoprire” em italiano, “descobrir” em português. “Discoprìmo” seria um dos iberismos de Vespucci.

(18) — Henry Harrisse, *The Discovery of North America*; part third: *Cartographia Americana Vetustissima*, pg. 422.

“fussi a tenere nella terra, che el viaggio passato discoprìmo, in un porto che li ponemo nome la badia di tucti e sancti”.

E' desta forma que traduziram o passo, além de Varnhagem, Capistrano e outros historiadores nossos; o famoso livreiro Bernard Quaritch, na sua edição fac-similar da “lettera” e Henry Vignaud na bela obra bio-bibliográfica sobre Vespucci. —

Outra é a opinião de C. Malheiros Dias (17) que, reconhecendo em bora ser claudicante em vários pontos a tradução da Coleção de Notícias aceita-a no trecho citado, porque, a exemplo da maioria dos historiadores portugueses modernos não quer perder a oportunidade de provar que Vespucci quer aí arvorar-se em anacrônico descobridor da Bahia de Todos os Santos, então conhecida desde quase dois anos.

Malheiros Dias, como outros antes e depois dele, não vê o absurdo de semelhante acusação contra um homem, que nada afirma, mas que, por força do regimento vem declarada e simplesmente à Bahia esperar o seu comandante e daqui só se afasta decorridos dois meses de baldada espera, “vendo que não vinha notícia alguma”; como se fôsse admissível houvesse encontro fixado numa enseada desconhecida! — Afinal de contas, para casos de desgarrê, em que o essencial é reunirem-se novamente os navios da frota, o regimento não prescreveria nunca a simples demanda de uma costa enorme, mas de um ponto determinado, conhecido, que, desta feita, foi a Bahia. Tudo tão claro, tão transparente.

Quanto ao “descobrimento” do Brasil, que Vespucci atribui à sua primeira navegação feita a serviço de interesses portugueses, devemos notar que, à sua saída de Lisboa, em 10 de Maio de 1501, Cabral ainda não havia voltado da Índia e que somente a 28 de Agosto daquele ano D. Manuel desvendou o seu segredo, comunicando os resultados da viagem cabralina ao rei de Castela. Entretanto, é muito possível que a nova andasse na boca do povo e principalmente na dos navegantes, mas de maneira confusa e, neste caso, Vespucci não pôde ou não quis identificar as terras percorridas em 1501 com as descobertas por Cabral no ano anterior.

Ainda há outra explicação. Os conhecimentos muito vagos originados do primeiro contacto com a nova terra na Bahia Cabralia careciam de melhor “descobrimento”, ou “exploração”, como hoje diríamos, sendo então a palavra tomada neste último sentido.

Voltemos, porém, ao nosso assunto. — Enquanto o percurso da viagem de 1501 se coaduna perfeitamente com o descobrimento da Bahia em 1º de Novembro, o mesmo não acontece com a de 1503. E, assim, correm por conta de Pedro Calmon os dois meses e quatro dias que êle faz Vespucci pa-sar em Fernando de Noronha, já que os outros adeptos de 1503 nada disto tentam provar. Mas, o relato do navegador neste particular é conciso demais para dar margem a tão grande demora. Ao oitavo dia de per-

(17) — História da Colonização Portuguesa no Brasil. V. II. pg. 296.

manência na ilha juntou-se-lhe outro navio trazendo a notícia do afastamento dos restantes. Ambos fizeram provisão de água, lenha e aves e seguraram também. A dianteira do capitão é um argumento a favor da máxima presteza e o “prouve a Deus dar-nos tão bom tempo que em 17 dias tomámos terra”, traduz nitidamente a pressa que levava.

A declarada rapidez com que Vespucci demanda a terra firme é mais uma prova contra a tese do descobrimento em 1503. Não basta a certeza da vinda de uma frota. E' preciso, e principalmente, que só chegue à altura da Bahia em 1.º de Novembro, pois nenhuma outra data justificava a denominação de “Todos os Santos”. O desagradável nessa conjectura é que ela também não cabe dentro do tempo que Vespucci gastou para chegar de volta a Portugal, tornando-a, outrossim, cronologicamente impossível. De fato, Vespucci chegou a Lisboa no dia 18 de Junho de 1504 com 77 dias de torna-viagem. Ora, tendo ficado na Bahia 2 meses e 4 dias e perto de 5 meses a construir uma fortaleza mais ao sul, é indispensável tenha aqui aportado em princípios de Setembro de 1503. Não lhe sobraria assim tempo para demorar-se em Fernando de Noronha, pois, naufragando a capitania em 10 de Agosto, Vespucci esperou a frota oito dias e gastou 17 na viagem o que, por si só, lhe tomou até 4 de Setembro para atingir a Bahia. Refrescaria portanto em Fernando de Noronha apenas alguns dias. Nem é admissível maior tardança numa ilha deserta, sabendo-se Vespucci à proximidade da Terra de Vera Cruz e não muito longe da Bahia de Todos os Santos, escala de espera obrigatória para qualquer navio desgarrado. De uma forma ou de outra, não é desta escala, em Setembro, que poderia originar-se o nome ligado ao 1.º de Novembro.

Pedro Calmon percebe a dificuldade e aventa então uma hipótese. Como por coincidência, lhe sobrem 2 meses e 4 dias para Vespucci alcançar a Bahia em 1.º de Novembro, exatamente prazo igual à demora indicada para a Bahia, êle se pergunta se aí não teria ocorrido troca entre a estada em Fernando de Noronha e a da Bahia. Já vimos porque se não justificaria semelhante suposição, ainda quando fôsse permitido ao comentarista inverter afirmativas muito claras de um documento em apóio de uma hipótese pessoal. E, haveria então troca também nas queixas de Vespucci pela tardança do capitão, queixas exclusivamente fundadas na sua retenção na Bahia?

Há porém outro argumento de peso contra o descobrimento da Bahia em 1503. E' mais um erro de leitura ou impressão no referido histórico das quatro viagens de Vespucci, onde o nome de “la baía” ou “la bahia” vem alterado para “la badia”. Por isto, quando, de 1505 para 1506, a “leitura” a Pedro Soderini se tornou pública, a nossa Bahia começa a figurar nos mapas transformada em “abadia”:

“Abatia de tutti Santi” — no Kunstmann II.º; e “Abbatia omnium Sanctorum” nos de Waldseemüller, de 1507 e 1516; no Ruysch de 1508, nas diversas edições de Ptolomeu de 1513 em diante e no de Schoener de 1520. — Dos mais antigos mapas conhecidos, apenas os dois primeiros, feitos logo depois do descobrimento da Bahia, trazem o nome certo:

o de Cantino — Abaia de Todos Sanctos, e
o de Canério — baie de tuti li santi,
justamente porque datam de época anterior à publicação da carta de Vespucci, em 1505/6.

Ignora-se quando foi desenhado o mapa de Canério. E' porém, algo mais recente do que o de Cantino, pois consigna nomes novos, mas é mui provavelmente anterior à volta de Vespucci da sua viagem de 1503, visto como ainda não registra a ilha de Fernando de Noronha, que naquela expedição se tornara tristemente célebre.

Quanto ao mapa de Cantino, estamos melhor informados. Cantino exerceu, no princípio do século 16, o cargo de enviado do duque de Ferrara junto à corte portugueza e por ordem dele mandou executar o mapa, possivelmente por desenhista italiano. Tendo voltado à Itália, em 19 de Novembro de 1502, Cantino escreveu ao duque uma carta datada de Roma, comunicando-lhe haver deixado o planisfério pedido nas mãos do Sr. Francisco Cataneo, em Gênova. Neste mapa, depois de pronto, foram inscritos, em cursivo, os descobrimentos realizados na terceira viagem de Vespucci, pois este, com os navios restantes da frota, acabava de chegar de volta a Lisboa, em 7 de Setembro de 1502 (18). As referidas adições são feitas em português, o que mostra serem anteriores à saída de Cantino de Portugal. E, assim sendo, a Bahia já estava descoberta em 1502.

Por outro lado, como vimos, o nome de "Abaia de todos Santos" no mapa de Cantino não é devido a um acréscimo "apócrifo", como sugere ainda Pedro Calmon, porque se o fôsse, leríamos nele "abadia" como em todos os outros projetados depois do de Canério, por cartógrafos não-ibéricos, nas primeiras décadas do século dezesseis. E' lógico.

Portanto, Varnhagen não "supôs" que a Bahia de Todos os Santos tivesse sido achada na viagem anterior. Ele tinha disto plena certeza, porque, a par do testemunho de Cantino, só a frota de 1501 se achava à altura da Bahia em 1.º de Novembro. Varnhagen possuía, além disto, um dos raríssimos exemplares da edição original da carta de Vespucci a Soderini e, como muito bem arremata Pedro Calmon", a narrativa de Vespucci é o que de mais claro se tem sobre a sua quarta viagem e consequentes descobrimentos. Neste ponto estamos de pleno acôrdo com o ilustre historiador, contanto que se tenha em mira o original ou uma versão mais fiel do que a da Coleção de Notícias, da Academia Portuguesa (19).

Mas porque se refere Vespucci ao descobrimento apenas ao relatar a 4.ª viagem? — Simples sequência de idéias. Na viagem de 1501 nada de especial ocorreu por ocasião da primeira entrada na Bahia de Todos os Santos.

Como todas as quatro viagens vêm relatadas na mesma carta, a referência accidental à primeira visita de permeio a fatos ocorridos na viagem seguinte, na qual coube à Bahia papel todo especial, é muito compreensível.

Quanto à maneira de encarar os merecimentos de Vespucci, Pedro Calmon está de parabens. Estava tardando esse bem merecido corretivo à

irritante xenofobia lusa, insistindo em denegrir a memória de um navegante, ainda numa época em que, à saciedade, estão acumuladas as provas de não caber a Vespucci a culpa das falsificações e dos axageros introduzidos nas edições dos seus relatos. Elas talvez nem chegassem ao seu conhecimento. Por outro lado, aos grandes vulgos da epopéia portuguesa não faz sombra a projeção guindada dos conhecimentos e humildes feitos do navegante forasteiro. A ciência náutica não foi obra de um homem ou de um povo. A injustiça mesquinha e ridícula contra Vespucci, que, digam, o que quiserem, nos forneceu os primeiros dados históricos da Bahia, não eleva Portugal; é antes uma ofensa à imarescível glória dos grandes descobridores lusos, que recusariam com desprezo os louros arrancados a quem os não pediu e que só lhe ornaram o túmulo

(19) -- Em lugar de uma tradução anônima, porque não consultar a que temos de Varnhagen; Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, vol. 41, parte I, pg. 5 e seguintes?

II.

“BAHIA” E “CIDADE DO SALVADOR”.

De quando em quando surgem na imprensa local, por motivo qualquer, ou sem razão alguma, opiniões e discussões sobre o verdadeiro nome da nossa Capital.

Entre os que se têm manifestado há os principiantes manejando argumentos que culminam em afirmativas dos nossos historiadores, ou ainda em documentos isolados, adrede escolhidos para secundar a opinião de quem os aduz e que, por isto mesmo, nada provam.

Também os houve afeitos a pesquisas pacientes, como Inocêncio Gois, cujas citações, compiladas há quase meio século (1), ainda hoje constituem defesa peremptória do único nome oficial de “Cidade do Salvador” em face do intruso “Cidade de São Salvador”, em que pese o seu emprêgo na nomeação do nosso primeiro bispo.

Mas, já passou em julgado a alteração na bula pontificia e não nos ocuparemos em novamente refutar o que vem sendo condenado desde o Visconde de Pôrto-Seguro. A variedade e o valor intrínseco de algumas das nossas citações servirão, entretanto, para reforçar indiretamente os argumentos daqueles que se levantaram contra a interpolação.

O nosso propósito, no presente artigo, é fazer ligeiro estudo comparativo do desenvolvimento histórico dos nomes “Bahia” e “Cidade do Salvador”, já que não mais satisfaz o que a respeito se tem publicado à vista do enorme acervo de elementos novos e de peso vindos a lume nestes últimos decênios e dentre o qual avultam a série dos “Documentos Históricos”, publicada pela Biblioteca Nacional e as “Cartas Jesuíticas” editadas pela Academia Brasileira de Letras.

Os primeiros refletem a usança oficial, a terminologia dos cartórios e das repartições, transcrevendo portarias e provisões, alvarás e patentes. Mas, também mostram a divergência entre esse formalismo e a linguagem mais corriqueira, ainda que palaciana, na publicação de grande número de cartas dos Vice-Reis e Governadores-Gerais. Há mesmo nestas últimas uma como continuação do que verificamos, no particular, nas missivas dos Jesuítas.

* * *

Quase cinqüenta anos medelam entre a descoberta da Bahia de Todos os Santos e a vinda de Tomé de Sousa.

Nesse intervalo familiarizam-se com ela os círculos governamentais

(1) Publicadas na Revista do Instituto Hist. e Geogr. vol. 12, pag. 209.

e náuticos, tanto pela situação privilegiada e suas condições favoráveis, como por diversos acontecimentos de relêvo. E, já que os mapas contemporâneos só conheciam, na lista dos seus portos ou pontos de refrêscos, pouquíssimas baías e nenhuma que se comparasse à Bahia de Todos os Santos, esta em breve se tornou simplesmente a "Bahia".

Provas disto são, entre outros documentos, uma carta de Luís de Gois, a própria carta-patente de Tomé de Sousa e diversos regimentos dados a altos funcionários destacados para comporem o primeiro governo central:

"..... enquanto os Franceses não passavam do cabo de Santo Agostinho mais que até a Bahia" (Carta dirigida por Luís de Gois de São Vicente a el-rei, em 12 de Maio de 1548). (2).

"..... povoação e terras da Bahia" (Da carta patente dada a Tomé de Sousa (3).

"..... da qual fortaleza e terras da Bahia vós haveis de ser Capitão". (Regimento que levou Tomé de Sousa, datado de Almeirim aos 17 de Dezembro de 1548 (4).

"..... e assim enviarão os ditos Provedores outro tal caderno à Bahia.....". (Do Regimento dos Provedores, de 17 de Dezembro de 1548 (5).

"..... entregar ao meu Tesoureiro, que há de estar na Bahia". (Do mesmo Regimento) (6).

"..... levareis o feito à Bahia.....". (Regimento do Provedor-Mor) (7).

"..... na Capitania da Bahia.....". (Do mesmo Regimento) (8.)

"..... depois de chegar à Bahia.....". (Do mesmo Regimento) (9).

"..... haveis de ordenar na Bahia.....". (Do mesmo Regimento) (10).

"..... que vá dar conta à Bahia.....". (Do mesmo Regimento) (11).

(2) Transcrita também por Braz do Amaral nos seus Comentários às Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, vol. I, pg. 255-6.

(3) Idem, idem pg. 262.

(3) Idem, ibidem pg. 262.

(4) Id. ibid. pg. 263.

(5) Documentos Históricos, vol. 36, pg. 204.

(6) Idem, ibidem, pg. 206.

(7) Id. ibid. pg. 347.

(8) Id. ibid. pg. 348.

(9) Id. ibid. pg. 349.

(10) Id. ibid. pg. 350.

(11) Id. ibid. pg. 351.

"Tanto que o dito Almoхарife for na Bahia.....". (Do mesmo Regimento) (12).

Simplesmente "Bahia", portanto, na bôca dos "brasileiros" como dos reinóis.

Nesta "Bahia" por excelência surge o primeiro governador-geral para fundar a capital da América Portuguesa.

Na Côrte, à vista do malôgro da tentativa de Francisco Pereira Coutinho, a tarefa de Tomé de Sousa era encarada com certa apreensão, que se reflete claramente nas minudentes instruções dadas por D. João III. Vários dos nossos primeiros historiadores e, entre êles, Gabriel Soares (13) e Jaboatão Jaboatão (14), afirmam que o próprio nome da nova cidade fôra fixado em Lisboa.

Discordaram, neste ponto, alguns estudiosos locais, como Sílio Bocanera Jr. e Inocência Gois, por não terem logrado conhecer documentos comprobatórios. Da mesma opinião parece ser o Visconde de Pôrto-Seguro quando diz: "A êste arrafal, ainda apenas em princípio, deu o primeiro Governador-Geral o religioso nome de Cidade do Salvador" (15).

Hoje essa opinião está vencida. A razão está com Gabriel Soares de Sousa e Jaboatão, como ressalta claramente da carta-patente do provedor Rodrigo de Arguelho de 19 de Janeiro de 1549, onde lemos:

"....."
"Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do ofício de
"Provedor de minha fazenda da Fortaleza do Salvador, na
"Capitania da Bahia de Todos os Santos, nas terras do
"Brasil.....". (Datada de 15 de Janeiro de 1549) (16).

Documentos como o que, em parte, acabamos de transcrever são de valor decisivo, não só no estudo presente, mas ainda para investigar a instalação da nossa Capital. Se dele tivessem tido conhecimento os que, de 1923 a 24, se manifestaram a respeito dêste ponto controverso, talvez outro teria sido o curso dos debates.

* * *

A referência local mais antiga que achámos à "Cidade do Salvador" traz a data de 1.º de Abril de 1549 e consta do Livro Primeiro do Registro de Provimentos Seculares e Eclesiásticos.

(12) id. ibid.

(13) Tratado Descritivo etc.; II. Parte, cap. V.

(14) Vol. I, § 109.

(15) História Geral do Brasil; vol. I, pg. 303.

(16) Documentos Históricos; vol. 35, pg. 27.

Ela se encontra na transcrição da carta-patente de Pêro de Gois nomeado capitão-mor da costa do Brasil,

"ao qual foi dado posse do dito cargo na Cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos, por Tomé de Sousa, Governador, ao 1.º de Abril do dito ano de 549, do qual primeiro de Abril começa a vencer seu ordenado" (17).

Antecede-a, no precioso assento, tão somente a carta-patente de Tomé de Sousa, infelizmente sem a data de lançamento.

Ainda em Abril de 1549, encontramos "Cidade do Salvador", em provisões passadas pelo provedor-mor Antônio Cardoso de Barros (18).

Seguem-se-lhes outros documentos do mês de Maio com idêntica menção, sendo deles o mais importante para o nosso estudo pela clareza dos seus termos iniciais, a provisão do porteiro da Fazenda, Contos e Alfândega, dada em 20 de Maio e que assim começa:

"Tomé de Sousa, Capitão desta Cidade do Salvador,

"Bahia de Todos os Santos " (19).

Dai por diante, os nossos documentos oficiais, eclesiásticos e cíveis, se atêm, geralmente, à denominação de "Cidade do Salvador".

Praxe igual adotam também os nossos primeiros historiadores Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, que distinguem sempre a Bahia (capitania, enseada) da Cidade do Salvador. A mesma tendência podemos verificar em alguns escritos de ordem particular da segunda metade do século dezesseis.

Mas, a denominação de "Cidade do Salvador" desde o início parece ter ressaibo de repartição, porque, na correspondência familiar, se lhe prefere Bahia. E o próprio Palácio do Governo não se livra desta influência. Já em 1558, Mem de Sá lança o seguinte despacho:

Cumpra-se este alvará de Sua Alteza e o suplicante haverá aqui o seu ordenado desde que chegou a esta Cidade da Bahia" (20).

Os Jesuítas são adeptos francos da denominação "Bahia", para designar a Cidade.

Das cartas do padre Nóbrega uma única foi datada "dêste Porto e Cidade do Salvador"; em tôdas as outras daqui enviadas dá visível preferência a "Bahia", "Desta Bahia", "Da Bahia".

(17) Documentos Históricos; vol. 35. pg. 8.

(18) Idem, ibidem; pgs. 189 e 265.

(19) Id. vol. 35, pgs. 29

No texto delas há 3 ou 4 vezes menção da Cidade do Salvador (21) contra numerosas ocorrências como :

- “esta cidade da Bahia; (pg. 83)
- “a casa da Bahia”; (pg. 116)
- “êste (colégio) da Bahia”; (pg. 130)
- “se eu achar o Bispo na Bahia”; (pg. 147)
- “Luiz da Grã o fará da Bahia”; (pg. 228) etc. etc.

Na deixa literária de Anchieta notamos a mesma tendência, senão quanto mais pronunciada.

Também êle, a par de várias referências, principalmente dos primeiros anos, data uma única carta da “Cidade do Salvador”, enquanto multiplica afirmativas um tanto surpreendentes como:

- “Na Bahia de Todos os Santos, também chamada Cidade do Salvador”; (pg. 36)
- “Desta Cidade da Bahia” de Todos os Santos; (pg. 266)
- “Bahia e Rio de Janeiro são d’El-Rei e Cidades”; (pg. 302)
- “Êste (Tomé de Sousa) edificou a Cidade da Bahia”; (pg. 303)
- “... e como a Cidade da Bahia teve aumentos,.....” (pg. 325)

O nome de Bahia de Todos os Santos aplicado à Cidade encontra eco esporádico em documentos oficiais, como, por exemplo, no Registro das Sesmarias com a data de 4 de Abril de 1560:

“.....em esta sua Cidade da Bahia de Todos os Santos” (22).

Os Jesuítas das “Cartas Avulsas” afinam pela prática dos seus grandes companheiros citados. Duas dezenas de “Cidade do Salvador” honreiam com numerosas “Bahia”. — O que nelas mais admira é a designação de “Bahia do Salvador” dada diversas vezes à Cidade (23).

Em meio de tanta confusão não deve, pois, admirar, se ocasionalmente depararmos o nome de “Salvador” aplicado à Capitania como acontece em dois documentos de Mem de Sá, de 1560:

- “.....nesta Capitania da Bahia do Salvador” (24).
- “.... desta cidade, capitania do Salvador (25).

(20) Id. ibid. pg. 419.

(21) A mais importante encontra-se na pg. 89.

(22) Documentos Históricos, vol. 36, pg. 423.

(23) Nas pgs. 155, 192, 231, 243, etc.

(24) Documentos Históricos, vol. 36, pg. 147.

(25) Anchieta — Cartas, Informações, etc. pg. 362.

Estes exemplos mostram com que facilidade se baralham e se entrelaçam topónimos relacionados e como é perigoso pensar que basta um documento ser antigo para fazer prova em assunto como o nosso.

São, finalmente, de Fernão Cardim as duas informações que se seguem:

“A Bahia é cabeça e Metrópole onde residem o governador, o ouvidor-geral etc.....” (26).

“A Bahia é cidade d'El Rei e a Côrte do Brasil” (27).

Em face de semelhante resultado em nossas verificações, quem ainda se admira que, desde o início do século 17, o nome de “Bahia” se vá sempre mais avantajando ao de “Cidade do Salvador”.

As cartas dos governadores-gerais são datadas da “Bahia”, e também o são, na maioria, os registros e as portarias. Só as provisões, as patentes e os alvâras continuam a paramentar-se do formalístico oficialismo de “Cidade do Salvador”. Mas, pelos deslises crescentes é fácil adivinhar a preponderância do nome popular em tôdas as esferas da sociedade.

Naquela época o padre Antônio Vieira, mencionando embora, vez por outra, “Cidade do Salvador”, começa a escrever as suas cartas da “Bahia”.

Fá-lo pensadamente, porque, como para justificar a sua preferência algo profana por “Bahia”, ele procura, logo no começo, explicar-lhe a origem:

“Abre esta costa do Brasil, em treze graus da parte do Sul, uma bôca ou barra de três léguas, a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma baía tão formosa, larga e capaz, que, por ser tal, deu o nome à cidade chamada por antonomásia — Bahia” (28)

E Vicente Rodrigues Palha, ainda que tome, com o hábito de São Francisco, o próprio nome oficial da nossa Capital, cujos arredores lhe serviram de berço, passando a chamar-se frei Vicente do Salvador, não é menor adepto do nome popular. Na sua História da Brasil, depois de ensinarnos, que a povoação de Tomé de Sousa foi chamada Cidade do Salvador, prefere apellida-la simplesmente “Bahia”.

Durante o cerco pelos Holandeses, em 1638, o provedor-mor Pedro Cadena de Vilhassanti escreve diretamente à sua Majestade uma “Relação

(26) Cardim — Tratados da Terra e Gente do Brasil, Rio, 1925; Compare: Serafim Leite, Páginas de Historia do Brasil, pg. 211.

(27) Anchieta — Carta, Informações etc.; pg. 409. — Compare: pg. 287.

(28) Azevedo, Lúcio d' — Cartas do P. Antônio Vieira, Vol. I, pg. 12.

Diária” dos acontecimentos correntes. São comunicações oficiais onde só se fala em Cidade da Bahia. —

A Restauração parece reavivar velhas praxes. É pelo menos esta a impressão que nos ficou do exame de grande número de documentos. E, um dos arautos do movimento creio ter sido Bernardo Vieira Ravasco, irmão mais moço do padre Antônio Vieira, e de reconhecida ilustração. Os documentos saídos da sua secretaria não dispensam o nome oficial da Cidade. Só depois de velho torna-se mais transigente.

Outros, no entanto, são menos rigoristas e essa divergência produz o concurso deveras interessante dos dois nomes, que notámos em muitos documentos do século dezessete, de um dos quais transcreveremos a seguir o final a título de ilustração.

“Dado e passado nesta *Cidade do Salvador*, em os 10 dias do mês de Outubro de 1655. — Registre-se. *Bahia*, 13 de Outubro de 1655” (29).

E, até hoje, continuamos neste pé.

* * *

Resumindo, podemos dizer :

I) que o nome “Bahia” aplicado à Cidade surgiu com ela e tem as suas raízes na promoção antonomástica do termo geográfico “baía” a nome próprio com o sentido de Bahia de Todos os Santos, em época anterior à vinda de Tomé de Sousa;

II) que a traslação espontânea de Bahia (reconcavo) para Bahia (cidade) obteve, de logo, foros de popularidade conservada até hoje;

III) que “Cidade do Salvador”, o nome oficial dado por instruções do governo português, trouxe do seu berço o cunho burocrático, que o relegou, mas e mais, às dependências governamentais, onde a custo faz valer os seus legítimos direitos.

(29) Consultem-se a respeito, entre outros, os volumes dos “Documentos Históricos” que se referem ao século dezessete.

III

A SOTERÓPOLE COLONIAL EM MINIATURA.

Dom Pedro Antônio de Noronha, 2.º conde de Vila Verde, 1.º Marquês de Angeja e 3.º vice-rei do Brasil é uma figura atual nesta época de reformas da nossa Capital e de preparativos para a comemoração do seu quarto centenário. Com efeito, foi ele, quando não o grande restaurador da Bahia-Fortaleza, pelo menos o maior propugnador da sua reforma geral, baseada num estudo preparatório de conjunto. Era militar competente e a fase do seu governo, de 1714-1718, propícia a tais idéias. O assalto ousado de Dugay-Trouin ao Rio de Janeiro, mais do que a longinqua guerra holandesa, dava-lhes atualidade e assegurava-lhes a simpatia da corte assustada. Logo no início da sua gestão o rei mandou-lhe um especialista condigno, o engenheiro João Massé, que acabara de encaminhar as novas fortificações do Rio de Janeiro.

Por entre os estudiosos dos tempos coloniais predomina a convicção, e neste ponto julgo os outros por mim, de que as nossas fortificações surgiram de empreendimentos fragmentários, desarticulados ao sabor das sugestões esporádicas dos governadores, ou das ordens régias e que, finalmente, acabaram dando a impressão de um sistema sofrivelmente eficiente. Ao que parece, na maior parte das vezes assim foi, tal qual em nosso urbanismo. — Pelo menos de uma feita, entretanto, foi diferente. Os dois militares: Noronha, general e governante experimentado, e Massé, engenheiro capaz, entendiam-se. O Marquês era metódico. Em dez de Julho de 1714, menos de um mês após a sua posse, já dava ao rei uma idéia preliminar das obras principais a serem feitas e prometia o envio das plantas. Para cumprir esta promessa fizeram-se da nossa Capital os levantamentos panorâmicos de conjunto de que nos dão conta duas plantas gerais e um longo memorial, onde, ao lado de sugestões ponderadas, encontramos a condenação formal de vários dos nossos fortes, envolvidos, já então, pela Cidade a estender-se ininterruptamente.

Entretanto, o que nos interessa no momento são menos os velhos planos de fortificação do que os estudos preparatórios com que o marquês de Angeja pretendeu justificar a sua reforma. — Uma das plantas topográficas é conhecida, principalmente através da cópia feita por Vilhena e reproduzida na edição das suas Cartas Soteropolitanas. O seu autor é o engenheiro militar, brigadeiro João Massé. Devemos a sua conservação ao cuidado do marquês de Angeja, que, 2 dias antes de deixar o governo, dirigiu a seguinte portaria ao provedor-mor desta Cidade:

“O Provedor-mor da Fazenda, mandará ter com bom cuidado na casa dela as seis plantas das fortificações desta cidade, em que entra a geral, e cinco particulares, metendo-as juntas em um canudo

de folha de flandres, para que estejam com todo o resguardo e segurança, e com elas o papel que também se lhe remete do Brigadeiro João Massé, que fez as ditas plantas, para a sua maior inteligência e direção; e se fará termo de que fica dito papel e seis plantas na mesma Casa da Fazenda, o que se lançará no livro que El'Rei meu Senhor ordenou houvesse na mesma Casa da Fazenda, assim para tudo o que pertence às ditas fortificações, como para nele se lançarem as despesas que com elas se fizerem, e poder-se dar conta ao dito Senhor quando for servido mandá-las pedir do que importam as tais despesas; e hei por muito recomendado ao dito Provedor que esta minha ordem se execute com todo cuidado, para que em qualquer tempo que haja a menor dúvida sobre as fortificações, se sigam as ditas plantas, como também para que os empreiteiros se não afastem delas. E ao Senhor Conde do Vimieiro, meu sucessor neste Governo Geral dará conta de que se acham por minha ordem na Casa da Fazenda as tais plantas, para que sendo o dito Senhor servido querer vê-las lhas apresente para as diminuir ou acrescentar. — Bahia e Agosto 19 de 1718.

(Doc. Hist. vol. 55, pag. 128/129).

É de supor que o Marquês remetesse uma cópia dessas plantas à corte. Porém, não é nelas que deixou ficar a sua argumentação. Mandou ainda fabricar, certamente por mais expressiva, uma grande maqueta da Cidade, talvez a sua única representação no gênero até hoje. Este fato deduz-se de várias portarias colhidas nos "Documentos Históricos". A primeira é a seguinte:

"O Provedor-mor da Fazenda Real dêste Estado mande pagar doze tostões por mês uma casa que tomou por ordem minha para recolher nela a planta desta cidade, que está fazendo de barro o ajudante Manuel de Almeida, o qual declarará o dia em que recebeu a chave da dita casa". — Bahia e Dezembro 5 de 1715. Rubrica.

Manuel de Almeida deve ter sido ajudante do escritório de engenharia militar. Talvez o engenheiro Massé dirigisse o trabalho, embora se ausentasse no ano seguinte para Pernambuco. (Doc. Hist. 54, pg. 172).

ajudante Manuel de Almeida, o qual declarará o dia em que recedemorado. Depois de ano e meio, entretanto, estava pronta para ser acondicionada e receber os últimos retoques, conforme se depreende de outra portaria:

"O Provedor-mor da Fazenda Real dêste Estado mande logo um ou dois oficiais de carpinteiro para a casa onde o ajudante Manuel de Almeida Mar tem feito de *vulto a planta desta Cidade*

e o tabuado que fôr necessário para se fazerem *caixões* aonde se vão mantendo *as partes* em que está dividida a dita planta". — Bahia e Abril 16 de 1717. (Doc. Hist. vol. 54, pg. 225).

O nome completo do artista é, portanto, Manuel de Almeida Mar. A maquete fôra confeccionada em secções, pois era "de vulto" e para a sua embalagem foram precisos vários caixões. — Mas, um trabalho em relêvo de barro crú devia ter pouca consistência e aspecto algo inexpressivo. Era preciso pintar a maquete, indicando a vegetação e fazendo sobressair as construções. E' o que depreendemos da portaria seguinte:

O Desembargador Provedor-mor da Fazenda Real dêste Estado mande entregar ao ajudante Manuel de Almeida mais 20\$ em dinheiro para comprar tintas e óleos para pintar a cidade que está fazendo de barro, e não terá efeito a portaria antecedente a esta para o mesmo particular passada em 3 do corrente". — Bahia e Outubro 7 de 1716. (Doc. Hist. vol. 54, pg. 179).

Dois meses mais tarde faltava fazer sobressair a orla marítima com pintura adequada, o que foi providenciado por mais esta ordem:

"O Desembargador Provedor-mor da Fazenda mande dar ao ajudante Manuel de Almeida Mar dez mil réis para comprar tintas para a pintura do mar da planta da Bahia, "que fez de barro", dos quais não será obrigado a dar contas; e esta despesa se fará pela consignação applicada às fortificações desta Praça". — Bahia e Junho 1.º de 1717.

(Doc. Hist. vol. 54, pg. 252).

Era tinta a valer. A maquete tornara-se a menina dos olhos de Angeja. E, a pintura saiu a contento; d'aí novo pagamento, desta vez ao pintor:

"O Desembargador Provedor-mor da Fazenda mande dar dez mil réis a Manuel Soares Sol, pelo trabalho que teve em pintar os mares da planta de barro desta Cidade, a qual despesa há de ser feita por onde se fez a mais pertencente à mesma planta. — Bahia e Novembro 8 de 1717". (Doc. Hist. vol. 54, pg. 177).

Cinco meses para a pintura da fimbria do mar parecem tão avantajados quanto os vinte mil réis que ela custou. Talvez o barro chupasse muita tinta e esta secasse devagar.

Temos, assim, pronta a obra prima, que devia orientar a reforma, senão do traçado urbano, certamente o da fortaleza indicando claramente, pela conformação do terreno, pelas construções existentes e a visão de con-

junto enfim, a inocuidade de alguns fortes e a realização difícil de certos planos, como, por exemplo, o da cidadela de São Bento, sugerida por alguém.

Que fim terá levado a maqueta do marquês de Angeja? — Pensámos a princípio que se destinasse ao uso próprio do vice-rei. Fomos porém obrigados a mudar de parecer, quando mais longe descobrimos esta referência:

“O Provedor da Fazenda entregará à ordem do capitão (!) Manuel de Almeida Mar a estopa que faltar para o modelo da cidade da Bahia, que o dito fez de barro para ir *para Lisboa*”. — Bahia e Abril 22 de 1718. (Doc. Hist. vol. 55 pag. 18).

Aí está. O governador, aqui presente e tendo estudado no local as falhas das nossas defesas, não precisava da maqueta; porém, conhecendo não menos as deficiências da Metrópole, achou indispensável reforçar as suas idéias com a reprodução em miniatura da Cidade do Salvador, que seria mais elucidativa do que o simples desenho. E, assim seguiu em demanda do Reino a “planta de barro” do marquês de Angeja. E’ o que permite concluir a última portaria que a respeito achámos:

“O Provedor-mor da Fazenda mandará meter nos navios da frota, ou nau de guerra a planta desta Cidade que fez de barro o capitão Manuel de Almeida Mar, recomendando aos mestres dos navios em que se embarcar a levem com todo o cuidado para que não chegue com o menor dano”. — Bahia e Agosto 3 de 1718”. — Doc. Hist. vol. 55, pag. 72).

Com esta ordem de embarque perdemo-la de vista. Se mereceu as honras da conservação, essa Bahia minúscula esfarelou presumivelmente 40 anos mais tarde no mesmo terremoto que destruiu Lisboa. — Aos nossos reformadores fique ao menos o exemplo desse governante planejador, meticoloso e, ao mesmo tempo, um dos maiores defensores do nosso Dique, que foi o marquês de Angeja.

O Templo e a Imagem de N. S. da Ajuda de Salvador

Palestra realizada pelo Dr. Alberto Silva a 27 de setembro no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Aos 29 de março de 1549, todos sabemos, chegou ao porto desabrigado da velha povoação do Pereira a armada de seis naves do nosso Primeiro Governador Geral. Dois dias depois realiza-se o desembarque geral, com procissão solene, indo à frente com a cruz alçada o Padre Nobrega, segundo uns, ou o Padre Navarro, segundo outros. Mas, vamos ao que importa. Chegados aqui verificaram os inigistas lusitanos não haver igreja condigna para os seus officios religiosos. Arvoraram, então, "com grande devoção e igual fé uma formosa cruz em campo raso à sombra da qual se alojaram no mesmo lugar, por espaço de um mês enquanto tratavam de ganhar vontade aos bárbaros e de escolher o sítio para a nova cidade que queriam fundar" (Baltazar Teles). Todavia, acharam, apenas o que Nóbrega crismou de "uma maneira de igreja". Seria esta um templo já em ruínas? Ou seria uma "casa de orações"? Para o Visconde de Porto-Seguro essa "maneira de igreja" foi a ermida de N. S. da Vitória que se achava em ruínas. Ouçamo-lo: "Apresentaram-se junto da arruinada capelinha da Vitória que consertaram para nela começar a celebrar as suas práticas religiosas". Diverge, porém, Teodoro Sampaio, considerando "que essa maneira de igreja ou casa de orações não pode em rigor ser atribuída ou aplicada à igreja da Vitória". E acrescenta: "Talvez ficasse nas imediações do forte e mui provavelmente sobre o outeiro, a cavaleiro dêste, onde se vê a Igreja de S. Antônio da Barra, a qual de princípio foi uma simples ermida cuja origem ainda hoje se desconhece mas de que o Roteiro Geral de 1587 faz menção". Terá razão o nosso saudoso tupinógrafo? Ou Varnhagem estará certo? Se existissem dois templos por certo Nóbrega aludiria, o que não o fez. De qualquer forma é possível que fôsse celebrada nessa "maneira de igreja" aquela missa solene

de domingo 31 de março de 1549. De fato, "diz-se missa cedo", escreve Nóbrega. "Os Padres confirmaram os votos já feitos. Eu preguei ao Governador e à sua gente e o Padre Navarro à gente da terra".

Aposentaram-se, também, os seis teatinos, numas casas junto à ermida em ruínas da Vitória ou junto à "maneira de igreja", casa de orações, segundo Teodoro Sampaio. E' Nóbrega quem esclarece: "aposentamos os Padres e os Irmãos em umas casas a par dela (maneira de igreja) que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos e nisso ocupamos agora". Assim sendo, deixaram êles aquele alojamento "à sombra da cruz" como escreve Baltazar Teles, acolhendo-se em casas, certamente de taipa de mão e de palha, levantadas por Antônio Pires para suas improvisadas moradias. Consertaram, pois, a "maneira de igreja", segundo a abalizada opinião de Varnhagem e nela celebraram aquela missa solene ao Espírito Santo por haver Tomé de Sousa descoberto "meia légua adiante" na "costa e enseada percorridos, um mar limpo e uma ribeira com boas fontes d'água". Era o pôrto da futura cidade. Mas, a ermida mesma consertada da povoação do Pereira não resolvia o grande problema do culto religioso da cidade do Salvador que seria construída "em outra parte mais p'ra dentro da Bahia", conforme ordenava o Regimento do Governador Geral. Impunha-se, portanto, lançar os fundamentos de uma nova ermida embaixo a dentro dos muros da futura capital do Brasil. Transportada a gente de Tomé de Sousa para o escolhido local do burgo colonial lusitano trataram aqueles jesuítas "de levantar uma igreja a que deram por nome N. S. da Ajuda como quem necessitava tanto do amparo e ajuda desta Soberana Rainha". Edificaram, então, "perto dos antigos Paços da Câmara uma igreja de taipa coberta de palha" (Serafim Leite). Construção rápida. Aqueles seis jesuítas trabalharam dias inteiros, com ardor e diligência. Êles mesmos "eram pedreiros e carpinteiros e eram os que acodiam a tôda obra da Igreja porquanto os mais portugueses se ocupavam uns nos muros da cidade e outros nos edifícios de suas casas, conforme a Repartição que tinham" (Baltazar Teles). "Os jesuítas trabalharam com as próprias mãos e suores, acrescenta Simão de Vasconcelos, iam ao mato, cortavam as árvores, traziam a madeira às costas e o mais necessário". Nobre esforço! "Enquanto os portugueses se ocupavam nas fortificações da cidade trataram os jesuítas também de levantar uma fortaleza para o Céu e deram princípio a uma igreja e sendo êles os pedreiros e carpinteiros, applicaram a sua obra com tanto zelo e cuidado que em breve tempo puseram a igreja capaz de poder nela dizer missa e administrar os sacramentos" (Agostinho S. Maria). Realmente "era tão grande o desejo que tinham de ver acabada a igreja para nela ser honrada a Rainha dos Anjos que (posto que muitas vêzes lhes era necessário pedir de porta em porta) em breve tempo puseram a obra em altura que, quando se não precataram os portugueses se viram com uma igreja em que pregavam, administravam os sacramentos, fazendo officios de cura de almas por não haver sacerdote" (Baltazar Teles).

UM DOS PRIMEIROS EDIFÍCIOS DA CIDADE

Não temos dúvida em afirmar, portanto, que a ermida de N. S. da Ajuda foi uma das primeiras construções da cidade. Houve indiscutivelmente um deliberado intento por parte dos jesuitas de inaugurá-la o mais breve possível. Tanto Baltazar Teles, em 1645, na sua *Crônica da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, como frei Agostinho de S. Maria, em 1722, no seu *Santuário Mariano*, falam em “breve tempo”, quando se referem à construção da igrejinha de N. S. da Ajuda. De sua vez o jesuíta Fernando Castro, escreve o seguinte em sua *Crônica da Igreja do Brasil*: “construiu-se rapidamente o santuário que dedicaram a N. S. da Ajuda”. Existe, porém, um autor que diverge de todos sem razão alguma plausível: é Inácio Acioli em sua “*Vida do Padre Manoel da Nóbrega*”. Aceitando, êle, o dia 6 de agosto de 1549, como o da fundação da cidade, acrescenta que nesse dia “houve u’a missa votiva ao Espírito-Santo celebrada em altar portátil no mesmo terreno onde pouco depois êle com os seus companheiros servindo de operários deu comêço a fatura da Capela de N. S. da Ajuda”. Conclui-se de suas palavras que, em 6 de agosto de 1549, não existia ainda a igrejinha de N. S. da Ajuda, pois a missa solene da inauguração da cidade foi celebrada por Nóbrega num altar portátil no mesmo lugar em que pouco depois ela seria levantada. Verdade? Não. Divergimos de Acioli por vários motivos. Um dêles, por exemplo, é que já existindo em 6 de agosto de 1549 cêrca de cem casas construídas na cidade, não existisse, ainda, nesta uma simples igrejinha para as cerimônias religiosas dos jesuitas e do povo crente. Demais, em carta assinada aos 9 de agosto, Nóbrega declara textualmente “nesta cidade do Salvador” o que vale dizer a cidade estava fundada, sem contar, portanto, como quer Acioli, com o seu templozinho primitivo. Não é possível. A capelinha de N. S. da Ajuda, esta a nossa opinião, foi mesmo uma das primeiras construções surgidas na cidade. Desconfiamos que ela já estivesse pronta em junho de 1549. Talvez aquela missa solene de 13 do mês citado que devia preceder à procissão de Corpus-Cristi, de que nos fala Nóbrega, fôsse celebrada em seus altares modestos. Até porque o primeiro templozinho da Ajuda foi simples e ligeiro. Era todo de taipa de mão e de palha. Além do mais, o mestre de obra que o levantou, o jesuíta Antônio Pires, chamado por Nóbrega “oficial de tudo” não gastava mais de quarenta dias em construções semelhantes realizadas no recôncavo da cidade. Numa carta escrita em agosto de 1549 faz Nóbrega referências a u’a missa solene celebrada a 21 de julho do ano citado, na cidade do Salvador. Esclarece então o nosso preclaro inigista: “estiveram aqui por dia do Anjo (refere-se a Diogo Jacome e Leonardo Nunes) onde batisamos muito, tivemos missa cantada com diácono e sub-diácono: eu disse missa e o Padre Navarro a Epístola, outro o Evangelho. Neonardo Nunes e outro clérigo com leigos de boas vozes regiam o côro”. Tal solenidade religiosa, não tenhamos dúvidas, foi realizada num templo que não foi outro senão o da Ajuda, o único existente na ocasião

dentro nos muros da cidade. A notícia oficial, porém, da existência da nossa primeira igreja citadina, só foi transmitida por Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues em Portugal, em janeiro de 1550. Escreveu, então, o dedicado inigista: "fizemos construir em lugar mais conveniente uma igreja onde os cristãos ouvem missa e junto uma casa onde o irmão Vicente Rodrigues e Simão Rodrigues ensinam os meninos".

PRIMEIRAS CERIMÔNIAS DA ERMIDA D'AJUDA

Ao nosso ver as primeiras solenidades religiosas realizadas na igreja jesuítica foram aquela missa solene provavelmente celebrada antes da procissão de Corpus-Cristi, a 13 de junho de 1549 e a "missa cantada" de 21 de julho do mesmo ano, referida por Nóbrega, dias depois, em sua carta de agosto. Coube a Nóbrega exercer, primeiro, o ministério de pároco da capelinha d'Ajuda. Mas, existia pároco nesta cidade aos primeiros meses de sua fundação? Existia. Desde 11 de fevereiro de 1549 que Manoel Lourenço foi provido no lugar "de vigário da igreja do Salvador". E viajou com Tomé de Souza porque o Bispo Pedro Sardinha o encontrou aqui em 1552, quexiando-se até do seu "desejo de ganho" em carta escrita vinte dias depois da sua chegada. Esse Padre Manoel Lourenço que se ausentou em 1554 foi substituído primeiro por Luis Dias e depois definitivamente por João Lourenço a 29 de maio de 1556. Ora, se existia pároco, e até vários, "vindos com os donatários", segundo Rocha Pombo, como entender esta afirmativa de Baltazar Teles de que "os jesuítas faziam ofícios de curas de almas por não haver até então outro sacerdote?" Teriam sido afastados por causa de procedimentos censuráveis? Além do Bispo Sardinha, Tomé de Sousa escreveu ao Rei denunciando abusos cometidos pelos sacerdotes da terra. E o próprio Nóbrega secundando-os, manda dizer ao seu Provincial o seguinte: "Cá há clérigos, mas é a escória que de lá vem". Assim, pois, é provável que os jesuítas não quisessem entregar a tais sacerdotes, "escória que de lá vem" a vigararia da sua igreja. Deram-na possivelmente em 1556 ao Padre João Lourenço, vigário recém-nomeado, o mesmo que no ano imediato registraria, a 5 de outubro, o óbito de Caramurú. E' o que nos parece. A vinda, entretanto, do primeiro Bispo importou na elevação, embora transitória, do templo de N. S. da Ajuda à condição de Sé da cidade, a "Sé de palha", como se tornou conhecida. Ou também igreja dos Mercadores porque "ao longo desta rua lhe fica outra muito bem assentada também tôda povoada de lojas de mercadores e ao tôpo está uma formosa igreja de Nossa Senhora da Ajuda com a sua capela de abóbada" (Gabriel Soares).

Quais as primeiras grandes cerimônias da igreja jesuítica? Naturalmente, tal dissemos, a missa solene, ao que parece, do dia de Corpus-Cristi, a 13 de Junho de 1549 e a do Anjo Custódio a 21 de Julho do ano citado. Depois sempre houve na Ajuda missões, confissões, pregações diárias, práticas às setas-feiras" onde vem muita gente principal nos quais há muita emenda na vida e exemplo". Pedro Sardinha, o primeiro Bispo, chegou a esta

cidade a 22 de Junho de 1552, pregava, sete dias corridos, na igreja da Ajuda pela festa de S. Pedro e de S. Paulo “produzindo notável impressão o seu discurso”. A 15 de Agosto do mesmo ano, portanto duas semanas depois, celebrava-se na ermidazinha dos jesuitas a primeira missa pontifical do Brasil. Ouçamos Nóbrega: “Disse missa com pontifical, dia de N. S. de Agôsto, coisa tão nova e de tanto espanto nesta terra, e eu e outros Padres ministramos ali com capas e folgara muito Vossa Reverendíssima que nos ver por quão bem o fazíamos não havendo feito nunca”.

O SEGUNDO TEMPLO

Mas, já por essa época (referimo-nos ao ano de 1552) a primitiva ermida d'Ajuda ameaçava ruir. Não era possível durar mais, tanto era “de taipa de mão e de palha”. Nesse ano Nóbrega avisa, logo, ao Padre Provincial, o iminente desabamento nos seguintes termos: “a nossa igreja que fizemos se nos cai. Agora ajuntarei estes Senhores mais honrados que nos ajudem a repará-la até que Deus queira dar outra igreja de mais dura”. Foi atendido, felizmente, o apêlo de Nóbrega: “Senhores mais honrados” reergueram, de fato, com as suas patacas o templosinho ameaçado. Os teatinos, tal dissemos, foram porém os seus primeiros administradores e os seus primeiros párocos até que chegou do Reino em 1556 o Padre João Lourenço, recebendo, então, “a vigararia, a casa e a igreja que êles com tanto suor haviam edificado” (Simão de Vasconcelos). Erigida em paróquia pelo Bispo Sardinha, a igreja da Ajuda contou assim com o seu primeiro cura, ao nosso ver, o padre João Lourenço. A restaurada ermidazinha não parou sequer um dia a sua sagrada missão: continuaram sempre os seus ofícios religiosos, as suas pregações, as suas práticas, as suas confissões e as suas comunhões. Sob os seus tóscos altares ajoelharam-se, ouviram missas, camandularam grossas contas de rosários negros, Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá e outros governadores-gerais. Da sua tribuna Pedro Sardinha predicou a dezenas de fiéis contritos e profligou, a 1º de novembro de 1554, os desregramentos de D. Alvaro, filho de Duarte da Costa. Nóbrega e Gan, iniciaram nela a santa cruzada da catequese dos nossos selvícolas e Vieira, o grande Vieira, exaltou a reação ao inimigo invasor.

O TERCEIRO TEMPLO

A reconstrução, porém, que Nóbrega reclamára, também não foi definitiva. Concluiu-se, desta forma, em 1579, um terceiro templo “de pedra e cal” cuja “capela abobadada” foi admirada em 1587 por Gabriel Soares. Todo o seu madeiramento foi retirado nessa ocasião das matas próximas das baixadas do Guadalupe. Ainda hoje existe no templo referido uma lápide comemorativa dessa reconstrução com as iniciais inigísticas — I. H. S. — e a data 1579. Durante mais de três séculos a capela da Ajuda

apresentou a sua conhecida característica seiscentista: estilo barôco, toda de pedra e cal, uma cruz ao alto, três janelas de frente, uma porta principal ladeada por duas menores. Viam-se também em seus altares e em sua nave imagens e relíquias valiosas. Assim, admiravam-se a imagem de N. S. da Ajuda, ostentando, nessa ocasião, um véu de rendas de Peniche, a de Deus Menino, a de N. S. da Boa-Nova, a de S. Luzia, a de S. Antônio, a de S. Apolônia, a de S. Gonçalo, a do Senhor Bom Jesus dos Milagres, a do Senhor da Salvação, a de N. S. do Monte-Carmelo, a do Senhor Morto e a do Bom Jesus dos Passos de Vera-Cruz. A imagem de N. S. da Ajuda conserva-se ainda no altar-mór entre as imagens de S. Antônio, à direita e a de S. Gonçalo, à esquerda. Merecem ainda registo especial pelo seu valor artístico-histórico, além da imagem de N. S. da Ajuda, que estudaremos linhas adiante, a do Senhor dos Passos, existente já em 1703 no Convento do Carmo, "toda de carvalho, verdadeira obra-prima de escultura, de tamanho acima do natural, ricamente ornamentada, possuindo um andor e uma cruz todos chapeados de prata"; a imagem do Senhor Morto, "de grande vulto e rara perfeição artística"; a imagem do Senhor Bom Jesus dos Milagres, causa de prolongada questão entre a Irmandade e o Cel. José Pereira da Costa, que não queria devolvê-la encarnada, e finalmente a imagem do Senhor da Salvação, uma das mais antigas desta cidade. Quanto às relíquias, muitas desaparecidas com a última reforma da igreja, podem ser catalogadas do seguinte modo: numerosos azulejos de valor inestimável, uma porta de presbitério, dois confessionários, uma lâmpada de prata, um lavatório, um fôro de sacristia, painéis representando os atos da paixão de Cristo e finalmente o pulpito de madeira, admirado, ainda hoje, onde, tal dissemos, Vieira pregou o célebre sermão contra os flamengos.

O QUARTO TEMPLO

O templo da Ajuda, verificamos, foi ainda chamado igreja dos Mercadores. Documentos do século 18, ali por 1727, chamaram-no, também, Capela de Santa-Cruz, por causa da imagem existente em seus altares de Senhor Bom Jesus dos Passos de Vera-Cruz. A irmandade primitiva da igreja da Ajuda e que existia ainda em 1757, chamava-se dos Santos Passos de Cristo. Em 14 de janeiro de 1807 o templo da Ajuda é, porém, incorporado ao patrimônio nacional, sendo doado, vinte anos depois à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos e Vera-Cruz, que responde até hoje pelos seus destinos. A remodelação por que passou esta cidade em 1912 atingiu, entretanto, a velha igreja jesuítica de 1579. Veio então abaixo a nossa primitiva "Sé de palha", sendo construída outra a poucos metros da anterior que é a atual, em puro estilo manuelino. A última cerimônia religiosa foi a missa solene celebrada a 16 de agosto de 1912 pelo então Arcebispo Primaz D. Jerônimo Tomé da Silva. Onze anos depois, numa certa manhã de 6 de julho de 1923, inaugura-se solenemente

o novo templo, o atual, em meio às grandes festas cívicas da nossa libertação política.

A IMAGEM DE N. S. DA AJUDA

Estudemos, finalidade principal dêste trabalho, a verdadeira procedência da imagem de N. S. da Ajuda, “a padroeira do templo”, no dizer de Serafim Leite. A primeira igreja, a de 1549, tôda de “taipa de mão e de palha”, foi concluída em meio ao azafama da construção da cidade. Conta-se, então, que mercadores que se estabeleceriam depois na rua que lhes tomou o nome, trouxe em procissão, da nau “Ajuda”, do comando de Duarte Lemos, a imagem da Virgem que, parece-nos demora ainda no altar-mór do templo aludido. Pergunta-se: a imagem atual é a mesma que foi retirada do oratório da nau “Ajuda”, da esquadra do Primeiro Governador? Vejamos. “Ajuda, escreve Serafim Leite, é o nome de uma das naus da armada de Tomé de Souza e dela foi trazida para sua igreja a imagem da padroeira”. Veneramos hoje essa imagem histórica no altar-mór do templo jesuístico, ladeada, como foi dito, pelas imagens de S. Gonçalo e de S. Antônio. Escreve o autor do “Santuário Mariano” que “na ocasião das necessidades públicas, como de grandes sêcas ou de demasiadas chuvas tiravam essa imagem do altar e a levavam em procissão por tôda a cidade e com esta diligência se experimentava que conseguiam logo de Nosso Senhor os despachos de sua petição”. Todos os anos, a 18 de dezembro, celebrava-se a festividade de N. S. da Ajuda; havia solenosa procissão pelas ruas circunvizinhas. Antigamente tal festividade era realizada a 21 de dezembro. Em Pôrto-Seguro, já relatava Mateus de Aguiar, em 1621, procissão idêntica era realizada “na primeira oitava do Natal”. Também em Cachoeira, a capela de N. S. da Ajuda, “a primeira edificada em Cachoeira, então pertencente à família Adorno, realiza a festividade da sua protetora, no fim do ano, na segunda dominga de novembro”. Seria oportuno esclarecer a razão de ser no fim do ano tal festividade, porque até hoje não há explicação séria para o caso. Apontam o verão, permitindo a festividade, pela ausência de chuvas frequentes. Aliás, o reparo é antigo. Em 1722 declarava frei Agostinho de S. Maria, autor do “Santuário Mariano”, não saber o motivo porque se festejava a 21 de dezembro a imagem de Nossa Senhora da Ajuda”. Voltemos, porém, para finalizar, ao que mais interessa: a imagem de N. S. da Ajuda, do templo homônimo desta cidade do Salvador, é a mesma que foi retirada do oratório da nau “Ajuda”, da armada de Tomé de Souza? Manuseando o “Santuário Mariano”, editado em 1722, obra de frei Agostinho de S. Maria, encontramos os seguintes dados referentes à Imagem de N. S. da Ajuda: “está colocada no Altar-Mór, é de escultura de madeira estofada, tem a altura de seis palmos e meio, traz sobre o braço esquerdo o menino Deus, entende-se que foi feita em Lisboa”. Serafim Leite, no seu recente trabalho História da Companhia de Jesus no Brasil, declara então que “Ajuda é o nome de uma das naus da armada de Tomé de Souza

e foi trazida para a sua igreja a imagem da sua padroeira". Ora, a imagem de N. S. da Ajuda que se venera ainda hoje na igreja do mesmo nome conserva ainda as mesmas características encontradas em 1722 por frei Agostinho de S. Maria: "está colocada no altar-mór", embora não seja este mais o primitivo, é de "escultura de madeira estofada", mede "seis palmos e meio de altura", "traz sobre o braço esquerdo o menino Deus" e "veio de Lisbôa", pois não parece obra nossa.

Repetimos: será a presente imagem de N. S. da Ajuda do templo homônimo da nossa cidade a mesma retirada da nau de Duarte Lemos? Opinamos pela afirmativa.

LUIZ VIANA

POR DEOLINDO AMORIM

Das figuras políticas que o regime republicano reuniu na Bahia, para formar a primeira linha de seus valores, uma das mais ilustres, sem dúvida alguma, é Luiz Viana. Filho da região do São Francisco, embora tenha conservado qualidades típicas de sertanejo, não é um patriarca regional, um chefe de grupo elevado à direção dos negócios públicos e ao supremo posto de condutor das forças políticas de seu Estado, mas um homem de vocação política, com perspectiva bem larga. Nenhum chefe político de seu tempo, e a Bahia os teve dos mais notáveis, principalmente em Severino Vieira e José Joaquim Seabra, conseguiu dominar o meio, sobrepor-se às circunstâncias com tanta singularidade. Tendo saído da magistratura, da rotina forense para a presidência da Assembléia Constituinte estadual, exerceu grande influência na vida de sua terra, justamente quando altas expressões de cultura e experiência pontificavam nas organizações partidárias da Bahia.

O traço mais forte da personalidade evidentemente extraordinária de Luiz Viana é a intuição dos acontecimentos. Conhecia os homens, sabia aproveitá-los em qualquer situação, preconizava soluções, previa o desfecho das crises políticas por mais complexas que fossem as causas de uma divergência, de um desvio de opinião. No conhecimento dos homens, que é o segredo de muitos triunfos políticos, no poder de penetração, que lhe permitia desanuviar os disfarces da psicologia humana, esta a mais rara qualidade política de Luiz Viana. A época e o meio em que se projetou, quando se nivelavam tantos talentos e se confundiam nomes arrolados do velho e do novo regime, constituem os melhores elementos para a crítica de sua personalidade no seio de uma plêiade valorosa.

A República encontrou a Bahia com brilhante quadro político. Dos remanescentes do Império, alguns eram estadistas de relêvo nos últimos Cabinets Ministeriais. O prestígio pessoal do Conselheiro Dantas, por exemplo, sobreviveu às alterações políticas do último decênio da Monarquia,

podendo-se considerar que a popularidade do antigo chefe liberal chegava a ser igual à dos estadistas de maior irradiação nacional. Dantas saiu do Ministério de 1884 com os louros de uma batalha política das maiores então desenroladas no Parlamento, depois de haver defendido a posição do Governo em face do problema servil com uma fórmula incisiva e enérgica: *nem retroceder, nem parar, nem precipitar*. O Gabinete Dantas, que foi um dos mais agitados daquele período, previa seguramente, como se vê, as consequências econômicas da questão servil, desde que se não cuidasse de organizar o país para a situação decorrente da emancipação do braço cativo, base de nosso sistema agrícola, indiscutivelmente primário. Cotegipe, uma das organizações políticas mais fascinantes do Império, enfrentara a *questão militar*, embora nenhuma força, nenhum golpe de habilidade pudesse mais, àquela altura dos acontecimentos, evitar a queda do Trono, cujo fim, dada a sequência dos fatos que vinham ocorrendo desde a terminação da guerra do Paraguai qualquer espírito lúcido e observador poderia prever sem sombra de equívoco. Mas Cotegipe era o guardião da autoridade, o pulso da Corôa no momento mais agudo, não obstante o declínio já pronunciado e inevitável das velhas instituições, diante da propaganda republicana e da eminência do abalo econômico-social produzido pela Abolição. Todos previam a perturbação econômica logo após a extinção da escravatura. Tendo falecido antes, não pôde ver a confirmação de sua profecia. O Ministério Dantas abriu os olhos do País sem ilusão nem paliativos. A Monarquia começou a agonizar francamente com a solução da *questão militar* para perder, em seguida, seus últimos pontos de resistência com a crise econômica de 88. Cotegipe, todavia, era bem o homem capaz de não transigir, de lutar para não ver o Poder com a *dignidade arranhada*. Já sob o regime de 39, a Bahia foi buscar entre as reservas do Partido Liberal um político do Império para a primeira chapa de sua representação no Senado da República: José Antonio Saraiva. Presidente de Gabinete como Cotegipe, tendo participado das lutas partidárias que se seguiram ao Manifesto republicano de 70, Saraiva deixara o Poder aureolado pelo êxito da *reforma eleitoral* de 81, o maior serviço de seu Gabinete e a verdadeira glória de sua longa e notável carreira política. Com a República, que não trouxe propriamente um programa radical de *derrubada*, não se modificou a tradição da influência da Bahia na alta política do país tanto no 1.º Reinado, como na República e no 2.º Reinado, uma vez que o novo regime também aproveitou certos valores do passado, como que para não quebrar o fio de continuidade entre duas épocas. Na geração da última fase do Império se afirmava, portanto, o espírito da "escola de estadistas" de Abrantes, Ferraz, Paranhos, Zacarias. Quando se proclamou a República, a Bahia já era, incontestavelmente, uma Província de grande passado político.

A nova ordem republicana serviu-se de homens conspícuos, alguns deles desconhecidos no cenário nacional, mas de influência firmada no meio provinciano. A Bahia não estava despovoada de políticos eminentes,

tanto assim que lhe não foi difícil, na transição da Monarquia para a República, organizar a vida do Estado com os melhores nomes da época, escolhidos indistintamente nas fileiras de monarquistas e republicanos, do que é exemplo a Assembléia Constituinte estadual. Dos próceres da situação extinta em 15 de novembro, a começar do próprio Presidente da Província, Almeida Couto, que já trazia notória reputação da gloriosa Faculdade de Medicina da Bahia, muitos deles representavam perfeitamente o espírito baiano. Não eram destituídos de significação, entre outros, Augusto Guimarães, presidente da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, Luiz Antônio, Freire de Carvalho, Inocêncio de Araujo Góes, Arthur Rios, Paula Guimarães, por exemplo sem se falar nos republicanos de ação combativa como Virgílio Damásio Cosme Morenra, chefes de indiscutível envergadura.

Dos homens que surgiram com a República, embora trouxessem formação cultural do Império alguns foram logo atraídos pela política nacional, enquanto outros ficaram na Província, fazendo a política local. Mas desses mesmos que não subiram imediatamente as escadas da evidência, preferindo o "círculo provinciano", saíram políticos notáveis, mais tarde, para o Congresso e para as lutas cívicas da República. Luiz Viana é um deles. Não é apenas o político provinciano, de horizontes locais mas o parlamentar de visão ampla, no Senado, depois de intensa campanha eleitoral, visto que trazia da Assembléia Provincial e da presidência da Constituinte baiana alguma experiência do poder legislativo. O Senado Federal via de regra era o Colégio político dos ex-governadores, eleitos para a Câmara Alta da República ordinariamente pela sequência das situações estaduais. Da Bahia, como geralmente de todos os outros Estados, alguns governadores passaram pelo Senado antes ou depois do exercício do governo estadual: Manoel Vitorino, Rodrigues Lima, Luiz Viana, Severino Vieira, José Marcelino, Seabra, Antonio Moniz, por exemplo. O fato aparentemente sem grande significação política, mostra o prestígio do Congresso, em cujo seio se reuniam quase sempre expressões políticas das mais autênticas dos Estados. Não podia deixar de ser frequente a presença de ex-governadores da Bahia no Senado Federal, por se tratar de influência política oriunda do Império e mantida nos primeiros decênios da República. Tempo houve em que a Bahia foi por assim dizer o centro da política do nordeste. Campos Sales consultou Luiz Viana governador da Bahia, sobre a formação do segundo quadriênio presidencial da República, do que resultou a indicação de Severino Vieira para a pasta da Viação. Vê-se, portanto, que a posição da Bahia na política nacional não caiu com a situação de 89, mas se reafirmou plenamente pelo menos na fase de consolidação e estabilidade do novo regime. Depois do papel por todos os motivos inconfundível de Ruy no Governo Provisório, de que foi o Ministro da Fazenda, e sobretudo como orientador de nossa organização constitucional, a Bahia continuou a ser uma voz de repercussão nos destinos da República:

O Vice-Presidente do 1.º quadriênio constitucional (1894-98) saiu da

Bahia: Manoel Vitorino, que fôra o primeiro governador da Bahia após a extinção da Monarquia, chegando a ocupar a Presidência da República interinamente, em substituição a Prudente de Moraes, Severino Vieira foi ministro de Campos Sales, o governo da reforma financeira, talvez o mais combatido. J. J. Seabra foi o Ministro de Justiça do governo imediato — Rodrigues Alves, o que maiores títulos de benemerência recebeu da posteridade. Seabra ainda tomou parte no governo da República como Ministro da Viação da presidência Hermes, depois da campanha civilista.

Luiz Viana veio para o Senado justamente depois de conhecer muita luta partidária. Não tendo saído imediatamente da administração estadual para o Congresso, sustentou ainda fora do governo posição política de evidência. Seu governo, que foi dos mais difíceis desde que se considere a época em que administrou a Bahia, teve o maior equilíbrio que se poderia exigir de um homem público.

A situação geral do país repercutia na vida interna dos Estados, cujos organismos ainda não estavam, em 1896, de todo adaptados à nova ordem de coisas. As condições de vida, com a Abolição e a República, sofreram alterações profundas em todos os Estados, notadamente na Bahia, onde havia grandes propriedades agrícolas. A emancipação do elemento servil modificou inteiramente os fundamentos de nossa estrutura econômica. A República, tanto no período do Governo Provisório como nos quadriênios subsequentes (Prudente de Moraes e Campos Sales) lutou muito para organizar as funções do país, cujo estado real pode ser bem avaliado pela leitura do Relatório de João Alfredo, penúltimo Ministro da Fazenda, na Monarquia, em 1888. No Relatório de 1891, Ruy acentuava, como Ministro da Fazenda do Governo Provisório: "*O desequilíbrio entre a receita e a despesa é a enfermidade crônica da nossa existência nacional*". O primeiro gestor das finanças do regime republicano feria nesse documento de indiscutível valor histórico, um dos pontos substanciais da situação econômica transmitida às novas instituições: a transformação da propriedade. A extinção do regime servil provocou sensível modificação social no país inteiro, exatamente pela alteração produzida no sistema de propriedade. As consequências desse fenômeno, até que se desse organização à vida econômica da República, teriam de influir, como influiu grandemente, na administração dos Estados, também na experiência do regime, notando-se maiores proporções naqueles de vida agrícola mais larga, como a Bahia, cujos núcleos rurais do Recôncavo e de outros pontos do Estado precisaram de muito tempo para se refazer da crise, aliás prevista pelo Gabinete Dantas em 84. Nossa economia, de base agrícola, (até hoje o Brasil ainda não é um país industrial), dependia diretamente do campo, cuja desorganização, no primeiro período republicano, é no começo de seu governo, que teria de suportar, pouco depois, os dissabores da campanha de Canudos, Luiz Viana deu provas de alto senso político, anotada pelo Governo Provisório, com absoluta franqueza: "*A agricultura, mãe de todas as indústrias, atravessa cada vez mais arduamente a crise cru-*

ciante da transformação de propriedade. A renda pública necessitava nas suas matrizes, que residem principalmente na lavoura, de fecundação profunda e imediata. (Relatório de Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, janeiro de 1891). O pensamento da suprema administração do país voltava-se para a agricultura. A situação econômica de um país não se reorganiza, depois de uma crise geral, apenas com a normalização da vida jurídica. Já estávamos, em 1896 em pleno regime constitucional, quando Luiz Viana assumiu o governo da Bahia. Mas o Estado ainda não estava economicamente organizado. A República não recebeu do acervo provincial boas perspectivas de prosperidade, em vista das condições gerais do país, cujo desequilíbrio econômico e generalizou em pouco tempo, após a extinção da escravidão. Antes da Abolição, já o presidente da Província da Bahia, Machado Portela, firmara o empréstimo de abril de 1888, concluído em dezembro desse ano. As primeiras administrações estaduais sob o novo regime, tiveram, portanto, de enfrentar as consequências da situação passada.

Sucessor de Rodrigues Lima, que foi o primeiro governador eleito diretamente pelo povo, Luiz Viana tomou posse em 28 de maio de 1896. O primeiro problema de seu governo, sem se perder de vista o cuidado e a habilidade com que formou o Secretariado, foi a pacificação do interior do Estado. Velhas lutas políticas no sertão estavam ainda acesas quando se iniciou a administração Luiz Viana. Dois fatores desfavoráveis — o político e o econômico — se antepunham o agitado quadriênio de 1896-900. Logo no começo de seu governo, que teria de suportar, pouco depois, os dissabores da campanha de Canudos, Luiz Viana deu provas de alto senso político porque formou um Secretariado capaz de neutralizar as paixões partidárias, tanto assim que as críticas, até mesmo fóra da Bahia, não foram parciais nos louvores ao critério do governador. Para o *Jornal do Comércio*, por exemplo, foram transmitidas, por ocasião de sua posse, comunicados sobre o modo lisonjeiros deste teor: *Esteve hoje imponentíssimo o ato da posse do novo governador Dr. Luiz Viana. Houve grande regozijo, apresentando a cidade aspecto festivo, tendo embandeiradas as ruas principais, o comércio, cooperando nas festas, fcheou os seus estabelecimentos...* Terminadas as cerimônias e a solenidade, o povo aclamou os Drs. Luiz Viana e Rodrigues Lima com verdadeiro frenesi (*Jornal do Comércio* de 30 de maio de 1896). Poucas vezes neste país, onde tão precária tem sido a capacidade dos julgamentos populares, um homem público deixa o poder como Rodrigues Lima, isto é, aclamado pela opinião pública. Em regra, não faltam homenagens ou manifestações de aprêço aos que tomam posse, enquanto raramente se faz justiça aos que transmitem o poder "com as mãos limpas e a consciência tranquila", Rodrigues Lima, "varão ímpoluto", foi um dos poucos homens de governo que receberam homenagem do povo, até hoje, ao sair do poder. Apesar do exemplo de Prudente de Moraes, que deixou a Presidência sob ovações da multidão, a história, neste particular, não se repete muito.

Luiz Viana foi para o governo sob os melhores auspícios. A simpatia popular, tão delirante nos primeiros dias, assim como a solidariedade e o comércio e os bons propósitos políticos não se conservaram imperturbáveis, tais foram os incidentes e as dificuldades que lhe sobrevieram ao governo. Entretanto, apesar das rivalidades políticas reinantes no Estado, como de resto em todo o país, em consequência das lutas que se acirraram durante a presidência do Marechal Floriano, Luiz Viana levou para a administração pública ninguém o contestaria à margem de qualquer sentimento pessoal, um espírito verdadeiramente conciliador, o que se pode reconhecer pelo critério com que, acima de influências particulares, constituiu seu Secretariado, em cujo seio, na pasta do Interior, colocou um baiano dos mais dignos de seu tempo: Satyro Dias. Por si só, o nome de Satyro Dias já era uma expressão de garantia, tanto pelo valor intelectual como pelo passado político, formado no Império. Tivera êle a glória de, como Presidente da Província do Ceará, antecipar a *Lei Aurea* com o decreto de 25 de março de 1884, pelo qual se fez a Abolição, antes de 13 de maio, naquela Província. Do mesmo modo, na Província do Amazonas. Satyro Dias foi a mais feliz escolha de Luiz Viana. Para Chefe de polícia, seguindo tradição do Império, Luiz Viana fechou os olhos a quaisquer insinuações partidárias e foi buscar um elemento da magistratura: Felix Gaspar, Juiz de Direito de Feira de Santana. Com o mesmo acerto, confiou a pasta da Fazenda a Rodrigo Brandão, nome igualmente respeitável. Depois de convidar Miguel de Teive e Argolo, engenheiro notável, para a Secretaria da Agricultura, recorreu a outra competência técnica de mérito comprovado: José Antonio Costa, também engenheiro civil. Na formação de seu Secretariado, Luiz Viana deu prova de capacidade para escolher os homens, condição primordial do bom funcionamento da Democracia. O maior e mais grave de todos os erros políticos do Brasil, tem sido a improvisação em prejuízo daquilo que constitui, na administração pública a essência do regime democrático: a seleção dos homens. A escolha de homens para os cargos públicos não deve nem pode sofrer imposições partidárias. Luiz Viana, que teve erros como todo político, inaugurou na Bahia um governo de espírito genuinamente republicano, porque soube aproveitar bons elementos, cuja convocação para os postos de maior responsabilidade, fóra de transigências partidárias ou combinações pessoais sempre foi a principal característica de uma administração bem intencionada. O princípio de igualdade de direitos, que é base do sistema democrático, não autoriza que, em nome da Democracia, se subordinem as altas conveniências da administração, que são, em última análise, as conveniências da própria coletividade, a injunções da qualquer natureza ou a preferências que possam privar o governo da colaboração de homens capazes. O exemplo de Luiz Viana, no governo da Bahia, é um dos mais belos do regime republicano.

Bem compreendidas as condições da Bahia entre 1896 a 1900, não se pode apreciar, ainda que sumariamente, o governo de Luiz Viana sem considerar

que a administração propriamente dita foi muito prejudicada pelas lutas locais em diversos pontos do Estado, circunstâncias que se agravou dolorosamente com a guerra de Canudos. Um dos órgãos da imprensa baiana assim comentava a situação interna do Estado, logo depois da posse de Luiz Viana: "*A situação anormal em que se acham, há tempo, algumas comarcas do Estado, notadamente as situadas nas zonas das Lavras Diamantinas, Paraguassú e termos circunvizinhos, não podia deixar de despertar a ação imediata do Governo, que julga seu dever primordial o restabelecimento da ordem e da segurança individual em nossas regiões sertanejas*". ("Jornal de Notícias" de 5 de junho de 1896). A primeira Mensagem do Governador, que produziu ótimo efeito, segundo o *Jornal do Comércio* de 19 de junho de 1896, diz ainda melhor da situação geral da Bahia: "*Sem capital, sem braços sem vias de comunicação, sem instrução técnica, pesado nos é qualquer esforço para sairmos da rotina e triunfamos na luta pela concorrência*." Antes de administrar, Luiz Viana teve que pacificar, porque ninguém pode conciliar administração e desordem.. Embora não encontrasse como aí se lê, condições propícias, fez administração objetiva, deixando serviços inestimáveis. A instrução e a higiene, principalmente, receberam de seu governo atenções especiais. Introduziu na Bahia o serviço de pesquisas bacteriológicas, quando Secretário do Interior Otaviano Moniz Barreto substituto de Satyro Dias, que se candidatara à Câmara Federal. Em matéria de higiene, a Bahia recebeu, sob o governo Luiz Viana louvores de vultos insignes da medicina, como Lydio de Mesquita, Américo Froes, Adeodato de Souza e outros, tais e tão eficientes foram as realizações neste ramo da administração estadual. Na administração Severino Vieira (1900-1904) sucessor de Luiz Viana, foram desenvolvidos com novos recursos os serviços de saneamento inaugurados no governo Luiz Viana. Severino Vieira ampliou a parte referente a saúde pública e incumbiu Gonçalo Moniz de estudar, em Manginhos, ao lado de Oswaldo Cruz, o preparo do soro *Yersin*, ante o surto de peste bubônica registrado na Capital do país. Mas Luiz Viana, que tinha a virtude pública de saber escolher os homens para os cargos, foi quem primeiro aproveitou a competência de Gonçalo Moniz nesta grandiosa tarefa, confiando ao notável professor baiano a montagem do gabinete bacteriológico do Estado. Muita gente não sabe que J. J. Seabra, quando Ministro da Justiça do Presidente Rodrigues Alves, concorreu para a glória de Oswaldo Cruz, dada a circunstâncias de haver escolhido e indicado o imortal patricio para as funções cujo exercício lhe sagraram o nome. Do mesmo modo, observada a diferença entre uma situação e a outra, Luiz Viana foi encontrar em Gonçalo Moniz, quando se inauguraram os serviços de desinfecção na Bahia, o homem indicado, o auxiliar eminente, que tanto honrou as tradições da cultura na terra baiana. Na capital como no interior do Estado, especialmente nas regiões mais sujeitas a estiagens, muito se fez sentir a ação de Luiz Viana, apesar da escassez de meios e do estado econômico pouco satisfatório em que se achava o Estado. Não fez "milagre

administrativo, é bem certo, mas administrou com dignidade, com escrupulo, sabendo separar tanto quanto lhe foi possível a administração da politica. Teve inimigos, foi combatido pela imprensa e no Parlamento, mas saiu do governo com a altivez e a respeitabilidade pessoal com que subira, em 28 de maio de 1896, os degraus do poder para iniciar um dos mais trabalhosos e amargos quadriênios governamentais da Bahia republicana.

A campanha de Canudos foi o movel das maiores intrigas politicas contra o governo Luiz Viana. O país ainda estava sob a atmosfera da idolatria revolucionária. A mística de salvar a República dominava a todos os espiritos exaltados, segundo observação de Euclides da Cunha. Nosso povo tem propensão para misticas, a julgar pelo que se tem feito, nestes últimos anos, em nome da "unidade nacional", da "ordem pública", por exemplo. Assim foi nos primeiros anos do regime republicano. A imaginação popular, insuflada pela paixão politica via na insurreição de Canudos a sobrevivência do espirito monarquista, um atentado às novas instituições, com a conivência do governador. Formou-se ambiente de hostilidade, na Capital do país, chegando-se a prever, até, a deposição do governador!... Dai a frase muito repetida e muito simpática de Luiz Viana ao receber na Bahia, em 1897, de volta da campanha, o General Arthur Oscar comandante-chefe da última expedição a Canudos: "*A Bahia é republicana porque quer*". Ninguém melhor do que elle, naquela emergência seria capaz de defender a dignidade da Bahia e a integridade da República. Luiz Viana era um chefe com muita noção de responsabilidade. Vinha da escola politica do Império, tendo sido deputado provincial pelo Partido Conservador. Aprendera nas fileiras de seu Partido o culto da fidelidade aos compromissos, com os quais nunca deixou de ser coerente em toda a sua agitada carreira politica. Já na República, quando se deu a cisão do Partido Federalista, em 1893, Luiz Viana, que saira da presidência da Assembléia Constituinte com o espirito bem temperado pela adversidade, depois de haver enfrentado um competidor illustre, que foi Luiz Antonio, não desertou da posição de chefe. Com elle ficaram, em consequência do desmembramento do Partido, proceres eminentes como o Barão de São Francisco, Francelino Guimarães. Homem de partido, não há dúvida, tinha a vocação da luta, sem a intransigência partidária de Zacharias. Entre Luiz Viana e Zacharias de Góes há um ponto de afinidade politica: ambos cultivaram o zelo partidário. Pandiá Calógeras, em *Formação Histórica do Brasil*, critica Zacharias por excesso de apêgo ao Partido. "Toda a sua vida pública — diz Calógeras — foi dominada por uma idéia única: seu partido e os interesses deste". A sentença de Calógeras, conquanto não se negue no grande politico do Império certo rigor em defesa de tudo quanto dissesse respeito a seu Partido, não define bem o chefe liberal da crise de 68, porque Zacharias, à parte a procedência de algumas criticas, tinha qualidades de estadista. Luiz Viana, embora não

tenha sido um chefe de âmbito nacional como Zacarias sabia dirigir sem a obcecação da infabilidade. A vida partidária, principalmente na República, adestrara-lhe o espírito para a luta, para as vicissitudes de toda espécie. Como governador da Bahia, destruiu a urdidura de todas as acusações que sobre ele caíram durante a campanha de Canudos. Nêle, entretanto, assim que se verificou a perturbação da ordem no interior do Estado, as instituições encontraram o primeiro soldado da República. E foi com autoridade, com a noção mais pura do dever público, prezando acima de tudo o brio da Bahia que repeliu com altivez todas as insinuações políticas, à luz de atitudes solenes e inflexíveis.

Sobre o papel de Luiz Viana, ao terminar a campanha de Canudos, o melhor depoimento é o de Severino Vieira, no Senado Federal. Logo que o Ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, que se encontrava no teatro das operações, transmitiu comunicação oficial da tomada do arraial de Canudos, em 5 de outubro de 1897, o Congresso Nacional manifestou-se com regozijo pela terminação da luta. A Câmara dos Deputados, a requerimento de Francisco Glycerio e Belisário de Souza, suspendeu os trabalhos da sessão de 6 de setembro, em homenagem ao acontecimento. No Senado, a requerimento de Severino Vieira, houve homenagem especial à vitória da legalidade. Nenhum documento resume com mais exatidão e absoluta imparcialidade a ação de Luiz Viana do que estas palavras de Severino Vieira, proferidas na sessão de 7 de outubro de 1897 "*... não é a mim que cabe falar daquele que, sem tergiversar uma linha no cumprimento e desempenho do seu dever, foi nesta campanha o primeiro dos mártires; porque antes de sofrer o nosso exército, antes de sofrerem as forças da República, nas agrestes paragens de Canudos, fome, sede, nudez cansaço e a morte infligida pelo inimigo traçoeiro e já se havia levado aos lábios do Sr. Luiz Viana, do digno governador da Bahia, cujos inestimáveis serviços nesta luta a história não há de esquecer, o cálice de amarguras nos botes de perfídia nas ciladas de insinuações malévolas e caluniosas e nas injúrias de quantas suspeitas e afrontas lhe foram assacadas*". (Anais do Senado Federal — 1897).

Aí está a voz da própria verdade histórica. Ninguém que estude a vida de Luiz Viana, principalmente agora, a propósito de comemoração do centenário do ilustre brasileiro, em 30 de outubro, deixará de reconhecer feitos e virtudes comuns a todo homem público. Para quem estuda, em particular, a história da Bahia, Luiz Viana é um dos maiores exemplos de dedicação a sua terra e sua gente. É produto do meio baiano, porque não fez política fóra da Bahia, nem mesmo quando, já na última fase de sua carreira política, teve assento no Senado Federal. O nome da Bahia, que ele nunca deixou de elevar no momentos mais difíceis, associa-se aos acidentes e aos triunfos de sua vida pública. Com ele não se interrompeu,

durante um governo de lutas e embaraços de toda ordem, a projeção política da Bahia no seio da Federação. Aos governos seguintes — Severino Vieira, José Marcelino e Araújo Pinho — deixou a tradição de prestígio com que a Bahia inaugurara o regime republicano. Nascido e educado na Província, onde fez toda a sua ascensão política Luiz Viana foi, todavia um dos grandes homens de República.

Atividades Sociais

As atividades sociais do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, durante o ano de 1946 desdobram-se através das sessões que passamos a enumerar.

25 de janeiro — n.º 488 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Conferência do Dr. Braz do Amaral sobre "Documentos antigos referentes a fundação da Cidade e início do Governo no Brasil".

14 de fevereiro — n.º 489 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Comunicação do Dr. Braz do Amaral sobre "Usos e costumes da Bahia colonial".

28 de março — n.º 490 — ordinária Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Comunicação do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho sobre "Em torno à história de um engenho, aspectos históricos e geográficos do Recôncavo".

11 de abril — n.º 491 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Conferência do Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho sobre "Relembrando o Senado Baiano".

3 de maio — n.º 492 — solene — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Comemorativa do 52.º aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sendo orador o Dr. Alberto Silva.

19 de julho — n.º 493 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tôrres — Comunicação do Padre Manoel de Aquino Barbosa sobre "As lápides inauguradas em 25 de março para comemorar o tricentenário de N. S. da Conceição da Praia como padroeira de Portugal e do Brasil".

29 de julho — n.º 494 — solene — Presidência do Dr. Pedro Augusto de Melo — Comemorativa do Primeiro Centenário de nascimento da Princesa D. Isabel a "Redentora" sendo oradora a profª. Elvira Celestino.

20 de agosto — n.º 495 — ordinária — Presidência do Dr. Pedro Augusto de Melo — Conferência do Dr. Lauro Sampaio sobre "Notas bio-bibliográficas sobre Alexandre Rodrigues Ferreira".

27 de setembro — n.º 496 — ordinária — Presidência do Dr. Francisco de Magalhães Neto — Conferência do Dr. Alberto Silva sobre "Igreja da Ajuda e sua padroeira".

17 de outubro — n.º 497 — ordinária — Presidência do Dr. Pedro Augusto de Melo — Conferência do Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha sobre "Teodoro Sampaio e a política".

25 de outubro — n.º 498 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tórres — Comunicação do Dr. Braz do Amaral sobre o "Espólio da Academia Brasileira dos Esquecidos".

30 de outubro — n.º 499 — solene — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tórres — Comemorativa do primeiro centenário do nascimento do Cons. Luiz Viana, sendo orador o Dr. Luiz Viana Filho.

20 de novembro — n.º 500 — ordinária — Presidência do Dr. Francisco da Conceição Menezes — Bicentenário de nascimento de J. J. da Silva Xavier "O Tiradentes", sendo orador o confrade Leopoldo Campos Monteiro.

18 de dezembro — n.º 501 — extraordinária — Presidência do Dr. Francisco de Magalhães Neto — Palestra do Prof. Roberto C. Smith sobre "a Arquitetura de Thomas Jefferson".

20 de dezembro — n.º 502 — ordinária — Presidência do Dr. Epaminondas dos Santos Tórres — Eleição para o cargo de 1.º vice-presidente vago com a morte do Dr. Pedro Augusto de Melo — Conferência do Dr. Otávio Tórres sobre "Achezas à história da Bahia".

26 de dezembro — n.º 503 — ordinária — Presidência do Dr. Francisco de Magalhães Neto e Braz do Amaral — Conferência do Dr. Otávio Tórres sobre "Achezas à história da Bahia".

Ofertas ao Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1946

Instituto Geográfico e Geológico de S. Paulo — Mapa do Estado de São Paulo — Fôlha topográfica da Santa Cruz do Rio Pardo.

Mário da Cunha Freire — Coleção de recortes de jornais que pertenceram ao jornalista João da Silva Freire.

Capitão de Mar e Guerra Tilemont Fontes — Cinzeiro feito com madeira do "Navio-Escola Benjamin Constant"; medalha comemorativa do jubileu do Clube Naval (1884-1934); medalha comemorativa da viagem do Almirante Barroso ao Chile, Argentina e Uruguai em retribuição à visita oficial feita ao Brasil em 1903; aquarela com uma paisagem da fronteira Brasil-Bolívia no local Arroio Conceição.

Conselho Nacional de Geografia — Mapa do Brasil em escala de 1:5.750.000

Tenente Joalbo Barbosa — Fragmento de granada empregada no bombardeio da Bahia em janeiro de 1912.

D. Júlia Gambôa Pereira de Carvalho — Três cadernos de notícias referentes ao campeonato mundial de 1913 que pertenceram ao seu falecido esposo Dr. Guilherme Pereira de Carvalho.

Dr. Mario Torres — Quadro com fotografias das três primeiras sedes que teve o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; duas fotografias referentes à colocação dos restos mortais do jornalista Henrique Cancio em jazigo perpétuo no Cemitério de V. O 3.^a de S. Francisco à Quinta dos Lazaros. Estas fotografias foram acompanhadas de recortes de jornais.

Viuva Joaquim Wanderley Pinho — Composição fotográfica com os chefes do Estado do Brasil de 1822 a 1910; quatro fotografias do Largo de Nazaré após a remodelação por que passou durante a Prefeitura Wanderley Pinho; album com fotografias referentes aos melhoramentos introduzidos na Seção de Águas do Município da Capital da Bahia; coleção de vinte e duas fotografias da estrada de ferro de Nazaré a Conquista; onze fotografias dos melhoramentos introduzidos no Serviço de Águas do Município do Salvador em 1924.

Dr. Olavo de Sirqueira Ferreira — Duas fotografias, uma da diretoria, e outra da Filarmônica Recreio de S. Gonçalo na Vila de Camassarandi Município de Jequiripe; Cardápio do jantar oferecido pelo Dr. Pedro Calmon ao Dr. E. de Souza Campos.

Condessa de S. Miguel — Por intermédio do Dr. Pedro Calmon: "Memória sobre os conhecimentos necessários a um oficial militar", por Theodoro José Guilherme de Sá — Typ. de Manoel da Silva Serra — 1816.

Dr. José Ranulfo dos Reis — Diploma do Doutor em Medicina concedido ao Snr. Antônio Luiz d'Almeida pelo Doutor João Batista dos Anjos, Diretor da Faculdade e Medicina da Bahia no dia 12 de dezembro de 1859.

Dr. Tancredo Almeida — Dicionário Latino-Alemão de autoria do Dr. Georg Aenotheus Kock.

Consulado Britânico — Seis cartazes referentes aos transportes ingleses durante a guerra, intitulados "Os Caminhos de Ferro Britânicos na Guerra"; quinze cartazes referentes aos "Triunfos da Engenharia de guerra da Grã-Bretanha".

Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior — um exemplar do Projeto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil apresentada pela Comissão da Constituição da Assembléia Constituinte, com autógrafo de todos os membros da Comissão de Redação, faltando apenas a do Dr. Argemiro Figueiredo, Deputado Federal pela Paraíba. Este Projeto é da Constituição Federal de 1945; Constituição dos Estados Unidos do Brasil — 1946 — autografada por quase todos os constituintes.

Dr. Luiz Martins de Sousa Dantas — Por intermédio do Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior, diploma de Bacharel em Ciências Sociais e jurídicas concedido ao Snr. Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho, pelo Conselheiro Doutor Vicente Pires da Mota, Diretor da Faculdade de Direito da Cidade de S. Paulo em 7 de novembro de 1872.

Viuva João da Costa Pinto Dantas — do retrato do Visconde de Itaborahy; do retrato do Palácio Imperial (Rio de Janeiro); do retrato do Dr. Severino dos Santos Vieira; do retrato do Snr. Gasparino Moreira de Castro; do retrato do Visconde do Rio Branco; retrato do Sr. Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso da Câmara; do retrato do Marquez de Caxias, quando General em chefe e Comandante das Forças Aliadas em operações no Paraguai; do retrato de D. Pedro II e a família Imperial; do retrato do Snr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima; do retrato do Imperador D. Pedro II; do retrato da Câmara dos Deputados de 1869, figurando no centro o Imperador D. Pedro II; do mapa da Província da Bahia para indicar o curso da Estrada Paraguassú.

Durval José Bastos — Postal representando a igreja da Missão em Jacobina.

Dr. Pedro Augusto de Melo — Officio remetendo ao Sr. Tancredo Pereira de Almeida uma cópia autêntica da ata final da apuração geral das eleições de 18 de dezembro de 1898 que lhe servirá de diploma de Mem-

bro da Junta Distrital de Santo Antônio; Ata Final da Apuração Geral da Eleição de dezembro de 1893, tendo um recorte do "Jornal de Notícias" que noticia o fato.

Prof.^a Francisca Leopoldina Argolo — Crayon do maestro Antônio Carlos Gomes que pertenceu as Professoras D. Helena Lemos Bastos e D. Francisca Leopoldina Bastos de Argolo, que por muito tempo mantiveram uma escola de Música na Bahia.

Joffre Figueiredo — Album de Sergipe 1820-1920.

Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio — Fotografia da sessão realizada na Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, em 26 de outubro, em homenagem a memória de J. J. Seabra.

D. Maria Emilia Seixas Barros — Por intermédio do Dr. Wanderley Pinho, quatro retratos a óleo de pessoas não identificadas.